



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

FELIPE MELO DOS SANTOS

**AS GREVES DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM
EDUCAÇÃO (TAE) E A REPERCUSSÃO NO SALÁRIO DE 2005 A 2024**

BELÉM-PA

2026

FELIPE MELO DOS SANTOS

**AS GREVES DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM
EDUCAÇÃO (TAE) E A REPERCUSSÃO NO SALÁRIO DE 2005 A 2024**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), do Instituto de Ciências da Educação (ICED), da Universidade Federal do Pará (UFPA), submetida à avaliação, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas Educacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Rodrigues Guimarães.

BELÉM-PA
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M528g Melo dos Santos, Felipe.
 AS GREVES DOS TRABALHADORES TÉCNICO-
 ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO (TAE) E A
 REPERCUSSÃO NO SALÁRIO DE 2005 A 2024 / Felipe Melo
 dos Santos. — 2026.
 186 f.

Orientador(a): Prof. Dr. André Rodrigues Guimarães
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, Belém, 2026.

1. TAE. 2. Greves. 3. Salário. 4. Política econômica. 5.
Crise estrutural do capital.. I. Título.

CDD 370

FELIPE MELO DOS SANTOS

**AS GREVES DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM
EDUCAÇÃO (TAE) E A REPERCUSSÃO NO SALÁRIO DE 2005 A 2024**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), do Instituto de Ciências da Educação (ICED), da Universidade Federal do Pará (UFPA), submetida à avaliação, como requisito final à obtenção do título de mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas Educacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Rodrigues Guimarães.

Data de aprovação: ____/____/____

Conceito:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Rodrigues Guimarães (Orientador)
Universidade Federal do Pará (PPGED/UFPA)

Prof^ª. Dr^ª. Vera Lúcia Jacob Chaves (Examinadora interna)
Universidade Federal do Pará (PPGED/UFPA)

Prof^ª. Dr^ª. Savana Diniz Gomes Melo (Examinadora externa)
Universidade Federal de Minas Gerais (PPGE/UFGM)

Prof^ª. Dr^ª. Fabíola Bouth Grello Kato (Examinadora interna suplente)
Universidade Federal do Pará (PPGED/UFPA)

Prof. Dr. Laurimar de Matos Farias (Examinador externo suplente)
Universidade da Amazônia (PPAD/UNAMA)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto as greves dos trabalhadores técnico-administrativos em educação (TAE) que repercutiram no salário desde a implementação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), em 2005, até 2024. O objetivo geral da investigação é desvelar como a política econômica adotada pelos governantes que estiveram à frente do Estado brasileiro e as disputas políticas internas na categoria influenciaram o resultado das greves e repercutiram no salário dos TAE entre 2005 e 2024. O método utilizado é o materialismo histórico-dialético, pois se visa ir além da aparência do fenômeno, para alcançar a essência em suas múltiplas determinações. Os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento do trabalho são a revisão bibliográfica e a análise documental. Para analisar os documentos, fez-se uso do método de Marx, buscando interpretar os interesses políticos, ideológicos, econômicos expressos nos materiais. Não se avalia que os documentos trazem, a priori, verdades, ou que sejam objetivos. Ao contrário, acredita-se que eles podem estar carregados de intencionalidades não assumidas e que é tarefa do pesquisador decifrá-los. A pesquisa constatou que o Estado brasileiro, empregador dos TAE, é capitalista, fundado na exploração dos trabalhadores. Portanto, visa garantir mais trabalho a um custo menor possível com o intuito de que o Fundo Público seja destinado preferencialmente para os grandes capitalistas e cada vez menos para políticas sociais. Concluiu-se que a economia foi determinante no resultado das greves e na repercussão no salário dos TAE - em momentos de maior ajuste fiscal, foi mais difícil negociar ganhos e houve mais intransigência dos governos. Nas greves analisadas, sempre houve diferenças políticas entre a categoria, principalmente sobre o momento do término do movimento. Não é possível afirmar quais seriam os resultados se as greves seguissem por mais tempo, mas se percebeu que o governo utilizou, durante vários momentos, da protelação como arma para desgastar o movimento, com a intenção de derrotá-lo. Por fim, evidenciou-se que as greves trouxeram ganhos salariais para os TAE, mas não de maneira igualitária para toda a categoria. Em 2005, o piso do nível de classificação A recebia 56,31% do piso do nível de classificação E. Essa relação passou para 31,74% em 2024. O distanciamento se deu porque os reajustes salariais impactaram de maneira desproporcional a categoria, garantindo mais recursos para o nível de classificação E, cargos de nível superior.

Palavras-chave: TAE; greves; salário; política econômica; crise estrutural do capital.

ABSTRACT

This research focuses on the strikes made by technical-administrative in education (TAE) workers and their impact on salaries from the implementation of the Career Plan for Technical-Administrative Positions in Education (PCCTAE) in 2005 until 2024. The general objective of the investigation is to reveal how the economic policies adopted by the governments that led the Brazilian state and the internal political disputes within the workers' category influenced the outcome of the strikes and impacted the salaries of the TAE between 2005 and 2024. The method adopted is Historical-Dialectical Materialism, as it aims to go beyond the appearance of the phenomenon to reach its essence in its multiple determinations. The methodological procedures used for the development of the work are bibliographic review and document analysis. To analyze the documents, Marx's method was used, seeking to interpret the political, ideological, and economic interests expressed in the materials. It is not assumed that the documents contain inherent truths or are objective. On the contrary, it is believed that they may be laden with unacknowledged intentions, and that it is the researcher's task to decipher them. The research found that the Brazilian State, the employer of TAEs, is capitalist, founded on the exploitation of workers. Therefore, it aims to guarantee more work at the lowest possible cost so that Public Funds are preferentially allocated to large capitalists and less and less to social policies. The research found that the Brazilian state, the employer of TAEs, is capitalist, founded on the exploitation of workers. Therefore, it aims to guarantee more work at the lowest possible cost so that public funds are preferentially allocated to large capitalists and less and less to social policies. It was concluded that the economy was a determining factor in the outcome of the strikes and their impact on TAE salaries – during periods of greater fiscal adjustment, it was more difficult to negotiate gains and there was more intransigence from the government. In the strikes analyzed, there were always political differences among the groups, mainly regarding the timing of the movement's end. It is not possible to say what the results would have been if the strikes had continued for longer, but it was observed that the government used delays as a weapon on several occasions to weaken the movement, with the intention of defeating it. Finally, it became evident that the strikes brought salary gains for the TAEs, but not equally for the entire category. In 2005, the base salary for classification level A received 56.31% of the base salary for classification level E. This ratio decreased to 31.74% in 2024. The disparity occurred because salary adjustments disproportionately impacted the category, guaranteeing more resources for classification level E, which are higher-level positions.

Keywords: TAE; strikes; wages; economic policy; structural crisis of capital.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 - APORTES TEÓRICOS E CONJUNTURAIS PARA A COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS DOS TAE.....	30
1.1 - CONCEITO DE ESTADO E O ESTADO BRASILEIRO.....	30
1.2 - CRISE DO SISTEMA CAPITALISTA.....	34
1.3 - NEOLIBERALISMO COMO RESPOSTA À CRISE DO CAPITALISMO.....	39
1.4 - BASES PARA A DOMINAÇÃO NEOLIBERAL NO ESTADO BRASILEIRO.....	43
1.5 - LUTA DE CLASSES ENTRE OS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO E O ESTADO BURGUEÊS: A DISPUTA DO FUNDO PÚBLICO E O PAPEL DOS SINDICATOS E GREVES.....	47
2 - AS GREVES DOS TAE EM 2005 E 2007 E A LUTA DA CATEGORIA POR SALÁRIO DURANTE OS GOVERNOS LULA DA SILVA I E II.....	57
2.1 - A POLÍTICA ECONÔMICA DOS GOVERNOS LULA DA SILVA I E II.....	57
2.3 - ANÁLISE SOBRE AS GREVES DOS TAE EM 2005 E 2007.....	61
2.3.1 - A greve da Fasubra de 2005.....	67
2.3.2 - A greve da Fasubra de 2007.....	76
2.4 - ANÁLISE DA TRANSFORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO SALARIAL DOS TAE DE 2005 A 2010.....	90
3 - AS GREVES DOS TAE DURANTE OS GOVERNOS DILMA ROUSSEFF E O SEGUIMENTO DA LUTA POR REAJUSTE SALARIAL.....	95
3.1 - A POLÍTICA ECONÔMICA DOS GOVERNOS DILMA ROUSSEFF I E II.....	95
3.2 - A POLÍTICA ECONÔMICA DOS GOVERNOS DE MICHEL TEMER (2016-2018) E JAIR BOLSONARO (2019-2022).....	99
3.3 - A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO LULA DA SILVA III (2023-2024).....	103
3.4 - AS GREVES DOS TAE DE 2011, 2012, 2014 E 2015.....	106
3.4.1 - A greve da Fasubra de 2011.....	107
3.2.2 - A greve da Fasubra de 2012.....	115
3.2.3 - A greve da Fasubra de 2014.....	125
3.2.4 - A greve da Fasubra de 2015.....	134

3.3 - O SALÁRIO DOS TAE DE 2018 A 2024.....	146
3.4 - ANÁLISE DA TRANSFORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO SALARIAL DOS TAE DE 2011 A 2024.....	148
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS.....	160

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa as greves dos trabalhadores técnico-administrativos em educação (TAE)¹ que tiveram repercussão no salário da categoria desde a implementação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), instituído pela Lei nº 11.091/2005, até 2024. Evidencia-se como os movimentos paredistas, um dos principais instrumentos de luta da classe trabalhadora, influenciaram a transformação salarial desta categoria ao longo do período determinado. Considera-se que esse processo deve ser entendido no contexto das políticas econômicas assumidas pelo Estado brasileiro e das disputas no seio do movimento sindical.

Neste estudo, caracteriza-se como salário o vencimento básico (VB) e o incentivo à qualificação (IQ) e como transformação salarial as modificações que se deram, avanços ou recuos, nos dois elementos que compõem o salário dos TAE, estipulados neste estudo.

O VB, na Lei do PCCTAE, é “estabelecido para o padrão de vencimento do nível de classificação e nível de capacitação ocupados pelo servidor” (Brasil, 2005). O IQ é uma espécie de gratificação - apesar de não ser descrita dessa forma na lei - paga “ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular” (Brasil, 2005). O padrão de vencimento é a “posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação” (Brasil, 2005).

Para fins de esclarecimento prévio, é preciso estabelecer que o PCCTAE possui cargos nos níveis de classificação A, B, C, D e E, “classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições” (Brasil, 2005).

A carreira, a partir do estabelecimento da Lei nº 11.091/2005, possuía 39 padrões de vencimentos diferentes. Com as greves e as mudanças na tabela salarial, que serão estudadas mais adiante, este número passou para 49. No entanto, cada cargo só poderia percorrer até 19 padrões de vencimento do piso ao teto da tabela, dando um total de 22,5 anos para esse percurso (Brasil, 2005).

¹ As greves analisadas neste trabalho são as organizadas pela Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra Sindical). Em algumas dessas greves, o Sindicato Nacional dos(as) Servidores(as) Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) - entidade que representa os TAE e docentes dos Institutos Federais - também foi parte do movimento. No entanto, pelo tamanho desta pesquisa, pelo curto tempo para o desenvolvimento dela, pela maior acessibilidade aos documentos da Fasubra Sindical por parte do autor e pela maior representatividade desta federação entre os TAE, optou-se por focar nas greves desenvolvidas no âmbito desta entidade sindical.

A greve realizada pelos TAE em 2024 mudou essa estrutura. Ao invés de uma tabela salarial única para todos os cargos de todos os níveis de classificação, foram criadas tabelas específicas para cada nível de classificação, com 19 padrões cada. A passagem de um padrão de vencimento a outro, dependendo de análise de desempenho positiva, passou de 18 para 12 meses com a reestruturação do PCCTAE. Dessa forma, a carreira, que antes precisava de 22,5 anos para se chegar do piso ao teto, passou para 18 anos, podendo-se chegar ao topo em 15 anos caso o TAE atinja, a cada 5 anos, um número de horas de cursos de capacitação, o que o faz acelerar um padrão de vencimento (Brasil, 2005).

O problema desta pesquisa surge após o ano de 2023 ter sido marcado por fortes ações sindicais - com dias de paralisação e protestos - e debates entre os TAE. As movimentações tiveram como pauta central o nível de vida da categoria, a ampla defasagem salarial, a necessidade de recomposição salarial dos SPFs, de reestruturação do PCCTAE, de revogação de legislações aprovadas nos governos Temer e Bolsonaro - entre elas o Decreto nº 9.262/2018 e o Decreto nº 10.185/2020 - que extinguiram cargos e proibiram concursos no bojo da carreira TAE².

A categoria, com esse programa acima relatado, realizou uma grande movimentação política em 2023, mas não teve sua pauta central atendida. Em 2024, essa movimentação política continuou se transformando numa grande greve da categoria TAE, aliando-se, politicamente, com os docentes federais, que posteriormente também pararam.

Podemos afirmar que a derrota eleitoral de Bolsonaro e a vitória de Lula da Silva em 2022, na qual parcela importante da militância sindical dos TAE - e da comunidade ligada à educação federal - se envolveu, abriram uma série de expectativas políticas na categoria. Estes setores votaram no principal líder petista com a esperança de conquistar a reversão dos ataques sofridos de forma profunda pelos governos de Temer e Bolsonaro. No entanto, foi necessário ir à greve - 103 dias (TAE), 90 dias (docentes) - para conquistar parte da pauta listada anteriormente.

Diante dessa realidade, de precisar ir a uma greve tão longa mesmo com um governo supostamente aliado no poder, refletiu-se sobre a necessidade de estudar as greves da categoria para que se pudesse entender como a situação econômica e as condições de trabalho dos TAE chegaram àquele estado. Por que foram necessárias tantas greves? Quais foram,

² O Painel Estatístico de Pessoal (PEP) mostra o impacto desses dois decretos na quantidade de pessoal técnico-administrativo em educação (TAE). Em 2019, existiam 226.702 TAE. Em 2026, esse número caiu para 214.782.

efetivamente, os resultados delas no salário dos TAE? Isso tudo será aprofundado nos capítulos 2 e 3 deste trabalho.

Estes debates sobre os problemas salariais dos TAE, realizados nas bases e no âmbito da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra) e do Sindicato Nacional dos(as) Servidores(as) Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) - entidades nacionais representativas dos TAE - também foram expostos pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Gestão de Pessoas (Forgepe)³. O Grupo de Trabalho (GT) do Forgepe sobre o PCCTAE aponta, em estudo de 2022, que há

[...] baixa capacidade de atrair e reter quadros qualificados em função dos baixos salários [...]. A falta de recomposição salarial faz com que exista uma desconexão entre a remuneração, o grau de responsabilidade e a qualificação dos servidores, além da defasagem salarial em relação ao mercado de trabalho atual para carreiras similares. [...] a imensa maioria dos cargos das classes A, B e C estão extintos e alguns cargos das classes D e E estão com vedação de provimento, sendo indicado para esses últimos a contratação de serviços [terceirização]. Diante do cenário de cortes de orçamento das IFES, a contratação de serviços torna-se inviável, não só pela manutenção e funcionamento das IFES, mas sobretudo no desenvolvimento de atividades especializadas (a ex. dos cargos da área de comunicação e de inclusão, ex: Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais⁴ (Forgepe, 2022).

O PCCTAE possuía, originalmente, 322 cargos divididos em cinco níveis de classificação⁵ (A, B, C, D e E). Ainda de acordo com o estudo do Forgepe, citado anteriormente, destes 322 cargos somente 58 estão ativos - o que representa 18% do total, e 82% desses estão extintos ou suspensos. Os cargos dos níveis A e B estão totalmente extintos. Do nível C, 72 estão extintos ou suspensos e somente um está ativo. Do nível D, 68 estão extintos ou suspensos e oito estão ativos. Do nível E, estão ativos 49 e 36 estão extintos ou suspensos (Forgepe, 2022).

As reflexões e dados apresentados pelo Forgepe, órgão diretamente ligado à gestão de pessoas das universidades federais, mostram que há uma crise no PCCTAE. Este processo ocorre tanto do ponto de vista do avanço da terceirização, como também de um alegado

³ Forgepe é um Fórum ligado à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

⁴ Os cargos citados no estudo do Forgepe, além de outros importantes para a vida cotidiana das universidades e institutos federais, tiveram a realização de novos concursos públicos vedada por determinação dos Decreto nº 9.262/2018 e Decreto nº 10.185/2020, instituídos, respectivamente, pelos governos de Temer e de Bolsonaro.

⁵ De acordo com a Lei nº 11.091/2005, que cria o PCCTAE, os níveis de classificação são: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições;

arrocho salarial. Este último aspecto, a partir da análise das greves dos TAE, será estudado nesta dissertação.

Corroborando a perspectiva apresentada pelo estudo do Forgepe, as entidades sindicais reunidas no Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) mostravam que, para algumas categorias, aí incluídos os TAE, antes dos 9% de reajuste salarial linear concedido em maio de 2023, o último reajuste havia ocorrido em janeiro de 2017. No entanto, de acordo com o Fonasefe, a Fasubra e o Sinasefe, as perdas salariais dos servidores TAEs, de 2010 a 2023, chegavam a aproximadamente 53% (Fonasefe, 2023).

Foram cinco anos sem nenhum reajuste no VB ou em qualquer outro item que alterasse os salários dos TAE. Desses, um ano foi do governo de Michel Temer e quatro anos do governo de Jair Bolsonaro. Mas essas perdas salariais não se deram somente nesses dois governos citados anteriormente, pois elas também ocorreram durante os mandatos de Dilma Rousseff. Como se deram essas perdas salariais, os acordos fechados no período, serão analisados nos próximos capítulos. Durante os governos da petista ocorreram quatro greves: 2011, 2012, 2014 e 2015.

As perdas salariais se deram em um contexto político e econômico conturbado, de crise e declínio da economia mundial e brasileira e de total submissão das políticas econômicas adotadas pelo Estado brasileiro às cobranças e orientações do grande capital internacional ou nacional e das instituições multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Aconteceram em um contexto econômico e político classificado por Behring (2018) como de ajuste fiscal permanente - que tem na diminuição do Estado e dos gastos com os servidores uma de suas metas centrais. Como esses temas citados anteriormente influenciaram as greves dos TAE que lutaram por salários? Esses temas serão debatidos com maior profundidade nesta pesquisa.

Os dados divulgados pelo Ministério da Economia do governo Bolsonaro, em seu *site* oficial, sobre a queda do número total de SPFs e a redução de gastos da União com pessoal, foram utilizados como propaganda, a saber:

Entre janeiro de 2019 e julho de 2022, o quantitativo de servidores da Administração Pública Federal foi reduzido de 626.093 para 570.288 – uma diminuição de 9% no número de servidores em atividade. Conforme o Resultado do Tesouro Nacional, a despesa com pessoal e encargos sociais deve chegar a 3,4% do Produto Interno Bruto (PIB) até dezembro de 2022. É o menor patamar desde o começo da série histórica, em 1997, de acordo com a Secretaria Especial do Tesouro Nacional (Brasil, 2022, p. 1).

O governo de Jair Bolsonaro afirmava que a redução do quantitativo de servidores foi possível devido à digitalização de cerca de 84% dos serviços oferecidos à população. Outro fator exposto pela propaganda do governo foi a automação. Ambos acabam por diminuir a “taxa de reposição de servidores aposentados, notadamente daqueles que ocupavam cargos de nível médio e obsoletos”. (Brasil, 2022, p. 1).

A justificativa do antigo Ministério da Economia, no entanto, contrasta com a necessidade de servidores apresentada pelo Forgepe. Parte desses cargos não se tornou obsoleta, eles seguem sendo necessários, mas a opção da política do Estado brasileiro é que sejam contratados de forma terceirizada, com menores salários, menos direitos e com enormes dificuldades de contribuir com a luta coletiva da categoria por suas pautas.

O ex-ministro da Economia de Jair Bolsonaro, Paulo Guedes, afirmou em evento do Banco BTG Pactual, amplamente divulgado pela mídia, que fez uma reforma administrativa “silenciosa” ou “invisível”, exaltando a diminuição de gastos com pessoal que acima já foi citada. Guedes explicou que tal reforma foi feita extinguindo cargos que supostamente foram substituídos por serviços oferecidos de forma on-line, como também congelando o salário dos servidores públicos federais (Barone, 2022). Esses elementos citados anteriormente corroboram as propostas do BM para os serviços públicos no Brasil. No tema do salário, em especial, esse ente multilateral propõe justamente o congelamento salarial para diminuir os vencimentos de forma generalizada (Banco Mundial, 2019).

Sendo assim, apesar de que havia discursos de “modernização” partindo do governo federal, o contexto político, econômico e social dessas medidas é de um sistema que busca uma reestruturação produtiva e novas formas de acumulação baseadas na utilização de novas tecnologias (Antunes, 2009) e na diminuição do Estado na prestação de serviços públicos. A ideia é que uma parcela maior do Fundo Público⁶ seja gasta com o pagamento de juros e amortizações da dívida pública e com a reprodução do capital de uma forma geral, ao invés de ser investido em melhores serviços públicos e em servidores mais valorizados (Behring *et al.*, 2021).

A reforma administrativa é uma reivindicação do grande capital no Brasil. A Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que instituiu o Teto de Gastos, segue a mesma lógica (Chaves; Reis; Guimarães, 2018). Todo esse conjunto de políticas é parte do projeto neoliberal (Druck de Faria, 2022), mas também do processo, que ocorre em escala mundial fortemente em

⁶ O Fundo Público é “o conjunto de recursos que o Estado mobiliza, que extrai da sociedade, na forma de taxas, contribuições, impostos etc., para o desempenho de suas funções” (Behring, 2018, p. 4). O conceito e a importância do Fundo Público, da disputa sobre ele para os TAE, serão melhor debatidos no Capítulo 1 deste trabalho.

países dependentes e semicoloniais como o Brasil, da financeirização da economia (Brettas, 2020).

A partir desta análise mais conjuntural da situação do PCCTAE e mais especificamente do salário, formulamos a seguinte questão-problema para a pesquisa: **quais as repercussões das greves da Fasubra na transformação do salário dos trabalhadores técnico-administrativos em educação (TAE) desde a implementação do PCCTAE em 2005 até 2024, diante da política econômica do Estado brasileiro implementada no contexto de crise estrutural do capital?**

De acordo com a questão-problema geral desta pesquisa, fica indicado que o **objetivo geral dela é desvelar como a política econômica adotada pelos governantes à frente do Estado brasileiro e das disputas políticas internas influenciaram o resultado das greves e repercutiram no salário dos TAE entre 2005 e 2024.**

Como objetivos específicos, buscou-se: 1) desvelar a essência das relações de trabalho dos TAE com o Estado brasileiro, no contexto da crise estrutural do capital, avaliando o papel das greves e sindicatos neste processo; 2) analisar as greves dos TAE, que envolveram a luta por salário, para entender como se deu a disputa entre esta categoria de trabalhadores e o Estado brasileiro numa perspectiva de luta de classes; 3) analisar a composição e a transformação do salário dos TAE de 2005 a 2024.

Feita esta explanação inicial, pode-se passar às motivações de ordem pessoal e social para a escolha do tema, que tem a ver com a realidade vivenciada pelo pesquisador.

A aproximação do autor deste trabalho com as lutas e pautas de reivindicações dos TAE iniciou quando, nos anos de 2014 e 2015, desempenhou a função de jornalista do Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino Superior no Estado do Pará (Sindtifes-PA). Além do vínculo de trabalho, também passou a militar politicamente nesta categoria⁷, acompanhando e apoiando um grupo de companheiros e companheiras TAE da Universidade Federal do Pará (UFPA).

No momento da escrita da dissertação, o autor era trabalhador TAE da UFPA, no cargo de assistente em administração, que requer nível médio. Ingressou nessa carreira em 2019 através de concurso público. A partir de 2021, passou a compor a direção do Sindtifes-PA e desde 2023 é diretor da Fasubra Sindical.

Com essa curta experiência e a partir da realidade vivida como servidor e dirigente sindical de 2019 até agora, o autor pode acompanhar de perto a luta dos TAE em defesa da

⁷ O autor deste trabalho é militante da Corrente Socialista de Trabalhadoras e Trabalhadores (CST) e do coletivo Combate Sindical, grupo de orientação trotskista.

valorização salarial, da reestruturação do PCCTAE, da redução da jornada de trabalho de 40 horas para 30 horas semanais. Outra batalha vivenciada foi contra a implementação do controle eletrônico da frequência, que visa – segundo as elaborações do Sindtifes-PA – acabar com a jornada de 30 horas nos setores onde ela ocorre, coibir a participação política da categoria e aumentar o assédio moral.

Ainda como funcionário do Sindtifes-PA, o autor desta dissertação acompanhou, em 2015, a greve que conquistou um reajuste salarial de 10,5%, parcelado em dois anos, 2016 e 2017, e mais 0,1% de aumento no step⁸. Desde esse período até o momento, tem acompanhado a luta da categoria por novos reajustes no salário e nos auxílios-alimentação, saúde e creche. Esses auxílios sofreram congelamento de 2016 a 2023, sendo o auxílio-alimentação reajustado em R\$200 e o VB em 9%, em maio de 2023, como medida do terceiro governo de Lula da Silva.

Como trabalhador TAE, dirigente sindical e membro do Comando Local e do Comando Nacional de greve da categoria, acompanhou de perto a greve realizada de 11 de março a 3 de julho de 2024, a primeira sob o terceiro governo do líder petista. Esse movimento paredista teve como pauta central a reestruturação do PCCTAE, com eixo em melhorias salariais.

Portanto, os temas do salário, da jornada e da sobrecarga de trabalho, da qualidade de vida são parte das discussões cotidianas da categoria TAE. No entanto, muitas das vezes, esses temas são pautados sem a devida análise de como se chegou à atual situação. Não se analisam a fundo quais políticas adotadas pelo Estado brasileiro - aplicadas pelos seus governantes - fizeram com que os TAE chegassem a ter cerca de 53% de defasagem salarial de 2010 a 2023. (Fonasefe, 2023).

Os diferentes coletivos políticos⁹ que atuam na categoria dão várias versões sobre o tema das perdas salariais, ora responsabilizando as linhas políticas dos coletivos adversários, ora desresponsabilizando os governantes. Assim, evidenciou-se a necessidade de investigação científica que analisasse essas variáveis, centralmente a partir dos estudos das greves dos TAE no período, pois foi a partir delas que se puderam fechar acordos que garantiram reajustes salariais¹⁰. As ausências desses movimentos, na maioria das vezes, significaram

⁸ O step é o valor pago ao trabalhador TAE quando ele progride na carreira. Quando escrevemos este trabalho, em 2025, o step tem a porcentagem de 4% do VB. Este índice subirá para 4,1% a partir de abril de 2026 devido ao acordo fechado na greve dos TAE ocorrida no primeiro semestre de 2024. Antes da greve de 2024, o step era de 3,9% - conquistado na greve de 2015, em vigor desde 2016.

⁹ No Capítulo 2 deste trabalho, vamos aprofundar sobre as diferenças políticas e de programas dos principais coletivos que atuam na Fasubra.

¹⁰ Ao menos de 2003 até 2024, os reajustes e transformações no salário dos TAE só foram possíveis a partir das greves. A exceção foi em 2023, primeiro ano do governo Lula da Silva III, que houve um reajuste salarial de 9%

congelamentos nos salários. De 2005 a 2024, foram sete grandes greves nacionais (2005, 2007, 2011, 2012, 2014, 2015 e 2024) dessa categoria que pautaram como prioridade a questão salarial.

Houve também outras greves que tiveram como centro o enfrentamento de temas mais amplos como o Teto dos Gastos em 2016 e a Reforma da Previdência em 2017, ambas no governo Temer. Ocorreram outras descentralizadas, como as greves sanitárias na pandemia ou por salário no último ano do governo Bolsonaro, que paralisaram algumas universidades federais. No entanto, ao menos sete foram nacionais, unificadas e foram centradas na pauta econômica e disputaram índices de reajuste salarial maiores com os governos de ocasião. Estes enfrentamentos político-sindicais também cumpriram função importante na composição salarial dos TAE na atualidade e precisam ser melhor estudados.

Em uma revisão bibliográfica realizada no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é possível encontrar pesquisas sobre os trabalhadores TAE nas áreas de Administração, Administração Pública, Educação, Sociologia, Psicologia, Serviço Social, Economia, Engenharia de Produção, Direito, Enfermagem, História, e outras, referentes a temas e métodos diversos.

Usando a palavra-chave “técnico-administrativos em educação”, foi possível encontrar 215 trabalhos entre teses e dissertações, realizados a partir de 2009. Optou-se por selecionar os trabalhos realizados a partir de 2012 (até 2024) porque avaliamos que, a partir desse ano, começaram a ser sentidas as perdas salariais iniciadas em 2010, como já descrito acima. Apesar da grande quantidade de trabalhos encontrados, foram selecionados estes 12, os quais vão ser percorridos abaixo, por terem maior proximidade com o objeto e tema desta pesquisa.

Em uma perspectiva que analisa as políticas relacionadas com os TAE às reformas de Estado, encontrou-se a dissertação de Silva (2016), que faz uma análise da política de gestão do trabalho para os TAE das Instituições Federais de Ensino (IFE) nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff. A obra concluiu que a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP), instituída pelo Decreto nº 5.707/2006, é pautada pelo princípio da gestão por competência e constitui-se como uma forma de flexibilização/racionalização dos custos do trabalho dentro do serviço público, estando alinhada à perspectiva da reestruturação produtiva, das contrarreformas de estado e da contrarrevolução neoliberal. A autora aponta que esse modelo busca capturar a subjetividade do trabalhador e que seus princípios se

sem necessidade de movimento paredista. Esse valor foi concedido de forma linear para todos os servidores federais do Poder Executivo.

fundam na perspectiva de envolvimento dos TAE, visando aprimorar o trabalho em um contexto de redução de custos e transformação da universidade.

A tese de Castro (2017) analisou os impactos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) na gestão administrativa e de pessoal da Universidade Federal de Goiás (UFG). Os resultados da pesquisa apontaram que as mudanças rápidas ocorridas na implementação do Reuni na UFG ocasionaram aos servidores momentos de estresse com a intensificação do trabalho e impacto nas subjetividades deles.

O tema da pesquisa de Silva (2015) foi a terceirização da mão de obra dos TAE nas IFE e qual impacto esse processo teve na precarização do trabalho dos servidores entre 2010-2014. O trabalho analisou essa realidade na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Como resultado, averiguou-se que a terceirização proporcionou a “gradativa deterioração da qualidade do trabalho, da vida do trabalhador e de suas formas de organização e mobilização enquanto classe”. (Silva, 2015, p. 4).

Silva (2015) apresenta ainda as fundações de apoio, o Reuni, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), a extinção de cargos de apoio como responsáveis pelo avanço da terceirização na UFU. Foi possível perceber também que a terceirização não se dá somente com a contratação de empresas terceirizadas, mas com a utilização de bolsistas, tutores, estagiários.

Sobre a carreira dos TAE e a busca por valorização, têm-se alguns trabalhos que, da mesma forma, dão caminhos para a investigação que aqui será realizada. Azambuja (2018) investiga a história da luta dos TAE em defesa de seus Planos de Carreira. No caso, estuda-se tanto a conquista do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE) quanto do PCCTAE. O autor se propõe a estudar o tema a partir de três problemáticas: 1- buscando entender o cenário político antes e durante a conquista dos Planos de Carreira; 2- como ocorreu a criação do PUCRCE e do PCCTAE; e 3- como as fontes entrevistadas apontam os avanços e retrocessos da carreira.

Entre os inúmeros resultados a que chegou a pesquisa de Azambuja (2018), destacam-se os apontamentos do autor que dão conta do instrumento da greve como fundamental para a conquista dos planos de carreira, o papel fundamental dos sindicatos e de servidores militantes sindicais que estiveram à frente dessas lutas, e como esses processos de mobilização tiveram fluxos e refluxos, mas foram essenciais para garantir uma carreira com ganhos salariais.

Outro trabalho que analisa a carreira é de Almeida (2018), que visa discutir a temática da valorização dos TAE e sua constante luta de resistência à política do Ministério da Educação (MEC), que o pesquisador define como de caráter neoliberal. A pesquisa conclui que as conquistas dos planos de carreira da categoria vão de encontro às políticas neoliberais que predominam no Estado brasileiro e também no campo da educação. Apresenta, do mesmo modo, que as divisões políticas no interior da Fasubra, as pressões do governo à época pela aplicação do modelo neoliberal, o descumprimento de acordos por parte do governo leva a ameaças de concretização da Carreira como pensada originalmente.

Os estudos de Pereira (2017) e Freitas (2017) analisam quais fatores levam à rotatividade dos técnico-administrativos na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), respectivamente. Verificou-se que, na UFSC, os fatores organizacionais têm mais preponderância que os individuais para que servidores TAE solicitem exoneração de seus cargos, sendo os principais deles: salário e progressão salarial para 77% dos entrevistados e benefícios para 61%. Na Unifesp, a resposta principal dos servidores que se desligaram foi “financeiro/melhor empregos”, o que mostra que carreiras com melhores salários estavam fazendo com que os servidores abandonassem a instituição.

Santos (2019) identificou a carreira como um dos fatores mais críticos para a qualidade de vida no trabalho dos TAE da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). O tema da carreira como importante para o entendimento de valorização profissional também surge na pesquisa de Calazans (2020) com os TAE do Instituto Federal (IF) Baiano.

Ademais dos debates sobre as relações de trabalho, identificou-se que fazem parte do rol de pesquisas sobre os TAE as que exploram o ponto de vista da luta sindical e da organização dos trabalhadores. Ribeiro (2023) estudou, a partir das teses dos coletivos políticos que atuam na Fasubra, as concepções sobre organização dos trabalhadores, consciência de classe, formação da identidade desta categoria de trabalhadores e como esse processo se dá nos espaços de organização da federação. O pesquisador, em suas considerações finais, aponta para a necessidade de repensarmos as formas de organização sindical dos TAE e/ou realizar fusões com o Sinasefe, com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), com entidades da educação do setor privado. Além disso, propõe que os sindicatos devem ultrapassar as pautas corporativas, buscando fortalecer as pautas de toda a classe trabalhadora, além de buscarem ser um espaço de educação revolucionária do proletariado.

Jesus (2021) estudou como e se o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Sintufrj) contribuiu para a formação dos seus filiados. Foi feita análise de materiais formativos diversos do Sintufrj. O autor concluiu que as políticas de formação do Sintufrj são voltadas mais para a resolução de necessidades imediatas e individuais, e não visam fazer um debate mais amplo sobre o projeto neoliberal e como combatê-lo. O estudo indicou ao sindicato a realização de atividades voltadas à emancipação política dos trabalhadores.

Bonani (2016) analisou as greves da categoria TAE de 2010 a 2015 para entender se os direitos conquistados têm relação com a luta sindical organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais de Pernambuco (Sintufepe) e a Fasubra. O estudo concluiu que o atendimento das pautas pelo governo federal foi parcial, sendo grande parte delas não atendida.

Com as pesquisas acima relatadas, foi possível perceber que as políticas e reformas neoliberais adotadas pelo Estado brasileiro em busca de reduzir os custos com a manutenção da máquina pública afetam diretamente os trabalhadores TAE (Silva, 2015; Silva, 2016; Castro, 2017) no seu trabalho cotidiano. Esse processo, igualmente, impactou a carreira em sua concepção inicial formulada pelos trabalhadores (Almeida, 2017), gerando insatisfação com o PCCTAE (Calazans, 2020; Santos, 2019) e levando os trabalhadores a abandonarem seus cargos em busca de melhores salários.

Do ponto de vista sindical, os três trabalhos aqui discutidos mostram a complexidade da atuação política no interior da Fasubra e de sua relação com outras entidades sindicais do campo da educação federal (Ribeiro, 2023). Apontam ainda para a necessidade de uma atuação sindical mais politizada, menos corporativa, das entidades sindicais dos TAE; e que o governo não atendeu na íntegra, apenas parcialmente, as pautas de reivindicações da categoria. Estas questões serão analisadas nos capítulos 2 e 3 deste trabalho.

Diante dessa revisão bibliográfica que aqui foi exposta, a partir dos trabalhos que têm mais proximidade com o tema e o objeto desta pesquisa, é possível concluir que há originalidade no estudo que aqui será explanado. Este trabalho vai ajudar a preencher lacunas nos estudos sobre o desenvolvimento e a crise do PCCTAE no que tange à questão salarial e sobre a importância das greves da categoria. A pesquisa também abrirá caminhos para que outros temas referentes à carreira e ao trabalho dos TAE possam ser explorados.

Sendo assim, compreende-se que a relevância de aprofundar uma pesquisa científica sobre estas temáticas é coletiva. Ela vai dar subsídios concretos para a disputa política que os TAE e toda a classe trabalhadora seguirão fazendo em defesa de um salário digno, de

carreiras valorizadas e contra os discursos e políticas que visam diminuir recursos para os serviços públicos e retirar direitos. Esta investigação tem potencial, além disso, de contribuir para o esclarecimento da importância das lutas coletivas para que se possa avançar em objetivos comuns. Ajudará a categoria a refletir sobre as greves anteriores, suas pautas, as relações com os governos e sobre os desdobramentos delas, buscando, com a experiência, ter movimentos mais vitoriosos.

Este modo de ver a importância do trabalho se alinha ao método materialista-histórico-dialético que se assume nesta pesquisa, para o qual a práxis revolucionária é fundamental. “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diversas maneiras; o que importa é transformá-lo” (Marx, 2007, p. 535).

Pesquisar sobre os temas citados nos parágrafos anteriores, e mais precisamente sobre como se deram as greves dos TAE e as transformações salariais de 2005 a 2024, é importante porque se pode entender como as lutas coletivas - e a resposta política do Estado brasileiro - repercutem na vida da classe trabalhadora. Este estudo, portanto, não se propõe a assumir uma suposta neutralidade, ele parte de uma compreensão de que a classe trabalhadora é um setor social explorado e se coloca ao lado dela na sua luta por emancipação (Frigotto, 1991).

Ademais, estudar estes temas aplicados à realidade dos TAE ganha em relevância por ser essa a maior categoria do serviço público federal - com cerca de 220 mil membros e sendo 18,37%¹¹ de todo o contingente de servidores públicos federais (SPFs). Mas também por serem os profissionais responsáveis pelo trabalho administrativo, pelo assessoramento e realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão nas universidades federais (UFs), institutos federais (IFs), Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e outras instituições de educação no âmbito federal; atividades estas fundamentais para o desenvolvimento das ações regulares desses órgãos públicos de importância significativa para o país.

Investigar sobre as greves, como se desenvolveram, sobre as respostas políticas do Estado brasileiro, que levaram à atual situação salarial (Fonasefe, 2023), contribuirá com a reflexão do conjunto dos trabalhadores do serviço público sobre o atual processo de precarização do trabalho. Esta reflexão incentivará e ajudará novos estudos sobre a área técnico-administrativa no serviço público e até mesmo na iniciativa privada. Contribuirá

¹¹ Dados extraídos do Painel Estatístico de Pessoal (PEP) em 10/02/2024 e que podem ser encontrados em: <http://painel.pep.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=painelpep.qvw&lang=en-US&host=Local&anonymous=true>

também para que os trabalhadores e suas lideranças sindicais procurem saídas políticas mais de fundo e estratégicas para a resolução dos problemas salariais, indo além de iniciativas corporativistas e/ou individuais. Almeja-se que trabalhos deste tipo façam avançar as reflexões dos trabalhadores, fortalecendo suas lutas e sua consciência como classe (Marx; Engels, 1997).

Mas para que se consiga cumprir com os objetivos geral e específicos definidos para este trabalho, é de fundamental importância amparar-se nos estudos de referência sobre as categorias que serão utilizados. Sendo assim, expõe-se, de forma breve, as bases teóricas e o método com os quais pretende-se desenvolver esta pesquisa.

A tarefa principal que se apresenta é a de desenvolver esta investigação de forma crítica, através do método materialista-histórico-dialético desenvolvido por Marx e Engels. Os autores alemães apontam para a totalidade, para as condições materiais da vida, as explicações das relações de poder jurídicas e políticas da sociedade na atualidade (Marx, 2008).

Esta investigação parte, portanto, da compreensão de que se vive no Brasil e no mundo em sociedades onde há uma classe, a burguesia, que domina as relações sociais. Ainda de acordo com os autores, essa dominação pode ser quebrada. Porém, isso não se dá sem enfrentamentos com as classes dominadas, principalmente com a classe trabalhadora - classe da qual os TAE fazem parte (Marx, 2008). O primeiro capítulo desta dissertação irá explicar melhor esta concepção.

Buscar-se-á com o método marxista, desse modo, ultrapassar as explicações aparentes, muitas vezes descritas como técnicas, sobre as políticas adotadas pelo Estado brasileiro - e que foram confrontadas pelas greves - que transformaram o salário dos trabalhadores TAE de 2005 a 2024. Neste sentido, almeja-se “apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Explicando melhor: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto” (Netto, 2011, p. 21-22).

O autor desta pesquisa entende, além disso, o materialismo-histórico-dialético, como explica Frigotto (1991), mais do que um método de pesquisa, mas também como postura (visão de mundo e posicionamento político) e uma práxis, que busca a transformação da realidade a partir do conhecimento novo adquirido.

A partir deste entendimento metodológico e refletindo teoricamente sobre o objeto de estudo, pode-se definir que essas políticas adotadas pelo Estado brasileiro são tomadas por um Estado que tenta aparentar neutralidade e a defesa do bem para todas as classes, mas que

está a serviço da reprodução do capital, seja através das leis, da ideologia e/ou da força (Marx, 2008; Engels, 2019). Tem-se, portanto, um Estado de classe que, além de capitalista, está sendo regido econômica e politicamente, pelo menos desde a década de 1990 no Brasil, por concepções neoliberais. O contexto mais amplo é de um sistema em crise econômica estrutural pelo menos desde o início da década de 1970 e que passa por um processo de reestruturação produtiva do mundo do trabalho, visando reduzir custos e aumentar os lucros (Antunes, 2009).

Entendem-se as crises do sistema capitalista na perspectiva marxista, ou seja, como um problema inerente ao próprio funcionamento irracional desse sistema econômico. Marx (2009) mostra que a busca incessante por lucro cada vez maior acaba levando a uma tendência pela queda da taxa de lucro, o que leva à superconcentração de capitais, retirada de direitos dos trabalhadores, aumento do desemprego, superprodução de mercadorias que não podem ser mais compradas etc.

Essas crises são cíclicas, para Marx, e ficariam cada vez piores. Mészáros (2011), no entanto, atualiza a visão do mouro ao defender que, desde a crise de 1970, essas crises passaram a ser mais recorrentes, transformando-se numa crise estrutural e permanente.

O neoliberalismo passa a ser implementado como resposta das classes dominantes à crise estrutural do sistema capitalista (Anderson, 1995), que busca restabelecer as taxas de lucro dos grandes capitalistas. Para tanto, advoga pela retirada de direitos da classe trabalhadora para diminuir os custos com o trabalho e aumentar os lucros.

Entre estes direitos estão também os sociais, garantidos pelo Estado. As intenções são duas: 1- privatizar os serviços ofertados pelo Estado para que setores empresariais possam explorá-los em busca de lucros; e 2- que mais verbas do Fundo Público deixem de ser investidos em serviços públicos (políticas sociais) e possam ser utilizadas para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública e para outras formas de reprodução do capital.

Estas políticas neoliberais contra os serviços públicos se revertem em menos contratação de servidores, congelamento de salários, corte de gastos públicos em geral e retirada de direitos sociais, o que foi intensificado nos últimos anos de governo de Jair Bolsonaro.

Sobre as universidades federais, local de trabalho dos TAE, a política de redução orçamentária foi evidente.

Em 2013, as Universidades receberam para o custeio de suas atividades R\$ 10,339 bilhões e em 2020 receberam R\$ 6,514 bilhões, uma redução de -37,00%. [...]. No caso dos investimentos, a situação é ainda mais grave. Os

recursos destinados ao investimento foram reduzidos de 2013 (R\$ 3,844 bilhões) a 2020 (R\$ 258 milhões) em 93,28% (Chaves; Araújo, 2022, p. 10).

Os cortes de investimentos, entretanto, atingiram o conjunto do serviço público federal. A maioria das categorias não tinha reajuste salarial desde 2017 e os TAE estão reivindicando suas perdas salariais históricas desde 2010, como já dito anteriormente.

Essas políticas seguem a linha ideológica do enxugamento do Estado - diminuindo salários e o número de servidores efetivos, terceirizando serviços, ampliando a exploração, com a roupagem de ganho em produtividade. Em suma, pretendem a privatização dos serviços públicos e das universidades federais, seguindo a lógica e as proposições do setor privado (Santos; Chaves, 2020, p. 8-9).

Silva (2016) defende que os serviços públicos e, em especial, as universidades federais passaram por um processo de reconfiguração do trabalho nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e de Lula da Silva, como também no governo de Dilma Rousseff. A pesquisadora aponta que é fundamental a compreensão de que “a contrarrevolução neoliberal abarca não somente o processo de contrarreforma do Estado, mas também promove a reconfiguração do trabalho, por meio do estabelecimento de um processo de reestruturação produtiva” (Silva, 2016, p. 116).

A política econômica de cunho neoliberal se mantém no terceiro governo de Lula da Silva. Nesse sentido, Sampaio Jr. (2024) defende que no central o governo petista, iniciado em 2023, mantém a política econômica de Bolsonaro, pautada pelos princípios do Plano Real¹². O eixo principal desse plano é a estabilização da moeda para sustentar “o desdobramento do padrão de acumulação liberal-periférico deflagrado por Collor de Mello no início dos anos 1990 e institucionalizado por Fernando Henrique Cardoso em 1994.” (Sampaio Jr., 2024, s.p).

Sampaio Jr. (2024) aponta ainda que o “Novo Arcabouço Fiscal”, defendido e aprovado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é a aceitação da filosofia do Estado mínimo imposta pela Lei do Teto de Gastos¹³. Essa política levará o governo Lula da Silva III a não cumprir com sua promessa de campanha de colocar o pobre no orçamento. Ainda segundo o autor, o que se tem é a manutenção da estrutura legal neoliberal construída desde a década de 1990, que contou a liberalização da economia gerando dependência do dólar, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), aprovada nos anos 2000, privatizações e reformas diversas que atacaram os direitos dos trabalhadores.

¹² O Plano Real foi uma série de reformas econômicas implementadas no Brasil entre 1993 e 1994 com a intenção de conter a hiperinflação.

¹³ A Lei do Teto dos Gastos é como ficou amplamente conhecida a Emenda Constitucional nº 95/2016.

As políticas neoliberais acima citadas, com maior ou menor intensidade, foram aplicadas por todos os governos que estiveram à frente do Estado brasileiro pelo menos desde 1990 até 2025 (Araújo, 2024), momento em que este trabalho está sendo produzido.

Parte importante da intenção dessas políticas segue sendo a luta dos capitalistas pela apropriação do Fundo Público, via pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, retirando recursos de investimentos em serviços públicos que poderiam servir à classe trabalhadora e aos setores populares (Chaves; Reis; Guimarães, 2018). O Fundo Público, que é composto, majoritariamente, por impostos e contribuições pagos direta ou indiretamente pelos trabalhadores (Brettas, 2012), também é apontado por Chesnais (1998, p. 16) como parte “do crescimento da esfera financeira”.

Sendo assim, o que se tem posto é que a hegemonização neoliberal e a financeirização da economia brasileira, seguindo uma lógica mundial, têm direcionado a uma política econômica que retira verbas da manutenção e ampliação dos serviços públicos para garantir a lucratividade do grande capital nacional e internacional com o pagamento da dívida pública, o que significa “o repasse de recursos públicos para as mãos dos grandes capitalistas, ao mesmo tempo que aumenta o poder de barganha destes últimos tendo em vista que passam a ser credores do Estado” (Brettas, 2020, p. 85-86).

Dentre essas políticas e discursos neoliberais que visam diminuir o montante de recursos destinados aos serviços públicos, os gastos com os trabalhadores sempre foram apontados como uma das questões cruciais a serem atacadas, e de fato foram e seguem sendo. Desde os discursos de Collor contra os “Marajás”, passando pelos limites de gastos com pessoal impostos pela LRF e pelo Teto de Gastos de Temer, até às restrições previstas pelo Novo Arcabouço Fiscal, os trabalhadores dos serviços públicos são vistos como vilões.

Entretanto, essas políticas do Estado brasileiro contra os trabalhadores não foram aceitas sem que tivesse havido resistências, com greves e mobilizações de vários tipos. Em todos os governos que se passaram, no período de 2005 a 2023, houve enfrentamentos numa perspectiva de luta de classes (Marx, 2008). Essas greves envolvendo a pauta salarial, suas reivindicações, desdobramentos, a política salarial dos governos, são temas que serão analisados no segundo e terceiro capítulos desta pesquisa.

Mesmo durante os governos petistas, que se apresentavam como governos dos trabalhadores, os TAE tiveram de realizar greves para poder conquistar reajustes salariais. Na maioria das vezes, não conquistaram sua pauta, principalmente a salarial, na íntegra. Prova disso é que, após 20 anos de institucionalização do PCCTAE, uma das pautas centrais, o piso de três salários-mínimos e o step de 5%, ainda não foi conquistado (Fasubra, 2023), e os

reajustes mais expressivos foram garantidos pelo IQ, mecanismo de complementação salarial centralmente pautado por ações individuais de educação formal dos TAE.

Isso se dá desta forma, no ponto de vista expresso neste trabalho, porque, apesar de que os TAE não sejam produtores de mercadorias e não gerarem mais-valia, são empregados de um Estado capitalista, como se definiu anteriormente. Regido pela lógica do capital, este Estado vê a força de trabalho dos seus servidores como uma mercadoria (Marx, 2010). Portanto, lutará sempre para pagar o menor salário possível, enquanto os TAE farão o movimento oposto, visto que a “questão [do salário] se reduz ao problema da relação de forças dos combatentes” (Marx, 2010, p.137).

O salário, para Marx (2010), como o valor da força de trabalho (mercadoria) é definido, em última instância, pela quantidade de artigos básicos (mercadorias) que um trabalhador precisa para se manter e se reproduzir, como também à sua família. No entanto, o mouro define um outro elemento que é histórico e social, que é o “padrão de vida tradicional em cada país. Não se trata somente da vida física, mas também da satisfação de certas necessidades que emanam das condições sociais em que vivem e se criam os homens” (Marx, 2010, p. 135).

No entendimento marxista, o salário em um país, região ou ramo produtivo pode ser medido também por essa lógica social e histórica - e isso pode ser perdido ao longo do tempo -, os capitalistas lutam para o conseguir. Pode-se definir por essa perspectiva a diferença do salário dos SPFs com os de grande parte da iniciativa privada no Brasil. A análise das greves dos TAE mostrará a luta desta categoria por valorização salarial, pela manutenção do seu nível de vida.

Metodologicamente, esta investigação se consolidou ao encontrar dados qualitativos e quantitativos através de 1) pesquisa bibliográfica em fontes primárias e secundárias; 2) pesquisa documental de legislação em geral relacionada ao serviço público e à carreira dos TAE, materiais jornalísticos produzidos pela Fasubra e outras entidades sindicais da base da categoria, além de pesquisar os documentos “Informe de Greve” (IG) e “Informe de Direção” (ID) dos anos de 2004, 2005, 2006, 2007, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2022 e 2023 - descritos no Quadro 1, abaixo; e 3) coleta e análise de dados referentes aos reajustes salariais dos TAE de 2005 a 2024.

Quadro 1 - Documentos referentes às greves analisadas

ANO	DOCUMENTOS ANALISADOS
-----	-----------------------

2004	IG AGO-18, IG AGO-21, IG SET-01.
2005	IG SET-12, IG SET-14, IG SET-16, IG OUT-02, IG OUT-05, IG OUT-19, IG OUT-20, IG NOV-01, IG NOV-02, IG NOV-03, IG NOV-11, IG NOV-12, IG NOV-13, IG NOV-17, IG NOV-18, IG NOV-21.
2006	Caderno de teses do XIX CONFASUBRA.
2007	ID ABR-01, ID ABR-18, ID MAIO-11, ID MAIO-12, IG MAIO-01, IG JUN-04, IG JUN-12, IG JUN-13, IG JUN-24, IG JUL-01, IG JUL-09, IG JUL-12, IG JUL-16, IG JUL-17, IG AGO-05, IG AGO-06, IG AGO-07, IG AGO-12, IG AGO-13, IG AGO-16, IG AGO-18, IG AGO-19, IG AGO-21, IG AGO-22, IG AGO-24, IG SET-01, IG SET-02, IG SET-04.
2008	Relatório da reunião com o Ministério do Planejamento. Brasília, DF, 8 abr. 2008.
2009	Cadernos de teses do XX CONFASUBRA.
2010	Memorial 30 anos: Linha do Tempo - Fasubra Sindical. Brasília, DF, 2010.
2011	IG JUN-01, IG JUN-02, IG JUN-03, IG JUN-07, IG JUL-02, IG JUL-03, IG JUL-08, IG JUL-12, IG AGO-06, IG AGO-07, IG AGO-09, IG AGO-11, IG AGO-14, IG SET-01, IG SET-03, IG SET-04, IG SET-06, IG SET-09.
2012	Caderno de teses do XXI CONFASUBRA, ID JUN-02, IG JUN-01, IG JUN-02, IG JUN-06, IG JUN-10, IG JUL-01, IG JUL-04, IG JUL-05, IG JUL-07, IG JUL-11, IG JUL-14, IG JUL-15, IG JUL-17, IG AGO-03, IG AGO-07, IG AGO-09, IG AGO-10, IG AGO-11, IG AGO-13.
2014	ID FEV-03, IG MAR-02, IG MAR-05, IG ABR-02, IG ABR-03, IG ABR-04, IG ABR-05, IG MAIO-02, IG MAIO-03, IG MAIO-05, IG MAIO-06, IG MAIO-08, IG MAIO-09, IG JUN-04, IG JUN-06.
2015	Caderno de teses do XXII CONFASUBRA, ID MAIO-02, ID MAIO-05, ID MAIO-06, IG JUN-01, IG JUN-02, IG JUN-04, IG JUN-07, IG JUN-11, IG JUN-15, IG JUL-01, IG JUL-05, IG JUL-06, IG JUL-10, IG JUL-11, IG JUL-12, IG JUL-13, IG JUL-15, IG AGO-02, IG AGO-04, IG AGO-09, IG AGO-12, IG AGO-13, IG AGO-16, IG AGO-17, IG SET-01, IG SET-04, IG SET-05, IG SET-08, IG SET-09, IG SET-13, IG SET-15, IG SET-17, IG OUT-01, IG OUT-02.
2017	ID JAN-01, IG NOV-03.
2020	ID MAR-02
2022	ID JUN 01
2023	Conheça a proposta da Fasubra. Brasília, DF, 24 out. 2023.

Fonte: dados da pesquisa.

Para análise dos documentos, tomou-se como referência teórica o trabalho de Evangelista e Shiroma (2019), com a utilização do método de Marx como suporte epistemológico. Apesar de que as autoras fazem reflexões sobre a análise de documentos de política educacional, principalmente produzidos pelo Estado, acredita-se que as reflexões levantadas podem ser utilizadas para avaliar, de igual forma, os documentos de caráter sindical. Para as pesquisadoras, os documentos são

[...] produtos de informações selecionadas, de avaliações, de análises, de tendências, de recomendações, de proposições. Expressam e resultam de uma combinação de intencionalidades, valores e discursos; são constituídos pelo e constituintes do momento histórico. Assim, ao se tratar de textos políticos é preciso ter clareza de que eles não expõem as “verdadeiras” intenções de seus autores e nem a “realidade”. Como fontes de concepções, permitem captar a racionalidade da política, desde que adequadamente interrogados. A interrogação metódica a esse tipo de evidência procura apreender suas incoerências, seus paradoxos, seus argumentos cínicos ou pouco razoáveis. Trata-se de desconstruí-los para captar aspectos da política educacional da qual são, simultaneamente, expressão e proposição. Captar as pistas que oferecem para a compreensão da racionalidade da política, das raízes do movimento histórico, das ideias mestras das diretrizes educacionais em um dado tempo supõe investigar suas origens, tendências que expressa, rede de influências que o produziu, metamorfoses e ressignificações que opera (Evangelista; Shiroma, 2019, p. 101-102).

A partir da caracterização descrita, é possível entender que documentos em geral não podem ser considerados como verdades absolutas ou como diretamente objetivos, mas sim que estão carregados de intencionalidades não assumidas expressamente, influenciadas por vários interesses. Ademais, sabe-se que os documentos Informes de Direção e Informes de Greve, da Fasubra Sindical, expressam as posições políticas dos grupos ou partidos que tinham maioria na hora da escrita do material.

No contexto de uma sociedade capitalista, é papel do investigador “decifrar, nos textos, os objetivos anunciados ou velados de determinada política, para entender como se articulam ou afrontam o projeto hegemônico burguês, como impactam a luta de classes” (Evangelista; Shiroma, 2019, p. 84-85). Assim, é necessário buscar, também, o que estiver oculto nos documentos. Essa perspectiva norteou a análise dos documentos oficiais do governo federal, bem como dos documentos produzidos pela Fasubra Sindical e pelos sindicatos de base. Aliás, uma das limitações deste trabalho pode ser a falta de mais fontes capazes de expressar a diversidade de posições políticas que é perceptível que existiram nas greves analisadas.

É importante, de igual maneira, alertar que a perspectiva metodológica adotada nesta pesquisa, do materialismo histórico-dialético, não acredita em imparcialidade. Avalia que todo pesquisador expressa uma posição política - visão de mundo - e isso se reflete na escolha

dos documentos a serem analisados e, até mesmo, na forma e nas interpretações do pesquisador. No entanto, mesmo com essa caracterização, Evangelista e Shiroma (2019, p. 97) apontam que é necessário buscar uma objetividade e uma vigilância “do sujeito sobre si e sua relação com o tema e fontes de pesquisa”. O autor desta dissertação, como militante que atua no movimento dos TAE e diretor da Fasubra Sindical no momento da escrita, assume essas dificuldades e garante que buscou ser fiel aos fatos. Esta aproximação político-pessoal com o tema, no entanto, também pode ter um caráter positivo, que é o da familiaridade com as discussões postas nos documentos analisados e a capacidade de conhecer as intencionalidades ocultas nestes.

Por fim, vale trazer ao conhecimento dos leitores deste trabalho que se teve muitas dificuldades de encontrar os documentos do governo diretamente nos *sites* do MEC ou do MGI. Muitos deles foram encontrados reproduzidos nos próprios IGs e IDs da Fasubra Sindical. Os documentos da federação também não são muito fáceis de ser acessados. Das greves de 2005 e 2011, o mestrando teve de acessar o arquivo físico da Fasubra, em Brasília, que ainda requer uma maior organização. Das outras greves, havia ampla documentação disponível em um arquivo on-line, mas que não tem acesso livre ao público. Foi necessário solicitar autorização formal da direção nacional da entidade para que se pudesse acessar à documentação.

Os documentos analisados, descritos no Quadro 1, acima, foram escolhidos pela sua importância das informações trazidas sobre as greves: traziam a pauta dos movimentos, os textos de análise de conjuntura, relatos de reuniões com o governo e avaliação dessas, e também informes de atividades públicas e as informações sobre as decisões políticas dos TAE durante as mobilizações paredistas. Era impossível fazer um detalhamento mais profundo pelo tamanho da dissertação, mas há muita documentação trazendo informações sobre as greves nas bases, que podem ser melhor exploradas em outras pesquisas futuras. Foram citados cerca de 140 documentos somente da Fasubra Sindical. A realidade objetiva não permitiu conferir a quantidade de documentos lidos e analisados na totalidade, mas que não entraram no trabalho.

Sobre a estrutura textual, o Capítulo 1 deste trabalho contará com pesquisa bibliográfica e documental para que possam ser entendidas as relações de trabalho dos TAE com o Estado brasileiro e o papel das greves e dos sindicatos nesse processo. Nesse contexto, buscou-se entender a crise do sistema capitalista, como elemento concreto para o surgimento das políticas neoliberais contra as quais lutam os trabalhadores pelo mundo. Esta fase visa fundamentar histórica e teoricamente a análise das greves que será feita nos capítulos 2 e 3.

Nos capítulos 2 e 3, serão analisadas as greves dos TAE que geraram repercussão no salário da categoria entre os anos de 2005 e 2024. A intenção é compreender as pautas principais desses movimentos, o contexto político, as políticas econômicas adotadas pelo Estado brasileiro em cada período, como se deram as negociações com os governos e quais foram as principais disputas políticas internas ao movimento. Por fim, vai ser analisado se essas greves tiveram influência na composição e na transformação salarial dos TAE, verificando se houve perdas ou ganhos salariais.

O Capítulo 2 analisará as greves de 2005 e 2007, que ocorreram durante os governos de Lula da Silva I e II. O Capítulo 3 analisará as greves de 2011, 2012, 2014 e 2015, que ocorreram durante os governos de Dilma Rousseff I e II. Será debatida também a política dos governos Temer, Bolsonaro e Lula da Silva III que tiveram repercussão no salário até 2024.

1 APORTES TEÓRICOS E CONJUNTURAIS PARA A COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS DOS TAE

Com vistas a desvelar a essência do objeto, avalia-se que é fundamental que se conheçam as bases teóricas das relações de trabalho entre os servidores públicos e o Estado. Essas relações não se dão no vácuo ou a partir de ordens preestabelecidas por alguma força sobrenatural, pois ocorrem sob as bases jurídicas e políticas determinadas histórica e socialmente. Neste contexto, para que seja possível compreender melhor as greves dos TAE por salário, é fundamental analisar o caráter de classe do Estado brasileiro - empregador dos servidores públicos - e a crise estrutural do capitalismo (Mészáros, 2011) - com sua resposta neoliberal. A partir desta base de compreensão, pode-se aprofundar sobre a disputa do Fundo Público e o salário em si. O que recebem os TAE como salário é justo? Apesar de não haver mais-valia sobre os TAE, há algum mecanismo capitalista que explique as alegações de arrocho salarial levantadas pela categoria? O que são e qual o papel dos sindicatos e das greves numa sociedade capitalista?

Para aprofundar esses temas, o capítulo terá uma primeira seção com uma reflexão sobre o Estado de uma forma geral e do Estado brasileiro em particular. Na segunda seção, discutem-se a crise estrutural do capital e o neoliberalismo. Na terceira seção, apresentam-se reflexões sobre o Fundo Público. Na última seção, são feitas análises sobre os rebatimentos desses processos sobre o salário e o papel dos sindicatos e greves na sociedade capitalista e na luta dos trabalhadores contra a exploração.

As duas seções iniciais deste primeiro capítulo visam compreender o papel do Estado/patrão nas greves dos TAE, buscando as bases ideológicas e materiais que os regem nos embates com a categoria. As seções 3 e 4 refletem sobre de onde sai a riqueza para garantir as reivindicações dos trabalhadores dos serviços públicos e como esse processo é marcado pela luta de classes.

1.1 CONCEITO DE ESTADO E O ESTADO BRASILEIRO

O Estado brasileiro é a instituição empregadora ou patrão dos trabalhadores TAE. É o ente que define, em última instância, os valores dos salários e os regramentos de todo tipo que regulam o trabalho desta categoria. Além disso, o Estado brasileiro é também a instituição, com seu regimento jurídico - a Constituição Federal (CF) de 1988 e outras

variadas legislações -, poderes e outras instituições menores, na qual se dá a vida cotidiana de todos os cidadãos brasileiros.

As políticas econômicas e salariais adotadas pelos governos também se dão nos marcos deste Estado e de suas legislações. Então, avalia-se que é essencial para esta pesquisa a caracterização do Estado brasileiro baseado nos debates mais amplos sobre o conceito de Estado.

Na CF de 1988, pode-se encontrar a definição de que “todo poder emana do povo”, “de que todos são iguais perante a lei” e de que o Brasil é um “Estado Democrático de Direito”, fundado nas bases da “harmonia social”, no qual os “direitos sociais e individuais” são garantidos (Brasil, 1988). Essa definição jurídica do Estado brasileiro remete a crer que se trata de uma instituição que proporciona a todos os seus cidadãos as mesmas oportunidades, onde todos têm igualdade de condições. Além do mais, passa a ideia de que esse Estado é um ente neutro, no qual o povo expressa sua vontade por maioria, democraticamente, não importando sua condição econômica, social ou de classe. Apesar desta autodefinição do Estado brasileiro e de sua aparência à primeira vista, ele é de fato como o denomina a sua Carta Magna?

Ao contrário das concepções liberais que consideram o Estado como democrático a priori e a expressão pura e simples da vontade popular, um árbitro neutro que regula e garante a ordem social, coincide-se com Engels (2019) que defende que este ente

[...] de modo algum é um poder imposto de fora à sociedade; tampouco é “a efetividade da ideia ética”, “a imagem e a efetividade da razão”, como afirma Hegel [e]. É, muito pelo contrário, um produto da sociedade em determinado estágio de desenvolvimento; é a admissão de que essa sociedade se enredou em uma contradição insolúvel consigo mesma, cindiu-se em antagonismos irreconciliáveis e é incapaz de resolvê-los. Porém, para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos conflitantes, não consumam a sociedade e a si mesmos em uma luta infrutífera, tornou-se necessário um poder que aparentemente está acima da sociedade e visa abafar o conflito, mantê-lo dentro dos limites da “ordem”; [...]. (Engels, 2019, p. 210).

Esta pesquisa alinha-se com a visão de Estado do marxismo, que enxerga este órgão como uma necessidade jurídica das sociedades onde houver dominação de uma classe sobre outra(s). Na sociedade capitalista, por exemplo, pelos interesses da classe dominante, a burguesia, serem muitas das vezes irreconciliáveis com os interesses do proletariado e setores médios empobrecidos, o Estado apareceria um ente supostamente neutro que arbitraria entre esses interesses conflitantes. Mas essa função é aparente. Na visão marxista, apesar de as variações que possam haver entre as políticas adotadas por um Estado em um determinado

momento, ou pelo regime mais ou menos democrático que este assuma, ao fim e ao cabo, ele existe para manter a dominação de uma classe sobre a outra. “O Estado surge precisamente onde, quando e na medida em que as contradições de classe objetivamente não podem ser conciliadas” (Lenin, 1977, p. 4).

Em nossa visão, em última instância, o Estado é “um comitê para gerir os negócios comuns de toda classe burguesa” (Marx, 2010, p. 42). Apesar de curta, a frase de Marx no Manifesto do Partido Comunista apresenta o eixo central da concepção marxista do Estado: não há neutralidade, muito menos está acima da sociedade; ele é parte integrante da estrutura de manutenção do capitalismo. A função central dele é garantir a propriedade privada, o contrato, a exploração e a disciplina do trabalho assalariado e a ordem social correspondente.

A análise marxista do Estado de nenhuma maneira é determinista. Embora apresente o perfil de classe desse ente, não determina a priori suas políticas cotidianas, que podem ter um leque variado desde que não mexam na estrutura do sistema. O que se quer afirmar é que há diversos fatores que levaram o Estado brasileiro, por exemplo, dirigido por determinados governos, a adotar tais ou quais políticas - como as lutas sindicais (luta de classes), as disputas entre as frações da burguesia, a conjuntura econômica nacional e internacional, perspectivas políticas, culturais etc. No entanto, estas razões são definidas a partir de um Estado burguês, que está a serviço da manutenção do sistema capitalista em última instância e que tem como um de seus eixos fundamentais a exploração da mão de obra assalariada.

Na relação salarial com os trabalhadores do serviço público, como será visto mais à frente no debate sobre Fundo Público e salário, o que está em jogo é a manutenção da reprodução do capital - seja na definição de quais valores se conceder de reajuste, de qual setor da categoria TAE privilegiar, seja na decisão de congelar salários e impor perdas salariais. Partes dessas variáveis vão ser estudadas nesta dissertação a partir das análises das greves e das disputas que se deram entre os TAE e os governos que estiveram à frente do Poder Executivo central do Estado brasileiro.

O caso do Estado brasileiro, que é ator importante deste estudo, tem suas especificidades por ser fruto de um processo histórico que conteve colonização e escravidão, e transições políticas e organizativas do Estado (colônia-independência, império-república e república agrária-processo de industrialização) em processos que se deram pelo “alto”, sem revoluções com participação popular e que operaram mudanças profundas na antiga estrutura, como aponta Coutinho (2006). No Brasil, até a derrota da ditadura militar e a implantação do regime democrático-burguês com a CF de 1988, as mudanças de regime se deram com processos que sempre mantiveram partes das antigas estruturas, fazendo arranjo com essas.

Coutinho (2006) conclui que, apesar de o Estado no Brasil sempre ter tido grande poder e ser autoritário, esta característica não concedeu autonomia para a burocracia estatal diante dos interesses burgueses. Esse Estado sempre esteve a serviço de interesses privados. O autor aponta que esses interesses privados são também da burocracia que ocupa o aparato estatal, “gerando muitos fenômenos de nepotismo, clientelismo, corrupção etc., que todos conhecemos e que prosseguem de certo modo até hoje.” (Coutinho, 2006, p.183). Mas, centralmente, são interesses do capital privado nacional e internacional.

Coutinho (2006) cita, inclusive, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), antiga grande empresa pública estatal - atualmente privatizada -, que, segundo o pesquisador, foi criada para aumentar os lucros do capital privado nacional e internacional, para garantir a reprodução do sistema e seu desenvolvimento, e não para gerar riqueza capaz de melhorar a distribuição de renda para a classe trabalhadora e setores populares.

O mesmo se pode refletir sobre as universidades e institutos federais, Cefets, Hospitais Universitários, Colégio Pedro II e toda a rede da educação federal nas quais os TAE trabalham. São conquistas importantes que sejam instituições públicas ainda, em sua maioria. Mas, muito além de buscar melhorar a vida do povo brasileiro, estes órgãos de ensino, pesquisa, extensão e assistência estão a serviço da reprodução do capital nacional e internacional no país. Isso se dá com a formação de mão de obra qualificada, com a produção do conhecimento, com atendimento em projetos de extensão da população mais pobre e outros. Mesmo que haja todo um setor da burguesia que queira privatizar essas instituições, cobrar mensalidades, que diminuam suas verbas, e que os movimentos sociais lutem para fortalecer essas instituições e disputem para nelas implementar um projeto a serviço da classe trabalhadora, ainda assim estão a serviço da reprodução do capital.

Coutinho (2006) define que o Estado brasileiro, como todo Estado no capitalismo, defende os interesses privados, mas que no Brasil esse traço é exacerbado. Esta característica se dá justamente pelo perfil autoritário que o poder assumiu na maioria das vezes nestas terras. Para o autor, em regimes liberal-democráticos, as classes dominantes precisam fazer concessões às classes subalternas para conseguir a hegemonia e o consenso social. A pouca incidência desse tipo de regime político no Brasil gerou o tipo de Estado que temos na atualidade, altamente dominado pelos interesses burgueses.

Ademais, Coutinho via, em 2006, que o Estado brasileiro havia conquistado, pós-ditadura militar de 1964, um regime liberal-democrático, com garantia de direitos sociais na Carta Magna - ainda que não sejam cumpridos como ele mesmo denuncia -, mas que

passava a ser dominado pelo viés neoliberal do Estado mínimo, das privatizações e da predominância do capital financeiro.

A partir de 2006, a situação econômica, política e social mudou em grande parte do mundo com a nova crise econômica mundial de 2008/2009. No Brasil, não foi diferente. Houve manifestações gigantescas como em 2013, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a ascensão da extrema-direita, nova tentativa de golpe de Estado pós-eleições de 2022. Mesmo se mantendo a estrutura estatal da CF de 1988, para o nosso trabalho, é importante estudar as visões políticas das classes sociais, frações de classe e grupos que se expressaram nos diferentes governos de 2005 a 2024. Queremos compreender os possíveis motivos que levaram ao fortalecimento de um ou outro setor conjunturalmente e como isso se refletiu nas greves dos TAE e na transformação do salário da categoria.

Avaliamos que estas movimentações conjunturais e adequações na política econômica - com reflexo no tratamento das greves e na política salarial dos TAE - estão totalmente ligadas ao processo de crise estrutural do sistema capitalista mundial, que logicamente afeta o Brasil por ser parte deste sistema. É para entender melhor esse processo de crise sistêmica que partiremos para a próxima seção.

1.2 CRISE DO SISTEMA CAPITALISTA

Para esta pesquisa, é muito importante que se analise se está em curso um tempo de prosperidade econômica e social ou, ao contrário, se há retrocessos no nível de vida das populações, centralmente da classe trabalhadora; se há crises econômicas e sociais que possam afetar as políticas dos Estados, em especial do Estado brasileiro, sobretudo as políticas salariais e com a manutenção de políticas sociais - como o financiamento da educação pública.

A situação econômica internacional e a nacional são utilizadas pelos governos como elementos centrais para referendar qual política econômica e salarial será aplicada, quanto de dinheiro do Fundo Público poderá ser usado para garantir a manutenção dos serviços públicos, aí incluídos os salários dos TAE, e quanto será utilizado para manter o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública e outras políticas que garantam a reprodução do sistema econômico vigente. Portanto, a análise da situação econômica é fundamental para que se consiga compreender as greves dos TAE - as pautas e a força do movimento, a resposta positiva ou negativa dos governos às pautas de reivindicações e a correlação de forças entre grevistas e o empregador.

Para que se possa compreender a realidade econômica e social, avalia-se como importante conhecer o que dizem os clássicos que sempre estudaram este assunto. Para Salama e Valier (1975), desde a evolução do capitalismo industrial no século XVIII, períodos de prosperidade foram acompanhados de fortes crises de superprodução. Do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, estas fases foram quatorze, sendo as últimas a 1929 e a de 1938, que foi interrompida pelo conflito. Os autores apontam outras crises pós-guerra em 1948, em 1953, em 1957. Ocorreu, ainda, a grande crise do final da década de 1960 e início de 1970, que fez avançar as teses neoliberais - que predominam até hoje -, entre outras inúmeras que ocorreram nas décadas posteriores até chegarmos numa nova grande crise, a de 2008, passando também pela crise da pandemia de Covid-19 instalada em 2020.

Enquanto David Ricardo considera as crises advindas de fatores externos ao sistema, porque este seria harmonioso - só se vende alguma coisa para comprar outra -, Marx (1980) mostra que as crises são possíveis justamente porque o interesse do capitalista ao vender não é comprar outra coisa e sim gerar lucro, portanto, acumular riqueza.

Na produção de mercadorias a conversão do produto em dinheiro, a venda, é uma *condition sine qua non*. [...]. A dificuldade de transformar mercadoria em dinheiro [...] provém apenas de a mercadoria ter de se transformar em dinheiro, sem o dinheiro ter de imediato de se converter em mercadoria, e de compra e venda portanto poderem dissociar-se. [...]. Crise é apenas a imposição violenta da unidade das fases do processo de produção, as quais se tornaram independentes uma da outra (Marx, 1980, p. 944-945).

Para Marx (1980), o exposto acima mostra que as crises de superprodução são possíveis, ainda que essa abstração por si só não a explique. O mouro considera que as crises econômicas são uma constante no sistema capitalista, são parte das contradições inerentes do próprio modo de produção capitalista.

O *verdadeiro limite* da produção capitalista é o próprio capital, o fato de que, nela, é o capital e a sua própria valorização o que constitui o ponto de partida e a meta, o motivo e o fim da produção; o fato de que aqui a produção só é produção para o capital e não, ao contrário, para os meios de produção [...]. Disto resulta que os limites dentro dos quais devem se mover a conservação e a valorização do valor-capital, as quais se apoiam na expropriação e pauperização das grandes massas de produtores, se choquem constantemente com os métodos de produção que o capital se vê obrigado a empregar para conseguir seus fins e que tendem ao aumento ilimitado da produção, à produção pela própria produção, ao desenvolvimento incondicional das forças sociais do trabalho (Marx, 2009, p. 110-111).

Romero (2009) aponta que Marx conceitua as crises econômicas no capitalismo a partir de um estudo da história das crises. Ainda de acordo com Salama e Valier (1975),

baseados na obra marxista e nas formulações de Ernest Mandel, são a tendência à limitação do consumo das massas e a anarquia da produção, de forma conjunta, que atuam para que as crises se desencadeiem. Mandel (2006, p. 75) complementa expondo que essa anarquia resulta “da concorrência, do aumento da composição orgânica do capital e da queda da taxa de lucro”.

De forma resumida, Marx refletiu que a busca incessante pelo lucro, pelo maior lucro, fim último do capitalista, é o que fomenta a concorrência entre a classe dominante, mas também o que, ao fim e ao cabo, gera a tendência por monopólios e a superacumulação de capital.

Portanto, o que se pode concluir é que, na perspectiva marxista, na qual este trabalho se referencia, não existe sistema capitalista sem crise. Essa constatação não foi assimilada por essa teoria como uma forma de aceitar o processo como normal. Ao contrário, por uma crise sempre preparar uma outra ainda pior (Marx, 2009), trazendo grandes sofrimentos e privações para a classe trabalhadora (desemprego, miséria, perdas de direitos sociais) e até mesmo para alguns burgueses que são expropriados no meio do caminho, o marxismo apontava essa contradição real do modo de produção capitalista para defender seu caráter histórico e transitório, que pode ser superado (Marx, 2009).

O filósofo alemão também avaliava que o capital não entrava em crise severa e sem volta porque o sistema utilizava contratendências à lei da queda tendencial da taxa de lucro. São elas: o aumento do grau de exploração da força de trabalho; redução do salário abaixo de seu valor; barateamento dos elementos que formam o capital constante; aumento do desemprego; o comércio exterior; aumento do capital acionário.

Romero (2009) acrescenta também a essas contratendências a apropriação dos Fundos Públicos pelos capitalistas, como pudemos ver na crise de 2008 com trilhões de dinheiro público sendo gastos para salvar bancos e grandes empresas, igualmente com os cada vez mais altos gastos com as dívidas públicas dos países, como acontece no Brasil. Esta contratendência - e a do rebaixamento salarial e a do aumento da exploração - tem implicações profundas nas relações de trabalho dos TAE, haja vista que o salário dessa categoria é pago pelo Fundo Público - o qual estudaremos mais adiante. Portanto, o estudo sobre a realidade de crise sistêmica tem relação direta com o desenvolvimento salarial dos servidores públicos, em especial os TAE.

A partir desta análise teórica, em que o marxismo defende que a crise é parte integrante do sistema, seguiremos agora para analisar a realidade que temos na conjuntura atual. Mészáros (2011a, b) defende que, desde a década de 1970, se abriu uma crise diferente

das outras crises que tinham caráter somente cíclico - ainda que essas seguirão existindo. Para esse autor, o mundo está em um “*continuum depressivo*”, numa crise “*cumulativa, endêmica, mais ou menos permanente e crônica*, com a perspectiva última de uma *crise estrutural* cada vez mais profunda e acentuada” (Mészáros, 2011a, p. 697).

O filósofo húngaro determina quatro ângulos fundamentais para diferenciar as crises de caráter cíclico que são, segundo o autor, naturais do capitalismo, das de caráter estrutural: 1) esta é universal, não estando restrita a um setor econômico, ramo produtivo ou a determinado tipo de trabalho; 2) afeta todos os países do globo e não um certo número limitado de países; 3) é prolongada, diferentemente das crises cíclicas; 4) ela se desenvolve de modo “rastejante”, não tendo erupções violentas, ainda que essas poderiam voltar a ocorrer, o que de fato se deu com a crise de 2007/2008 (Mészáros, 2011a). Esse último fator o autor atribui a um maior poder do sistema do capital em “administrar as crises” com a mudança do padrão de consumo alcançado no pós-guerra que se determina por uma

[...] subutilização institucionalizada tanto das forças produtivas como de produtos [...] e pela crescente [...] dissipação ou destruição dos resultados da superprodução, por meio da redefinição prática da relação oferta/demanda no próprio processo produtivo convenientemente reestruturado (Mészáros, 2011a, p. 696- 697).

Mészáros (2011a) também define que a crise não tem caráter somente econômico, mas também político, social, ambiental e civilizatório. O declínio das instituições políticas, do Estado de bem-estar social, a profunda degradação da natureza, a escolha por utilizar trilhões de dólares com orçamento militar, enquanto milhões de pessoas passam fome, são alguns dos exemplos citados pelo autor para caracterizar essa múltipla crise. Ele defende que o capital está numa fase em que não pode mais cumprir um papel progressivo de desenvolver as forças produtivas da sociedade, gerando bem-estar. A fase atual de sua autorreprodução, custe o que custar, é destrutiva.

Os elementos mais importantes desta crise estrutural do capital foram seis, segundo expressou Antunes (2009): queda da taxa de lucro ocasionada pelo aumento do custo da força de trabalho com a conquista de direitos sociais no pós-guerra; crise do modelo taylorista/fordista ocasionado pela diminuição do consumo; aumento da esfera financeira e certo ganho de autonomia em relação ao setor produtivo, fato que ocorre como resposta à queda da taxa de lucro; avanço da concentração de capitais; crise do “Estado de bem-estar social” levando a crises fiscais dos Estados capitalistas e à política de redução de gastos públicos; e aumento das privatizações e da precarização do trabalho com retirada de direitos trabalhistas e sociais.

Com a intenção de responder a esta crise, o capital lançou mão de uma série de políticas que buscou reorganizar “seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo [...]. Esse período caracterizou-se [...] por uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora” (Antunes, 2009, p. 33-34). Fica nítido, a partir dos elementos anteriormente levantados pelo intelectual brasileiro e do que será estudado mais à frente nas greves dos TAE, que a crise estrutural do capital tem influência-chave nos conflitos entre os TAE e o Estado brasileiro por valorização salarial e contra o processo de precarização do trabalho.

Apesar dessa política de intensa ofensiva contra os direitos da classe trabalhadora para tentar recuperar-se economicamente e também seu nível de dominação, o sistema capitalista teve várias crises importantes mais ou menos localizadas¹⁴ e uma forte crise global em 2007/2008 que teve início nos EUA. Mészáros (2011b) considera essa crise como parte da crise estrutural do capital, mas diferente das outras que ocorreram nas décadas anteriores pelo seu caráter global e pela sua veemência.

Roberts (2016, 2023, 2024), apesar de não concordar com a perspectiva de uma crise estrutural e avaliar a possibilidade de um novo período de expansão, considera que, desde a crise de 2007/2008, sendo esta retroalimentada pela pandemia de Covid-19 e a invasão russa da Ucrânia, até 2024, o mundo vivia uma “grande depressão”, uma das mais graves da história¹⁵ do capitalismo.

Roberts (2016) disse, em entrevista, que a diferença dessa crise para as outras é que depois da grande recessão de 18 meses que afetou todo o planeta em 2008-2009, gerando perda de emprego, rebaixamento salarial, cortes de recursos para os serviços públicos, ainda, naquele período, não havia ocorrido uma recuperação da economia. O autor diferencia recessão de depressão pelo fato de esta última não ocorrer frequentemente e se diferencia da primeira porque nas depressões as recuperações são tão débeis que as economias não voltam aos níveis de antes da crise, a não ser depois de muito tempo.

A crise atual, segundo Roberts (2016), foi produzida pela queda da taxa de lucro do setor produtivo e pela relação desse processo com os preços irrealistas das ações nas bolsas, do mercado imobiliário e com a grande especulação no mercado financeiro. Após os ataques

¹⁴ Crise do petróleo de 1973 e 1979, crise da dívida externa latino-americana (1982); quebra de Wall Street (1987); crise da bolsa japonesa (1989); crise mexicana (“efeito tequila”, 1994); crise asiática (1997); inadimplência da dívida russa (1998); crise na economia norte-americana, devido a estouro da bolha do Nasdaq em 2000 (bolsa de valores das empresas tecnológicas) e a crise latino-americana com epicentro na Argentina (2001) (UIT, 2024).

¹⁵ Para Roberts (2016), além da atual, ocorreram outras duas grandes depressões, sendo a primeira de 1873-1897, a segunda de 1929-39.

neoliberais terem recuperado parcialmente a lucratividade nas décadas de 1980 e 1990 - não nos mesmos níveis do pós-guerra -, a queda da taxa de lucro dos setores industriais voltou a se dar já no final da década de 1990 nas principais economias do mundo. Esse processo foi apaziguado com um alto crescimento da disponibilidade de crédito e com novas formas de especulação no mercado financeiro.

Roberts (2023) defende a perspectiva de que vivemos atualmente uma “policrise”, de caráter ambiental, com nenhuma solução efetiva sendo de fato tomada para impedir o aquecimento global; com a continuidade de níveis alarmantes de pobreza e desigualdade¹⁶; com o crescimento do endividamento dos países - com a dívida pública global chegando a 336% do PIB mundial e 60% dos países pobres correndo risco de inadimplência -; além da crise de dominação dos EUA que leva a novos conflitos geopolíticos (como a invasão russa da Ucrânia).

Ao comentar o Relatório Anual de Riscos Globais¹⁷ do Fórum Econômico de Davos, Roberts (2024) reafirma que o mundo segue numa crise econômica, ambiental, política e social, nos marcos de uma estagnação das principais economias do mundo, sem perspectivas de melhorias à vista. Os líderes presentes no encontro da elite mundial, ao contrário, em sua maioria, preveem que os próximos 10 anos serão turbulentos. “Não é bom para o capital e é pior ainda para os trabalhadores.” (Roberts, 2024, s.p.).

Nesse marco de crise do sistema capitalista a nível internacional e nacional é que se avaliará, no segundo e terceiro capítulos, as greves dos TAE e a política econômica adotada pelos governos que dirigiram o Estado brasileiro no período de 2005 a 2024 e quais possíveis influências essas políticas tiveram sobre o salário desta categoria. Vai ser possível refletir se o advento da crise de 2008/2009, identificada como uma depressão, teve impacto diferenciado neste processo.

Antes disso, há um aspecto importante que é parte dessa crise múltipla que acreditamos ser necessária uma maior explanação teórica para o melhor entendimento do nosso objeto e do nosso objetivo neste primeiro capítulo: o neoliberalismo.

1.3 NEOLIBERALISMO COMO RESPOSTA À CRISE DO CAPITALISMO

¹⁶ 3,65 bilhões de pessoas (dados do Banco Mundial) vivem na pobreza, tendo cerca de 700 milhões de pessoas com fome e 42% da população mundial não tendo condições de pagar por uma dieta saudável (Dados: O capitalismo, de novo, em crise existencial. Artigo de Michael Roberts - Instituto Humanitas Unisinos - IHU)

¹⁷ Documento produzido anualmente pelo Fórum Econômico de Davos a partir de entrevistas realizadas com líderes mundiais (chefes de Estado, grandes empresários etc.) presentes no evento.

Nas seções sobre o Estado e sobre a crise do sistema capitalista, o neoliberalismo foi citado como parte importante para que se possa caracterizar o mundo em que se vive atualmente. E isso é assim porque, de fato, o neoliberalismo é o modelo econômico capitalista predominante na atualidade, inclusive no Brasil, e merece ser melhor entendido.

Antes de tudo, de seus múltiplos ângulos, define-se o neoliberalismo como uma questão de classe, um estágio do sistema capitalista que prevalece até os dias atuais (Duménil; Lévy, 2006). É, igualmente, uma resposta da fração superior e dominante da classe capitalista contra a classe trabalhadora, uma ofensiva dos capitalistas contra os trabalhadores, para recompor as taxas de lucro da burguesia (Katz, 2015). A queda das taxas de lucro do empresariado foi o fator determinante que desencadeou a crise capitalista do final da década de 1960 e início de 1970, como já foi visto na seção anterior sobre a crise do capitalismo.

Segundo Perry Anderson (1995), foi a crise econômica global de 1973 que deu o verdadeiro impulso à ascensão das ideias neoliberais, como uma resposta ao esgotamento do modelo de Estado de bem-estar social, dominante nos países centrais da Europa no pós-guerra. Saad-Filho (2015) defende que os diversos argumentos que advogaram em defesa de uma versão radical do livre-mercado sempre estiveram orientados pela defesa dos interesses políticos e econômicos estadunidenses, centralmente da elite burguesa desse país.

Os neoliberais identificaram o poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário como causas principais da crise, alegando que suas pressões por maiores salários e aumento dos gastos sociais corroíam as bases de acumulação capitalista. Segundo essa visão, a desigualdade social seria benéfica, pois incentivaria a competição. O controle dos sindicatos poderia ser garantido através da manutenção de uma reserva de trabalhadores desempregados - estratégia identificada por Marx como parte fundamental da lógica capitalista ainda no século XIX (Anderson, 1995).

A solução proposta por essa corrente incluía a manutenção de um Estado forte, porém reduzido em termos de gasto social, com foco na liberalização da economia e no controle orçamentário. Ao contrário do muito propagado de que o neoliberalismo defenderia o “Estado mínimo”, ou que há uma oposição entre Estado versus mercado nesse viés, na prática, o Estado nesse estágio neoliberal é muito forte para garantir os interesses do grande capital (Duménil; Lévy, 2006).

Duménil e Lévy (2006, p. 28) complementam que as diferenças entre o compromisso maior ou menor do Estado com questões sociais, como ocorreram no pós-guerra com o Estado de bem-estar social, tem a ver centralmente com a “alteração da configuração das relações entre classes e frações de classes, de um período para o outro”. Os intelectuais

franceses defendem que no período atual predomina o poder das finanças, que é a junção da mais alta fração da burguesia e as instituições financeiras.

Para impor esse poder, o neoliberalismo busca se vender como neutro, como técnico, e tenta construir consensos ideológicos em termos de políticas econômicas para responder à crise do capitalismo (Harvey, 2005). Na verdade, segundo Harvey (2005), essas políticas visam restaurar o poder da burguesia sobre a classe trabalhadora, utilizando o poder estatal – tanto militar quanto ideológico – para assegurar a implementação dessas medidas. Será possível avaliar, nos próximos capítulos, se o Estado brasileiro se apodera do discurso supostamente técnico, como argumenta Harvey (2005), na aplicação da política salarial dos TAE e para responder às pautas salariais das greves da categoria.

Saad-Filho (2015, p. 67) defende que o Estado, no neoliberalismo, serve para a imposição do poder das finanças em todos os aspectos sociais “sob o véu ideológico da não-intervenção; e ele exige que cada Estado nacional dirija, apoie e gerencie a internacionalização da produção e das finanças em seu território”.

No programa concreto do neoliberalismo, suas reformas ou contrarreformas¹⁸ neoliberais estão frequentemente associadas a programas de ajuste estrutural, que, conforme Torres (2000), são promovidos internacionalmente pelo Banco Mundial (BM), pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras instituições multilaterais. Essas instituições recomendam uma série de políticas, como a redução dos gastos públicos em áreas sociais, a desvalorização da moeda nacional para fortalecer as exportações, a privatização de serviços e empresas públicos, diminuição de salários, flexibilização das leis trabalhistas e previdenciárias com vistas a retirar direitos dos trabalhadores (Ianni, 1998).

O objetivo central dessas políticas é a promoção de um ambiente econômico favorável ao mercado, priorizando a redução dos déficits fiscais e a diminuição da interferência estatal na economia. Na verdade, o poder estatal estaria a serviço de moldar as economias nacionais às aspirações do capital internacional, à sua sanha por mais lucro seja no setor financeiro ou no setor propriamente produtivo (Ianni, 1998).

O neoliberalismo tem suas implicações nacionais, mas é um modelo pensado para ser aplicado ao mercado mundial para garantir mais espaço para a reprodução do capital. Duménil e Lévy (2011, p. 2) defendem que a “globalização neoliberal (livre comércio, livre circulação de capitais, globalização dos mecanismos financeiros) é o componente

¹⁸ A autora Elaine Rossetti Behring redefine as chamadas reformas do Estado como contrarreformas, pois as identifica como parte fundamental de uma política de desestruturação do Estado como garantidor de direitos aos seus cidadãos. A ideia é polemizar com a propaganda dos governos de que as “reformas” propostas desde a década de 1990 teriam interesse de modernizar o Estado, melhorá-lo.

internacional do neoliberalismo”. Saad-Filho (2015, p. 66) acrescenta que “globalização é a forma do imperialismo e da reprodução global do capital na época neoliberal”.

É importante destacar que, conforme Toussaint (2020), o BM e o FMI não atuam de maneira desinteressada. Esses organismos funcionam como instrumentos para preservar a hegemonia econômica e política dos Estados Unidos no cenário global, garantindo a continuidade dos interesses imperialistas norte-americanos. Dessa forma, as políticas neoliberais aplicadas em países como o Brasil não só refletem uma dinâmica econômica, mas também são moldadas por um jogo de poder geopolítico mais amplo.

No contexto brasileiro, o papel do BM e do FMI nas reformas neoliberais é amplamente debatido. De acordo com Haddad (2008), essas instituições impõem condicionalidades cruzadas, que vinculam projetos específicos a exigências mais amplas de ajuste estrutural, podendo até interferir na legislação interna dos países. Isso evidencia o poder de influência dessas entidades sobre as políticas públicas, independentemente do impacto econômico direto de seus empréstimos, como observa Pereira (2023). Embora os valores emprestados ao Brasil não sejam expressivos em termos proporcionais ao orçamento federal, essas instituições são eficazes na disseminação de ideias e práticas consideradas neoliberais.

Como vão ser estudadas nos próximos capítulos sobre as greves dos TAE, nos quais também se debaterá a conjuntura econômica, as políticas neoliberais não foram aplicadas de forma linear ou na mesma proporção pelos distintos governos que estiveram à frente do país. E isso é assim por causa da luta de classes, pois nem sempre é fácil para os governantes aplicarem projetos de privatização, de retirada de direitos, de rebaixamento salarial. Essas medidas geralmente encontram resistências, com mobilizações de trabalhadores e setores populares nos mais diversos métodos (passeatas, greves, ocupações etc.).

É neste contexto que Katz (2015) explica que o neoliberalismo na América do Sul não foi aplicado da mesma forma que em outras partes do mundo porque, após pelo menos duas décadas (1980, 1990) de medidas neoliberais, ocorreram rebeliões populares (Argentina, Equador, Venezuela, Bolívia) na região que derrubaram governos e arrefeceram a sanha dos setores dominantes, fazendo com que esses introduzissem na região uma versão mais “moderada” do programa neoliberal, fazendo algumas concessões sociais.

Este curso incluye discursos éticos, cierta intervención del estado y alguna sintonía con la síntesis neoclásico-keynesiana de posguerra. La retórica que adoptó el Banco Mundial es muy representativa de este cambio. Los promotores del ajuste han

edulcorado sus recetas y esgrimen una hipócrita preocupación por la pobreza¹⁹. (Katz, 2015, p. 6).

Katz (2015) aponta, nessa lógica, que, como fruto dessas lutas sociais, houve distintos governos na região, alguns abertamente de direita mais radicais na aplicação do programa neoliberal, e outros de centro-esquerda que tiveram alguns choques com essa perspectiva. No entanto, afirma o autor, todos permaneceram submetidos ao modelo neoliberal que impunha aos países da região uma economia baseada na produção de produtos primários (principalmente agrícolas e minerais) para a exportação.

As rebeliões operárias, indígenas e populares ocorridas na região não foram capazes de derrotar o programa neoliberal e de avançar a revoluções (Katz, 2015), mas elas seguiram ocorrendo, questionando as privatizações, a precarização dos serviços públicos e a retirada de direitos, agora atingindo países que antes usavam a reação democrática como vazão para suas tensões sociais como, em 2013, no Brasil, 2019, no Chile.

É importante caracterizar o contexto político da região porque ele teve e tem influência sobre as políticas econômicas adotadas pelos governos brasileiros no período que será analisado neste trabalho, como também nas greves dos trabalhadores TAE por sua pauta salarial e em seu reflexo na transformação dos salários dessa categoria.

1.4 BASES PARA A DOMINAÇÃO NEOLIBERAL NO ESTADO BRASILEIRO

O período de análise deste estudo é de 2005 a 2024, mas é impossível examinar as políticas econômicas adotadas pelos governos que se seguiram neste período sem avaliar, mesmo que de forma sucinta, as primeiras políticas neoliberais a serem aplicadas no Brasil e a consolidação desse projeto nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

De acordo com Katz (2015), o Chile, sob a ditadura de Pinochet (1973-1990), foi o primeiro Estado na América do Sul onde se implementou o modelo neoliberal, com ajuda de intelectuais formados na Escola de Chicago (EUA). Essa experiência serviu como base para que outras ditaduras na região também seguissem o mesmo caminho.

Araújo (2024) debate que, no Brasil, é comum creditar ao governo Collor e ao “Plano Brasil Novo” (ficou mais conhecido como Plano Collor) a primeira experiência neoliberal,

¹⁹ Este curso inclui discursos éticos, um certo grau de intervenção estatal e alguma consonância com a síntese neoclássica-keynesiana do pós-guerra. A retórica adotada pelo Banco Mundial é altamente representativa desta mudança. Os proponentes do ajustamento estrutural diluíram as suas prescrições e ostentam uma preocupação hipócrita com a pobreza. (Katz, 2015, p. 6, tradução nossa).

com suas orientações políticas de privatizações, abertura comercial e reforma do Estado que não puderam ser implementadas até o fim pela crise econômica e política que atingiu o governo. No entanto, o autor procura fazer uma periodização do neoliberalismo no Brasil na qual garante que já na década de 1980 tem-se o debate das orientações neoliberais na intelectualidade e identifica traços de políticas neoliberais já em 1987, durante o governo Sarney, no ciclo de planejamento estratégico (1987-2000) do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mas centralmente na privatização de 12 empresas ligadas ao banco entre 1987 e 1989. Essas empresas haviam sido estatizadas entre 1981 e 1983 por não conseguirem quitar seus empréstimos com o BNDES.

Araújo (2024) defende que essas privatizações não devem ser vistas de um ponto de vista pragmático, mas sim como parte do início da aplicação do modelo neoliberal no Brasil. O autor defende esse ponto de vista centralmente pelas formulações que já começavam a ser feitas no âmbito do BNDES, como também porque, desde 1981, o governo Figueiredo, último da ditadura militar, possuía uma “Comissão Especial de Desestatização”. Este setor governamental tinha como um de seus objetivos as privatizações.

Ademais, já em 1987, o então presidente do BNDES, Márcio Fortes, dava declarações públicas sobre privatizações e abertura comercial. Em maio de 1988, o ministro do Planejamento do governo Sarney, João Batista de Abreu, lançou publicamente um plano para privatizar a Light, a Usiminas e outras empresas. Em 1989, um plano de estabilização econômica já previa o fechamento de órgãos públicos, privatizações etc., mas não foi aprovado pelo Congresso Nacional (Araújo, 2024).

Posteriormente, o governo Collor e seu sucessor, Itamar Franco, avançaram com a adequação da economia brasileira aos preceitos neoliberais. Além de discursar a favor da economia de mercado como mais moderna e vantajosa para o crescimento, Collor apresentou seu plano que propunha privatizações, demissão de 320 mil servidores públicos, fechamento de autarquias. A abertura comercial com “extinção dos controles administrativos de importação e no cronograma de redução das tarifas de importação” (Araújo, 2024, p. 104), do mesmo modo, fez parte dos planos do governo. Collor garantiu que a primeira empresa privatizada fosse a Usiminas e ao final conseguiu demitir cerca de 110 mil SPFs.

No entanto, foi com o Plano Real, durante o governo Itamar Franco, e com medidas tomadas nos governos FHC, que se consolidou o modelo econômico vigente no país pelo menos nas últimas três décadas. Ele é pautado pela busca por um ajuste fiscal permanente que tem como eixo central o controle da relação Produto Interno Bruto (PIB)/dívida pública e a

realização de superávits primários que atacam as políticas sociais. Nessa perspectiva, os trabalhadores do serviço público também sofrem as consequências (Behring, 2018a).

O “Plano Real” fora forjado, como analisa Gomes (2015), pelo FMI e BM, na esteira do “Consenso de Washington”, e tinha como objetivo declarado a estabilização monetária e o combate à inflação. Esse mesmo plano foi também implementado em outras economias latino-americanas denominadas de “subdesenvolvidas” e foi acompanhado de políticas de ajuste fiscal, abertura comercial e privatizações. No Brasil, o Programa de Ação Imediata (PAI) foi a primeira fase do “Plano Real” e propunha, entre outras ações, corte de gastos públicos, quebra do monopólio estatal em serviços públicos como telecomunicações, energia e transporte, além de uma reforma administrativa para retirar direitos dos servidores públicos (Arantes; Lopreato, 2017).

Arantes e Lopreato (2017, p. 11) avaliam que, com o “Plano Real”, os setores dominantes pretendiam que fosse constituído um aparato institucional intertemporal capaz de “gerar o superávit primário necessário à solvência das contas públicas e de ganhar a confiança do mercado na manutenção das políticas vigentes”. Os autores apontam que o dito Plano foi capaz de atender às expectativas do ideário neoliberal e também dos defensores do “Novo Consenso Macroeconômico” (NCM)²⁰, o qual ditou a política econômica sob os governos de FHC, Lula, Dilma, Temer, Bolsonaro e que segue sendo implementada no terceiro governo do principal líder petista.

No esteio do Plano Real, vieram a Desvinculação de Receitas da União (DRU)²¹, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRE²²), que fez uma ampla Reforma Administrativa retirando direitos dos SPFs e introduzindo na Administração Pública Federal uma visão empresarial-gerencialista²³.

No entanto, é a partir de 1998, com o acordo com o FMI, que se consolida no Brasil o atual tripé-macroeconômico (câmbio flexível, regimes de meta de inflação e superávit

²⁰ Para compreender o que significa o “Novo Consenso em Macroeconomia”, ler o artigo “O novo consenso em macroeconomia no Brasil: a política fiscal do Plano Real ao segundo governo Lula”, de Arantes e Lopreato (2017).

²¹ “A Desvinculação de Receitas da União (DRU) é um mecanismo que permite ao governo federal usar livremente 20% de todos os tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas.” Para mais informações, acesse: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/dru>.

²² O PDRE foi um documento elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado do governo FHC, que tinha como eixo estruturante a realização de uma extensa reforma administrativa do Estado brasileiro. Para mais informações sobre o documento, acesse: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>.

²³ Segundo o documento do PDRE, citado na nota de rodapé 21, a visão gerencialista é “baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão” (Brasil, 1995, p. 7).

primário). A Medida Provisória nº 1.716, de 8 de setembro de 1998, apresentou metas de superávit primário já para 1999 e deu prazo para a construção do Programa de Estabilidade Fiscal (PEF) para que o país estivesse apto a receber o empréstimo do FMI.

O PEF previa mudanças estruturais, avanços institucionais-legais e estabilização da dívida/PIB, em consonância com as diretrizes do FMI. A estratégia do ajuste fiscal deveria implicar primeiramente num rápido ajuste dos fluxos de receitas e despesas da União, com vistas à geração de superávit primário já em 1999 e, na sequência, alterar os procedimentos de elaboração e execução do orçamento para que ele pudesse ser subordinado à política macroeconômica, no intuito também de recuperar a credibilidade desta. O acordo com o FMI consagrou a decisão de construir um novo regime fiscal, explicitando a necessidade de adoção de regras fiscais e o princípio da sustentabilidade da dívida como elementos norteadores da política fiscal que, juntamente com a defesa da credibilidade das autoridades fiscais, refletiam as ideias do NCM, consistentes com a lógica teórica do plano de estabilização. (Arantes; Lopreato, 2017, p. 14-15).

Durante o segundo governo de FHC, o Brasil ainda fez mais dois acordos com o FMI na conjuntura da crise econômica argentina de 2001. A partir do último acordo, fechado em 2002, próximo às eleições, o governo brasileiro se compromete a manter a estabilidade da relação Dívida Pública/PIB em 59% e fazer um superávit primário de 3,75% em 2003, 2004 e 2005.

Após a famosa “Carta ao Povo Brasileiro”, na qual Lula da Silva se comprometia, caso fosse eleito presidente, a manter os acordos firmados com o FMI, o ministro da Fazenda do primeiro governo petista, Antônio Palocci, envia carta ao Fundo propondo, de forma espontânea, uma taxa de superávit primário ainda maior do que o acordado, de 4,25%, que deveria ser mantida até o final do mandato, em 2006 (Almeida, 2014). Será analisado, no Capítulo 2 deste trabalho, como essa política de ajuste fiscal ainda mais radical do governo brasileiro interferiu no resultado da greve dos TAE em 2005 e na transformação do salário da categoria até 2007.

Filgueiras (2003) defende que a história e a crise da implementação do modelo neoliberal na América Latina tiveram um curso relativamente unificado. Essas começaram com planos de estabilização da inflação pautados pela abertura econômica e pela valorização das moedas nacionais frente ao dólar. Em seguida, houve queda da inflação, aumento da produção, da renda e do emprego. Consequentemente, cresceram os saldos negativos na balança comercial, o que fez os países buscarem políticas de atração de capital estrangeiro com taxas de juros altas, privatizações, isenções fiscais e mudanças normativas para se tornarem mais atrativos. Isso tudo gerou aumento dos juros da Dívida Pública a serem pagos, crescimento da carga tributária e corte de despesas para fazer superávit primário para que esses juros pudessem ser pagos. Como consequência final, houve um crescimento da Dívida

Pública, concentração de renda, crescimento da pobreza e precarização dos serviços públicos, propiciando as crises políticas e econômicas.

Na próxima seção deste trabalho, será analisado o que é o Fundo Público e feita uma reflexão sobre como se dá a luta entre os TAE e o Estado brasileiro pela apropriação de recursos. Acreditamos que o entendimento aqui elaborado sobre o modelo neoliberal, e como ele se instalou no Brasil, vai ajudar em um melhor entendimento sobre a luta feroz entre as classes pelo Fundo Público.

1.5 LUTA DE CLASSES ENTRE OS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO E O ESTADO BURGUEÊS: A DISPUTA DO FUNDO PÚBLICO E O PAPEL DOS SINDICATOS E GREVES

Foi possível perceber, durante todo o primeiro capítulo deste trabalho, que a sociedade brasileira, e o mundo de conjunto, é dividida em classes sociais e que essas estão em constante luta para definir quem se apropria do trabalho excedente gerado na produção de mercadorias pela classe trabalhadora. Chegamos à conclusão de que esta batalha entre as classes se acirrou com o advento do neoliberalismo, estudado nas duas seções anteriores, pois esse se baseia em políticas de retirada de direitos trabalhistas e sociais. Do mesmo modo, é plausível definir-se que a classe dominante é a burguesia, que também domina o Estado. A burguesia tenta que esse ente busque aparecer neutro, como um árbitro imparcial dos conflitos e dos interesses antagônicos entre as classes.

De forma distorcida, esse caráter “imparcial” do Estado foi defendido pelo secretário de relações de trabalho do MGI, José Lopes Feijó, ex-dirigente da CUT e quadro do PT, em entrevista ao jornal Correio Braziliense durante a greve dos TAE e docentes da educação federal em 2024. Enquanto os sindicalistas questionavam a intransigência do governo e pediam a mediação de outro poder, Feijó respondeu: “sempre digo que o verdadeiro patrão do funcionalismo não é o governo. O governo [gerenciador executivo do Estado] é intermediário. O patrão é a sociedade.” (Hessel, 2024, s. p.). Feijó foi o encarregado direto das negociações com os SPFs por parte do governo federal.

Essa tentativa de mostrar o Estado e o governo que o gerencia, como imparciais, tem a intenção de esconder o caráter de classe deste e daquele. O uso do termo sociedade em geral, sem divisão de classes, como a patroa dos trabalhadores dos serviços públicos, também serve ao mesmo interesse: demonstrar que o Estado e o governo que o dirige servem a todas as classes de maneira igualitária. Apesar de esse debate ter lastro em várias questões sociais,

o tema será abordado nesta seção desde a perspectiva relativa à luta de classes pelo Fundo Público entre os SPFs e o Estado burguês.

Nas lutas e greves dos SPFs - entres estes estão os TAE - por melhores salários e carreiras mais valorizadas, a disputa não se dá contra a sociedade, e sim contra o governo que está à frente do Estado no período determinado. Como no Brasil temos um sistema presidencialista, o governo é personificado na figura do presidente e do vice-presidente eleitos, que representam interesses de determinadas classes ou frações de classe.

Em uma sociedade capitalista, sempre os interesses representados no governo são da burguesia e de suas frações, ainda que esteja no poder um partido de origem operária e popular (Moreno, 2024). É o governo, ao fim e ao cabo, que negocia com os dirigentes sindicais ou diretamente impõe a política salarial. O parlamento também pode interferir nessa questão na hora de definir essa política em lei. Mais à frente, nos outros dois capítulos que analisarão as greves dos TAE, será verificado se esse outro poder tem tido influência desse tipo no período em que analisamos.

A partir desta compreensão da disputa entre os trabalhadores do serviço público federal e o governo que está à frente do Estado burguês, é importante definir o que é o Fundo Público e por que ele é o alvo da disputa. Behring (2018, p. 4) afirma concordar com a definição de “Oliveira (1998) e Mandel (1982)” que apontam o Fundo Público como “o conjunto de recursos que o Estado mobiliza, que extrai da sociedade, na forma de taxas, contribuições, impostos, etc., para o desempenho de suas funções”.

No entanto, Behring (2018, 2022) vai além, interligando o Fundo Público com a teoria do valor em Marx, apontando que esse é composto, centralmente, pela expropriação do trabalho da classe trabalhadora, representado no trabalho excedente (mais-valia) que se metamorfoseia em lucro, juro ou renda da terra e é extraído pelo Estado da burguesia (a partir da riqueza gerada pelos trabalhadores), como também de trabalho necessário, ou seja, do salário efetivamente pago aos trabalhadores. Esse último é extraído através dos sistemas tributários regressivos que taxam salários e o consumo, como ocorre no Brasil (Behring, 2022).

Fazendo um pequeno parêntese, diante desta caracterização do Fundo Público como formado essencialmente pelo produto do trabalho da classe trabalhadora, numa sociedade efetivamente democrática e sem dominação de uma classe sobre a outra, o padrão dos servidores públicos de fato seria o conjunto da sociedade, como afirmou acima Feijó. No Brasil e em nenhuma parte do mundo atual, tem-se esse tipo de sociedade.

Ainda corroborando as ideias de Oliveira (1998), Behring (2018) defende que o Fundo Público adquiriu maior importância nas economias capitalistas após a Segunda Guerra Mundial²⁴ - e que isso tem a ver com que o capitalismo atingiu sua fase madura. Ademais, a autora aponta também que o Fundo Público, a partir desse período, passa a ser parte estruturante do sistema do capital - sem o qual o sistema não consegue se manter.

O Fundo Público desempenha quatro funções na economia: “financiamento do investimento capitalista, das políticas sociais, da infraestrutura, e a remuneração do rentismo”, de acordo com Salvador (2015 *apud* Behring, 2018, p. 4).

Behring (2022) acrescenta que, ao final das contas, essas funções auxiliam na rotação do sistema do capital, na produção e na circulação de mercadorias. Determina ainda que, no momento de crise estrutural ou crônica do sistema capitalista, os governos usam o Fundo Público como contratendências à queda da taxa de lucro - principal fator da crise capitalista.

O dito fundo, que sempre foi majoritariamente utilizado para fazer o sistema capitalista funcionar, passa a remunerar cada vez mais o rentismo. Isso acarretou uma diminuição crescente de recursos para a reprodução da força de trabalho, com as chamadas políticas sociais, e também uma mudança do seu caráter: ao invés de garantir direitos sociais como saúde, educação e demais serviços públicos, elas passaram centralmente a incentivar o consumo das famílias, em um contexto do aumento da miséria (Behring, 2022).

Salvador (2010) aponta, ainda mais, que o orçamento público é a forma mais aparente do Fundo Público e que o processo de financeirização das economias pelo mundo tem feito os capitalistas deste ramo disputarem com mais afinco verbas para si. Isso se dá com “um aumento da transferência de recursos do orçamento público para o pagamento de juros da dívida pública, que é o combustível alimentador dos rendimentos dos rentistas” (Salvador, 2010, p. 606), mas também com incentivos fiscais e isenções de tributos, segundo o autor.

Retomando o debate de Behring (2022) sobre a divisão do Fundo Público e a luta de classe em torno deste, a autora aponta que, na atual fase do capitalismo em crise e decadente, a burguesia é cada vez mais dependente dessas verbas extraídas pelo Estado do trabalho da classe trabalhadora. Os trabalhadores, por sua vez, lutam por parte desse montante na forma do que a autora chama de salários indiretos, que são as políticas sociais, ou por bens públicos.

Paralelamente, Behring (2022) critica o que ela chama de “ode às políticas sociais”. Apesar de reconhecê-las como importantes à classe trabalhadora, não as romantiza: as coloca como parte do processo de “incremento da rotação do capital e, portanto, do circuito do valor

²⁴ Explicamos aqui que esse processo se consolidou com o fordismo-keynesianismo e seu estado de bem-estar social, mas também serve na atual fase de crise do capitalismo e neoliberalismo, ainda que para outro fim.

[...]. Por meio da política social, o Estado realiza compras, contrata força de trabalho, paga seus salários, transfere valores monetários e até contrai dívidas em seu nome [...]” (Behring, 2022, p. 135). A pesquisadora aponta ainda, como já afirmado acima, que nesses tempos de crise estrutural as políticas sociais têm se enveredado para uma lógica consumista e produtivista (Bolsa Família), compensatória, inclusive beneficiando bancos que acabam sendo gestores dessa política (Behring, 2022).

Na atual etapa do sistema capitalista, principalmente em países periféricos como o Brasil, as políticas sociais em termos de direitos sociais - como seguridade social pública e colaborativa, saúde e educação públicas e gratuitas - vão perdendo espaço para a lógica da amenização da miséria gerada pelo próprio modo de produção. A partir dessa análise e da consciência de que é o próprio trabalho da classe trabalhadora que gera o Fundo Público, Behring (2018, p. 12) define que as tais políticas sociais, no momento em que vivemos, não cumprem mais o papel de distribuir renda ou de diminuição da exploração de uma classe sobre a outra.

Essa reconfiguração das políticas sociais, com o avanço das privatizações de todo o tipo e o espaço cada vez maior da remuneração do rentismo no Fundo Público, afetam diretamente os trabalhadores dos serviços públicos. Isso porque se a intenção for terceirizar e privatizar o que era considerado direitos sociais, juntando com a lógica burguesa de sempre buscar pagar o menor salário possível ao trabalhador, a consequência vai ser o Estado criar uma série de políticas no campo legal e da propaganda para tratar esse trabalhador e os serviços públicos como vilões das contas públicas.

No Brasil, essas políticas legais foram sendo implementadas durante todos os governos que se passaram desde a redemocratização até o momento em que este trabalho está sendo escrito, como foi mostrado detalhadamente durante as seções anteriores deste primeiro capítulo. Em terras brasileiras, as legislações aprovadas - com mais ou menos choques sociais - tiveram como fim último a garantia de que a dívida pública seria paga corretamente aos seus credores.

A dívida pública, no contexto em que vivemos, torna-se uma forma de capturar a “riqueza socialmente produzida, engendrando também a expropriação de direitos [...] da punção do fundo público” (Behring, 2022, p.146). mas para garantir que essas verbas possam ir aos rentistas, lança-se mão das políticas de superávit primário que geram um ajuste fiscal permanente contra os direitos sociais e, por consequência, contra os servidores públicos.

Para implementar essa política, inclusive, os governantes sempre se utilizaram da mídia para convencer a opinião pública de que os servidores, em seu conjunto, são

privilegiados, ganham altos salários, não trabalham, entre outras campanhas que servem ao grande capital no controle do Estado.

Apesar de todo esse ordenamento jurídico e campanha contra os serviços públicos, os trabalhadores seguem batalhando por ter seu espaço no Fundo Público. Essa luta é travada pela classe trabalhadora sempre em desvantagem por não acessarem facilmente, como classe, as superestruturas de poder do Estado burguês (Behring, 2022). É nessas condições que o proletariado de conjunto ou setores dele, como os TAE, organizam-se coletivamente em sindicatos para reivindicar parcelas maiores de recursos públicos. A greve é um dos instrumentos mais poderosos nessa luta, ainda que não seja o único.

Tanto Behring (2018, 2022) quanto Salvador (2010) consideram o Fundo Público como uma arena de disputa entre as classes sociais, mesmo que este espaço esteja cada vez menor na atual etapa de crise estrutural do sistema capitalista e que, centralmente, os recursos levantados pelo Estado estejam a serviço da rotação do capital. A depender da correlação social e política de forças entre a burguesia e a classe trabalhadora, será possível extrair mais ou menos verbas para a reprodução da classe trabalhadora: maiores investimentos em serviços públicos, servidores públicos com melhores salários e condições de trabalho etc.

Os TAE têm travado esta batalha diante dos governos e do Estado burguês através dos seus sindicatos de base e da Fasubra Sindical pelo menos desde 1978 - ano em que a entidade foi fundada dando coesão nacional e identidade para a categoria. No período de estudo deste trabalho, de 2005 a 2024, a entidade fez uso de campanhas político-sindicais, atos públicos, paralisações, greves etc. para reivindicar as mais variadas propostas, mas com primazia na questão salarial e na valorização da carreira. No debate da carreira durante todo esse período e nas greves da categoria, como vai ser possível ser analisado nos próximos capítulos, o tema salarial também foi predominante.

É preciso refletir, inclusive, que foi nessa lógica da luta para preservar o seu nível de vida, principalmente reivindicando por aumento de salários, pela redução da jornada de trabalho e por melhores condições para a classe trabalhadora, que surgiram as primeiras organizações operárias ainda no século XVIII, com caráter clandestino - antes os operários protestavam de forma individual com pequenos furtos ou quebrando as máquinas. Esses movimentos todos foram fases da luta operária que deram origem aos sindicatos, que conseguiram legalidade pela primeira vez em 1824, na Inglaterra (Engels *apud* Torres, 2020). Nos próximos parágrafos, será avaliado por que os sindicatos surgem e por que seguem sendo necessários para os trabalhadores, principalmente pelas mesmas razões: a luta contra a exploração capitalista.

Marx e Engels consideravam os sindicatos como uma resposta quase que objetiva da classe trabalhadora ao sistema capitalista, como seu produto histórico (Torres, 2020). Essas instituições foram criadas para que o proletariado pudesse se defender da lógica própria do capitalismo, que visa ao lucro acima de tudo.

Portanto, o máximo de lucro só se acha limitado pelo mínimo físico dos salários e pelo máximo físico da jornada de trabalho. É evidente que, entre os dois limites extremos da taxa máxima de lucro, cabe uma escala imensa de variantes. A determinação de seu grau efetivo só fica assente pela luta incessante entre o capital e o trabalho; o capitalista, tentando reduzir os salários ao seu mínimo físico e a prolongar a jornada de trabalho ao seu máximo físico, enquanto o operário exerce constantemente uma pressão no sentido contrário. A questão se reduz ao problema da correlação de forças entre os combatentes (Marx, 2010, p. 136).

Engels (2023) explica, inclusive, que as diferenças salariais entre trabalhadores de um mesmo ramo da indústria em um mesmo país ou região se deviam a que determinado setor tinha organização sindical, enquanto o outro não, estando, assim, mais vulnerável à política de rebaixamento salarial dos patrões.

Ademais, os salários também variavam de país a país ou entre regiões por questões culturais e sociais relacionadas ao padrão de vida histórico de cada local. Marx (2010) explica que os salários são formados pela necessidade física, pela quantidade de mercadorias que um ser humano precisa consumir para seguir vivo e à sua família, e também pela parte social citada acima. Para o mouro, esse quesito social e cultural do salário foi conseguido pela luta de classe, mas também depende dela para se manter, pois é constantemente alvo dos capitalistas.

Vai ser possível perceber, nos capítulos 2 e 3, no estudo das greves dos TAE, que as lutas por salário, pela redução da jornada de trabalho e por um padrão de vida diferenciado segue sendo pauta da classe trabalhadora, mais de 150 anos depois que os fundadores do socialismo científico escreveram suas primeiras reflexões sobre o tema. Essa constatação mostra a atualidade deste debate para entendermos o papel das greves e dos sindicatos na luta salarial dos TAE.

Nesse sentido, o grande parceiro de Marx também refletiu que a concorrência, típica da sociedade burguesa, também se abatia sobre os trabalhadores, levando-os a negociarem em separado com os patrões, o que rebaixava os salários deles. A criação dos sindicatos também cumpriu o papel de reduzir essa concorrência entre os próprios trabalhadores que os patrões incentivavam e que a eles beneficiava (Torres, 2020).

Como parte fundamental das lutas da classe trabalhadora por melhores condições de vida, têm-se as greves. Neste trabalho, vão ser analisados os movimentos grevistas dos TAE e

a repercussão deles no salário da categoria a partir de 2005, ano que entra em vigor o PCCTAE, até 2024.

Lenin (2023) aponta que, assim como os sindicatos, as greves também são fruto do desenvolvimento da sociedade capitalista, da expansão da produção fabril. Elas surgem como forma de unir os trabalhadores para reivindicar diante dos patrões. Independem dos próprios sindicatos para existirem e são feitas por trabalhadores sindicalizados ou não. O líder político russo considera as greves como o “começo da luta da classe operária contra essa estrutura de sociedade [...] e [que] infundem sempre tal espanto aos capitalistas porque começam a fazer vacilar seus domínios” (Lenin, 2023, p. 26).

As greves, ainda de acordo com Lenin (2023), têm caráter educativo para os trabalhadores, pois os fazem ver sua força, como podem, unidos, parar o funcionamento do local de trabalho e geri-lo sem depender dos patrões ou das burocracias. Ajudam também o trabalhador a não pensar somente em si, mas também nos seus companheiros de trabalho, a refletir sobre o papel do governo, da polícia e de todo o Estado burguês. Os movimentos paredistas, igualmente, servem como exemplo para trabalhadores de outras categorias e levantam a moral deles. “Toda greve infunde vigorosamente nos operários a ideia do socialismo: a ideia da luta de toda a classe operária por sua emancipação do jugo do capital” (Lenin, 2023, p. 27).

Apesar de ver todo esse potencial nas greves, Lenin (2023) alerta que não é o único método de luta da classe trabalhadora e que por si só não é capaz de resolver o problema da exploração capitalista. Ele afirma que é necessário avançar na conscientização dos trabalhadores para que as greves sejam vitoriosas. Propõe, também, construir um partido operário socialista para que as lutas dos trabalhadores possam ir além de questões imediatas e visem acabar com o sistema dominante de conjunto.

Esse limite das lutas sindicais (das greves) vista por Lenin também era compartilhado por Marx e Engels. Mesmo vendo os sindicatos como muito importantes para a luta da classe trabalhadora pela manutenção do seu nível de vida, os revolucionários alemães criticavam as insuficiências do sindicalismo. Para eles, se os sindicatos se contentassem a lutar por melhores salários e pela redução da jornada de trabalho, entrariam em um beco sem saída, pois tudo o que se conquista em tempos de prosperidade os capitalistas retiram em tempos de crises. Essas são inerentes ao sistema.

Segundo Marx (2010, p. 140-141), o trabalhador sindicalista não pode “esquecer-se de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos [...]”. Não deve, portanto,

deixar-se absorver exclusivamente por essas inevitáveis lutas [...] provocadas [...] pelos abusos incessantes do capital ou pelas flutuações do mercado”.

O mouro defende que é preciso uma luta revolucionária para abolir o sistema capitalista e via nos sindicatos potencial para isso. Engels (2023, p.12) via da mesma forma, pois avaliava que a luta entre trabalhadores e patrões por quem se apropria da riqueza excedente era, no fundo, uma luta política. “No decorrer de uma luta de uma classe contra a outra o objetivo é sempre o poder político”.

Com a análise das greves dos TAE por salário e da economia política aplicada pelos governos que estiveram à frente do Estado brasileiro de 2005 a 2024, vamos poder constatar se as reflexões de Marx e Engels sobre os limites da luta estritamente sindical são comprovadas na realidade. Será possível avaliar se as condições econômicas locais e mundiais do sistema capitalista influenciaram o salário da categoria e qual o papel da luta sindical nesses contextos.

Ainda nesse debate dos limites do sindicalismo, Engels (2023, p.13) criticava os dirigentes sindicais por não quererem ir além da luta econômica mais direta e disputar o poder político, preparando uma ruptura revolucionária pela “abolição do trabalho assalariado”. Nessa reflexão, apontava a necessidade de os operários avançarem em sua organização política para além dos sindicatos, a construir organizações políticas - partidos, sejam legalizados ou não.

Indo além do debate sobre abstenção política e o refinando a partir de uma realidade em que os dirigentes sindicais assumiam posições políticas reformistas, Trotsky (2019) elabora uma forte crítica ao processo de burocratização dos sindicatos durante a fase imperialista do capitalismo. Faz isso ao analisar a experiência desses durante a Primeira Guerra Mundial. Para o revolucionário russo, os líderes sindicais foram cooptados pelo Estado e ajudaram as burguesias na condução da guerra, traindo não somente “a causa da revolução social, mas também a luta pela melhoria das condições de vida dos operários” (Trotsky, 2019, p.152).

Aprofundando no tema da burocratização dos sindicatos, 20 anos mais tarde, em 1940, Trotsky (2019, p. 67) aponta que o motivo da “degeneração” dos sindicatos modernos é “sua aproximação e sua vinculação cada vez mais estreitas com o poder estatal”. Esta vinculação é levada à frente pela aristocracia operária, mas incentivada pelas burguesias, que buscam cooptar os sindicalistas no intuito de deter seu potencial revolucionário. A partir dessa realidade, Leon Trotsky propunha que uma das lutas mais importantes dos revolucionários dentro dos sindicatos é pela independência destes diante do Estado burguês.

Essa luta não pode ser confundida com a exclusão dos partidos ou com o fim do debate político, mas sim com a não submissão das entidades dos trabalhadores aos interesses dos capitalistas, que é feita também através do Estado. Para Trotsky (2019), na atual etapa imperialista e decadente do sistema capitalista, qualquer busca por neutralidade dos sindicatos perante os conflitos políticos entre proletários e a burguesia serve a esta última classe.

Ainda no debate sobre a burocratização dos sindicatos, Antunes e Silva (2015) fazem uma importante reflexão sobre esse tema no Brasil atual, apontando fortes elementos de burocratização e atrelamento estatal das principais centrais sindicais do país. Analisando a CUT e a Força Sindical por serem as duas maiores organizações, os autores as definiam como propulsoras de um “*sindicalismo negocial de estado*”.

Os autores citados acima chegaram a essa conclusão avaliando centralmente a mudança de postura da CUT. A entidade, formada nas lutas contra a ditadura militar e enfrentando velha burocracia sindical forjada ainda na Era Vargas, ao longo da década de 1990 e 2000, foi se transformando de um sindicalismo de confronto e de classe para um de tipo negocial, propositivo e defensor da cidadania (Antunes; Silva, 2015).

As causas dessa mudança, ainda segundo Antunes e Silva (2015), são o avanço do modelo neoliberal no mundo do trabalho, a reestruturação produtiva, que afetou a base operária-industrial do chamado “novo sindicalismo” que deu origem à CUT. Mas foram além disso: o aumento da participação de dirigentes sindicais no parlamento, em governos executivos, o que se aprofundou com a chegada do PT e do principal líder histórico da CUT à Presidência da República. Esse fato levou inúmeros dirigentes sindicais a ocuparem cargos em ministérios, em fundos de pensão, em conselhos de empresas estatais e a receberem diretamente dinheiro do Estado brasileiro através de verbas de Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do imposto sindical - outrora combatido pela CUT que via a taxação obrigatória como parte da política de atrelamento das velhas burocracias sindicais ao Estado.

Antunes e Silva (2015) indicam a possibilidade de a CUT e o movimento sindical adquirirem um perfil mais combativo, mesmo que provisoriamente, em alguma categoria em específico ou de forma mais geral diante de uma situação política e/ou econômica de maior confronto entre as classes.

Este trabalho vai analisar, no âmbito dos trabalhadores TAE e de sua principal entidade sindical nacional, a Fasubra Sindical, se esse processo se deu e, principalmente, se esse modelo de sindicalismo também teve influência nas greves e no respectivo desenvolvimento do salário da categoria entre 2005 e 2024. Esta reflexão e relação é

pertinente porque a CUT tem grande influência sobre a Fasubra, sendo, durante todo o período citado, a maior organização a atuar nesse espaço sindical.

Por fim e de modo conclusivo, pode-se constatar que este primeiro capítulo da investigação fixou importantes determinações teóricas sobre as relações de trabalho dos TAE. Verificou-se que o Estado, empregador dos TAE, está a serviço da manutenção do sistema capitalista, que tem como estrutura fundante a exploração dos trabalhadores. Logo, os TAE estão sujeitos a uma lógica de exploração, retroalimentada pela crise estrutural pela qual passa o sistema capitalista e sua resposta neoliberal. Na análise da disputa entre os TAE e o Estado, constatou-se que o que está em disputa é o Fundo Público, e que os trabalhadores fazem uso dos sindicatos e das greves para lutar por melhores salários e condições de trabalho dignas.

2 AS GREVES DOS TAE EM 2005 E 2007 E A LUTA DA CATEGORIA POR SALÁRIO DURANTE OS GOVERNOS LULA DA SILVA I E II

É a partir da realidade explicitada no primeiro capítulo desta dissertação que se dão as relações de trabalho dos TAE com o Estado brasileiro. Sob essas bases é que serão analisadas, neste segundo capítulo, as greves desta categoria em 2005 e 2007, respectivamente, durante os governos I e II de Lula da Silva, e os impactos que elas tiveram sobre o salário do maior grupo de trabalhadores do serviço público federal brasileiro. Serão verificadas, do mesmo modo, as pautas salariais iniciais em cada conflito, as disputas políticas internas e com o governo federal, a política econômica em curso no país naqueles momentos. Avalia-se que, com este conjunto de dados, é possível compreender os resultados finais dessas greves e como elas impactaram a situação salarial do PCCTAE em 2024.

A compreensão adotada neste trabalho é a de que essas greves foram parte de um enfrentamento de classes (Marx, 2008) entre os TAE, como parte da classe trabalhadora, e o Estado brasileiro burguês a serviço da reprodução do capital. Esta luta se deu centralmente pela disputa de parte do Fundo Público (Behring, 2018, 2022) entre esses dois atores.

Sendo assim, o presente capítulo está estruturado da seguinte forma: na primeira seção, faz-se uma explanação sobre a conjuntura e a política econômica que prevaleceu nos governos I e II de Lula da Silva. Na segunda seção, expõe-se, brevemente, registros históricos de como se desenvolveu o salário dos TAE até 2005 e analisam-se as greves de 2005 e 2007 a partir de documentos - Informes de Greve, Informes de Direção - da Fasubra Sindical, do governo federal e notícias on-line e de jornais de sindicatos da base da federação. Na quarta e última seção, fez-se a análise da transformação e da composição salarial dos TAE de 2005 a 2010, ano em que termina o governo Lula da Silva II.

2.1 A POLÍTICA ECONÔMICA DOS GOVERNOS LULA DA SILVA I E II

O período de estudo do objeto deste trabalho é de 2005 a 2024, mas é impossível analisar com qualidade a política econômica do período que está sendo proposto sem analisar o início e a consolidação do modelo neoliberal no Brasil, o que foi feito no primeiro capítulo. Da mesma forma, não há condições de se estudar a política econômica dos governos petistas sem avaliá-la desde o seu início, em 2003, porque desde ali estavam colocados vários princípios da política que o primeiro governo do PT iria aplicar.

Como foi percebido anteriormente, um dos principais indicadores da política econômica petista foi apresentada na *Carta ao Povo Brasileiro* ainda em junho de 2002. No documento, o então candidato Lula da Silva fazia duras críticas à política econômica de FHC, criticava de forma branda uma política voltada aos interesses dos credores da Dívida Pública e defendia o equilíbrio fiscal com a perspectiva do crescimento produtivo. Além disso, garantia o respeito aos “contratos e compromissos do país” com o FMI e credores internacionais e nacionais em geral, a manutenção do superávit primário e se comprometia a fazer reformas, como a da previdência, trabalhista, tributária (Silva, 2002).

Apesar do discurso de que haveria mudanças em relação à política econômica aplicada pelos governos de FHC, na prática, Lula da Silva inicia o mandato mantendo e aprofundando essa política (Behring, 2018), aumentando a meta de superávit primário, como já apontado acima, além do acordado com o FMI; com o crescimento da taxa básica de juros que chegou a 26,5% (entre fevereiro e julho de 2003) e terminou o ano em 16,5%. Essa alta taxa de juros consumiu 8,4% do PIB em recursos públicos. Logrou uma redução da relação PIB/dívida pública para 54,3%. No entanto, esse forte ajuste fiscal reduziu os investimentos de 1,1% do PIB, em 2002, para 0,3%, em 2003, além de implicar em forte arrocho salarial.

O ministro da Fazenda à época, Antônio Palocci, escreveu um documento público em 2003 intitulado “Política Econômica e Reformas Estruturais”, trabalho em que apresentou quais seriam as prioridades do mandato. Ali estavam expressas a Reforma da Previdência para cortar gastos, além de outras Reformas, como também se afirmava que a “importância do ajuste fiscal de longo prazo não pode ser subestimada.” (Brasil, 2003).

A visão predominante no governo era de uma política de “contração fiscal expansionista”, na qual o aperto fiscal não levaria, necessariamente, à recessão e sim ao crescimento, pois traria confiança ao mercado (Arantes; Lopreato, 2017). A visão defendida pela equipe econômica era de que o país precisaria de uma transição até uma política de desenvolvimento econômico, com centro no ajuste das contas públicas (Brasil, 2003).

Em 2003, o governo Lula fez a reforma da previdência dos SPFs. A contrarreforma, como caracteriza Behring (2018), por ter como eixo retirar direitos, taxou servidores aposentados, fixou os proventos no teto pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), aumentou a idade para aposentadoria e abriu caminho para privatização da previdência dos SPFs com a previsão da instituição da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (Funpresp). Foi o primeiro grande enfrentamento dos governos petistas contra um setor expressivo da sua base social histórica.

A contrarreforma foi enfrentada por uma forte greve que foi feita, em muitas bases sindicais, contra a vontade ou passando por cima das lideranças sindicais ligadas ao PT e à CUT. Essa greve inaugurou uma série de movimentos dos SPFs.

Retornando ao debate da política econômica, temos que, entre 2003 e 2006, o governo conseguiu reduzir a relação Dívida Pública/PIB, mas não teve resultados expressivos no crescimento econômico nem na geração de empregos e renda. Além disso, o país pagou, de 2003 a 2006, em juros da Dívida Pública aos credores R\$ 557,1 bilhões. A dívida cresceu nesse período em termos nominais em R\$ 817,1 bilhões. (Druck; Filgueiras, 2007).

Houve, igualmente, outras características marcadamente neoliberais no primeiro mandato de Lula: a) o avanço das privatizações via Parceria-Público-Privadas (PPPs) e pela inação do setor público em áreas sociais ou até mesmo com incentivo ao setor privado como ocorreu na educação superior com o Prouni e Fies;²⁵ b) e o incremento da política social focalizada, nos marcos das formulações e orientações do FMI e do BM, para países periféricos, ao invés de uma política de garantias de direitos sociais universais. Essa última ação institucional, segundo Druck e Filgueiras (2007, p. 27), é “uma política social que desloca a disputa entre capital e trabalho, própria das sociedades capitalistas, para o âmbito interno da classe trabalhadora, transformando-a assim num conflito distributivo que opõe os seus vários estratos”.

Desse modo, os autores acima citados caracterizam que o primeiro governo Lula manteve e aprofundou a política macroeconômica de caráter neoliberal de FHC, com aplicação de políticas sociais focalizadas, mas sem nenhuma perspectiva de alteração do *status quo* econômico de predominância do capital financeiro, que teve, nesse período, além da manutenção das regras do “consenso macroeconômico”, a aprovação da reforma da Lei de Falências - benéfica aos credores da dívida pública (Paulani, 2017).

Em reflexo às melhorias econômicas ligadas ao aquecimento do comércio exterior em 2004, 2005 e 2006, o segundo mandato de Lula iniciou em 2007 com algumas mudanças na política econômica a partir do lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) - a flexibilização da política econômica com redução da taxa de juros e da meta de superávit primário já foram vistas desde 2006 (Filgueiras, 2013).

Arantes e Lopreato (2017) defendem que essa alteração é fruto de uma disputa interna no governo entre um setor que advoga por um caráter desenvolvimentista e outro mais

²⁵ Segundo Caldas e Araújo (2017 *apud* Araújo, 2024), o crescimento de matrículas no ensino superior privado foi de 95% entre 2004 e 2014, passando de 3 milhões para 5,8 milhões, enquanto no setor público, no mesmo período, o crescimento foi de 592 mil para 1,2 milhão.

abertamente neoliberal, disputa que já estava expressa desde 2006, ganhando mais destaque o setor desenvolvimentista. Por isso, segundo os autores, no mandato que vai de 2007 a 2010, há uma maior participação do Estado na economia, fato que não estaria relacionado somente a um pragmatismo por causa da crise econômica.

Além do PAC, explica Paulani (2017), a defesa do governo como desenvolvimentista se dá também pelo lançamento do “Minha Casa, Minha Vida”, pela política de isenções tributárias a grandes empresas diante da crise econômica de 2008, pelo estímulo ao crédito para as famílias, pelo aumento de recursos para as políticas sociais e também pela valorização do salário-mínimo acima da inflação. A autora defende que essas políticas não fazem parte do receituário neoliberal ortodoxo, mas que não podem caracterizar o governo como desenvolvimentista ou neodesenvolvimentista por não atacar a predominância financeira na política fiscal.

Araújo (2024) caracteriza os governos petistas em geral como neoliberais, mas com um caráter “atenuado”, como defende Katz (2015). Funda seu argumento na combinação das políticas sociais com a manutenção de privatizações, abertura econômica e dos superávits primários e busca pelo controle na relação Dívida Pública/PIB. Segundo Araújo (2024), só foi possível aumentar os gastos públicos sem comprometer as metas fiscais por causa do aumento da arrecadação.

O segundo mandato de Lula e, posteriormente, os governos de Dilma Rousseff se deram em meio à crise econômica internacional que teve epicentro nos EUA e depois atingiu a Europa. Sampaio Jr. (2011) analisa esse processo em três fases totalmente relacionadas com a situação econômica brasileira. O autor aponta que, no primeiro momento, entre 2007 e outubro de 2008, houve propensão recessiva nos países desenvolvidos e possibilidades de aceleração econômica nos países chamados emergentes, dentre eles o Brasil.

A oportunidade de crescer no bojo da crise só foi possível graças à abundância de liquidez no mercado financeiro internacional, ao grande afluxo de investimentos diretos e ao boom nos preços das commodities – fenômenos determinados pelo movimento especulativo de fuga para frente das grandes massas de capitais excedentes que abandonavam os países centrais em busca de negócios em outras praças. Impulsionado pelo expressivo aumento das exportações, sobretudo de produtos primários e minerais, o Brasil surfou na onda especulativa. (Sampaio Jr., 2011, p. 86).

A segunda fase ocorreu entre outubro de 2008 e março de 2009, período em que a crise internacional se aprofundou com a quebra de grandes empresas multinacionais e bancos. A economia brasileira foi atingida em cheio: cessaram os investimentos, o acesso ao crédito foi paralisado, houve fuga de capitais. A terceira fase ocorreu no segundo trimestre de

2009 com a recuperação do comércio internacional, principalmente com a China, e nova alta nos preços das commodities. O ano de 2009 termina com queda de 0,6% no PIB, mas, em 2010, a retomada de crescimento se consolida com o país crescendo 7,5% em meio à política de expansão do crédito para o consumo e para investimentos das grandes empresas (Gonçalves, 2011).

Apesar desse crescimento acima da média com relação aos anteriores governos do PT, o que colaborou com a eleição de Dilma Rousseff, os movimentos considerados anticíclicos para estimular a economia em tempos de crise foram criticados como insuficientes, pois estavam pautados pelo consumo interno via endividamento das famílias - o que mais para frente iria frear o consumo -, como também pelo crescimento dos déficits fiscais (Carcanholo, 2015). Sampaio Jr. (2011) e Carcanholo (2015) também criticam que os dois primeiros governos de Lula, por terem mantido as políticas neoliberais, avançado em uma reprimarização da economia - acompanhada de desindustrialização - e na dependência externa, manteriam o país vulnerável às oscilações da economia internacional novamente.

Portanto, apesar de não terem a mesma rapidez ou radicalidade na aplicação do receituário neoliberal que os governos de FHC, os governos de Lula da Silva I e II não podem ser descritos como um neoliberalismo “atenuado” como apregoa Araújo (2024) e muito menos como neodesenvolvimentista. Este trabalho alinha-se com a visão de Filgueiras e Gonçalves (2007) que defendem que Lula da Silva priorizou os interesses do capital financeiro na política econômica implementada pelo governo dele. Do mesmo modo, Sampaio Jr. (2012) critica a perspectiva neodesenvolvimentista como mantenedora da ordem capitalista vigente no país, confundindo crescimento e consumo com desenvolvimento e naturalizando o capitalismo dependente brasileiro. “É uma ingenuidade imaginar que a ordem global possa ser rompida pelas ‘beiradas’, pois a institucionalidade liberal funciona como uma amarra muito bem urdida, que prende o país cada vez mais nas garras do capital financeiro” (Sampaio Jr., 2012, p. 683).

2.3 ANÁLISE SOBRE AS GREVES DOS TAE EM 2005 E 2007

Após uma breve análise da conjuntura econômica nos dois primeiros governos de Lula da Silva, pode-se partir para o estudo das greves dos TAE em 2005 e 2007, organizadas a partir da Fasubra Sindical. Parte dessas greves também foi organizada pelo Sinasefe, que reúne os TAE dos IFs, mas por uma questão de espaço neste trabalho, pela maior facilidade de acesso aos documentos oriundos da Fasubra e por essa federação representar a maior parte

da categoria, optou-se por limitar a análise dos movimentos grevistas que foram organizados no interior desta entidade sindical.

Antes de se avançar à análise das greves citadas e às disputas salariais com o governo e o Estado burguês, é importante, para melhor compreensão do cenário a partir de 2005, apresentar um breve levantamento da questão salarial da categoria durante os governos FHC e nos primeiros dois anos do governo Lula da Silva I, que culminaram na aprovação do PCCTAE a partir da greve de 2004. A intenção, neste primeiro momento, não é analisar, detalhadamente, as greves e lutas salariais desse período, mas sim apresentar as condições salariais dos TAE anteriormente a 2005. Escolheu-se debater dados sobre a política salarial desde o governo FHC porque é quando passa a vigorar o Real como moeda. É também a partir desse período que se encontram estudos disponíveis.

Explica-se aqui, novamente, que se optou por analisar a partir da greve de 2005 porque é o período em que o PCCTAE se encontra em vigor. Portanto, não será analisada, detalhadamente, a greve de 2004, que garantiu a nova carreira, mas se apresentarão os debates mais importantes que ocorreram naquele movimento como forma de melhor compreender os desdobramentos das lutas em 2005 e daí em diante.

O objetivo deste capítulo é, pois, analisar as greves da categoria de 2005 e 2007, as lutas internas e contra o governo e a repercussão delas nos avanços, retrocessos e estagnações no VB, no IQ e na carreira de conjunto que tiveram impacto salarial para os TAE até o final do governo Lula da Silva II, em 2010.

Antes de prosseguir-se à breve análise da situação salarial dos TAE antes da aprovação do PCCTAE, é preciso relembrar que a primeira grande conquista salarial da categoria foi com a greve de 1984, que durou 84 dias e garantiu reajuste de 40% para os técnico-administrativos das universidades autárquicas. Naquele período, a reivindicação da categoria era por isonomia nos salários entre os trabalhadores técnicos das universidades fundacionais e autárquicas. A isonomia foi enfim conquistada na greve de 1987, quando os TAE conquistaram o PUCRCE - o primeiro plano de carreira da categoria (Fasubra, 2010).

Depois, houve greves por salário em 1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1993. Foi um período de instabilidade política e alta inflação. Na greve de 1993, conquistou-se a reposição completa das perdas salariais com um reajuste de 192,25% a entrar em vigor em janeiro de 1994. Depois, essa política foi revertida com a Medida Provisória do Plano Real. Ocorreram novas greves em 1994, 1995, 1996, 2000, 2001, 2003 e 2004. A pauta salarial sempre esteve presente nesses movimentos paredistas (Fasubra, 2010).

Ao analisarmos os resultados propriamente ditos, foi possível perceber que os TAE ficaram de 1995 a julho de 2001 sem nenhum reajuste salarial. Incrementos foram conquistados a partir de agosto de 2001, fruto da greve da categoria, mas também nos anos de 2002 - ainda no governo FHC. Em 2003, já no primeiro governo de Lula da Silva, uma nova greve enfrentou a Reforma da Previdência, mas também teve pautas específicas salariais e reivindicando o Plano de Cargo Único (PCU). No acordo firmado entre o governo federal, Fasubra e Sinasefe ao final do movimento, o governo se comprometeu a implementar uma nova carreira para os TAE. Como antecipação dessa carreira, a mobilização conquistou a Gratificação Temporária (GT) de 5% do VB já em 2003 e mais a Vantagem Pecuniária Individual (VPI)²⁶. Em 2004, a GT passou a ser de 15% do VB e foi concedida também a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo e Técnico Marítimo às Instituições Federais de Ensino (GEAT), que possuía valor fixo de R\$130 para os cargos de Nível Auxiliar (NA), R\$180 para Nível Intermediário (NI) e R\$265 para os cargos de Nível Superior (NS). Mesmo com esses valores conquistados na luta, as perdas salariais não foram revertidas e a Reforma da Previdência foi aprovada.

Utilizando o Índice de Custo de Vida (ICV-DIEESE)²⁷, metodologia própria do Dieese, o departamento chegou à conclusão de que, de janeiro de 1995 a dezembro de 2004, a inflação acumulada foi de 155,89%. Desse montante, foram 116,87% gerados durante os dois governos tucanos e 18% nos primeiros dois anos de governo petista. (Dieese, 2005).

Os TAE tiveram perda significativa no período, de acordo com metodologia e estudo do Dieese (2005a). Com diferenças entre piso e teto, e entre os cargos NA, NI e NS, todos os setores da categoria foram afetados. As maiores perdas no período afetaram os salários iniciais dos cargos NA, que tiveram 57,18% de déficit salarial. O piso dos cargos NI perdeu 41,31% e dos cargos NS, 28,62%. No teto, as diferenças foram ainda maiores para os cargos de NI (64,52%) e de NS (49,04%). Os cargos de NA perderam 57,07% (Dieese, 2005a).

A base de dados para o debate aqui são os estudos do Dieese intitulados “Cálculo do Reajuste necessário dos Servidores Públicos Federais”, de janeiro de 2005, e “Levantamento dos percentuais de incrementos salariais de algumas carreiras da Administração Pública Federal”, de março de 2005, ambos produzidos para debate interno na Confederação dos

²⁶ A Vantagem Pecuniária Individual (VPI) foi instituída pela Lei 10.698/2003 e consistia num valor fixo de R\$59,87 devida aos servidores públicos civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional.

²⁷ De acordo com documento do próprio Dieese, “O ICV-DIEESE é calculado mensalmente, desde 1959, no município de São Paulo, com base em uma cesta de produtos e serviços definida por meio de Pesquisas de Orçamento Familiar, realizadas nos anos de 1958, 1969/70, 1982/83 e 1994/95, com o objetivo de adequar o índice às mudanças de hábitos de consumo das famílias paulistanas.” Mais informações sobre a metodologia do referido índice podem ser acessadas neste link: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaICV.pdf>

Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), os quais o autor desta dissertação teve acesso no arquivo físico da Fasubra Sindical. Nesses documentos, se analisa a política salarial da União de 1995 a 2004, portanto, período anterior ao PCCTAE.

A greve de 2004, que conquistou o novo plano de carreira, não garantiu a principal reivindicação salarial da categoria: piso salarial de três salários-mínimos no nível de classificação A e step de 5% entre os padrões de vencimento. No entanto, como acordado ao fim da greve de 2003, a GT²⁸ e a GEAT²⁹ foram incorporadas ao VB.

No piso do nível de classificação E, e que engloba principalmente os cargos de nível superior, o incremento salarial no VB foi de 55,04%, passando de R\$817,74 para R\$1.267,85. Porém, em dinheiro no bolso do TAE, contando com a Vantagem Pecuniária Individual (VPI) que todos os SPFs recebiam naquele momento e excluindo outros penduricalhos, o salário real de entrada na carreira no nível E passou de R\$ 1.265,27, em dezembro de 2004, para R\$ 1.327,72, um incremento de 4,93%. Para os TAE de nível E que estavam no fim da carreira, no teto, o ganho no VB foi de 23,14%. Porém, no salário real, houve uma diminuição de 5,22%: indo de R\$ 2.340,52 para R\$ 2.218,31 (Brasil, 2004, 2005b).

No piso do nível de classificação D, que reúne centralmente os cargos de nível médio, para onde migraram os antigos cargos do nível intermediário do PUCRCE, o ganho salarial no VB foi de 107%. Esse passou de R\$ 528,36 para R\$ 1.093,66. O ganho real, também incluída a VPI, foi menor, mas ainda assim expressivo: 36,11%. O salário total passou de R\$ 847,48 para R\$ 1.153,53. No teto, o ganho foi de 76,71% no VB, desenvolvendo-se de R\$ 1.053,67 para R\$1.861,99. O aumento no conjunto do salário foi de 24,66%: de R\$ 1.451,59 para R\$ 1.921,76 (Brasil, 2004, 2005b).

O nível de classificação A, que reúne os cargos com os menores salários na carreira e para os quais não é necessário ter nível fundamental completo, teve ganhos menos robustos. No VB, foi de 41,13%, transitando de R\$ 497,37 para R\$ 701,98. Contudo, o ganho salarial real, igualmente incluída a VPI, foi inexistente, pois os valores totais percebidos se mantiveram de R\$ 761,85. No teto dos cargos A, o ganho no VB foi de 101,62%, passando de R\$ 592,69 para R\$ 1.195,07. O salário real do final de carreira foi de R\$ 871,46 para R\$ 1.254,94, representando um reajuste de 44% (Brasil, 2004, 2005b).

O PCCTAE tem ainda cargos nos níveis de classificação B e C que obtiveram reajustes salariais no VB e no salário total maiores que os cargos dos níveis A. Optou-se por

²⁸ GT - Gratificação Temporária. Cálculo GT: valores constantes do Anexo da Lei nº 10.868/2004, observado o art. 4º da referida Lei.

²⁹ GEAT – Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo e Técnico Marítimo às Instituições Federais de Ensino Cálculo GEAT: valores constantes do Anexo da Lei nº 10.908/2004.

não analisar a evolução salarial desses dois níveis de classificação neste momento porque demandaria uma maior complexidade, visto que todos migraram dos antigos cargos de Nível Auxiliar do PUCRCE. Além disso, para os fins pensados para esta seção - dar uma visão geral da questão salarial antes de 2005 - acredita-se que os dados aqui apresentados são suficientes.

Sendo assim, de acordo com os estudos do Dieese acima apresentados, que mediram as perdas salariais dos TAE, levando em consideração gratificações, VPI e VB, é possível concluir que as perdas se mantiveram mesmo com o advento do PCCTAE.

No entanto, a nova carreira também trouxe o Incentivo à Qualificação (IQ), gratificação para quem possui nível de escolaridade superior ao exigido pelo cargo. Os valores do IQ³⁰ variavam, em 2005, entre 5%, 10% e 15% para cursos com relação indireta com os cargos, e 10%, 15% e 20% para cursos com relação direta. Além disso, o IQ só seria percebido na segunda fase da implementação da carreira, em 2006, e era restrito, até 2008, a quem tivesse quatro anos de efetivo exercício na carreira (Brasil, 2005). Os aposentados e instituidores de pensão antes da nova carreira entrar em vigor não tiveram acesso ao IQ. O IQ é incorporado na aposentadoria para os que conseguem a gratificação na ativa.

Outro elemento da nova carreira que garantiu diferenciação salarial foi a progressão por capacitação, que permitiu que, com a comprovação de determinadas horas de cursos, os TAE pudessem ser realocados em padrões de vencimento no PCCTAE diferente do que estavam previamente localizados no PUCRCE. Esse mecanismo, do mesmo modo, garantiu um incremento salarial de 3% em 2005 e de 3,6% a partir de janeiro de 2006 (step) a cada padrão avançado (Brasil, 2005). Os aposentados e instituidores de pensão que não estavam no último padrão de vencimento da nova carreira não puderam reivindicar progressão por capacitação.

O termo de compromisso para a implementação do PCCTAE foi firmado entre a Fasubra, o Sinasefe e o governo federal em 1º de setembro de 2004, no 71º dia de greve dos TAE (Fasubra, 2004b). O retorno ao trabalho ocorreu em 8 de setembro. A decisão pelo aceite da proposta do governo não foi unânime: 26 universidades votaram para se firmar o acordo e 14 votaram contra, para que a greve continuasse (Fasubra, 2004a).

³⁰ Para verificar de forma mais detalhada as informações sobre o primeiro formato do IQ, consultar o Anexo IV da Lei do PCCTAE.

Os setores políticos que defenderam o fim da greve naquele momento foram o grupo Tribo³¹-CUT, a Corrente Sindical Classista (CSC-CUT)³² e Corrente Socialista Democrática³³ (CSD-CUT). Esses coletivos argumentavam que o governo tinha chegado ao limite financeiro da sua proposta por causa da política econômica aplicada, que o contexto de eleições municipais iria trazer dificuldades para a greve seguir firme influenciando a conjuntura e que o parlamento ia entrar em recesso branco devido às eleições municipais, o que poderia atrasar a votação da lei do PCCTAE. Acrescentavam a isso uma desmobilização e desgaste da greve nas bases (Fasubra, 2004).

Os que eram contra o fim da greve, que se pode identificar, agrupavam-se em torno do coletivo Vamos à Luta³⁴ e do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Esses grupos alegavam que a proposta do governo ainda estava longe da reivindicação da categoria de piso de três salários-mínimos na entrada da carreira no nível de classificação A, que elevaria o VB a R\$780, e do step de 5%. E que a proposta rebaixada levaria a um grande setor da categoria a receber Vencimento Básico Complementar (VBC)³⁵. Questionavam também que não havia evidências significativas de desmobilização das bases e defendiam seguir a pressão política (Fasubra, 2004, 2004a).

O que se constatou com essa breve recapitulação das lutas salariais dos TAE de 1995 a 2004 é que, mesmo com as greves, as políticas salariais dos dois governos de FHC e do início do primeiro governo Lula foram fortemente influenciadas pela política econômica neoliberal, de ajuste fiscal para a realização de superávit primário e para garantir a gestão da dívida pública. Foi possível perceber que as greves no governo petista levaram a ganhos um pouco maiores, que garantiram uma nova carreira, mas não reverteram as perdas salariais do período.

O termo de compromisso firmado entre Fasubra, Sinasefe e o governo federal previa que “as tabelas de vencimento resultantes da reestruturação da carreira serão constituídas a partir dos atuais vencimentos básicos dos servidores que optarem pela nova estrutura

³¹ Uma junção de vários grupos petistas, de militantes cutistas, entre eles a corrente Articulação Sindical, ligada hoje em dia à corrente majoritária do PT, a Construindo um Novo Brasil (CNB), grupo do Lula e dos principais dirigentes do PT.

³² Ligados ao PCdoB.

³³ Ligada à corrente Democracia Socialista (DS) do PT.

³⁴ Nesse momento, o coletivo Vamos à Luta congregava militantes independentes e ligados às correntes do PSOL - Ação Popular Socialista (APS), Corrente Socialista de Trabalhadoras e Trabalhadores (CST), Movimento Esquerda Socialista (MES) e outros menores.

³⁵ O VBC é uma parcela salarial percebida pelos servidores que, ao serem reposicionados na nova tabela, ficaram com VB inferior ao que recebiam no PUCRCE. Para não terem perdas salariais, o governo deu o VBC. No entanto, o governo colocou na lei que o VBC seria absorvido por futuros reajustes salariais, o que na prática faria que esses servidores tivessem congelamento salarial em algum momento.

remuneratória, agregados a este as gratificações [...]” (Fasubra, 2004b, p.3). Prenunciava, ainda, que o processo para a implementação do plano dar-se-ia em duas fases, sendo a primeira com R\$341 milhões em 2005 e a segunda com R\$365 milhões em 2006 (Fasubra, 2004b).

A primeira fase previa a incorporação das gratificações, o enquadramento na nova carreira pelo tempo de serviço público federal e o posicionamento no primeiro nível de capacitação na nova tabela. A segunda fase apontava para reajuste do step de 3% para 3,6% - que trazia impacto nos VB -, a implantação do IQ e o enquadramento no nível de capacitação adequado aos cursos que o servidor possuía anteriormente. Esses dois últimos requisitos estavam condicionados à LRF. Foi necessária uma nova greve em 2005 para que essa segunda fase fosse garantida. Na próxima seção, serão analisadas as reivindicações e os resultados obtidos.

2.3.1 A greve da Fasubra de 2005

A greve da Fasubra de 2005 iniciou no dia 17 de agosto e tinha como pauta principal: “I- garantia de recursos no orçamento de 2006 para: a) implantação da segunda etapa da carreira: - níveis de capacitação; - incentivo à qualificação. b) racionalização dos cargos. II- Resolução imediata do VBC” (Fasubra, 2005). Também constavam na pauta reivindicações feitas ao MEC: direito ao auxílio-saúde para os TAE, reajuste no auxílio-alimentação, parcelamento das férias, jornada de trabalho de 30 horas semanais, concursos públicos para repor o déficit de pessoal, mais verbas para as universidades, em defesa dos aposentados e dos Hospitais Universitários, entre outras (Fasubra, 2005a).

A pauta de reivindicação acima descrita foi protocolada no MEC em 5 de julho de 2005, pela Fasubra Sindical. No dia 7 de julho daquele ano, o governo respondeu, via MEC, apresentando uma proposta de negociação que incluía uma série de reuniões, comissões e iniciativas que, segundo o próprio documento, comprovariam que este ministério estava “atuando fortemente no encaminhamento dos pontos acordados com as entidades representativas dos servidores técnico-administrativos em educação das Instituições Federais de Ensino” (Brasil, 2005a).

Além dessas questões, o documento governamental apresentava como propostas a reserva de R\$ 250 milhões para a implementação da segunda etapa do PCCTAE, criação de GT para buscar resolver problemas na matriz hierárquica da tabela (VBC) e outro para debater a terceirização nas IFE, além de negociação para a concessão de auxílio-saúde aos

TAE. Esse processo dar-se-ia em um cronograma de reuniões que iria de julho a setembro de 2005 (Brasil, 2005a). Por que então, mesmo diante dessas indicações, o movimento grevista se desencadeou?

Em texto no Informe de Greve (IG), datado de 19 de setembro de 2005, 34º dia do movimento paredista, o Comando Nacional de Greve (CNG) respondeu à questão diante da ofensiva do MEC que naquele momento acusava a Fasubra de romper as negociações unilateralmente entrando em greve. Os TAE afirmavam que a decisão pela greve foi tomada em um contexto de mudança do ministro da Educação e da equipe do órgão, quando, em reunião de negociação de 2 de agosto, o então diretor de Recursos Humanos do MEC, Silvio Petrus, afirmou que “não estavam garantidos os recursos para a 2ª etapa do enquadramento, divergindo do que havia sido informado pelo MEC anteriormente” (Fasubra, 2005a).

Ainda no referido documento citado acima, o CNG afirmava que a posição do MEC causou desconfiança no processo negocial, o que culminou com a deflagração da greve em 17 de agosto. Acrescentava, porém, que um setor da categoria já considerava que as mesas não estavam representando uma negociação de fato, e que a greve deveria ser uma realidade para que as negociações pudessem ser efetivadas. Nesse contexto de enfrentamento, o MEC apresentou em ofício datado de 23 de agosto, e em reunião no dia 31 do mesmo mês, as mesmas propostas feitas em julho, acrescentando a disposição de não absorção do VBC em janeiro de 2006 como proposta provisória visando a uma solução definitiva sobre o tema. No entanto, o governo condicionou o seguimento das negociações à suspensão da greve.

O setor majoritário da direção da Fasubra (Tribo, CSD e CSC) defendeu a suspensão do movimento paredista, alegando que os objetivos haviam sido conquistados e que a greve poderia ser retomada caso o governo não cumprisse com suas promessas. Porém, “a categoria se definiu, por ampla maioria, por continuar a Greve”. Essa proposta foi defendida centralmente pelo agrupamento Vamos à Luta - que reunia militantes do PSTU, de correntes do PSOL e vários independentes. Eles cobravam que o governo negociasse a pauta e seus desdobramentos de imediato (Fasubra, 2005a).

Diante da continuidade da greve, o MEC enviou outro ofício à direção da Fasubra e do Sinasefe no dia 15 de setembro, no qual afirmava que os valores orçamentários disponibilizados para os TAE, desde o início do governo, estavam na ordem de R\$ 1.713.516.993,32. Nesse sentido, e por ter a Fasubra rompido o diálogo e mantido o movimento paredista, o ministério estava retirando as propostas feitas no ofício de 7 de julho e 23 de agosto (Fasubra, 2005).

O novo ministro da Educação, à época, Fernando Haddad, foi cobrado publicamente para que reabrisse as negociações com os grevistas. A cobrança veio de parlamentares em audiência pública realizada em 14 de setembro que debatia o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fundeb). Haddad afirmou que o MEC se surpreendeu com a greve impulsionada pela Fasubra. Concluiu, no entanto, que “não é o desejo de um ministro, exclusivamente, que resolve esta situação. É uma ação orquestrada do Governo Federal” (Fasubra, 2005).

A ação do governo Lula da Silva de endurecer as relações com a Fasubra e Sinasefe, cancelando reuniões de negociação e depois retirando as propostas anteriormente feitas, contrastava com seu discurso de que indicava primar pelo entendimento e diálogo com a classe trabalhadora e as entidades sindicais dela. Essa ambiguidade no tratamento com os movimentos sindicais retrata o que Gomes e Sória (2014) apontam como marca dos governos petistas: ora se dialogava com os movimentos sociais em pautas mais progressistas, ora se mantinha a linha política de FHC que colocava os “limites fiscais” acima de tudo.

Entretanto, a resposta do movimento, buscando a reabertura das negociações, foi de manter e intensificar a greve, não foi de ceder às pressões do governo. O CNG convocou uma caravana a Brasília com acampamento para os dias 28, 29 e 30 de setembro, da qual participaram mais de 600 TAE de todo o país. A ação buscava levar o movimento para a mídia nacional e aumentar a pressão sobre o governo (Fasubra, 2005b, d).

A divisão na direção do movimento, expressa na proposta pela saída de greve como solicitava o governo, se repetiu na avaliação da caravana. O setor majoritário da direção da Fasubra, ligado aos partidos que compunham o então governo Lula (PT e PCdoB), definiu como positiva a caravana, mas fez críticas à sua condução e à intenção de atacar o governo federal. Essas opiniões foram expressas no documento oficial do CNG (Fasubra, 2005c).

O setor minoritário da direção, ligado aos partidos de oposição de esquerda ao governo (PSOL e PSTU), mas que tinha maioria no CNG, afirmou em IG no dia seguinte que a posição expressa não era a avaliação do conjunto do CNG, mas que, sim, era a posição do grupo político “Reafirmar a Luta”³⁶. Avaliou, ainda, que a caravana serviu para pressionar o governo Lula e o Congresso Nacional: conseguiram-se reuniões com o líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia, e com o líder do PT, deputado Henrique Fontana, que se comprometeram a negociar com o MEC a reabertura da mesa de negociação. O deputado Gilmar Machado, diz o informe, vice-líder do governo para o orçamento, confirmou haver

³⁶ O “Reafirmar a Luta” foi uma frente política que dirigiu a Fasubra entre o Confasubra de 2004 e o de 2006. Era formada pelo Coletivo Tribo, CSC, CSD e outros grupos menores ligados à CUT.

R\$1,2 bilhões em orçamento para os gastos com pessoal da educação federal (Fasubra, 2005c).

Após as atividades da caravana nacional, a greve seguiu e uma nova audiência com o MEC acabou ocorrendo somente no dia 25 de outubro, no 70º dia de paralisação ininterrupta do trabalho dos TAE. Nessa reunião, o representante do MEC apresentou como proposta dois itens: 1- criação de um GT para análise dos questionamentos advindos dos servidores de nível superior; 2- disponibilização de R\$ 250 milhões para garantir a segunda fase do enquadramento (níveis de capacitação e IQ). O dirigente do governo disse, da mesma forma, estar disponível para retomar os GTs e demais ações “previstas e suspensas em virtude da interrupção das negociações” e que, com a proposta, “haja imediato retorno às atividades funcionais” (Fasubra, 2005e).

O relatado acima foi dito verbalmente pelo MEC na reunião de 25 de agosto. No dia posterior, o MEC reafirmou as propostas por escrito, ajustando que o item 1 se tratava de GT para resolução do VBC para todos os TAE afetados pelo mecanismo e não só os de nível superior - no dia anterior, os representantes do CNG haviam cobrado esse ajuste (Fasubra, 2005f).

O essencial do que foi falado na audiência de negociação foi posto em ofício de resposta da Fasubra Sindical ao MEC: em relação ao enquadramento, foi cobrada a metodologia utilizada pelo governo para se chegar ao valor de R\$ 250 milhões, visto que, anteriormente, se falava em R\$ 320 milhões; e a partir de qual mês seria efetuado o enquadramento e quantos TAE teriam direito. Além disso, o documento reafirmava concordar com a proposta anterior do governo de não absorção do VBC como algo provisório e que o GT serviria para avançar a uma solução definitiva neste tema. Por fim, o CNG solicitou um cronograma para tratar dos outros temas pendentes da pauta, como racionalização dos cargos, terceirização etc. (Fasubra, 2005f).

Após a troca de documentos oficiais, a próxima audiência de negociação ocorreu em 31 de outubro. O Governo Federal, via MEC, iniciou a reunião com o então secretário-executivo adjunto, Ronaldo Teixeira da Silva, ratificando a proposta feita na reunião do dia 25 de outubro e indagando se a proposta havia sido levada às bases da categoria porque ali esperavam uma resposta. Ao responder pergunta feita pela Fasubra sobre os valores de R\$250 milhões para a segunda fase do enquadramento, Ronaldo afirmou que não importava qual metodologia seria utilizada porque os valores finais são esses e o enquadramento será aplicado a partir do mês em 2006 que couber nesse valor. Maria do Socorro, coordenadora de RH do MEC, complementou informando que 39.588 TAE vão

mudar de nível de capacitação e 49.271 terão direito ao IQ, segundo os números preliminares da comissão de enquadramento. (Fasubra, 2005g).

Os negociadores da categoria argumentaram para se solucionar o VBC já fechando que não seria absorvido em 2006, solicitando prazos concretos para que os GTs se iniciassem e concluíssem os trabalhos e pedindo mais informações sobre o acordo proposto pelo governo (Fasubra, 2005g). Em ofício enviado pelo MEC em 1º de novembro, o governo detalhava o processo negocial, afirmava novamente que a Fasubra rompeu a negociação ao entrar em greve e ratificou suas propostas, acrescentando prazos de 60 dias para concluir os trabalhos dos GTs sobre o VBC e racionalização dos cargos e de 120 dias para o de terceirização. Solicitava, ainda, uma resposta até 7 de novembro (Fasubra, 2005h).

No dia 2 de novembro, o CNG reuniu e deliberou por indicar às bases a suspensão da greve. Alegava-se, principalmente, que seria necessário entender conjuntura política e econômica do país que passava pelos escândalos do “mensalão”; que o governo poderia retirar esses valores de R\$ 250 milhões; que os outros temas, como o VBC, tinham urgência e só seriam retomados em GTs com o retorno ao trabalho; que o diálogo com o governo estava esgotado; entre outros argumentos. O CNG indicava, ainda, que essa decisão precisava ser tomada em rodada de assembleias por todo o país nos dias 3 e 4 de novembro. Essa deliberação, de conjunto, foi tomada por maioria, com 43 votos a favor. Com posição divergente, 35 delegados votaram pela manutenção do movimento de greve (Fasubra, 2005i).

Novamente, a maioria das assembleias de base rejeitou a proposta do CNG de terminar com a greve - 27 instituições, contra 11, decidiram manter o movimento. Entretanto, dessas bases que votaram pela saída da greve, até o dia 17 de novembro, duas já haviam retornado ao trabalho - Aptafurg e Asufpel - e cinco tinham indicativo de retornar no dia 21 do mesmo mês - Sintespb, Assufba-Sind, Sintuf-MT, Sintfub, Sint-UFG. Essa movimentação pode ser interpretada como coordenada nacionalmente pelo setor político majoritário na direção da federação, ligado à CUT. Esses sindicatos citados têm peso histórico do setor até então ligado ao campo cutista. (Fasubra, 2005l).

Após a manutenção da greve, tornaram-se a buscar articulações com o governo através de interlocução dos parlamentares. Conseguiram-se envolver 16 parlamentares, “inclusive o presidente da comissão de educação da Câmara dos Deputados e o vice-presidente da comissão de educação do Senado em uma reunião com o ministro da educação” (Fasubra, 2005j, p. 2).

Da articulação acima exposta, ocorreu uma nova reunião entre o MEC e os grevistas em 14 de novembro. Nesse momento, o governo Lula respondeu que, com os cálculos finais a

que se chegou, foi o valor de R\$255 milhões para aplicar a segunda etapa do enquadramento em janeiro - o que o movimento considerou uma vitória. No entanto, na pauta do VBC e da racionalização, o MEC seguia propondo GTs para debater o tema, que seriam reinstalados assim que a greve acabasse. Na prática, na pauta do VBC, havia um retrocesso porque o tema da não absorção em janeiro de 2006 não aparecia mais nas propostas governamentais (Fasubra, 2005j).

O CNG convocou nova caravana para os dias 22, 23 e 24 de novembro, da qual participaram 22 sindicatos da base da Fasubra. No dia 23, os TAE, em protesto, realizaram o “Café com o Ministro” e fecharam o MEC durante toda a manhã e por vezes o “eixão”, importante via de Brasília. A radicalização garantiu uma nova reunião de negociação que ocorreu à tarde com as entidades sindicais em greve, Fasubra, Sinasefe e Andes. No tema do VBC, o governo afirmou que seria “compromisso e prioridade do governo” resolver o problema e que o GT não seria para retardar e enganar a categoria. No dia 24 desse mês, houve novos protestos em frente ao MEC, com fechamento da entrada do ministério e uma apresentação cultural que fez um “enterro simbólico do ministro da educação” (Fasubra, 2005n).

Dois dias depois, em 26 de novembro, o CNG orientou às bases o fim da greve no período em que restavam no movimento nacional. De 27 universidades, 9 já haviam retornado ao trabalho e outras três já tinham deliberado no mesmo sentido³⁷. O documento do CNG avaliava que a greve ocorreu em um contexto de crise de corrupção no governo Lula e reafirmação do presidente com a política econômica do superávit primário para pagamento da dívida pública. Além disso, com uma profunda divisão interna na categoria, “a partir de alguns dirigentes, demonstrada desde o início do nosso movimento, [...] enfraquecendo-o diante de nossos adversários [governo federal] na mesa de negociação” (Fasubra, 2005o, p.3).

O documento acima citado prossegue criticando o governo federal de fazer “chantagem oficial”, de condicionar o debate de suas propostas à saída da greve, de não negociar de fato e de fazer ameaças e imposições aos grevistas. “O documento que consolida a audiência [de 23 de novembro] ratificou os compromissos expressos anteriormente e encerra um processo de negociação que jamais existiu” (Fasubra, 2005o, p. 5).

O CNG acusa o governo Lula, igualmente, de atuar por dentro do movimento para dividi-lo através de seus aliados na direção da Fasubra e nos sindicatos de base. Esses

³⁷ Retornaram ao trabalho no dia 21 de novembro as bases do Sintespb, Sintema, Assufba-Sind, Sintuf-MT, Sintfub, Sint-UFG, Sind-Ifes/BH. No dia 17 de novembro, as da Asufpel. No dia 9 de novembro, as da APTAFURG, SINTUNIR e SINTAD-UFT também já haviam deliberado pela saída do movimento.

promoveram, segundo o documento do CNG, uma quebra da unidade da categoria, operando a saída da greve de entidades que dirigiam para enfraquecer o movimento nacional, algo que nunca havia acontecido nas greves da federação³⁸.

As ações do setor cutista de evitar se confrontar com um governo que considerava dele não eram novas para os TAE. Os setores majoritários da CUT já haviam se posicionado contra a greve que enfrentou a reforma da previdência promovida por Lula da Silva em 2003 (Galvão, 2009). Avalia-se que essa movimentação dos setores cutistas possa ser explicada pela mudança da linha política da central, que era de combate, da luta concreta, para o método negocial por excelência. Essas mudanças nos métodos de luta da CUT vinham se gestando desde a década de 1990, mas se consolidaram desde que o PT chega ao governo e vários de seus ex-dirigentes se tornam ministros e assumem outros tipos de cargos na burocracia estatal (Antunes; Silva, 2015).

Por fim, diante da intransigência do governo e da divisão do movimento, aponta o CNG, a greve é vista como “extremamente vitoriosa” por ter tido força para resistir e “enfrentar esses dois inimigos, o governo e seus aliados” e pela demonstração “de luta de uma categoria que vem sendo cotidianamente desconsiderada pelos governos neoliberais em curso nos últimos anos” (Fasubra, 2005o, p. 5).

Em 30 de novembro, a greve é considerada encerrada após a consulta às bases. Assim, assembleias de 14 entidades sindicais votam para retornar ao trabalho em 1º de dezembro, três votaram para manter o movimento, três decidiram por acatar a decisão da maioria e quatro não definiram posição. (Fasubra, 2005p).

Com as relações estremecidas e denunciando não haver uma negociação de fato, a Fasubra não assinou nenhum termo de compromisso com o governo. O Sinasefe assinou documento nesse sentido em 1º de dezembro com as propostas já antes elencadas nos ofícios enviados pelo MEC a essas entidades sindicais.

A pauta principal da categoria protocolada em 5 de julho daquele ano cobrava do governo: “I- garantia de recursos no orçamento de 2006 para: a) implantação da segunda etapa da carreira: - níveis de capacitação; - incentivo à qualificação. b) racionalização dos cargos. II- Resolução imediata do VBC” (Fasubra, 2005, p.1).

³⁸ A Fasubra, historicamente, funciona assim em greves nacionais: todas as consultas do CNG são feitas às assembleias de base que tomam uma única posição. Nesse caso, era de saída ou continuidade da greve. A minoria se submete às decisões da maioria. Na rodada de assembleias de 3 e 4 de novembro, a maioria decidiu por se manter em greve. As 11 universidades que votaram pela saída da greve não se submeteram ao resultado nacional e optaram por sair da greve de maneira isolada.

A greve surgiu diante das incertezas postas pelo governo federal sobre a disponibilização de recursos para implantar esta segunda etapa da carreira e como continuidade da greve feita em 2004, “suspensa com uma pauta rebaixada, principalmente na tabela salarial, onde foi gerado o vencimento básico complementar” (Fasubra, 2005o, p. 2).

Na questão econômica, é possível avaliar que o governo federal conseguiu impor à categoria uma derrota parcial. Chegou-se a essa conclusão porque a segunda etapa do enquadramento na carreira só foi de fato consolidada com a publicação do Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, que determina “os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação” para os integrantes do PCCTAE (Brasil, 2006). Esse regulamento garantiu, ainda, o enquadramento no nível de capacitação a partir de 1º de janeiro de 2006 - de forma retroativa -, como reivindicavam os TAE em greve, mas do IQ somente a partir de 1º de julho daquele mesmo ano.

Na questão do VBC, não houve solução como defendido pelas entidades sindicais. Nesse sentido, o aumento do percentual do step de 3% para 3,6%, em janeiro de 2006, não trouxe aumento salarial efetivo para cerca 56 mil TAE, segundo a Fasubra³⁹ (Assufrgs, 2006). O GT que trataria do VBC terminou os trabalhos em julho de 2006 (Assufrgs, 2006a), mas, até o final do primeiro governo Lula, nada havia sido solucionado sobre o tema. O mesmo se deu com o GT-Racionalização (Assufrgs, 2006).

É possível creditar a diminuição dos recursos previstos para a implementação da segunda etapa do PCCTAE, a não absorção do VBC e a não racionalização dos cargos à política de ajuste fiscal que predominava no governo Lula da Silva I. Esse ponto de vista era defendido pelo CNG e, igualmente, por autores que estudavam a política econômica e as políticas sociais daquele período, como Druck e Filgueiras (2007), Moraes e Saad-Filho (2011), Tristão (2011). É importante ressaltar que até mesmo os coletivos cutistas faziam críticas ao governo, nas políticas dele pautadas por uma linha neoliberal e pela aliança conservadora com partidos da direita no Congresso Nacional. Naquele momento, inclusive, o governo vivia uma profunda crise moral e política por causa do famoso escândalo do “mensalão”.

Apesar da parcial derrota econômica, os TAE foram à greve e enfrentaram um governo intransigente e também um setor de dirigentes sindicais, principalmente ligados à

³⁹ Ofício-Circular nº 08 / 2005/MEC/SE/SAA/CGGP do governo federal para os dirigentes de recursos humanos das IFE apontava que 52.966 TAE estavam com VBC em 19 de julho de 2005. Documento disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcggp/oficios/oc00806.pdf>

CUT, ao PT e ao PCdoB, que buscaram, durante duas vezes, encerrar a greve como o governo solicitou. Eles alegavam que fora da greve as pautas avançariam em GTs, o que os fatos demonstraram como falso. Mesmo sem greve, durante todo o ano de 2006, não houve solução para os temas dos GTs (Confasubra, 2006). Ainda em 2025, o VBC não foi resolvido estruturalmente e a racionalização dos cargos nunca saiu do papel.

O coletivo cutista CSD defendeu, em sua tese, ao XIX Confasubra, ao contrário, que a greve foi derrotada política e economicamente por causa da intransigência dos setores políticos que estavam em maioria no CNG ao final da greve: PSTU, PSOL e independentes que haviam rompido com o coletivo Tribo. Para a CSD, as posições sectárias contra o governo Lula fizeram com que esses setores rejeitassem a proposta do governo de não absorção do VBC e acabassem sem nenhum acordo e com a greve terminando com um fim melancólico (Confasubra, 2006).

O coletivo Tribo, também ligado à CUT e que dirigia até o Confasubra de 2004, mais de 50% da categoria, combateu duramente as posições políticas do agrupamento Vamos à Luta (Val) durante a greve. Na tese deles ao XIX Confasubra, fizeram o balanço de que houve duas greves, uma da Tribo e do “Reafirmar a Luta” em defesa de conquistas para a categoria, e outra do Val para derrotar o governo Lula. “Propostas apresentadas pelo governo devem ser respeitadas e trabalhadas visando sua [...] melhoria. Recusar [...] uma proposta que atendia mais de 50% do eixo da greve [...] é no mínimo um ato que coloca em dúvida a atuação política desta direção” (Confasubra, 2006, p. 59).

Diante da falta de garantia de que o recurso realmente estaria disponível para a segunda fase do enquadramento, avalia-se que os TAE não tiveram outra escolha a não ser ir à greve para ao menos tentar lutar por suas pautas. Reconhece-se, da mesma forma, que a experiência de luta da categoria nessa greve, enfrentando um governo que se dizia dos trabalhadores e seus representantes no movimento sindical, pode ter contribuído para o avanço da consciência de classe do conjunto da categoria, ou, pelo menos, dos elementos mais envolvidos com o processo grevista.

A greve foi justa e correta, portanto, porque os fatos posteriores apontam dois cenários para aquele conflito: ou o governo realmente não tinha garantido os recursos ou os tinha, mas os diminuiu para tentar impor uma derrota aos TAE e ao seu setor independente do governo que impulsionou a greve. Nas duas perspectivas, tem-se uma atitude não condizente com um governo que se reivindicava dos trabalhadores e que propagandeava como sua marca a negociação e o respeito aos direitos dos SPFs.

Quadro 2 - Resumo das principais informações da greve dos TAE de 2005

Resumo das principais informações da greve dos TAE de 2005			
Período	Atores envolvidos	Pautas principais	Resultados
Início: 17/08 Término: 30/11. Total: 106 dias.	No auge do movimento, 42 sindicatos construíram a greve.	I- Garantia de recursos no orçamento de 2006 para: a) implantação da segunda etapa da carreira: - níveis de capacitação; - incentivo à qualificação. b) racionalização dos cargos. II- Resolução imediata do VBC.	Não foram encontrados registros de que a Fasubra tenha assinado acordo com o governo por afirmar não ter tido negociação de fato. Sinasefe assinou. Foram garantidos R\$255 milhões para a implantação da segunda etapa da carreira. Os níveis de capacitação foram implementados, de forma retroativa, a partir de 1º de janeiro de 2006. O IQ somente a partir de 1º de julho. O VBC foi absolvido afetando ganhos salariais para 56 mil TAE. VBC e Racionalização dos cargos ficaram de ser definidos em GTs.

Fonte: Fasubra (2005, h, j, p) e Assufrgs (2006).

2.3.2 A greve da Fasubra de 2007

Após a forte e conturbada greve de 2005, instalaram-se novamente os GTs que envolviam o governo federal, os dirigentes das IFE e os TAE (Fasubra e Sinasefe). O GT/VBC - que depois passou a se chamar GT/VBC/Reestruturação da tabela - produziu relatório em julho de 2006. No mesmo mês, houve audiência com o ministro da Educação, Fernando Haddad. Nessa audiência, o MEC indica querer avançar nos “trabalhos feitos nos GTs técnicos (VBC/Reestruturação da Tabela e Benefícios)” e estabelecer metas e prazos para instalar “Mesa Setorial com participação do MEC e [Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão] MPOG, para tratar dos seguintes pontos: VBC; Orçamento 2007; Benefícios” e de outros temas da pauta (Assufrgs, 2006).

Em novembro de 2006, nova reunião ocorre entre a direção da Fasubra e a então coordenadora de Gestão de Pessoas do MEC, Maria do Socorro, na qual a dirigente do ministério fala em agenda de reuniões para novembro e dezembro para seguir os trabalhos

dos GTs (Racionalização e Terceirização). Sobre a garantia de orçamento, em 2007, para reajuste de salários, já em novembro, próximo ao prazo para aprovação da LOA, o MEC não respondeu se haveria ou não recursos, ou mesa de negociação. “A resposta ficou para o próximo encontro, mesmo assim reafirmamos a nossa posição quanto à necessidade deste movimento por parte do MEC”, explicou informe da Fasubra sem maiores questionamentos e sem tecer uma forte crítica à política do governo que, claramente, postergava uma definição tão importante para a categoria - o que os trabalhadores popularmente chamam de “enrolação” (Assufrgs, 2006b).

Durante o ano de 2007, as tentativas de instalação de uma mesa de negociação seguiram sendo feitas pelas entidades sindicais com envio de ofícios, mas sem avanço. Além de não terem nenhuma previsão de reajuste salarial naquele ano, os TAE enfrentavam outros ataques aos direitos deles, como a proposta de transformação dos HUs em Fundação Estatal de Direito Privado. Para o conjunto dos SPFs, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 1/2007 e a restrição ao direito de greve eram as principais preocupações daquele período.

O PLP 01/2007, proposto pelo governo Lula no contexto do PAC, visava complementar a LRF para permitir aumento anual de somente 1,5% acima da inflação do orçamento com gastos com pessoal e encargos sociais da União. Segundo Nota Técnica do Dieese, a medida iria praticamente impedir a reposição das perdas salariais verificadas de 1996 a 2006. Levaria, igualmente, a dificuldades para reestruturação das carreiras, competição por recursos entre as diversas categorias, além de que geraria precarização dos serviços públicos ao limitar novas contratações (Fasubra, 2007).

A proposta de impor um teto para os gastos com pessoal, feita a partir do PLP 01/2007 do governo Lula, pode ser relacionada com as políticas neoliberais de FHC, que apontavam os servidores públicos como problema fiscal (Gomes; Silva; Sória, 2012). Fica evidente, de igual modo, a semelhança política entre a proposta lulista e o próprio Teto de Gastos aplicado por Temer em 2016 e o Novo Arcabouço Fiscal implementado no terceiro governo de Lula da Silva, a partir de 2023. A diferença é que esses dois últimos instrumentos impuseram limites de gastos públicos para a grande maioria das áreas do orçamento público, penalizando o conjunto dos gastos sociais, enquanto a proposta de 2007 focava na força de trabalho do Estado brasileiro. Para Fattorelli (2023), ambas as políticas visam drenar recursos públicos para o pagamento de juros e amortizações da Dívida Pública ao mercado financeiro.

A partir dessa realidade, os TAE participaram, no dia 17 de abril, do Dia de Luta dos SPFs contra o PLP 01/2007 e, no dia 23 de maio, de paralisação nacional com a mesma reivindicação. Por praticamente impedir avanços salariais e no aprimoramento da carreira,

este tema se tornou um dos eixos centrais da luta da categoria, com a perspectiva de construção de uma greve unificada dos SPFs contra a proposta. No entanto, a avaliação de conjuntura da Direção Nacional (DN) da Fasubra Sindical apontava também para a construção de uma greve da educação federal com Andes e Sinasefe ou até mesmo uma greve somente dos TAE (Fasubra, 2007a).

O indicativo de greve foi deliberado para o dia 28 de maio, por ampla maioria, na plenária estatutária da Fasubra de 4 e 5 de maio, com uma extensa pauta. Os elementos principais da luta, no entanto, foram: “contra o PLP 01/2007; contra a transformação dos HUS em Fundação Estatal, pelo aprimoramento da carreira e pela negociação do eixo emergencial da Fasubra: resolução do VBC, aumento do piso e recursos para o plano de saúde suplementar” (Fasubra, 2007b).

Após uma forte paralisação nacional em 23 de maio e uma grande mobilização na categoria, nesse dia, o ministro da Educação e seus assessores diretos convidaram a DN da Fasubra para uma reunião no MEC às 19 horas. Logo depois, às 20 horas, dirigentes do MEC e MPOG receberam o movimento e prometeram iniciar a mesa de negociação setorial em 6 de junho (Fasubra, 2007b).

O conteúdo debatido nessas reuniões acima citadas foi exposto aos dirigentes sindicais em ofício. No dia 27 de maio, a Fasubra respondeu ao ministro da Educação informando que a “categoria não conseguiu perceber algo substancial que motivasse um recuo ou até mesmo o adiamento do indicativo de greve anteriormente aprovado” (Fasubra, 2007c, p. 2).

No dia 28 de maio, a greve foi então deflagrada em 30 IFEs. O primeiro texto político do CNG festeja greves de outras categorias como da Cultura, Incra, Ibama, Comissão de Minas e Energia, todos da base da Condsef. Esclarece, porém, que o movimento dos TAE tem articulação com a luta geral, mas não pode perder o foco do seu eixo específico. Aponta, da mesma forma, que é necessária uma “forte ação do movimento, para conseguirmos o estabelecimento de fato, de um processo de negociação” (Fasubra, 2007d, p.1).

Na primeira semana de greve, 38 IFEs já construíam o movimento a nível nacional. O número avançou para 46 IFEs no 32º dia de paralisação (Fasubra, 2007h). Em meio à construção e avanço da mobilização nas bases, ocorreu, em 6 de junho, a primeira reunião de negociação. Nela, o novo secretário de RH do Ministério do Planejamento (MP), Duvanier Paiva Ferreira, foi apresentado pelo até então titular da pasta, Sérgio Mendonça. Esse último expressou a posição do governo inicialmente reconhecendo a legitimidade da greve e que o governo trabalha com o prazo de 70 dias para concluir os trabalhos. Afirmou, no mesmo

caminho, que seria melhor para a negociação se “as partes se esforçarem para resolver o impasse da greve. Acrescentou que isto não quer dizer que o governo coloque a suspensão como condicionante para negociar” (Fasubra, 2007e, p. 5).

Os representantes dos TAE na audiência com o governo cobraram resposta às pautas de reivindicação da categoria, cronograma e metodologia da mesa de negociação, apontando que somente a solução das pautas poderia acabar com o impasse da greve, que surgiu pela ausência de negociação, perspectiva de congelamento salarial em 2007 e não resolução dos problemas da carreira. Duvanier responde que os limites para os debates na mesa são planos de carreira e de assistência à saúde, que o debate sobre Fundação Estatal de Direito Privado nos HUs é com o MEC. Propôs, também, reunião dia 15 de junho para apresentar estudos à Fasubra (Fasubra, 2007e).

Algo relevante apresentado nessa reunião por uma servidora do Ministério do Planejamento, não identificada nominalmente no IG da Fasubra Sindical, foi de que os estudos feitos levavam em consideração os pisos salariais dos níveis de classificação e sua relação com os salários praticados no mercado de trabalho privado e com os de outras carreiras do serviço público, avaliando “quais os níveis cujo piso perde para o mercado [privado] em competitividade” (Fasubra, 2007e, p. 8).

Ocorreu nova reunião de negociação no dia 15 de junho, na qual os representantes do governo Lula não apresentaram os estudos nem a quantidade de recursos que se teria disponível para evolução salarial do PCCTAE. Foi afirmado, ainda, que não havia verbas para serem disponibilizadas para as pautas da categoria para 2007 e que a proposta do governo era de fechar um acordo que previsse a evolução da tabela para os anos de 2008, 2009 e 2010. Além disso, o tema do reajuste dos índices do IQ foi questionado pelo governo, que perguntou se não seria melhor concentrar o dinheiro na evolução da tabela, visto que os recursos viriam da mesma fonte. (Fasubra, 2007g).

Sobre as outras pautas específicas da greve, como o VBC e o “Plano de Saúde”, o então secretário de Recursos Humanos do MP, Duvanier Paiva, apresentou que uma das saídas ao VBC seria que esse não absorvesse os ganhos salariais que viessem ocorrer na tabela, pois não havia condições financeiras para resolver o problema de uma vez por todas. Acerca do “Plano de Saúde”, o governo informou ter disponíveis somente R\$ 90 milhões e que, com esses valores, teria de buscar critérios para a concessão do benefício (Fasubra, 2007g).

Na reunião, houve questionamentos dos representantes da Fasubra Sindical às falas do governo, centralmente com exigência de recursos para o eixo emergencial em 2007,

principalmente para o VBC, mas também para o “Plano de Saúde”, afirmando que o montante de recursos apresentado (R\$ 90 milhões) seria insuficiente e não poderia haver tratamento diferenciado na categoria (Fasubra, 2007g). Na avaliação do CNG, apontava-se preocupação com o fato de o governo não apresentar valores como havia prometido que faria e que era necessário intensificar a greve (Fasubra, 2007f).

A reunião do dia 15 de junho apontou a realização de duas reuniões técnicas para avaliar os impactos financeiros da proposta da Fasubra. O informe do CNG descreveu que as reuniões - realizadas em 25 e 26 de junho - tiveram caráter político e não técnico, com as servidoras do Ministério do Planejamento questionando a estrutura da tabela e a concepção de carreira. As referidas servidoras apresentaram novamente a política de valorizar os níveis de classificação a partir de sua relação com os salários do mercado de trabalho privado, enfatizando que os níveis A, B e C eram remunerados acima do setor privado, enquanto o nível D precisava de um pequeno reajuste e o nível E realmente estava abaixo (Fasubra, 2007h).

A política apresentada pelo governo aos negociadores dos TAE estava pautada pela lógica de privilegiar os cargos de nível superior, em detrimento dos cargos de nível médio - em menor grau - dos de nível fundamental e dos de escolaridade mais baixa. Na prática, a ideia visava reforçar uma tendência já vista no serviço público federal de aumento dos trabalhadores com nível superior, em favor da diminuição dos cargos de nível fundamental - o que se deu com o avanço da terceirização e a consequente restrição de concursos para essa área (Palotti; Freire, 2015). É possível caracterizar essa tentativa de sobrevalorizar os cargos de nível fundamental e médio como parte de uma política de Estado a favor da terceirização, que também seguiu nos governos petistas (Silva, 2021).

A avaliação do CNG mostrava preocupação com esse caminho adotado pelo governo e deliberou por não participar mais de reuniões com esse caráter enquanto o governo não apresentasse oficialmente o montante de recursos que tinha disponível para o PCCTAE. Uma nova reunião de negociação estava agendada para 2 de julho, dia em que o governo apresentaria, enfim, os valores disponíveis para a categoria TAE. Nesse momento, a greve atingia mais de 30 dias e contava com a participação de 46 IFEs, das 48 da base da federação. (Fasubra, 2007h).

Ocorreram ainda mais duas reuniões (2 e 12 de julho) em que o governo federal não apresentou o montante de recursos que estaria disposto a disponibilizar para a evolução salarial do PCCTAE. Entretanto, avançou-se em outros itens da pauta dita emergencial: foi apresentado pelo MPOG que o auxílio de saúde complementar seria para toda a categoria e

começaria a ser efetivado a partir de novembro de 2007. No caso do VBC, o governo afirmou que a proposta era a de não absorção deste para os TAE que ainda o possuíam (cerca de 27 mil pessoas). Para os servidores que tiveram o VBC absorvido em 2006, ficando com o salário congelado, o governo federal afirmou que estaria buscando soluções jurídicas para garantir a esse setor algum ressarcimento daqueles valores (Fasubra, 2007i, j).

Em 20 de julho, ocorreu uma nova mesa de negociação na qual novamente o governo não apresentou os valores que teria disponível para aplicar na evolução salarial. Ao invés disso, afirmou ter feito simulações excluindo os três primeiros padrões do nível de classificação A e os dois primeiros padrões dos níveis de classificação B, C, D e E. Ademais, o governo também apresentou como possibilidade aumentar o interstício da progressão por mérito de dois para três anos e dar valores diferenciados de reajuste nos steps dos níveis de capacitação. A bancada sindical rejeitou fazer essas alterações, afirmando que aquela mesa de negociação não seria para debater a concepção de carreira. Este tema, segundo os representantes da Fasubra, deveria ser abordado na MNNP com o conjunto dos SPFs através do instrumento das “Diretrizes dos Planos de Carreira” (DCP) que o governo falou em implementar, mas não concretizou (Fasubra, 2007k).

A alegação do governo federal para mudanças na estrutura da carreira era baseada no alto custo que o formato do PCCTAE possuía. No entanto, após muitos debates, o governo acordou com a Fasubra, como parte do avanço das negociações, “manter a atual estrutura remuneratória, em especial no referente à atual quantidade de classes e padrões [...] considerar a possibilidade de variação nas interpolações entre as classes” (Fasubra, 2007k, p. 2).

A tentativa do governo Lula de aumentar o interstício para as progressões em um ano e de dar reajustes diferenciados entre os níveis de classificação e entre servidores que estavam no início e os mais adiantados da carreira se assemelhava às propostas feitas por estudo do BM apresentado ao governo brasileiro em 2019. Nesse documento, o BM, reconhecido por se pautar por preceitos neoliberais e propor reformas estruturantes, apresenta uma série de propostas para subsidiar uma reforma administrativa no Brasil (Banco Mundial, 2019). Constata-se, desse modo, que as ideias do governo brasileiro para o PCCTAE, em 2007, se pautavam por uma linha ideológica que visava, ao fim e ao cabo, à redução de custos, mesmo que isso significasse penalizar servidores com congelamento ou perdas salariais.

Na perspectiva de buscar soluções para o conflito, no tema do salário em específico, a Fasubra flexibilizou sua proposta inicial, apresentando como piso salarial o valor de

R\$988,00. Esse montante era referente “à aplicação da estrutura remuneratória anterior à instituição do PCCTAE, com aplicação da GAE ao Vencimento Básico que seria o valor do atual Salário-Mínimo ($R\$380,00 + 160\% = R\$988,00$)”. O valor do teto também foi flexibilizado para R\$ R\$6.560,08, proposta referente ao dobro do teto da carreira do PGPE. (Fasubra, 2007k, p. 2).

Após essa reunião do dia 20 de julho, um novo encontro da mesa de negociação foi marcado para 25 de julho. Entendendo o momento de acirramento e certo impasse no tema salarial, o CNG da Fasubra convocou uma caravana a Brasília. Membros da categoria TAE de todo o país foram à capital federal protestar no dia da nova reunião e também no dia 26 de julho, realizando ações para colocar a greve na conjuntura nacional (Fasubra, 2007s).

Mesmo com cerca de mil trabalhadores mobilizados em frente ao local onde se realizava a mesa de negociação no dia 25 de julho, os representantes do governo federal seguiram buscando debater mudanças na estrutura da carreira. A bancada da Fasubra seguiu combatendo as propostas de mudanças que envolviam “quebrar a estrutura de nossa tabela, com a separação das classes para que assim exista a possibilidade da aplicação de reajustes diferenciados ou a aplicação de reajustes que beneficiem uma classe em detrimento das demais” (Fasubra, 2007l, p. 7).

Os representantes do governo federal na mesa de negociação alegavam que a proposta da Fasubra, flexibilizada, custava cerca de R\$3,7 bilhões e que esse valor não seria aceitável para o governo. Por isso, segundo eles, as propostas de mudanças na estrutura da carreira eram necessárias. A mesa terminou com o governo propondo novas reuniões para 2 e 3 de agosto (a primeira, uma reunião técnica, e a segunda da mesa de negociação) e se comprometendo a buscar novas propostas de consenso, respeitando os parâmetros apresentados pela Fasubra (Fasubra, 2007l).

No dia 27 de julho, ocorreu também reunião com o MEC. Em pauta, estavam a luta da Fasubra por valorização salarial e contra a Fundação Estatal de Direito Privado nos HUs. O ministro Fernando Haddad se comprometeu a intervir diante do MPOG para que as negociações salariais e sobre a carreira pudessem avançar (Fasubra, 2007m).

A reflexão feita pelo CNG, após sete reuniões da mesa de negociação, era de que havia um impasse: o governo afirmava concordar e consensuar parâmetros, mas sempre buscava debater a concepção de carreira. Nesse sentido, era necessário intensificar a greve, fazer ações radicalizadas nas datas das próximas reuniões com o governo e aumentar a pressão para haver ganhos e para que se mantivessem princípios inegociáveis sobre a

carreira: “matriz salarial única; paridade entre ativos e aposentados e garantia de ganho para todas as classes” (Fasubra, 2007l, p. 8).

As reuniões previstas para ocorrer em 2 e 3 de agosto foram suspensas a pedido do governo, sendo marcada uma nova reunião da mesa de negociação para o dia 7 do mesmo mês. Nessa reunião, o governo federal apresentou proposta que incluía a implantação do auxílio-saúde a partir de novembro de 2007 e reestruturação da tabela salarial (Figura 1) a partir das seguintes diretrizes:

- Incorporação à base da tabela remuneratória da parcela denominada Valor Pecuniário Individual- VPI (R\$ 59,87);
- Manutenção do step de 3,6 % entre os padrões remuneratórios;
- Manutenção da Parcela denominada Vencimento Básico Complementar - VBC;
- Mudança na interpolação das Classe D para E: de P20 para P23 em 2008, de P23 para P28 em 2009 e de P28 para P33 em 2010; e
- Vigência das alterações remuneratórias propostas: JUL 2008, JUL 2009 e JUL 2010 (Fasubra, 2007n, p. 3).

Figura 1 - Proposta apresentada pelo governo aos TAE em greve no dia 7 de agosto de 2007

		% AUMENTO SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL					
CLASSES		2008		2009		2010	
		inicial	final	inicial	final	inicial	final
CLASSE	A	5,37%	9,42%	11,03%	15,30%	16,99%	21,49%
CLASSE	B	6,73%	10,19%	12,46%	16,11%	18,50%	22,34%
CLASSE	C	7,90%	10,84%	13,69%	16,80%	19,79%	23,07%
CLASSE	D	8,89%	11,40%	14,74%	17,38%	20,90%	23,68%
CLASSE	E	17,79%	20,07%	48,12%	50,99%	86,26%	89,87%

Fonte: Fasubra (2007n, p. 3).

Os negociadores da categoria solicitaram aos interlocutores do governo federal uma nova reunião em 9 de agosto para terem tempo de analisar a proposta governamental, o que foi aceito. O CNG, em reunião no dia 8 de agosto, não rejeitou a proposta, mas a avaliou como insuficiente porque os parâmetros aprovados em plenária e Congresso da categoria não estavam totalmente atendidos (Fasubra, 2007n).

A contraproposta do CNG foi enviada ao governo federal às 15 horas do dia 9 de agosto. O documento continha questionamentos sobre a situação dos servidores que já tiveram o VBC absorvido, pedia avanço na operacionalização junto às IFE para que o auxílio-saúde fosse realmente garantido esse ano e apresentava valores de reestruturação salarial (Figura 2) novos, tendo como parâmetro a carreira PGPE (Plano Geral do Pessoal do Executivo). A contraproposta visava valorizar, igualmente, os níveis de classificação A, B, C e D, visto que a proposta inicial do governo já contemplava o nível E (Fasubra, 2007o).

Figura 2 - Contraproposta apresentada pelo CNG ao governo em 9 de agosto de 2007

CONTRA PROPOSTA APRESENTADA PELO CNG EM 09 DE AGOSTO DE 2007

	PERCENTUAL DE AUMENTO SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL		
	2008	2009	2010

CLASSES	INICIAL	FINAL	INICIAL	FINAL	INICIAL	FINAL
A	9,89%	14,11%	20,00%	24,61%	29,68%	34,67%
B	15,32%	19,05%	25,92%	30,01%	36,09%	40,50%
C	16,58%	23,94%	31,88%	40,21%	47,66%	56,98%
D	21,89%	29,06%	37,89%	46,01%	59,94%	69,36%
E	31,84%	34,40%	60,09%	63,19%	85,69%	89,28%

Fonte: Fasubra (2007o).

O governo federal alegou falta de tempo para apreciar a contraproposta do CNG. Sendo assim, a reunião de negociação de 9 de agosto iniciou, mas não se estendeu, sendo remarcada para o dia 16 do mesmo mês. Em avaliação no dia 10, o CNG apontou várias ações diante de parlamentares nos Estados, em Brasília e também para o diálogo com o conjunto da população para aumentar a pressão sobre o governo (Fasubra, 2007p).

No dia 16 de agosto, ocorreu uma nova reunião curta, pois o governo federal apresentou sua contraproposta e pediu uma outra reunião no dia posterior para explicá-la em detalhes, o que foi acatado pela bancada sindical (Fasubra, 2007q). Diante da explicação do governo no dia 17, o CNG analisou o conteúdo da contraproposta e definiu por não a aceitar por ser considerada insuficiente. De acordo com a análise, os únicos pontos diferentes da proposta inicial foram:

[...] complementação dos pisos dos primeiros padrões de vencimento da tabela salarial [6 primeiros padrões do nível A e 1º padrão do nível B, criando espécie de novo VBC]. [...] aumento do piso da Classe D, em índice de 5%. Com isto, houve o aumento de mais um nível, na interpolação da C para a D. [...]. Com relação à primeira proposta: O piso real da Tabela continua com o valor apresentado na primeira proposta: R\$ 891,29 (em 2010). - É mantida a proposta de incorporação do Abono Pecuniário (R\$ 59,87). As Classes B, C e E ficaram com os mesmos índices apresentados na primeira proposta: Classe B: 22,34%; Classe C: 23,07% e Classe E: 89,87%. - Impacto financeiro nos meses de julho de 2008, 2009 e 2010 (Fasubra, 2007r, p. 5-6).

A partir dessa análise, o CNG deliberou por responder ao governo questionando a falta de evolução salarial real para os níveis de classificação B, C e D; o não avanço na

proposta de maior interpolação entre os níveis de classificação; o valor insuficiente de apenas 5% de reajuste salarial no piso do nível D por estar ainda distante da referência do PGPE; cobrar orçamento para comparar os pisos de todos os níveis de classificação em relação ao praticado no PGPE; a não aceitação de nenhum tipo de novo VBC ou parcela complementar correlata; e defender que a incorporação da VPN não seja analisada como recurso novo (Fasubra, 2007r, p. 6).

Uma nova mesa de negociação ocorreu em 23 de agosto, na qual o representante do governo, o secretário de Recursos Humanos do MP, Duvanier Paiva, afirmou não ter analisado os questionamentos da Fasubra e pediu que elas fossem expostas verbalmente na reunião. Após a exposição das críticas apresentadas no parágrafo anterior, Duvanier defendeu que a complementação salarial nos primeiros padrões do nível A e B não é novo VBC e que há dificuldade em tratar de valorização do nível de classificação C por terem cargos de escolaridade diferente nessa classe (Fasubra, 2007t).

Por fim, o representante do governo exaltou a negociação, mas disse que a greve não ajudava em nada no processo. Apontou, igualmente, que a proposta estava no limite orçamentário. No entanto, explicou que os TAE deveriam entender que não se tratava apenas de recursos, “trata-se de olhar para o todo. Desenvolver a política de negociação e harmonização para todo o conjunto dos servidores públicos” (Fasubra, 2007t, p. 3). Após o debate, ficou marcada uma reunião do chamado Grupo Técnico entre o governo e os sindicalistas para o dia posterior e o indicativo de uma outra reunião da mesa de negociação para 27 de agosto (Fasubra, 2007t).

Apesar de haver na proposta do governo ganhos reais no salário para a categoria, o discurso dos “limites orçamentários” surgia novamente nas negociações. A política salarial do governo Lula, mesmo em um melhor momento com crescimento econômico, estava pautada pela manutenção de um forte superávit primário para garantir os compromissos com os credores da Dívida Pública, para manter intacto o arcabouço institucional de uma economia financeirizada (Paulani, 2017).

Reforçando a pressão política, o CNG enviou ofício ao presidente Lula da Silva em 24 de agosto. O documento foi entregue no Paraná, por meio de uma TAE de base, vereadora do PT, que conseguiu ser recebida pelo dirigente máximo do Executivo. O texto apresentava um breve histórico desde a conquista da carreira; reclamava que o PCCTAE continuava tendo o pior piso e teto do funcionalismo; reivindicava as falas do presidente de que era necessário corrigir as distorções salariais dos SPFs; e denunciava a proposta do MPOG como desestruturadora da carreira e discriminatória com os cargos de baixa escolaridade. Em

conclusão, solicitava intervenção do presidente junto ao ministério negociador para que se chegasse a um acordo razoável (Fasubra, 2007u).

Em seguimento ao processo negocial, na reunião do dia 27 de agosto, o governo manteve sua política para os primeiros padrões do nível de classificação A (com parcela complementar para o piso chegar a R\$ 998). Afirmou, porém, fazer um aporte orçamentário para melhorar os pisos e tetos dos níveis de classificação B e C (Figura 3). A bancada sindical reafirmou sua discordância com a proposta para o piso do nível A e isso gerou um grande tensionamento na reunião, com o governo, inclusive, ameaçando retirar a proposta da mesa e voltar à proposta anterior. Finalmente, os representantes dos TAE acordaram que a proposta do governo seria levada para debate no CNG e para a apreciação da categoria em assembleias de base (Fasubra, 2007v).

Figura 3 - Proposta do governo apresentada na reunião de 27 de agosto de 2007

CLASSES		% AUMENTO SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL					
		2008		2009		2010	
		inicial	final	inicial	final	inicial	final
CLASSE	A	29,68%	9,42%	29,68%	15,30%	29,68%	25,47%
CLASSE	B	10,07%	10,19%	12,46%	16,11 %	22,39%	26,36%
CLASSE	C	7,90%	10,84%	13,69%	16,80%	23,72%	27,11%
CLASSE	D	8,89%	11,40%	14,74%	17,38%	24,87%	27,74%
CLASSE	E	17,79%	20,07%	48,12%	50,99%	85,69%	89,28%
CLASSES		REMUNERAÇÃO PROPOSTA					
		2008		2009		2010	
		inicial	final	inicial	final	inicial	final
CLASSE	A	988,00	1.517,26	988,00	1.598,75	988,00	1.739,85
CLASSE	B	988,00	1.810,75	1.009,49	1.908,00	1.098,59	2.076,40
CLASSE	C	1.143,36	2.161,02	1.204,76	2.277,07	1.311,10	2.478,05
CLASSE	D	1.364,52	2.579,03	1.437,80	2.717,54	1.564,71	2.957,40
CLASSE	E	1.747,83	3.303,51	2.197,95	4.154,25	2.755,43	5.207,93

As Tabelas acima apresentam e retratam a aplicação dos seguintes parâmetros e movimentos sobre a situação atual:

- Incorporação à base da tabela remuneratória da parcela denominada Valor Pecuniário Individual - VPI (R\$ 59,87);
- Manutenção da Parcela denominada Vencimento Básico Complementar - VBC;
- Mudança na interpolação da Classe D para E: de P21 para P23 em 2008, de P23 para P28 em 2009 e de P28 para P32 em 2010; e
- Vigência das alterações remuneratórias propostas: JUL 2008, JUL 2009 e JUL 2010.

Fonte: Fasubra (2007v).

Dando sequência ao processo negocial, ocorreu reunião do Grupo Técnico no dia 28 de agosto, momento em que o governo apresentou as simulações da tabela a partir de suas proposições (Figura 3). Os membros do CNG, neste espaço, problematizaram sobre a necessidade de manter o step de 3,6% para todos os padrões de vencimento; garantia de desenvolvimento na carreira como previsto na Lei nº 11.091/05; recuperar o ganho salarial para a classe D que continha na penúltima proposta do governo, tendo como referência uma interpolação de três padrões entre a classe C e D; além da manutenção do incremento no reajuste salarial para os níveis de classificação B e C como apresentado na proposta de 27 de

agosto. A partir das reivindicações do CNG, o governo simulou uma outra proposta dentro do limite orçamentário estipulado, que não foi divulgado em valores totais (Figura 4). (Fasubra, 2007w).

Figura 4 - Proposta do governo apresentada após a reunião do Grupo Técnico de 28 de agosto de 2007

CLASSES		% AUMENTO SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL					
		2008		2009		2010	
		inicial	final	inicial	final	inicial	final
CLASSE	A	5,37%	9,42%	11,03%	15,30%	20,84%	25,48%
CLASSE	B	6,73%	10,19%	12,46%	16,11%	22,40%	26,37%
CLASSE	C	7,90%	10,84%	13,69%	16,80%	23,73%	27,12%
CLASSE	D	8,89%	11,40%	14,74%	17,38%	29,37%	32,35%
CLASSE	E	17,79%	20,07%	48,12%	50,99%	79,35%	82,72%

CLASSES		REMUNERAÇÃO PROPOSTA					
		2008		2009		2010	
		inicial	final	inicial	final	inicial	final
CLASSE	A	802,76	1.517,26	845,87	1.598,75	920,60	1.739,99
CLASSE	B	958,04	1.810,76	1.009,49	1.908,00	1.098,68	2.076,56
CLASSE	C	1.143,36	2.161,02	1.204,76	2.277,07	1.311,20	2.478,24
CLASSE	D	1.364,53	2.579,04	1.437,80	2.717,54	1.621,16	3.064,10
CLASSE	E	1.747,83	3.303,51	2.197,95	4.154,25	2.659,89	5.027,35

As tabelas acima apresentadas retratam a aplicação dos seguintes parâmetros e movimentos sobre a situação atual:

- Incorporação à base da tabela remuneratória da parcela denominada Valor Pecuniário Individual - VPI (R\$ 59,87);
- Manutenção da Parcela denominada Vencimento Básico Complementar - VBC;
- Mudança na interpolação da Classe C para D; de P-16 para P-17 em 2010;
- Mudança na interpolação da Classe D para E; de P-21 para P-23 em 2008, de P-23 para P-28 em 2009 e de P-28 para P-31 em 2010; e
- Vigência das alterações remuneratórias propostas: JUI. 2008, JUI. 2009 e JUL. 2010.

Fonte: Fasubra (2007w).

O CNG, ao analisar as propostas 1 (Figura 3) e 2 (Figura 4), definiu por consenso indicar à categoria o aceite da segunda e a rejeição da primeira. A decisão foi tomada porque a proposição 2 continha a “manutenção das cinco classes; dos 4 níveis de capacitação; dos 16 níveis de padrões; do step único e constante; de ganhos para todos; paridade entre ativos e aposentados”. Já a proposta 1, na prática, desestruturava a carreira, pois a

[...] repetição do valor de R\$ 988,00 nos 6 primeiros padrões representa a quebra do step único e constante o que, além de descumprir resolução congressional, fere o art. 14 da Lei 11.091 – Carreira. [...]. Não garante o desenvolvimento com remuneração, nem por avaliação por mérito, nem por capacitação para os padrões iniciais da Classe A, ferindo a Lei e provocando uma discriminação entre os trabalhadores(as) integrantes da Carreira (Fasubra, 2007x, p. 6).

O documento do CNG refletia, inclusive, que os danos à concepção de carreira da Fasubra seriam irreversíveis caso se aceitasse a proposta 1. Ressaltava-se, da mesma forma, que a proposta 2 continha alguns elementos estranhos à lógica do PCCTAE, como o

distanciamento do nível de classificação E na tabela. Entretanto, apontava o texto do CNG, a batalha pela concepção de carreira seguiria (Fasubra, 2007x).

Por fim, o CNG deliberou que deveriam ser realizadas assembleias de base em 30 e 31 de agosto para que a categoria deliberasse sobre as propostas enviadas pelo governo. Ainda no dia 31, o CNG deveria reunir com o governo para acertar os detalhes do Termo de Compromisso e, em 4 de setembro, ocorreria nova rodada de assembleias por todo o país para aprovar ou não o acordo. Se esse fosse satisfatório, a greve deveria acabar no dia posterior. Foi decidido, também, apresentar ao governo vários itens que teriam de constar no termo de acordo, como trazer a vigência do acordo para janeiro de 2008; a reativação dos GTs racionalização, benefícios, início do GT terceirização; garantia do auxílio-saúde para novembro de 2007; alteração do artigo 15 do PCCTAE para que o VBC não fosse absorvido; e prosseguimento do debate sobre mudanças nos índices do IQ (Fasubra, 2007x).

Apesar do afirmado consenso da orientação pela aceitação da proposta 2 no CNG, nas assembleias de base, o tema não foi consensual. Até 31 de agosto, 32 bases votaram por aceitar a proposta 2. Votaram contra essa indicação do CNG 8 bases. Entre elas, duas apoiaram a proposta 1, duas bases rejeitaram as duas propostas, outra afirmou só tomar posição após ter o texto do termo de acordo e as outras não apresentaram seus motivos (Fasubra, 2007y).

Até o dia 3 de setembro, 33 assembleias de base haviam votado pelo aceite da proposta 2, apresentada pelo governo federal. Munidos desta autorização da maioria dos grevistas presentes nas assembleias e pelo aceite pelo governo da maioria das condicionantes apresentadas, o Termo de Compromisso foi assinado na noite do dia 3 de setembro. O único ponto das últimas exigências do CNG não atendido foi sobre os efeitos do acordo serem a partir de janeiro de 2008 - o governo cedeu para que a vigência fosse a partir de 1º de maio e não mais julho como havia proposto durante todo o processo negocial. Sendo assim, a greve se encerrou e os TAE voltaram ao trabalho em todo o país no dia 5 de setembro (Fasubra, 2007z).

O CNG ainda fez uma avaliação final da greve na qual valoriza a unidade da Fasubra e a grande participação da base da categoria durante todo o movimento. Apontou também a importância da batalha pela concepção de carreira, contra todas as investidas do governo Lula da Silva, via MPOG, para tentar mudar a lógica do PCCTAE. Foram exaltados, igualmente, a não incorporação do VBC, o ganho do auxílio-saúde, a paridade entre ativos e aposentados e os ganhos salariais conquistados para todos os níveis de classificação, que ficaram como apresentado na Figura 4 (Fasubra, 2007z1).

Diferentemente do movimento paredista de 2005, quando o setor cutista saiu da greve sem que houvesse uma decisão nacional unificada, o que acabou enfraquecendo a luta nacional da categoria, dessa vez, todos os setores políticos que atuam na Fasubra ficaram na greve até o final. Houve divergências políticas importantes, com um setor ligado ao PT votando contra o Termo de Compromisso por causa da quebra da linearidade da tabela que garantiu reajuste salarial maior para os cargos do nível de classificação E. Apesar da discordância desse setor, outros coletivos cutistas, e também o PCdoB, foram a favor da proposta feita pelo CNG pelo aceite do acordo com o governo. Essa maior unidade só foi possível porque a proposta feita pelo governo trazia ganhos salariais reais para os TAE e todas as outras conquistas listadas nos parágrafos anteriores, ainda que fossem considerados insuficientes diante das necessidades dos TAE (Sintuff, 2008). Além da forte greve da categoria, o momento econômico pelo qual o país passava, com crescimento do PIB, garantiu que mais recursos pudessem ser destinados ao PCCTAE. Essa destinação de mais verbas aos salários e às carreiras dos servidores federais não teve a ver com uma inflexão na política econômica porque a relação de despesas com pessoal com o PIB se manteve estável (Junqueira; Orair, 2022), como recomendam os organismos internacionais - BM e OCDE.

A CSD e um setor cutista ligado à UFMG questionaram a quebra da linearidade como um ataque à concepção de carreira construída historicamente pela Fasubra (Confasubra, 2009). No entanto, esse tema foi aprovado em plenária nacional realizada em dezembro de 2005 e em outra realizada em abril de 2007, um mês antes da greve, como forma de tentar solucionar o VBC que congelou os salários de vários membros da categoria, mas principalmente dos cargos do nível de classificação E. Propostas debatidas na Plenária de abril já apontavam a quebra da linearidade. Foi resolução majoritária que, “para os níveis de classificação que tiveram menor percentual de ganho, terá *[sic]* nas etapas seguintes um ganho maior de modo que possamos atingir os patamares que tínhamos no PUCRCE” (Fasubra, 2007, p.1).

Apesar de o governo federal verbalizar durante várias vezes que a greve não interferia nas negociações com a Fasubra, o fato é que uma mobilização grevista que atingiu 46 das 48 universidades federais teve um peso importante na batalha negocial. Parte da categoria que possuía o VBC teve seus salários congelados em 2006. Todos os TAE ficaram sem nenhum reajuste em 2007, pois a direção da Fasubra Sindical apostou suas fichas nas negociações em Grupos de Trabalho que não avançaram na solução das pautas da categoria. Não se pode afirmar com certeza o que teria acontecido, referente às pautas dos TAE, se não tivesse acontecido a greve. No entanto, o que aconteceu em 2006 e 2007, e as reiteradas tentativas do

governo de mudar regras do PCCTAE, buscando privilegiar somente o nível de classificação E, acabar com a paridade e impor uma lógica de mercado, dá uma indicação do que poderia ter se dado sem a resistência da categoria.

Quadro 3 - Resumo das principais informações da greve dos TAE de 2007

Resumo das principais informações da greve dos TAE de 2007			
Período	Atores envolvidos	Pautas principais	Resultados
Início: 28/05 Término : 04/09. Total: 100 dias.	No auge do movimento, 46 instituições das 48 da base da Fasubra construíram a greve.	Contra o PLP 01/2007; contra a transformação dos HUs em Fundação Estatal, pelo aprimoramento da carreira e pela negociação do eixo emergencial da Fasubra: resolução do VBC, aumento do piso e recursos para o plano de saúde suplementar.	Conquistou-se o Auxílio de Saúde Suplementar, a não absorção do VBC, reabertura do GT Racionalização dos cargos, novo prazo para adesão ao PCCTAE, reajuste salarial parcelado em 3 vezes (05/2008, 07/2009 e 07/2010) e reajuste nos índices do IQ, que passaram a ser de 27% (especialista), 52% (mestrado) e 75% (doutorado). O teto para reajuste salarial dos SPFs, previsto no PLP 01/2007, e a transformação dos HUs em Fundação Estatal não foram aprovadas.

Fonte: Fasubra (2007b, z1, 2008).

2.4 ANÁLISE DA TRANSFORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO SALARIAL DOS TAE DE 2005 A 2010

Nesta seção, a intenção é expor como o VB, o IQ e o step do PCCTAE se transformaram, desde março de 2005 até dezembro de 2010, no bojo das greves realizadas em 2005 e 2007, e como esse movimento alterou a composição salarial dos TAE. Para dar um panorama geral da carreira, que envolve mais de 300 cargos em cinco níveis de classificação diferentes (A, B, C, D e E) e tem 49 padrões de vencimento, optou-se por descrever os padrões de vencimento relacionados ao piso e ao teto dos cinco níveis de classificação.

O IQ e a progressão por capacitação, que são itens que afetam individualmente os salários dos membros da carreira TAE, vão ser comentados aqui sobre seu impacto no salário de uma forma mais geral, apontando os avanços em porcentagem que as greves de 2005 e 2007 conquistaram sobre esses dois itens.

O Termo de Acordo de Greve assinado entre a Fasubra, Sinasefe e o governo Lula da Silva I, em 2004, previa montantes milionários para a implementação do PCCTAE, que seria implementado em duas etapas, sendo a primeira com R\$ 341 milhões, em 2005, e a segunda com R\$ 365 milhões em 2006 (Fasubra, 2004b).

A aplicação da segunda fase, em 2006, previa o aumento do step de 3% para 3,6% logo em janeiro, fato que garantia reajuste salarial para a categoria de conjunto, como também a progressão por capacitação e o IQ. O reajuste causado pelo step tem valores distintos para cada padrão de vencimento, tendo valores maiores conforme se avance na tabela. O padrão de vencimento P01, piso do nível de classificação A, não teve nenhum reajuste, mas o P02 teve reajuste de 0,58%. O teto do nível de classificação A, P19, teve reajuste de 11,02%. O piso do nível de classificação B, P06, teve reajuste de 2,94%. O teto deste mesmo nível, P24, foi reajustado em 14,29%. O piso do nível de classificação C, P11, aumentou em 5,98%. Já o teto, P29, teve um acréscimo de 17,66%. O piso do nível de classificação D, P16, teve um incremento de 9,1% e o teto, P34, de 21,12%. Por fim, o piso do nível de classificação E, P21, subiu 12,31% e o teto, P39, 24,69%.

Ademais, em janeiro de 2006, também foi instituída a progressão por capacitação que, dependendo da quantidade de carga-horária que o servidor possuísse em cursos relacionados ao cargo, poderia fazê-lo progredir até três níveis na carreira, acumulando um reajuste de até 10,8%. De igual modo, era prevista a implementação do IQ para quem já tivesse quatro anos de carreira e possuísse educação formal acima da exigida pelo cargo.

A greve de 2005 foi realizada para garantir, diante da falta de confirmação do governo, as verbas para a implementação da segunda fase do PCCTAE - centralmente as progressões por capacitação e o IQ. Ao final do movimento paredista, em novembro de 2005, conquistaram-se as progressões por capacitação desde janeiro de 2006 e o IQ a partir de julho daquele mesmo ano, custando um valor total de R\$255 milhões, quando o acordo de greve de 2004 falava em R\$365 milhões. Portanto, além do step, os avanços salariais conquistados para serem aplicados em 2006 foram aqueles que dependiam de ações individuais dos TAE, principalmente a realização de cursos de capacitação e de cursos de educação formal acima dos exigidos para o cargo.

Segundo previa o MEC, em 2006, 39.588 TAE iriam mudar de nível de capacitação e 49.271 teriam direito ao IQ (Fasubra, 2005g). Segundo documento do próprio MEC, 56 mil pessoas TAE não iriam ser diretamente beneficiadas pelo reajuste do step em 0,6% em janeiro de 2006, pois possuíam VBC, que, naquele ano, foi em parte ou na totalidade absorvido por

esse reajuste do step. Segundo o Painel Estatístico de Pessoal do governo federal, o PCCTAE possuía mais de 156 mil trabalhadores em 2006.

Por fim, depois do congelamento do VB e do step em 2007, nesse mesmo ano, os TAE fizeram uma nova greve e conquistaram reajuste salarial para os anos de 2008 (a partir de maio), 2009 (a partir de julho) e 2010 (a partir de julho). O termo de compromisso assinado entre os TAE e o governo federal garantia um reajuste acumulado que iniciava em 20,84% no piso do nível de classificação A, e terminava em 82,72% no teto do nível de classificação E, no último padrão de vencimento da carreira.

Depois de fechado este compromisso entre os TAE e o governo federal, novos acordos foram fechados pelo governo com as carreiras PGPE, Cultura, Saúde e Previdência, mais vantajosos financeiramente. Neste marco e buscando igualar o piso e o teto do PCCTAE às outras carreiras anteriormente citadas, o governo aumentou os valores dos reajustes para 2009 e 2010, chegando em um piso de R\$ 1.034,59 (P01) e em um teto de R\$ 5.650,00 (P49) no último ano do acordo, acima dos anteriormente acordados de R\$ 920,60 e R\$ 5.027,35. Depois dessas modificações, os reajustes salariais no VB foram de cerca de 35,78% no piso do nível A (P01) e de 41% no teto (P19). No nível B, o aumento no piso (P06) foi de 37,53% e no teto (P24), de 41,99%. No piso (P11) do nível C, o incremento foi de 39,04%; no teto (P29) foi de 42,83%. No nível D, o reajuste no piso (P16) chegou a 45,37% e no teto a 48,72%. Nos cargos da classe E, o aumento no piso foi de 101,42% e no teto de 104% (Fasubra, 2008).

O governo federal, também após ter fechado o termo de compromisso com a Fasubra e Sinasefe, mudou os índices percentuais do IQ para entrar em vigor em maio de 2008. Para quem tivesse diploma de especialista, o valor a ser pago passaria a ser 27% do VB. Para quem possuísse mestrado, o valor passaria a ser de 52% e, para quem tivesse doutorado, 75%. No entanto, as mudanças foram só nos percentuais. O IQ de doutor continuava acessível somente para os cargos de nível E, o IQ de mestrado para os cargos de nível D e E, o IQ de especialista para os cargos de nível C, D e E (Fasubra, 2008).

É importante ressaltar que essas mudanças posteriores ao acordo foram precedidas de ameaças do governo federal, feitas pelo Ministério do Planejamento, de não cumprimento dos compromissos de reajuste salarial firmados ao fim da greve de 2007. Isso se deu após o Senado Federal votar o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) em dezembro daquele ano. Após paralisações em fevereiro de 2008 e ameaça de nova greve, o governo se comprometeu a respeitar o acordo com a Fasubra e com os militares (Sintuff, 2008).

Quadro 4 - Compilado contendo as principais mudanças salariais no PCCTAE (2005-2010)

Principais mudanças salariais no PCCTAE (2005-2010)			
	VB	IQ	STEP
2005	Início do PCCTAE.	Não estava em vigor.	3,0%
2006	Reajuste no step incide no VB a partir do P02 (+ 0,58%) até P39 (+ 24,69%).	Vigente a partir de junho.	3,6%
2007	Congelamento salarial	Mantém a mesma estrutura	3,6%
2008	- Incorporação da Vantagem Pecuniária Individual (VPI) de R\$59,87 ao VB e mais reajuste de 5,37% no P01 (piso) até 20,07% no P41 (teto). - Piso e teto do nível de classificação E passaram do padrão P21 e P30, respectivamente, (estrutura original do PCCTAE, para P23 e P41 (quebra da linearidade da tabela).	Aumento do percentual do IQ de especialização para 27%, de mestrado para 52% e de doutorado para 75%.	3,6%
2009	- Reajuste de 10,63% no P01 (piso) até 32,03% no teto da carreira (P46). - Piso e teto do nível de classificação E passaram do padrão P23 e P41, respectivamente, para P28 e P46.	Manutenção da estrutura de 2008.	3,6%
2010	- Reajuste de 16,48% no P01 (piso) até 29,52% no teto da carreira (P49). - Piso e teto do nível de classificação E passaram do padrão P28 e P46, respectivamente, para P31 e P49. - Piso e teto do nível de classificação D passaram do padrão P16 e P34, respectivamente, para P17 e P35.	Manutenção da estrutura de 2008.	3,6%

Fonte: (Brasil, 2005).

A partir dessa realidade, foi possível constatar que as greves de 2005 e 2007 foram importantes para a garantia dos acordos entre o governo e os TAE, mesmo que em nenhum desses dois movimentos a categoria tenha conseguido conquistar toda a pauta salarial defendida. Foi visível, da mesma forma, que a política econômica adotada pelos governos

Lula da Silva I e II, como também a situação econômica internacional e nacional, teve influência direta nos resultados das greves. Em 2005, por exemplo, primou uma linha mais dura de ajuste fiscal, o que fez haver diminuição de recursos e o IQ ser implementado somente em julho. Em 2007, por outro lado, os ganhos salariais foram expressivos, ainda que tenha havido a quebra da linearidade da tabela e uma concentração maior de recursos para os cargos de nível superior (nível de classificação E). Esse setor da carreira havia sido fortemente impactado pelo VBC (cerca de 80% dos ativos e 98% dos aposentados), mas os cargos de nível classificação C também sofreram grande impacto (cerca de 54% dos ativos atingidos) e não tiveram o mesmo tratamento (Brasil, 2005a).

A política da quebra da linearidade da tabela, imposta pelo governo em 2007, pode ser evidenciada com um distanciamento salarial entre os pisos dos níveis de classificação A, B, C e D em relação ao VB de entrada na carreira dos cargos do nível de classificação E. Por exemplo, em 2005, o padrão (P01) era 55,36% do P21 (piso do nível E). Essa relação salarial diminuiu para 34,60% em 2010. Esse distanciamento salarial para o piso do nível E também se verificou no padrão P06 (piso nível B) - que era de 64,18%, em 2005, e passou a ser de 41,30% em 2010. No piso do nível C (P11), a correlação passou de 74,40%, em 2005, para 49,29% em 2010. A relação do piso nível D (P16) para o piso do nível E foi de 86,26%, em 2005, para 60,95% em 2010.

A quebra da linearidade foi a maior responsável pela distância dos pisos dos demais cargos em relação aos cargos de nível E. No entanto, também o aumento do step, em 2006, foi parte da causa dessa distância, pois essa política acaba por causar concentração de recursos nos padrões mais elevados da tabela.

Na questão do IQ, houve aumento dos percentuais para especialização, mestrado e doutorado, questão que privilegiou também os cargos de nível superior e não trouxe nenhum ganho para os cargos dos níveis de classificação A e B.

Na política interna da Fasubra Sindical, na greve de 2005, houve uma forte divisão da categoria. Os setores ligados ao PT e PCdoB definiram por acabar o movimento paredista mesmo quando, a nível nacional, a maioria das bases havia votado para continuar. Esse fator foi determinante para que o governo conseguisse impor o que queria. Em 2007, a divisão se deu no tema da quebra da linearidade, mas não houve enfraquecimento do movimento por isso. A categoria soube resistir conjuntamente a mudanças na concepção do PCCTAE que o governo pretendia impor. O ganho salarial real conseguiu uma unidade importante na finalização do processo grevista, ainda que o setor cutista que estava contra a quebra da linearidade tenha votado contra a aceitação do acordo.

3 AS GREVES DOS TAE DURANTE OS GOVERNOS DILMA ROUSSEFF E O SEGUIMENTO DA LUTA POR REAJUSTE SALARIAL

O segundo capítulo deste trabalho analisou as greves dos TAE de 2005 e 2007 e a repercussão destas lutas no salário da categoria durante os governos de Lula da Silva I e II. A política econômica adotada pelos governos petistas naquele período, as disputas entre os servidores e os negociadores governamentais, como também as próprias divergências internas ao movimento paredista, foram itens fundamentais para que se pudesse compreender como se transformou e como se deu a composição salarial do PCCTAE entre 2005 e 2010 - fim do governo Lula da Silva II.

A partir dos resultados encontrados no segundo capítulo, tem-se maior base teórica e empírica para se analisar as greves dos TAE ocorridas entre 2011 e 2015, que influenciaram os salários da categoria até 2017. De 2016 a 2023, não ocorreram movimentos paredistas nacionais unificados dos TAE cujo eixo tenha sido o salário. Em 2024, ocorreu uma greve da categoria que buscou reajuste salarial como pauta principal, mas, por seus resultados não estarem concluídos e por ela não ter tido impacto no salário em 2024 - data limite deste estudo -, optou-se por não a analisar neste trabalho. Em 2026, quando este trabalho estava sendo defendido, uma nova greve nacional dos TAE foi desencadeada, cobrando o cumprimento integral do acordo do movimento paredista de 2024.

Sendo assim, neste capítulo far-se-á um apanhado conjuntural da política econômica implementada no país nos governos de Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro, até o de Lula da Silva III. Em prosseguimento, vai ser analisado como as opções desses governos repercutiram nas greves deste período; vão ser estudadas, ainda, as pautas que os TAE defenderam diante dos governos e os resultados dos movimentos paredistas e como se transformou o salário no PCCTAE de 2011 até 2024.

Nesse sentido, a primeira seção faz uma breve análise da política econômica adotada pelos governos de Dilma Rousseff I e II, de Michel Temer, de Jair Bolsonaro e pelos primeiros dois anos do governo de Lula da Silva III. A segunda seção analisa a greve de 2011, de 2012, de 2014 e a greve de 2015. A terceira seção avalia o congelamento do salário dos TAE entre 2018 e 2024, e a última seção vai examinar a transformação e a composição do salário da categoria entre 2010 e 2024.

3.1 A POLÍTICA ECONÔMICA DOS GOVERNOS DILMA ROUSSEFF I E II

Dilma Rousseff (PT) venceu a eleição presidencial de 2010 contra José Serra (PSDB) e se tornou a primeira mulher a presidir o Brasil. Apesar dos discursos de que aprofundaria e consolidaria o modelo “social-desenvolvimentista”, o que se consolidou foi uma política de ajuste fiscal diante das incertezas econômicas internacionais com a crise que se alastrava na zona do euro. Logo em fevereiro de 2011, o governo corta R\$50 bilhões do orçamento, atingindo despesas de custeio com os serviços públicos, mas também de investimentos. Em agosto do mesmo ano, o governo elevou a meta de superávit primário em R\$10 bilhões, chegando a R\$127,8 bilhões ou 3,3% do PIB. No mesmo período, também anunciou que não daria reajustes aos servidores públicos federais em 2011 e 2012 (Maciel, 2013).

Em 2012, o governo seguiu cortando recursos do orçamento (R\$55 bilhões) para manter superávit primário, avançou nas privatizações com a concessão para a iniciativa privada de aeroportos, ferrovias e estradas administradas anteriormente pela União. O BNDES financiou com dinheiro público em até 80% os empreendimentos (Erickson, 2012).

Maciel (2013) defende que a situação internacional desfavorável fez o governo Dilma recorrer às políticas neoliberais mais extremadas, como as já acima citadas. A então presidenta avançou com a proposta de outra Reforma da Previdência para impor aos SPFs o teto do INSS e a necessidade de previdência privada complementar com a Funpresp.

Ainda que tenha mantido as políticas sociais focalizadas como o programa “Bolsa Família” e “Brasil sem Miséria”, a situação econômica gerou amplo descontentamento na base social histórica do PT. Um dos resultados foi uma quantidade crescente de greves em 2011 (554), em 2012 (873), e chegando ao ápice em 2013 (2050) (Dieese, 2012, 2013, 2015).

Entre esses movimentos precisamos dar destaque às greves “selvagens” dos operários das obras do PAC - nas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio - que chegaram a queimar alojamentos e ônibus nos protestos por reajuste salarial e contra a precarização do trabalho (Vitelo; Messias, 2020). Ocorreu também uma forte greve dos SPFs em 2012 que paralisou as universidades e institutos federais e contou, inclusive, com uma greve estudantil. Essas greves foram parte do processo que culminou com as mobilizações sociais de junho de 2013, chamadas de “Jornadas de Junho”, que iniciaram contra os aumentos das passagens de ônibus em diversas capitais como Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP) e se espalharam pelo resto do país depois de uma forte repressão da Polícia Militar de São Paulo (PM-SP) contra uma manifestação juvenil no centro da capital paulista⁴⁰.

⁴⁰ Apesar de a PM-SP ser comandada pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB), a repressão contou com apoio do prefeito da cidade, à época, Fernando Haddad (PT).

Mesmo após essas manifestações, que essencialmente tiveram um caráter popular e antineoliberal (Maciel, 2013), e causaram grande desgaste para o governo federal, Dilma Rousseff (PT) consegue a reeleição para um segundo mandato por uma pequena margem de votos (3,5 milhões de votos a mais para a petista) e afirmando que não iria retirar direitos “nem que a vaca tussa” (Lourenço, 2014).

No entanto, após eleita e com os resultados negativos na economia, Dilma trouxe para o governo, como ministro da Fazenda, Joaquim Levy, ex-funcionário de alto escalão do banco Bradesco. Levy já havia sido secretário do tesouro no governo FHC. Ele foi chamado ao governo para passar credibilidade para o capital financeiro e para o conjunto da burguesia. O ministro aprofundou a orientação neoliberal, implementando no início do mandato um ajuste fiscal com corte de R\$80 bilhões no orçamento, sendo R\$10,4 bilhões da educação. Esse dinheiro, em sua maioria, foi utilizado para o pagamento da dívida pública (Gomes, 2015).

Outra ação da austeridade que o governo visava implementar se deu com a edição das Medidas Provisórias 664 e 665, que dificultavam o acesso à pensão por morte e ao seguro desemprego, abono salarial e seguro-defeso, respectivamente. Essas iniciativas geraram grande descontentamento na base operária e popular do governo, pois na campanha eleitoral a presidenta petista havia prometido não retirar direitos.

Ainda no primeiro ano do segundo mandato, por se negar a negociar e a apresentar proposta de reajuste, Dilma Rousseff enfrentou uma greve que foi feita por várias categorias dos SPFs, com destaque para os TAE e docentes que encabeçaram o movimento, paralisando as UFs e IFs por mais de cinco meses (Globo, 2015).

A política econômica pautada pelo ajuste fiscal que já havia levado a um crescimento do PIB de 0,1%, em 2014, fez com que o índice caísse 3,8% em 2015. Alimentada pela crise econômica internacional, a crise da economia brasileira tem motivos estruturais, segundo Gonçalves (2015, p. 5):

(Modelo Liberal Periférico, com o protagonismo do setor primário-exportador), e os vetores agravantes são a mediocridade esférica do governo Dilma (déficit de governança) e a herança desastrosa do governo Lula (reprimarização da estrutura de produção e do padrão de comércio exterior, aumento expressivo do passivo externo, desindustrialização, sobre-endividamento de famílias, empresas e governo, expansão do sistema político patrimonialista e corrupto, etc.). Como mencionado, a crise tem alcance global. Entretanto, países mais vulneráveis são mais afetados. Esse é, precisamente, o caso do Brasil.

Gonçalves (2015) defende que o “Modelo Liberal Periférico” que predomina sobre a economia brasileira faz o país crescer menos que a mediana mundial (5%) quando houve um período ascendente na economia global (2004-2007) com o boom das commodities. Nesse período, o Brasil cresceu 4% ao ano. No momento da eclosão da crise mundial, a taxa de crescimento no planeta foi em torno de 3,3% de 2011 a 2015, enquanto no Brasil foi de 1,4% no mesmo período.

Esse contexto de crise mundial e local, pesado ajuste fiscal que atingiu as áreas sociais, aumento da taxa de desemprego, fez com que Dilma perdesse apoio popular na base histórica do PT. Em dezembro, a presidenta tinha aprovação de somente 10% - em fevereiro de 2016 este índice chegou a 13% (Datafolha, 2016), o que deixou mais fácil o caminho para abertura do processo de impeachment pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, em dezembro de 2015. Esse processo foi conduzido de forma ilegítima e a serviço dos interesses de setores do capital que buscavam um ajuste ainda mais duro para recuperar suas taxas de lucro que haviam declinado a partir de 2011, mas que voltaram a crescer com o duro ajuste fiscal de 2015 (Marquetti; Hoff; Miebach, 2017).

Os setores burgueses dominantes, aliados a interesses fisiológicos de todo o tipo no Congresso Nacional, resolveram então, de vez, desfazer o pacto de conciliação de classes que haviam feito com o PT nos últimos 14 anos. O impeachment foi impulsionado mesmo após forte ataque contra os direitos dos trabalhadores realizado em 2015. As promessas do governo Dilma de que faria mais ajuste não foram levadas em consideração. A Fazenda falou publicamente sobre uma nova reforma da previdência, que criaria uma lei para impor um teto de gastos e que buscava reeditar a DRU para liberar 30% do orçamento para cumprimento de superávit primário (Máximo, 2015).

O PT foi descartado porque já era não mais útil e não conseguia conter as lutas sociais que cresciam nos últimos anos com aumento das greves e com a explosão social das “Jornadas de Junho”. Sampaio Jr. (2017, p. 294) argumenta que as duas frações neoliberais em luta na arena política brasileira disputavam “quem seria o operador político mais credenciado para administrar o ajuste do Brasil às novas exigências do capital, internacional e nacional, em tempos de crise”. Mesmo com as promessas de mais ajuste e intensificação do programa neoliberal, a maioria da burguesia embarcou no impeachment para colocar no poder alguém diretamente seu, como o vice-presidente Michel Temer.

No setor da academia chamado progressista, sabe-se que é majoritária a tese de que o impeachment de Dilma Rousseff foi um golpe de Estado (Singer *et al.*, 2016). Este ponto de vista é defendido desde uma perspectiva centralmente política, ainda que se utilizem alguns

argumentos jurídicos. Desde uma análise política, podemos afirmar que o ocorrido foi uma manobra parlamentar ilegítima, mas não referendamos a tese de que houve um golpe de Estado porque não concordamos que houve uma ruptura programática substancial e muito menos o fechamento do regime democrático-burguês. A presidenta petista, meses antes de ser afastada do cargo, prometeu aplicar as principais medidas reivindicadas pelo grande capital e que haviam sido apresentadas na “Ponte para o futuro”, de Michel Temer. Alguns meses após o impeachment, o PT se aliou ao MDB em pelo menos 200 cidades. Ainda que houvesse uma tendência repressiva do Estado brasileiro, o processo que impediu Dilma Rousseff não restringiu direitos democráticos. É preciso nomear os fenômenos como eles realmente são.

3.2 A POLÍTICA ECONÔMICA DOS GOVERNOS DE MICHEL TEMER (2016-2018) E JAIR BOLSONARO (2019-2022)

Michel Temer, antes de qualquer coisa, passa a encabeçar um governo sem nenhuma legitimidade para implementar um programa que havia sido derrotado nas urnas em 2014. Sampaio Jr. (2017) define que o líder do então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)⁴¹ encabeça um governo de aventureiros, uma “República dos Delinquentes”, que entregaram os ministérios econômicos ao “mercado” e o restante aos aliados fisiológicos. Para o autor, no entanto, o fato de vários nomes importantes do alto escalão do governo Temer terem sido parte dos governos petistas mostra a gestão peemedebista não como “a negação do anterior, mas sua metástase. Um é consequência do outro.” (Sampaio Jr., 2017, p. 296).

A chegada de Temer ao poder não se deu de forma rápida, pois a crise econômica, aliada a escândalos de corrupção, desatou a crise política já em 2014, que se aprofundou durante todo o ano de 2015. Em outubro do referido ano, o então PMDB lança o programa “Uma Ponte Para o Futuro” com o intuito de se postular como uma alternativa viável para assumir o país quando se falava de convocação de novas eleições gerais (PMDB, 2015).

O referido programa, apelidado de “Ponte para o Passado” pelos economistas críticos, apontava para o mercado como o solucionador dos problemas do país, repetia as velhas palavras de ordem neoliberais do ajuste fiscal e propunha estabelecer um teto para os gastos públicos em lei, uma nova reforma da previdência, uma reforma trabalhista para que o

⁴¹ O antigo PMDB mudou de nome em 2017 e passou a se chamar somente MDB (Movimento Democrático Brasileiro), quando encabeçava um governo ilegítimo na Presidência da República após o impedimento de Dilma Rousseff. Seus líderes falavam que a volta ao nome original da organização dos tempos de Ditadura Militar se dava com a perspectiva de a instituição se tornar novamente um grande movimento.

negociado passasse a valer sobre o legislativo, o fim dos pisos constitucionais do orçamento da saúde e da educação, entre outras medidas (PMDB, 2015). Como se mostrou acima, o ministro da Fazenda do governo Dilma, Nelson Barbosa, defendeu parte importante desse programa em sua cerimônia de posse em dezembro de 2015.

Uma das primeiras medidas de política econômica de grande impacto do governo Temer foi o envio ao Congresso Nacional da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que instituía o Teto de Gastos públicos. A legislação, que foi promulgada em dezembro de 2016, previa o congelamento do orçamento público por 20 anos, podendo ser reajustado de um ano para o outro somente pela inflação do período. A medida foi um duro ataque aos serviços públicos, mas não foi aprovada sem resistência. Estudantes das UFs e IFs fizeram ocupações de instalações das instituições, técnico-administrativos e docentes entraram em greve, foram realizados atos de rua por todo o país e uma marcha a Brasília na data de votação do projeto, que foi duramente reprimida pela Polícia Militar do Distrito Federal (PM-DF).

Outra medida do governo Temer duramente criticada pela oposição, e que foi alvo de resistência dos setores ligados à educação, foi a Reforma do Ensino Médio, apresentada ao Congresso Nacional via Medida Provisória (MP) 746. Mais de 1 mil escolas secundaristas, UFs e IFs foram ocupadas para protestar contra a medida que foi aprovada entre o final de 2016 e o início de 2017 (Ribeiro; Pulino, 2019). Os protestos contra a PEC do Teto dos Gastos e a Reforma do Ensino Médio foram, em sua maioria, feitos conjuntamente porque os projetos estavam em tramitação praticamente no mesmo período.

Em 13 de julho de 2017, Temer sancionou a Lei nº 13.467, que alterou mais de 100 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e ficou conhecida como “Reforma Trabalhista”. Justen e Gurgel (2021) analisam que essa reforma e outras leis⁴² aprovadas por Temer trazem três frentes principais que prejudicam os trabalhadores na perspectiva da superexploração do trabalho e na perspectiva da recuperação das taxas de lucro do empresariado, quais sejam: 1) mudanças nas condições de trabalho com avanço da precarização; 2) enfraquecimento das entidades sindicais; e 3) desmonte da Justiça do Trabalho. O governo Temer também apresentou ao Congresso Nacional, no final de 2016, proposta de Reforma da Previdência, no entanto, a crise política impediu que a legislação pudesse ser aprovada.

⁴² O governo Temer também aprovou a Lei 13.429/2017, que garante a terceirização irrestrita e versa sobre o contrato temporário, e editou a MP 808/2017, que aprofundava ataques já expressos na Reforma Trabalhista, mas que perdeu validade por não ser apreciada no Congresso Nacional.

No campo macroeconômico, mesmo com as reformas neoliberais e forte ajuste fiscal, os resultados da economia foram pífios sob a gestão Temer. Em 2016, o PIB caiu 3,58% em relação a 2015. Em 2017, cresceu 1% com relação a 2016 e, em 2018, cresceu 1,1% em relação ao ano anterior, chegando a R\$6,8 trilhões - valor inferior ao PIB de 2012 -, contra a projeção do governo de crescimento de 3% (Cittadino, 2023).

O governo Temer também apresentou um amplo plano de privatizações que incluía concessões e vendas diretas de 175 ativos públicos, entre empresas estatais e projetos, nele incluídos a Casa da Moeda, o Aeroporto de Congonhas, além de negócios envolvendo o setor de petróleo e energia. Ao final do mandato, cerca de 50% dos projetos foram de fato executados (Nozaki, 2019).

Michel Temer terminou o mandato com alta reprovação, cerca de 70%, e deu espaço a Jair Bolsonaro, que ganhou as eleições de 2018 contra Fernando Haddad (PT) falando em “fuzilar a petralhada” (Ribeiro, 2018) e exaltando a ditadura militar e o golpe de 1964, além de defender um programa abertamente neoliberal de privatizações, ajuste fiscal estrutural e retirada de direitos dos trabalhadores durante sua campanha, que já indicava um cenário de estagnação econômica e desemprego elevado (Araújo, 2019).

Para começar, Bolsonaro nomeou dois homens de confiança dos banqueiros para cargos estratégicos, como Paulo Guedes para o Ministério da Economia e Joaquim Levy - aquele que havia sido ministro da Fazenda de Dilma - para presidir o BNDES. Sampaio Jr. (2019, p. 3) já previa que, pela subserviência aos interesses dos setores dominantes do capital internacional e nacional, “a política econômica será organizada para maximizar a extração de mais-valia e gerar megasuperávits fiscais para os credores da dívida pública”.

Guedes manteve a política de Teto de Gastos e efetuou um corte orçamentário de R\$29,8 bilhões em março de 2019, o que gerou uma forte reação do setor da educação que foi profundamente atacado pela medida governamental. Em maio, ocorreu o chamado “Tsunami da Educação”, quando se realizaram paralisações de trabalhadores TAE, docentes e estudantes das UFs e IFs, além de trabalhadores e estudantes das redes de educação básica estaduais, com protestos em mais de 220 cidades de todos os estados do país e do Distrito Federal (Globo, 2019).

Ainda em 2019, o governo Bolsonaro aprovou a Reforma da Previdência que Temer não teve capacidade política para aprovar. A medida aumentou a idade mínima para aposentadoria e o tempo de contribuição de homens e mulheres, majorou as alíquotas de contribuição - na prática uma redução de salário/proventos -, impôs tempo mínimo de 25 anos de contribuição para o servidor (ambos os sexos) acessar à aposentadoria, sendo 10 anos

no serviço público e 5 anos no exercício do cargo, entre outros ataques, penalizando principalmente as mulheres trabalhadoras (CNTE, 2023).

A intenção privatista se refletiu na educação superior com a apresentação do “Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – Future-se” para que as UFs e IFs fizessem parcerias com empresas privadas para buscarem se autofinanciar. Essa proposta não foi adiante devido à grande resistência das comunidades acadêmicas por todo o país, inclusive dos gestores das IFE. Leher (2021) considera que o projeto é parte da “guerra cultural” bolsonarista e precisava ser avaliado em sua relação com o contexto político, econômico e sanitário do país. Para o pesquisador, o Future-se ser apresentado como projeto de lei durante a pandemia mostrava que ele estava inserido na perspectiva negacionista do então governo e também na realidade econômica imposta pelo Teto de Gastos, que impunha um subfinanciamento crônico para as políticas sociais.

Chaves e Araújo (2022) reforçam os argumentos de Leher (2022) de que as IFES foram alvo de uma guerra cultural no governo Bolsonaro. Apontam, ainda, que essas instituições sofreram uma ofensiva neoconservadora, com intervenções políticas na escolha de dirigentes em mais de 21 instituições, além de um pesado desfinanciamento. O estudo mostra que o orçamento das universidades federais em 2020, com relação a 2013, perdeu 37% da verba de custeio e 93,28% das de investimento.

Já sob a pandemia da Covid-19, em 2020, a partir de forte pressão popular para que vidas pudessem ser salvas, houve a criação do Auxílio Emergencial, que custou R\$309,5 bilhões. Entretanto, de acordo com Behring *et al.* (2021, p. 143), apesar do aumento de gastos referentes à Covid-19, nos dois primeiros anos do mandato bolsonarista, o que se afere é um panorama de “desfinanciamento, privatização, focalização e regressão de direitos sociais como tendência e matriz norteadora do governo ultraneoliberal brasileiro”.

Além da previdenciária, outra grande reforma neoliberal foi, igualmente, tentada por Bolsonaro e Guedes. A PEC 32/2020 da Reforma Administrativa foi apresentada ainda durante a vigência da pandemia de Covid-19, momento em que uma grande parte dos SPFs e servidores públicos dos Estados, municípios e do DF estava em trabalho remoto e não poderia reagir contra a proposta. A luta das categorias e a crise política impediram que a lei fosse aprovada, o que poderia significar um avanço sem precedentes na privatização dos serviços públicos com o fim da estabilidade dos servidores, a possibilidade irrestrita de contratação temporária, além da facilidade para a desobrigação do Estado em prestar determinados serviços.

Apesar de não aprovar a reforma propriamente dita, como foi exposto na introdução deste trabalho, Guedes afirmou inúmeras vezes ter feito uma reforma administrativa invisível ao congelar os salários dos SPFs por quatro anos e impor uma redução de cerca de 9% do quadro de pessoal (Brasil, 2022).

No campo das privatizações, outra das metas perseguidas pelo ultraliberalismo bolsonarista, foram vendidas subsidiárias da Petrobras, feitas concessões de portos, aeroportos, ferrovias e estradas, além de leilões de vários tipos. A única grande empresa estatal que Bolsonaro conseguiu de fato privatizar foi a Eletrobras (Santos, 2022).

Por fim, o desempenho macroeconômico do governo Bolsonaro foi pífio: ainda em 2019, antes da pandemia, o crescimento do PIB foi de 1,1% e o desemprego se manteve elevado em 12%. Com a pandemia de Covid-19 em seu auge, a economia encolheu 4,1% em 2020 e cresceu 4,6% em 2021, praticamente somente recuperando o rebaixamento do ano anterior. Às vésperas da eleição de 2022, a economia se encontrava numa estagflação, o desemprego batia os 9%, e a certeza era de que as soluções apresentadas não deram certo (Carcanholo, 2022).

Os governos de Temer e Bolsonaro são caracterizados como ultraliberais por vários autores por aprofundar ao extremo o receituário neoliberal. Araújo (2024) os classifica como sendo parte de um neoliberalismo extremado, enquanto os governos petistas foram um neoliberalismo atenuado. Como metástase do governo Temer (Sampaio Jr., 2019), Bolsonaro combinou subserviência total aos interesses do grande capital nacional e internacional com uma dose forte de conservadorismo, aliado a discursos e políticas racistas, homofóbicas, lgbtqia+fóbicas, machistas e uma clara intenção de impor uma ditadura para lhe garantir no poder a serviço dos interesses mais escusos contra a classe trabalhadora e o povo pobre do país e as populações originárias. Este projeto da extrema-direita, que ameaça a vida de quem tem de vender sua força de trabalho para sobreviver, foi derrotado nas urnas em 2022, mas ainda não está morto, segue tendo apoio popular, desgraçadamente entre setores do operariado e de setores médios empobrecidos.

3.3 A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO LULA DA SILVA III (2023-2024)

Lula da Silva venceu as eleições por uma pequena margem de pouco mais de dois milhões de votos, o que mostra o nível de polarização política que o país se encontrava em outubro de 2022. Quando esta seção deste trabalho estava sendo escrita, em outubro de 2024, a polarização continuava se expressando nas eleições municipais das principais cidades do

país e nas pesquisas de satisfação com o governo, que tinha 51% de aprovação contra 45% de reprovação (Sousa, 2024).

O terceiro governo do principal líder petista iniciou aprovando, ainda durante a transição, no Congresso Nacional, a Emenda Constitucional (EC) 126/2022, apelidada pelo meio político de PEC da Transição. A legislação autorizava o governo a gastar R\$145 bilhões por fora da lei do Teto de Gastos com o intuito de garantir programas sociais, investimentos e outros projetos. Além disso, a EC aprovada obrigava o presidente da República a enviar ao Congresso Nacional uma proposta de lei para instituir um novo regime fiscal e substituir o Teto dos Gastos, que havia sido furado em cinco oportunidades no governo Bolsonaro (Senado Federal, 2022).

Apesar das duras críticas ao Teto dos Gastos durante a campanha eleitoral e da promessa de que iria revogá-lo, o presidente Lula e seu ministro da Fazenda, Fernando Haddad, formularam uma proposta, chamada de “Novo Arcabouço Fiscal” (NAF), que, na prática, mantém uma política de impor limite para o aumento dos gastos públicos de um ano para o outro. Sancionada em 30 de agosto de 2023 como Lei Complementar nº 200, o então NAF passou a se chamar, legalmente, de Regime Fiscal Sustentável (RFS).

O RFS de Lula e Haddad, de acordo com Bastos, Deccache e Alves Jr. (2023, p. 7), tem claramente uma perspectiva neoliberal, pois visa “estabilizar e depois reduzir a relação dívida pública bruta/PIB através do controle do gasto público. [O que] resulta em outra finalidade neoliberal mais geral: a redução do gasto público na economia”. A mudança com relação ao Teto de Gastos é que o RFS prevê um crescimento das despesas de um ano para o outro de 0,6% a 2,5% acima da inflação - quando a lei de Temer limitava o crescimento à inflação do período anterior.

Fattorelli (2023) critica o RFS desde a sua apresentação pelo governo, pois considera que a nova lei mantém os princípios do Teto dos Gastos. Para a economista, a nova legislação privilegia o que ela chama de Sistema da Dívida Pública. O favorecimento se dá porque os gastos com juros e amortizações da dívida pública não entram na conta do novo controle orçamentário. Outro fator de privilégio, segundo Fattorelli (2023), é que o RFS garante que novos títulos públicos emitidos só podem ser gastos com a dívida pública mesma, não com políticas sociais e investimentos.

Buscando a confiança do grande capital, o governo propôs metas de superávit primário ao RFS que superam as próprias expectativas do mercado. "As expectativas de mercado (segundo o Boletim Focus de 24/03/2023) são de superávit primário, como proporção do PIB, de -1,02% em 2023, -0,80% em 2024, -0,50% em 2025 e -0,27% em

2026” (Fattorelli, 2023, s.p.). O governo assumiu o compromisso de zerar o déficit em 2024, fazer 0,5% e 1% de superávit primário em 2025 e 2026, respectivamente.

Bastos, Deccache e Alves Jr. (2023) indicavam, à época da aprovação do RFS, que o instrumento restringiria o crescimento econômico, levaria a um ajuste fiscal que afetaria a população mais pobre que necessita dos serviços públicos e, por fim, poderia exigir até mesmo a quebra dos pisos constitucionais da saúde e da educação. Um dia após a lei ser sancionada, o governo enviou ao Congresso o PLOA, de 2024, que não contava com reajuste nominal dos benefícios do Bolsa Família e dos salários dos SPFs.

Em 2024, concretizou-se reajuste salarial zero aos SPFs, o que levou várias categorias à greve, inclusive os trabalhadores TAE. Representantes da área econômica do governo, entre eles Fernando Haddad, deram declarações defendendo “mudanças” na forma de pagamento dos pisos constitucionais da saúde e educação. O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, também defendeu abertamente, em entrevistas na grande mídia, políticas de “controle de gastos” sociais que incluem os pisos constitucionais até a desvinculação de benefícios previdenciários com relação ao salário-mínimo (Martello, 2024).

Outro ponto do RFS é importante ser ressaltado. Caso a meta do resultado primário não fique dentro do limite de tolerância, no primeiro ano, o governo federal fica proibido de criar cargos públicos e reestruturar carreiras dos SPFs, caso as medidas impliquem aumento de despesa, e outras medidas. Caso a meta seja descumprida pelo segundo ano consecutivo, ficam vetados, igualmente, reajuste dos salários dos SPFs, admissão de pessoal e realização de concursos públicos para novas vagas (Brasil, 2023). As inclusões na lei contaram com apoio do governo de Lula da Silva, que indicou voto da bancada do governo nessa proposta.

No âmbito das grandes reformas, o terceiro governo Lula da Silva também promete a realização de uma na área da Administração Pública que visa “modernizar os serviços públicos” e tem foco na “sustentabilidade fiscal” (Dweck, 2024). Em documentos oficiais, o governo fala em mudar a estrutura das carreiras, diminuindo o número dessas, mudar as regras para a avaliação de desempenho.

O governo Lula da Silva III segue atualmente a mesma lógica de seus governos anteriores no quesito da adequação às regras da política macroeconômica neoliberal, com ênfase na realização de ajuste fiscal para a realização de superávit primário e garantir o pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Como define Sampaio Jr. (2024), é o grande capital que dita as regras. E esse fenômeno se aprofundou após a terceira onda de reformas neoliberais ocorridas nos governos de Temer e de Bolsonaro, as quais o líder petista legitima.

Para piorar a situação, como não há uma conjuntura internacional favorável para as commodities brasileiras, o país caminhou para regras mais duras do ponto de vista fiscal, com o Teto de Gastos e o atual RFS, além de que se tem em vigor as reformas trabalhista e previdenciária que dificultam a vida da classe trabalhadora - as quais o atual governo não se propõe a rever. Fora estas questões de ordem econômica e social, há a forte polarização política com a extrema-direita, que posa de antissistema e é alimentada pela austeridade, ainda que este grupo seja adepto de um modelo neoliberal ainda mais duro contra a classe trabalhadora.

A reflexão que fica para os trabalhadores, inclusive para os TAE, e para os setores populares é se esse tipo de governo de um suposto “neoliberalismo atenuado” (Araújo, 2024) pode levar a uma melhoria no nível de vida da maioria do povo brasileiro. Ou até mesmo se governos deste tipo são suficientes para conter o avanço da extrema-direita. Tendemos a concordar com as teses de Sampaio Jr. (2024) de que as políticas econômicas a serviço dos banqueiros e dos grandes empresários nacionais e internacionais levam à desilusão com experiências social-democratas de esquerda e desmobilização da classe trabalhadora e suas entidades representativas. Ao fim e ao cabo, acabam abrindo espaço para movimentos autoritários de extrema-direita que levam as classes subalternas a provações ainda maiores.

A fim de concluir esta seção, pode-se afirmar que foi possível cumprir com o objetivo proposto de analisar brevemente a política econômica adotada pelos governos de Dilma Rousseff I e II, Michel Temer, Bolsonaro e dos dois anos iniciais do governo Lula da Silva III. A partir dessa realidade, na próxima seção, analisam-se as greves dos TAE de 2011, 2012, 2014 e 2015, que tiveram como pauta central a questão salarial.

3.4 AS GREVES DOS TAE DE 2011, 2012, 2014 E 2015

Após a greve de 2007 e as conquistas de reajuste salarial para 2008, 2009 e 2010, com o avanço da crise econômica mundial, o governo de Lula da Silva II não apresentou na PLOA de 2011 qualquer perspectiva de reajuste salarial (Câmara dos Deputados, 2010). No primeiro ano do governo de Dilma Rousseff, em 2011, a política seguiria sendo de congelamento salarial para 2012. Percebendo no bolso a deterioração do salário e também a falta de diálogo com o governo, os TAE partiram para greve em 2011. Foi necessário, da mesma forma, fazer greve em 2012, outra em 2014 e, por fim, uma outra em 2015. Nas subseções abaixo, cada uma dessas quatro greves será analisada em detalhes, com suas respectivas pautas, disputas com o governo, divergências e convergências internas e resultados.

3.4.1 A greve da Fasubra de 2011

A promessa do governo Lula, em 2010, era de que o governo eleito de Dilma Rousseff e os novos parlamentares iriam negociar reajustes aos servidores (Câmara dos Deputados, 2010b). No entanto, segundo a Fasubra Sindical, várias reuniões ocorreram sem que uma proposta efetiva fosse apresentada pelo governo. Além disso, outros temas acordados na greve de 2007 também ficaram pendentes de resolutividade. Este conjunto de problemas levou os trabalhadores TAE, ligados à Fasubra, a deflagrarem uma greve nacional a partir de 6 de junho (Fasubra, 2011a).

As pautas da greve incluíam: 1- a luta por verbas para o piso da tabela salarial para 2011 ou 2012; 2- resolução da questão do VBC e do reposicionamento dos aposentados; 3- racionalização dos cargos ainda em 2011 de acordo com o votado em Plenária da Fasubra; 4- aumento dos percentuais do IQ para todos os níveis de classificação; e 5- reajuste dos benefícios a partir de 2011 (Fasubra, 2011a).

A resposta do governo Lula à greve foi instantânea e dura: ao receber o comunicado sobre o movimento grevista em 3 de junho, no mesmo dia, o MPOG enviou ofício à Fasubra cancelando a reunião de negociação que estava programada para ocorrer quatro dias depois. Assim, “[...] tendo em vista o comunicado de greve [...] consideramos a interrupção unilateral das negociações” (Fasubra, 2011).

A Fasubra respondeu, em 3 de junho, ao ofício diretamente para a ministra do MPOG, Miriam Belchior. No documento, a entidade afirmava que estava aberta ao diálogo e gostaria que as reuniões de negociação ocorressem o quanto antes. Solicitava, ainda, que o governo pudesse apresentar propostas concretas às reivindicações dos grevistas, pois, “apesar de tantas lutas e greves, com conquistas históricas, continuamos tendo o menor piso salarial entre todos os servidores federais” (Fasubra, 2011).

Em 9 de junho, uma representação da Fasubra participou da “Reunião Geral do Funcionalismo” com o MPOG. No referido encontro, o governo não apresentou qual seria sua política salarial aos SPFs. Os TAE grevistas aproveitaram para cobrar que o governo voltasse a negociar com a categoria. Duvanier, representante do governo na mesa de negociação, afirmou que não debateria o tema da Fasubra naquele momento e que não tinha posição definida sobre voltar ou não a negociar com os grevistas. A reunião encerrou com o governo prometendo debater política salarial na reunião que seria realizada em 5 de julho (Fasubra, 2011b).

Em outra frente de negociação, o ministro da Educação, Fernando Haddad, recebeu o CNG da Fasubra em 20 de junho para uma reunião na qual se trataria da greve e seus desdobramentos. O dirigente máximo do MEC afirmou que a greve foi uma surpresa, pois havia documento assinado por representantes do MEC e MPOG se comprometendo a negociar, além da fala dele próprio no mesmo sentido em audiência pública no Congresso Nacional. Propôs, nas entrelinhas, que a greve fosse suspensa em julho, mês de férias, para que as negociações avançassem. Por fim, se comprometeu a conversar com o MPOG para reestabelecer as negociações, com prazo para terminar, na perspectiva de garantir que os valores negociados pudessem ser incluídos no orçamento de 2012 (Fasubra, 2011c).

Apesar do discurso supostamente contraditório entre o MEC e o MPOG, com o ministro Haddad prometendo intermediar negociações, a falta de negociação sobre o tema salarial não se dava somente porque os TAE estavam em greve. Com o restante dos SPFs, em reunião descrita acima ocorrida em 9 de junho, igualmente, o governo Dilma não apresentou nenhuma proposta salarial, apesar de as outras categorias não estarem fazendo nenhum movimento paredista. Avalia-se, como definem Gomes e Sória (2014), que esse endurecimento das negociações foi parte do *modus operandi* do governo da ex-presidenta petista.

No dia 5 de julho, quando 49 das 53 IFE da base da Fasubra estavam em greve, o MPOG e o MEC enviaram ofício à Federação propondo a suspensão do movimento paredista para que o diálogo sobre as pautas da categoria pudesse voltar a ocorrer. O documento reiterava que a negociação respeitaria os prazos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) daquele ano (Fasubra, 2011d).

O CNG reuniu, no dia 6 de julho, para avaliar a conjuntura e o documento do governo, há exatos um mês do início do movimento, e deliberou, por 52 votos a favor e 47 contrários, pela suspensão da greve. Em IG disponibilizado às bases sindicais, o CNG considera o ofício “um compromisso claro com a reabertura das negociações buscando sua resolutividade” e complementa que a decisão visa “não expor a categoria a uma situação de risco, permanecendo na greve, sem perspectiva de negociação, em função da posição final do governo de não negociar em greve” (Fasubra, 2011e).

O documento acima citado, refletindo uma posição de maioria no CNG, buscava justificar a saída da greve não como “derrota nem recuo”, mas como “uma aposta na negociação com o governo, como uma ação estratégica” (Fasubra, 2011e). O texto de orientação clamava pela unidade de todos os grupos políticos em torno dessa decisão do CNG, lembrando que a greve foi deflagrada em unidade mesmo que a decisão tivesse sido

tomada por maioria (63 a favor a 61 contra) na plenária no final do mês de maio. O referido documento foi escrito pelos grupos políticos que tiveram posição majoritária no CNG, destacadamente as correntes petistas e o PCdoB (Fasubra, 2011e).

Essa política do setor cutista e do ctbista, de privilegiar as negociações propondo a saída da greve para supostamente poder abrir um diálogo com o governo, relaciona-se diretamente com a avaliação de Antunes e Silva (2015, p. 511) sobre o processo de transformação daquelas correntes do chamado “novo sindicalismo” - representada centralmente pela CUT -, que consolidava “uma prática sindical que, para além de fetichizar a negociação, transforma os dirigentes em *novos gestores* que encontram na estrutura sindical mecanismos e espaços de realização”. Essa orientação política desses setores citados também ocorreu nos embates da greve de 2005.

As bases sindicais da Fasubra tinham, portanto, de 7 a 12 de julho para avaliar a orientação do CNG. A volta ao trabalho estava prevista para 14 de julho. Entretanto, após a consulta, 23 assembleias rejeitaram a posição do CNG e do governo e decidiram pela manutenção da greve. Então, 18 assembleias aceitaram a indicação da direção do movimento. Sendo assim, em 13 de julho, o CNG decreta a manutenção da greve amparado em um texto de conjuntura claramente de enfrentamento ao governo, no qual 58 delegados votaram a favor, dois votaram contra e 33 se abstiveram (Fasubra, 2011f).

Essa mudança de orientação no CNG foi possível porque as assembleias de base não somente desautorizaram os setores majoritários da direção da Fasubra Sindical (Coletivo Tribo, coletivos cutistas e CTB/PCdoB), como fizeram substituição de delegados que haviam votado por indicar a saída da greve sem nenhuma orientação debatida nas bases (Jornal Sintuff, 2011).

O jornal do Sintuff, dirigido então pela corrente Unidos pra Lutar⁴³, que pertencia ao setor que fazia oposição pela esquerda ao governo, dizia que a tentativa do governo e seus aliados de desmontar a greve havia fracassado. “O argumento utilizado pelos governistas para encerrar a greve beira o absurdo. Defenderam que o ‘ambiente de greve’ não era apropriado à abertura da negociação. Entretanto, as demais categorias [...] não estão paralisadas e não há qualquer sinal de negociação” (Sintuff, 2011, p. 5).

A partir da nova maioria formada no CNG, dirigida pelas correntes independentes do governo Dilma, o documento do CNG, citado nos dois parágrafos acima, critica a política econômica petista, de realização de superávit primário para pagamento da dívida pública,

⁴³ O grupo político que atuava como Unidos pra Lutar no interior da Fasubra rompeu com essa organização em meados de 2015 e foi parte da fundação do coletivo Combate Sindical.

como a responsável pelo entrave nas negociações. O movimento denunciava o PLP 549/09 (que queria implementar um congelamento salarial por 10 anos aos SPFs), o PL 1.992/07 (que cria regime de previdência privada para os SPFs) e a MP 520/10 de criação da EBSERH como parte de uma política de privatização. Nesse contexto, e com o fortalecimento da participação maciça de novos servidores ainda em estágio probatório, o CNG anuncia tentativa de unificar com o restante dos SPFs atos, ações publicitárias e uma grande caravana a Brasília para a primeira quinzena de agosto junto com Andes, Sinasefe e DCEs, acompanhada de acampamento na capital federal (Fasubra, 2011f).

Enquanto realizava ações de pressão nas bases nos Estados (atos nas Reitorias) e em Brasília, uma representação do CNG participou, em 21 de julho, de reunião de negociação entre o governo e o conjunto das entidades dos SPFs. Nesse concílio, o governo, representado pelo secretário do MPOG Duvanier, mais uma vez declarou não ter informações sobre a quantidade de verbas que poderia ser destinada a atender às pautas das categorias. Afirmou também que estava descartada a possibilidade de reajuste linear e que as categorias que tiveram carreira reestruturada não seriam atendidas naquele momento. Cobrado pelas centrais sindicais e demais entidades para que se reunisse com a Fasubra, Duvanier afirmou que, ao estar em greve, a entidade rompeu as negociações (Fasubra, 2011g).

O governo federal, buscando o fim da greve, no dia 25 de julho, entrou com ação judicial via Advocacia Geral da União (AGU) reivindicando “a suspensão imediata do movimento, ou, sucessivamente, que fosse determinado o retorno de pelo menos 70% dos servidores Técnico-Administrativos em cada localidade de atuação, sob pena de multa diária de R\$ 100.000” (Fasubra, 2011h, p. 2).

No entanto, o relator do processo, ministro do Superior Tribunal de Justiça, Arnaldo Esteves Lima, concedeu liminar fixando percentual mínimo de 50% em cada localidade, excluindo-se os TAE em cargo e função de confiança, sob pena de multa de R\$50 mil por dia. A direção do movimento avaliou, em conjunto com a Assessoria Jurídica Nacional (AJN), que a intenção do governo não era de garantir os serviços essenciais, mas sim de acabar com o movimento grevista através da decretação da ilegalidade da greve (Fasubra, 2011h).

Avalia-se que essa política de endurecimento no tratamento com o movimento sindical, negando-se a dialogar com os TAE em greve, e depois atuando via justiça para ilegalizar o movimento paredista aplicando pesadas multas às entidades sindicais, era uma ação coordenada com a política econômica do governo Dilma Rousseff. Como criticava o documento do CNG relatado acima, a orientação econômica governamental era baseada numa forte austeridade fiscal. Gentil (2017) acrescenta que essa política de ajuste era colada

em desinvestimento público e em incentivos ao capital privado para atuação em serviços de saúde, educação, infraestrutura e outros. Ou seja, numa política privatizante.

A categoria respondeu à medida judicial do governo com atos públicos nos Estados e uma caravana e acampamento em Brasília nos dias 9, 10 e 11 de agosto, que reuniram mais de 1.500 TAE. A mobilização na capital federal, encerrada no 67º dia de greve, foi considerada pelo CNG uma das maiores atividades já realizadas pela categoria, e cumpriu importante papel de fortalecer o movimento. O ato na porta do MEC conquistou outra audiência com o ministro Fernando Haddad, que se comprometeu em intermediar uma nova negociação com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior. A avaliação do CNG foi de que a “iniciativa do governo em judicializar a nossa luta não promoveu o recuo e nem surtiu o efeito esperado” (Fasubra, 2011i, p. 5).

Fruto do aumento da pressão social sobre o governo federal, a Andifes lançou nota, em 17 de agosto, repudiando a AGU por ter indicado 36 universidades federais como requerentes da ação contra o movimento grevista dos TAE. A entidade representativa dos reitores denunciava que os dirigentes não foram consultados previamente e que o ato feria a autonomia universitária garantida constitucionalmente. O CNG, aproveitando o documento da Andifes, lançou carta pública à sociedade chamando o governo de Dilma Rousseff de autoritário, antidemocrático e intransigente, por não negociar com os grevistas (Fasubra, 2011j).

A partir da intermediação da CUT, CTB, CSP-Conlutas e Intersindical, o governo aceitou fazer reunião com as centrais sindicais para tratar da greve da Fasubra, no dia 24 de agosto. O secretário Duvanier, nesse concílio, apresentou novamente a cobrança de que a Fasubra saísse da greve e, acrescentava, que apresentasse uma contraproposta “mínima” para que o governo analisasse. Duvanier afirmou, ainda, que o governo só tinha até 31 de agosto para apresentar qualquer proposta aos TAE. Diante dessa postura, a direção do movimento decidiu por manter a greve, orientar sua intensificação e não apresentação de contraproposta. “Não será apresentada nenhuma proposta rebaixada ao governo até que venha de lá a iniciativa. O CNG avaliou também que a data de 31 de agosto não é o limite para nossa luta” (Fasubra, 2011k, p. 2).

Em vista de seguir a pressão sobre o governo e fortalecer o movimento que chegava ao 86º dia em 30 de agosto, o CNG entregou carta aberta aos membros da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, fez incursões entre os parlamentares e conseguiu que três deles - Arthur Bruno (PT/CE), Alice Portugal (PCdoB/BA) e Jô Moraes (PCdoB/MG) - fizessem uma reunião com o secretário Duvanier Paiva nesse mesmo dia. Apesar dos apelos

dos parlamentares, não houve nenhum aceno do governo de mudança de rumo. Em virtude disso, a análise de conjuntura enviada pelo CNG às bases propunha participação nos atos dos Gritos dos Excluídos, ações nas Reitorias, fechamento de vias e pressão nos parlamentares nos Estados (Fasubra, 2011l).

Logo no dia 2 de setembro, o CNG se reuniu novamente para avaliar a conjuntura da greve após reunião ocorrida entre parlamentares, centrais sindicais e governo no dia anterior. O documento avaliou que estava evidente a posição do governo de derrotar e isolar a greve da Fasubra, sem nenhuma perspectiva de “apresentar contraproposta ao movimento grevista ou retomar a negociação” (Fasubra, 2011m, p. 1). Nesse sentido, a direção do movimento propôs a realização de ações radicalizadas nas próximas três semanas e definiu fazer denúncias de Dilma e Haddad na mídia, uma marcha a Brasília em 13 de setembro para protestar contra a criação da EBSEH, entre outras ações. Apesar da ação judicial que determinou a volta ao trabalho de 50% dos TAE, a greve estava forte e atingia 51 das 53 instituições da base da Fasubra (Fasubra, 2011m).

O tom do CNG começa a mudar no informe de greve de 8 de setembro, no qual são apresentados posicionamentos da AJN e do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), colocando o dia 31 de agosto como data limite legal imposta pela LDO 2011 para garantia de reajuste salarial em 2012. Os dirigentes apontavam que a greve vivia um momento “delicado” (Fasubra, 2011o).

Foram apresentadas como elemento para esta avaliação as falas das deputadas Alice Portugal (PCdoB/BA) e Fátima Bezerra (PT/CE), e dos representantes das centrais, em reunião com o CNG em 6 de setembro. Naquele momento, as deputadas disseram que as negociações estavam esgotadas, que não era mais possível fazer o governo mudar de opinião e que era necessário saber a hora de encerrar a greve (Fasubra, 2011n).

A greve seguiu, mas se encaminhando para o fim. Após a caravana do dia 13 de setembro que visou enfrentar o avanço do PL 1.749/2011, que criou a EBSEH, o CNG propôs que fosse construída uma saída unificada da greve para o dia 26 de setembro. A decisão foi tomada por 57 delegados, contra 16 que defendiam a manutenção da greve por tempo indeterminado. Ocorreram seis abstenções (Fasubra, 2011p). Antes disso, no dia 20 de fevereiro, ocorreriam atos no Congresso Nacional e nas universidades federais contra a votação da criação da EBSEH. Apesar da luta da categoria e de setores da comunidade acadêmica, a lei foi aprovada (Fasubra, 2011q).

Após orientação do CNG, foram realizadas assembleias dos TAE em 49 instituições federais: 39 votaram pela saída unificada da greve em 26 de setembro e dez aprovaram a

manutenção da luta. Cinco instituições já haviam encerrado o movimento. O documento do CNG avaliava que a saída da greve não significava o fim da luta, “que terá sua continuidade com a definição explícita de um Plano de Lutas emergencial das demandas setoriais [...] articulada com as lutas gerais do conjunto do funcionalismo” (Fasubra, 2011q, p. 2).

A declaração do CNG, citada acima, seguiu com um extenso Plano de Lutas e ações a serem desenvolvidas de setembro de 2011 a fevereiro de 2012. O governo Dilma, alegando problemas econômicos relacionados à crise internacional, para manter o ajuste fiscal, conseguiu impor uma derrota econômica à categoria, que ficou com salários congelados em 2011 e não tinha perspectivas de reajustes em 2012, mesmo após 112 dias de greve. Apesar da derrota econômica imposta pela intransigência do governo que não negociou com a categoria, politicamente, os TAE se mantiveram firmes. Em 2012, uma nova greve foi construída para lutar pelas pautas salariais e demais demandas da categoria.

No XXI Congresso da Fasubra, realizado em 2012, os coletivos políticos traziam textos de balanço da greve de 2011 em suas teses. Os grupos Frente Base, Vamos à Luta, Unidos pra Lutar e PSLivre denunciavam os coletivos Tribo (CUT), CSD (CUT) e CTB como colaboradores do governo durante todo o processo de luta. Esses últimos coletivos, dirigidos pelo PT e PCdoB, eram acusados de ter atrasado a greve que estava, primeiramente, prevista para iniciar em março depois de 40 reuniões infrutíferas com o governo. Posteriormente, foram acusados de ter saído da greve mesmo contra a vontade da maioria das assembleias de base - depois retornaram ao movimento pela pressão política da categoria e para tentar dirigi-lo - para enfraquecê-la por dentro. O coletivo Vamos à Luta chegou a expor um e-mail que circulou entre militantes do grupo Tribo, no qual a direção do coletivo afirmava estar construindo um documento conjuntamente com o Ministério do Planejamento e orientava o retorno de suas entidades à greve para tentar encerrá-la por dentro. Era denunciado, também, que os sindicatos dirigidos pela Tribo não foram notificados na ação judicial feita pelo governo para criminalizar o movimento grevista (Confasubra, 2012).

Em resposta, o coletivo Tribo afirmava em sua tese que a greve foi desvirtuada e usada para tentar derrotar politicamente a CUT e a CTB. Afirmavam, ainda, seguir atuando para dar vitórias à categoria, “respeitando nossos adversários políticos, sem jamais caluniá-los ou golpeá-los, da forma como fomos atacados” (Confasubra, 2012, p.91). Nessa avaliação não se encontra nenhuma crítica à judicialização da greve feita pelo governo e à intransigência dele, que não negociou em 112 dias de greve. A CSD e CTB, nas teses deles ao XXI Confasubra, não trataram do balanço da greve em forma específica. No jornal do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (Sintufrej), militantes da CSD e Tribo

avaliavam que o momento de entrar na greve foi equivocado e quem negociou sem greve teve ganhos (Sintufjr, 2011).

É impossível prever o que teria ocorrido se a greve não tivesse sido deflagrada. No entanto, houve mais de 40 reuniões nas quais não se avançou nas pautas da categoria. Além disso, o salário dos TAE já estava congelado em 2011 e o governo havia dito na MNNP que as entidades que haviam tido reestruturação de carreira não teriam reajustes em 2011 e 2012. Da mesma forma, avalia-se que um governo conduzido por ex-sindicalistas e por partidos de origem operária e popular não deveria punir uma categoria com congelamento salarial por lutar, com greve, por seus direitos.

Gentil (2017, p. 19) alegava que a recessão internacional e uma política interna baseada na austeridade fizeram o governo Dilma cortar verbas de serviços públicos “não mercantilizados (saúde, educação, saneamento) [que] representa custos muito mais elevados e inconvenientes a um governo submetido a um regime de metas fiscais anuais de superávit primário”. Logicamente, parte desses elevados custos foi com salários e benefícios dos servidores federais, entre eles os TAE, responsáveis diretos pela aplicação das políticas públicas. Com um corte de R\$50 bilhões no orçamento e aumento do superávit primário para favorecer o pagamento de juros e amortizações da Dívida Pública (Behring, 2019), era plausível que o governo apelasse à justiça para quebrar greves que questionassem a política dele, como a dos TAE.

Quadro 5 - Resumo das principais informações da greve dos TAE de 2011.

Resumo das principais informações da greve dos TAE de 2011			
Período	Atores envolvidos	Pautas principais	Resultados
Início: 06/06 Término: 26/09. Total: 112 dias.	No auge do movimento, 51 das 53 IFE da base da Fasubra estiveram em greve.	I- luta por verbas para o piso da tabela salarial para 2011 ou 2012; II- resolução da questão do VBC e do reposicionamento dos aposentados; III- racionalização dos cargos ainda em 2011 de acordo com o votado em Plenária da Fasubra; IV- aumento dos percentuais do IQ para todos os níveis de classificação; e V- reajuste dos benefícios a partir de 2011.	A greve terminou sem que o governo tivesse feito nenhuma negociação de fato com a categoria TAE. Nesse sentido, nenhuma das pautas apresentadas foi aceita.

Fontes: Fasubra (2011a, m, q).

3.2.2 A greve da Fasubra de 2012

O descontentamento na categoria TAE era muito grande com o congelamento salarial de 2011 e a falta de orçamento para reajuste do ordenado em 2012. Outros fatores que radicalizaram os TAE foram ataques a direitos da categoria (EBSERH, Funpresp, questionamento da jornada de 30 horas) e as mesas de negociação com o governo federal que não tinham resolutividade. Em 2012, foram 10 reuniões. Desde a greve de 2007, foram 52, “onde buscamos a negociação, sem, no entanto, o Governo ter se sensibilizado” (Fasubra, 2012a, p. 2).

Naquele momento, já estava em curso uma greve nacional dos docentes e estudantes em várias universidades federais. Os professores representados pelo Andes-SN não faziam greve nacional desde 2008. Esse movimento docente, considerado forte, era fruto da situação política nacional, mas também de uma profunda insatisfação da categoria contra o descumprimento de prazos pelo governo Dilma Rousseff para aplicação do pequeno reajuste acertado no ano anterior, de inadequadas condições de trabalho e da busca por valorização - com a reivindicação de uma nova carreira (Mattos, 2013). Isso tudo se dava no bojo do Reuni, que havia gerado expectativas de ruptura com a política de FHC para as universidades. No entanto, conforme Mattos (2013), esta política reforçou as premissas do BM para países como o Brasil, que buscava formar alunos “flexíveis” e que o tripé ensino-pesquisa-extensão é considerado demasiado dispendioso e, portanto, dispensável.

O clima de insatisfação percebido entre docentes e estudantes também havia crescido entre os TAE e era tão grande que a Plenária da Fasubra de 3 e 4 de junho de 2012, com 137 delegados de 37 entidades filiadas, votou por unanimidade uma resolução que previa a deflagração da greve para o dia 11 de junho daquele ano. O documento acima citado fazia uma crítica à política de ajuste fiscal do governo Dilma para a realização de superávit primário, apresentava um calendário de mobilizações e definia a pauta da greve (Fasubra, 2012b). Como eixo central, os TAE reivindicavam:

I- Eixo Específico: Reajuste Salarial: Recurso para o piso - Piso de 3 Salário Mínimo (SM) e Step de 5%; - Racionalização dos Cargos; - Reposicionamento dos Aposentados; - Mudança do Anexo IV (Incentivo à Qualificação); - Devolução do Vencimento Básico Complementar Absorvido (Mudança na Lei da Carreira -11.091/05); - Isonomia Salarial e de Benefícios entre os Três Poderes. II- Eixo Geral: Luta contra a EBSERH; Luta contra a Terceirização, por concurso Público já!; Lutar por 10% do PIB para Educação; Implantação da jornada ininterrupta de trabalho de 30h sem redução de salário; Contra a MP 568/12 nos artigos que atingem a redução Salarial dos Médicos e Médicos Veterinários e da Insalubridade/Periculosidade. Em defesa da Negociação coletiva, Data base e

definição da política salarial; Ascensão Funcional (em defesa da PEC 257/95). (Fasubra, 2012b, p. 2).

A greve, de fato, iniciou em 11 de junho para a maior parte da categoria. Em 15 de junho, dia em que foi instalado o Comando Nacional de Greve (CNG) de 2012, 47 IFES da base da Fasubra estavam paralisadas por tempo indeterminado. Os TAE e docentes da base do Sinasefe também estavam em greve desde 13 de junho (Fasubra, 2012).

Depois de uma semana do começo do movimento grevista, a avaliação de conjuntura do CNG apontava que a educação federal “se destaca no enfrentamento a Dilma e sua política de privatização e congelamento salarial!”, fazendo duras críticas aos casos de corrupção e denunciava a dívida pública como o “saque oficial com o pagamento de 2,5 bilhões diariamente a banqueiros”. Outro ponto importante do texto era a perspectiva de unificação da greve com Andes e Sinasefe e demais categorias do serviço público federal. (Fasubra, 2012a, p. 2).

O avanço das relações entre Fasubra, Andes e Sinasefe é verificado com a carta-manifesto à população brasileira assinada pelas três entidades e lançada no Informe de Greve da Fasubra de 21 de junho. A carta apelava para maiores investimentos na educação federal e combatia o discurso do governo Dilma de que a crise econômica internacional era um impeditivo para atender às pautas dos sindicatos. O manifesto dizia, ainda, que os grevistas TAE, docentes e estudantes defendiam uma expansão com qualidade das IFES, mas que a situação era precária naquele momento. “Faltam salas de aula, laboratórios, restaurantes estudantis, bibliotecas, banheiros, saneamento básico e em alguns lugares até papel higiênico. Ninguém deveria ser submetido a trabalhar, a ensinar e aprender num ambiente assim”. (Fasubra, 2012c, p. 2).

O tema do Reuni, que tratava de expandir as universidades federais, mas sem a contrapartida orçamentária proporcional, era ponto importante da greve docente porque gerava precarização do trabalho desse setor. No entanto, para os TAE, também a expansão significou intensificação do trabalho porque o número de servidores não aumentou na mesma proporção da demanda de trabalho (Castro, 2017). Esse problema gerou adoecimentos e uma política de avanço da terceirização nas IFE, como assume um documento do Forgepe: “a imensa maioria dos cargos das classes A, B e C estão extintos e alguns cargos das classes D e E estão com vedação de provimento, sendo indicado para esses últimos a contratação de serviços [terceirização]” (Forgepe, 2022).

A unificação da greve demonstrava a força do movimento grevista diante da situação de precariedade da educação federal e foi uma imposição da realidade, mesmo que não

tivesse ocorrido uma articulação para deflagrar e conduzir a greve nacionalmente (Badaró, 2013). Na base da Fasubra, em 28 de junho, a greve já atingia 60 IFES, com grande adesão devido à insatisfação da categoria. Em busca de tentar abrir uma mesa de negociação efetiva com o governo e demonstrando a radicalidade dos TAE, o CNG protocolou ofício no MEC informando que as matrículas do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) não seriam efetuadas a nível nacional. (Fasubra, 2012d).

No mesmo dia que o CNG protocolou ofício no MEC, 28 de junho, o então secretário executivo do ministério, Paulo Paim, solicitou reunião com a Fasubra. Os grevistas organizaram uma comissão e foram ao concílio. Paim iniciou a reunião se desculpando pelo atraso em receber o movimento paredista e informando que iria articular com o MPOG para garantir a mesa de negociação. O representante do MEC também manifestou preocupação com o anúncio da não realização das matrículas do SiSU. Os dirigentes do movimento responderam dando um histórico das tentativas de negociação, exigiram um diálogo efetivo sobre as propostas da categoria e responsabilizaram o governo por todas as ações da greve (Fasubra, 2012d).

Apesar da preocupação do MEC, a suspensão das matrículas do SiSU ocorreu em várias universidades, colocando a greve na mídia nacionalmente. Segundo o CNG, esta ação “demonstrou para o Governo Dilma nossa disposição de lutar para que possamos sair da condição que nos encontramos” (Fasubra, 2012e, p. 2). No entanto, o governo seguia ignorando a greve. Com os docentes do Andes e Sinasefe e os estudantes, igualmente, não havia se concretizado a mesa de negociação. Diante dessa realidade, e visando garantir um acordo benéfico para a categoria, o CNG propôs uma série de ações durante o mês de julho daquele ano, que culminaria com uma marcha unitária dos SPFs em Brasília no dia 18 e uma plenária no dia 20 (Fasubra, 2012e).

Em resposta ao crescimento do movimento grevista e à possibilidade de que a greve atingisse outras categorias, o governo federal orientou aos órgãos que cortassem o ponto dos grevistas. A resposta do CNG definia a medida como “autoritária que fere o direito constitucional de greve”, orientava a intensificação das ações e o pedido de apoio aos reitores para que não cumprissem a proposta do MPOG. A orientação de enfrentar o ataque do governo também foi tomada pelos comandos de greve do Andes e Sinasefe (Fasubra, 2012f, p.1).

Como se refletiu sobre a greve de 2011, essa tentativa governamental de derrotar as greves via justiça tinha relação direta com a política de ajuste fiscal aplicada no país pela

presidenta Dilma (Behring, 2019). A combinação de austeridade e a criminalização de movimentos paredistas geraram mais indignação entre os TAE.

Como parte das tentativas de sensibilizar o governo, membros da direção da Fasubra e delegados do CNG reuniram com o ministro da Educação à época, Aloísio Mercadante, e outros membros do ministério. Em resumo, o ministro disse que esperava ter sido procurado pelo movimento antes do início da greve. Falou, ainda, que as reivindicações da Fasubra custavam em torno de R\$17,7 bilhões, que investir no piso da carreira gera repercussão financeira grande e que, com a crise econômica em curso, não era possível garantir todas essas reivindicações (Fasubra, 2012g).

Os dirigentes da Fasubra responderam ao ministro afirmando que esses valores (R\$17,7 bi) não eram reais, pois já haviam declarado ao MPOG aceitar reajuste de 20,8% no piso salarial (a inflação e variação do PIB dos últimos dois anos). A deflagração da greve ocorreu porque o MPOG não sinalizou nenhuma possibilidade de entendimento, segundo afirmaram os representantes do movimento. Como conclusão da reunião, a Fasubra ficou responsável por apresentar documento, a pedido do ministro, “contendo uma exposição de motivos e todo o processo vivenciado pela [...] categoria para dar fundamento ao Ministro para atuar junto à área econômica” (Fasubra, 2012g).

Aos 30 dias do início da greve, a avaliação política do CNG considerava como positiva a reunião com o ministro da Educação, mas entendia o pedido dele como protelatório, para testar a força da greve. O documento da direção do movimento, no mesmo sentido, entendia como positiva a reunião com a Andifes ocorrida em 10 de julho, na qual a entidade se colocou ao lado do movimento na busca do avanço das negociações, quando várias universidades tinham sua Reitoria ocupada pelos TAE (Fasubra, 2012h).

A adesão à greve dos TAE era cada vez maior, as ações mais radicalizadas e em unidade com o Andes, Sinasefe e estudantes. Para tentar dividir o movimento, o governo convocou reunião e apresentou proposta aos docentes. A ação governamental fez o CNG lançar nota afirmando que a greve não acabaria sem proposta para a categoria técnico-administrativa. “Trata-se de uma antiga tática do governo [...], apresentando proposta para alguns segmentos, tentando jogar com a divisão, [...], visando à nossa derrota, e assim, manter os privilégios de recursos do orçamento para a necessidade do capital” (Fasubra, 2012i, p. 6).

Era fato que a política econômica do governo Dilma foi altamente conservadora, pautada por cortes orçamentários em investimentos, pela manutenção de políticas sociais e dos serviços públicos em geral. Aliado a isso, Rousseff privilegiava a desoneração fiscal para

grandes empresas, privatizações, políticas sociais focalizadas de baixo custo e a manutenção do pagamento da Dívida Pública (Gentil, 2017). Claramente, era uma política econômica que colocava o Fundo Público a serviço do capital, como corretamente denuncia o documento do CNG apresentado acima.

Entretanto, a tática do governo de tentar dividir e quebrar as greves com apresentação de proposta somente aos docentes e com ameaça de corte de ponto não surtiu o efeito desejado. No dia 18 de julho, mais de 10 mil pessoas fizeram ato em Brasília em apoio à greve dos SPFs, exigindo do governo Dilma abertura de negociações. No dia 19 de julho, o prédio do MPOG foi fechado pelos grevistas às 5 horas e só foi liberado às 14 horas, depois que o secretário de relações de trabalho do ministério, Sérgio Mendonça, recebeu uma comissão. Apesar de o governo não apresentar nada de novo nessa reunião, as lideranças consideraram a atividade como positiva. Fechando a semana de atividades unificadas na capital federal, a plenária nacional dos SPFs de 20 de julho definiu, entre outras questões, realizar um dia nacional de mobilização nos Estados em 2 de agosto (Fasubra, 2012j).

De novo, em resposta ao crescimento das greves, a então presidenta Dilma Rousseff assinou, em 24 de julho, o Decreto nº 7.777/2012. A legislação versava sobre “medidas para a continuidade de atividades e serviços públicos dos órgãos e entidades da administração pública federal durante greves, paralisações [...]” (Brasil, 2012). Os sindicalistas denunciaram o decreto como atitude antissindical à Organização Internacional do Trabalho (OIT), além de afirmarem que nem mesmo os governos neoliberais de FHC e Collor tiveram ousadia de impor tal medida. Apontaram, também, que a resposta seria uma maior radicalização com a ameaça de não realização do vestibular. (Fasubra, 2012k, p. 3).

O Decreto previa a contratação temporária de servidores e/ou compartilhamento de serviços com a iniciativa privada, com o intuito de manter os serviços funcionando e, conseqüentemente, de quebrar a força da greve que é pautada centralmente pela interrupção dos serviços. Análise de Toni (2013) considerava a medida inconstitucional, limitadora do direito de greve, com efeitos que causariam impacto negativo - para os trabalhadores - na resolução do conflito originador do movimento paredista.

Depois de publicamente o vestibular ser ameaçado, o ministro da Educação solicitou nova reunião com a Fasubra, que ocorreu em 30 de julho. Mercadante afirmou que se empenharia por uma proposta de reajuste linear para os TAE, pois reestruturação da carreira não era possível diante da situação financeira internacional e do país. O dirigente do MEC garantiu às lideranças dos TAE que lutaria por uma proposta para a categoria assim que fechasse um acordo com os docentes. Os dirigentes grevistas presentes na reunião cobraram

negociação em simultâneo com os docentes, “pois não admitimos ser tratados como segunda prioridade pelo governo”. Após a pressão, o ministro acordou que defenderia, diante do MPOG, um reajuste linear, alterações na tabela da progressão por capacitação e na de incentivo à qualificação, e o reposicionamento dos aposentados (Fasubra, 2012l, p. 2).

Três dias depois da reunião com o MEC, em 3 de agosto, o MPOG convidou a Fasubra para reunião de negociação, que ocorreria em 6 do mesmo mês. A tão esperada e cobrada reunião ocorreu na data marcada. A representação da Fasubra abriu o concílio afirmando que esperava uma proposta do governo. O secretário de relações de trabalho do MPOG, Sérgio Mendonça, respondeu com uma introdução sobre as dificuldades econômicas daquele momento e apresentou a proposta do governo: reajuste linear de 5% nos próximos três anos (2013, 2014 e 2015), ficando um índice acumulado de 15,8% no final do período. Mendonça afirmou que os valores eram aquém das reivindicações, “mas era o possível e considerava que a proposta era essencialmente econômica e que com ela estaríamos fechando um processo de negociação” (Fasubra, 2012m, p. 2).

Em busca de uma proposta melhor financeiramente e pelo atendimento das outras pautas, o CNG solicitou nova reunião ao ministro da Educação para que ele interviesse diante do MPOG. Mercadante afirmou, em audiência realizada em 8 de agosto, que os TAE foram tratados de forma diferenciada, ao serem chamados para a negociação antes de outras categorias. Portanto, precisariam aproveitar a proposta apresentada. Após novos pedidos, o ministro se comprometeu a tentar melhorias na proposta do governo (Fasubra, 2012n).

O CNG e a direção da Fasubra apresentaram, no bojo da negociação com o governo, para consulta às assembleias de base, uma contraproposta a ser apresentada na reunião que ocorreria com o MPOG no dia 10 de agosto. Por maioria, as assembleias aprovaram a contraproposta, que seria

[...] reposição da inflação a partir de julho de 2010; Redução do prazo de implantação da proposta de 3 anos para 1 ano; Aumento do step no mínimo para 4% (podendo ser escalonado) conjugado com aumento no piso; Implementar os Anexos III e IV, conforme deliberado pela CNSC; Jornada de trabalho de 30 horas; Retornar a expressão “step constante” no PCCTAE; Reposicionamento dos aposentados [...]. Do retorno obtido, de forma unânime houve rejeição à proposta do governo; [...] por amplíssima maioria aprovou a contraproposta apresentada pelo CNG, sendo que parte considerável orientou a inclusão de mais um ponto, o de aumento nos benefícios (Fasubra, 2012o, p. 2).

Na reunião de negociação com o MPOG, os representantes do governo negaram qualquer possibilidade de aplicar o reajuste salarial de 15% somente em um ano e se

comprometeram a responder sobre as outras pautas em um novo encontro a ser realizado no dia 14 de agosto (Fasubra, 2012o).

O novo encontro de conciliação ocorreu, efetivamente, no dia 15 de agosto. O governo manteve a proposta inicial de 5% de reajuste salarial em toda a tabela do PCCTAE em 2013, 5% em 2014 e 5% em 2015. Apresentou, ainda, proposição de extensão do direito a todos os índices de IQ para todos os níveis de classificação. No step, o governo apresentou reajuste de 3,6% para 3,7% em 2014 e, posteriormente, para 3,8% em 2015. Outra reivindicação que foi atendida pelo governo foi o somatório de cargas horárias de cursos de capacitação para a progressão por capacitação profissional, o que garante aos TAE mudança de nível na carreira. Os negociadores da Fasubra e Sinasefe interromperam a reunião e pediram um tempo ao governo para avaliar as propostas e organizar as respostas (Fasubra, 2012p).

Após alguns minutos de conversa interna, os dirigentes dos TAE apresentaram ao governo que o reajuste de 15,8% em três anos já havia sido rechaçado pela categoria e que então o governo deveria apresentar valores para serem aplicados no desenvolvimento da carreira, para aumentar o step gradativamente até chegar aos 4%. Além disso, propuseram aumento nos percentuais do IQ (Fasubra, 2012p).

Em seguimento aos debates, sobre o reposicionamento dos aposentados, a democratização das universidades e a perseguição política aos dirigentes sindicais nos locais de trabalho, ficou acertada a formação de grupos de trabalho com datas para serem concluídos. Ficou definida, do mesmo modo, uma nova reunião no dia 16 de agosto para o governo fazer uma devolução às propostas colocadas na mesa de negociação. O CNG orientou estado de assembleia permanente para as bases decidirem sobre o acordo (Fasubra, 2012p).

No dia 17 de agosto, após proposta final do governo, o CNG orientou, por “ampla maioria”, a categoria a aceitar o acordo. Os dirigentes do movimento grevista denunciavam que a proposta parcelada apresentada pelo MPOG “não cobre plenamente todas as perdas e não atende efetivamente todas as classes” e é limitada porque o governo prioriza dar “recursos do orçamento para o pagamento de juros da dívida pública, recusando-se a aumentar os recursos para educação” (Fasubra, 2012q, p. 3).

No entanto, a orientação das lideranças grevistas também salientava que havia ameaças de corte de ponto e suspensão de funções gratificadas (FGs) por parte do governo e que a força da greve tinha conquistado ganhos na carreira (aumento do step e dos índices do IQ). Os dirigentes do CNG apontavam três cenários:

1) Rejeitar a proposta e continuar a greve; [...] 2) Rejeitarmos a proposta e recuarmos da greve, projetando a perspectiva de uma nova greve para 2013, construindo um possível acordo para 2014; [...] 3) Aceitarmos a atual proposta como parte da luta rumo ao ideal traçado pela categoria. (Fasubra, 2012q, p. 31).

O documento do CNG apresentava os dois primeiros cenários com vários elementos de insegurança e incertezas para a categoria, não colocando possibilidades de vitória ou de avanço nas propostas econômicas. Ainda de acordo com o texto do CNG, o governo não estava disposto a conceder nada e os valores destinados à pauta dos TAE, R\$2,7 bilhões, poderiam ser destinados a outras categorias que também estavam em greve lutando (Fasubra, 2012q).

Diante da orientação dada pelo CNG, a maioria das bases votou por aceitar o acordo, 42 contra 17 (Sintuff, 2012). Não estavam disponíveis os dados de quais assembleias rejeitaram a proposta do governo, mas foi possível identificar rejeição nas assembleias da Universidade Federal de Lavras (UFLA), da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e da Universidade Federal Fluminense (UFF). O informe de base da assembleia da UFTM cobrava que “a direção da FASUBRA e o CNG parem de intimidar a categoria com textos patronais e que não constroem a luta” (Fasubra, 2012r, p. 8).

A posição do CNG pela assinatura do acordo de greve foi defendida pelos coletivos ligados à CUT, CTB, CSP-Conlutas (PSTU e independentes) e Vamos à Luta (PSOL e independentes). Defenderam contra a Unidos pra Lutar (grupo que atualmente atua na Combate Sindical e naquele momento também tinha militantes no PSOL) e o PS Livre. “Muitos trabalhadores podem concluir que é melhor qualquer porcentagem a nada. Mas é importante refletir que passarão três anos sem repor a inflação (nem mesmo a oficial) e refêns do silêncio”, concluiu o texto do Sindicato dos TAE da UFF, dirigido naquele momento pela Unidos pra Lutar (Sintuff, 2012, p. 6).

O acordo de greve assinado por Fasubra e Sinasefe com o governo de Dilma Rousseff, em 24 de agosto - aproximadamente 74 dias de greve -, proporcionou um reajuste acumulado em 2013, 2014 e 2015 de 15,76% para quem estava no padrão 01, no nível de classificação A, com variações que chegavam até 26,99% para o padrão 49, o teto do PCCTAE, último nível dos cargos de nível de classificação E (Figura 5) (Fasubra, 2012q).

Figura 5 - Proposta apresentada pelo governo federal aos TAE contendo a porcentagem de reajuste salarial acumulado em 2013, 2014 e 2015, agregado ao aumento do step para 3,7%, em 2014, e para 3,8% em 2015.

GANHO % e QUANTITATIVO DE TRABALHADOR@S								
2015	GANHO	QTD.	2015	GANHO	QTD.	2015	GANHO	QTD.
PAD.	%	TRAB.	PAD.	%	TRAB.	PAD.	%	TRAB.
P01	15,76%	1	P17	19,39%	10.169	P33	23,13%	7.879
P02	15,99%	11	P18	19,62%	5.433	P34	23,37%	6.840
P03	16,21%	25	P19	19,85%	6.277	P35	23,60%	10.236
P04	16,43%	22	P20	20,08%	4.834	P36	23,84%	2.333
P05	16,66%	44	P21	20,31%	7.952	P37	24,08%	1.690
P06	16,88%	117	P22	20,54%	5.937	P38	24,32%	1.466
P07	17,11%	122	P23	20,78%	7.115	P39	24,56%	1.315
P08	17,33%	160	P24	21,01%	5.956	P40	24,80%	1.561
P09	17,56%	209	P25	21,24%	4.563	P41	25,04%	1.666
P10	17,79%	308	P26	21,48%	7.788	P42	25,28%	2.068
P11	18,01%	1.848	P27	21,71%	4.343	P43	25,53%	2.654
P12	18,24%	974	P28	21,95%	4.849	P44	25,77%	2.044
P13	18,47%	1.532	P29	22,18%	6.687	P45	26,01%	2.357
P14	18,70%	1.274	P30	22,42%	3.589	P46	26,25%	5.143
P15	18,93%	2.028	P31	22,65%	9.405	P47	26,50%	2.211
P16	19,16%	2.347	P32	22,89%	11.130	P48	26,74%	2.270
						P49	26,99%	3.705

Fonte: Fasubra (2012q).

No âmbito do IQ, houve algumas mudanças importantes que, segundo avaliação do CNG, não era intenção do governo ceder. Primeiramente, os TAE dos níveis de classificação A, B, C e D passaram a poder ter acesso até o IQ de doutorado, que paga uma gratificação de 75% do VB. Além disso, os cargos do nível B tiveram reajuste de 5% em todos os índices de IQ com relação direta com o cargo. Os cargos de nível C tiveram reajustes de 3% a 10% nos índices. Os reajustes nos índices de IQ dos cargos de nível D foram de 3% a 15%. Para os cargos de nível E, os reajustes se deram somente no índice da especialização com relação direta com o cargo, que passou de 27% para 30% (Fasubra, 2012q).

Figura 6 - Proposta apresentada pelo governo com alteração nos valores das porcentagens do IQ.

ANEXO IV		ATUAL 2012		FUTURO 2013	
Nível de Classificação	Nível de escolaridade formal superior ao previsto para o exercício do cargo (*)	Área de conhecimento com relação direta	Área de conhecimento com relação indireta	Área de conhecimento com relação direta	Área de conhecimento com relação indireta
A	Ensino fundamental completo	10%	-	10%	-
	Ensino médio completo	15%	-	15%	-
	Ensino médio profissionalizante ou ensino médio com curso técnico completo	20%	10%	20%	10%
	Curso de graduação completo			25%	15%
	Especialização, superior ou igual a 360 h			30%	20%
	Mestrado			52%	35%
	Doutorado			75%	50%
B	Ensino fundamental completo	5%	-	10%	-
	Ensino médio completo	10%	-	15%	-
	Ensino médio profissionalizante ou ensino médio com curso técnico completo	15%	10%	20%	10%
	Curso de graduação completo	20%	15%	25%	15%
	Especialização, superior ou igual a 360 h			30%	20%
	Mestrado			52%	35%
	Doutorado			75%	50%
C	Ensino fundamental completo	5%	-	10%	-
	Ensino médio completo	8%	-	15%	-
	Ensino médio profissionalizante ou ensino médio com curso técnico completo	10%	5%	20%	10%
	Curso de graduação completo	15%	10%	25%	15%
	Especialização, superior ou igual a 360 h	27%	20%	30%	20%
	Mestrado			52%	35%
	Doutorado			75%	50%
D	Ensino médio completo	8%	-	15%	-
	Ensino médio profissionalizante ou ensino médio com curso técnico completo			20%	10%
	Curso de graduação completo	10%	5%	25%	15%
	Especialização, superior ou igual a 360 h	27%	20%	30%	20%
	Mestrado	52%	35%	52%	35%
	Doutorado			75%	50%
E	Especialização, superior ou igual a 360 h	27%	20%	30%	20%
	Mestrado	52%	35%	52%	35%
	Doutorado	75%	50%	75%	50%

Fonte: Fasubra (2012q).

Quadro 6 - Resumo das principais informações da greve dos TAE de 2012

Resumo das principais informações da greve dos TAE de 2012			
Período	Atores envolvidos	Pautas principais	Resultados
Início: 11/06 Término: 24/08. Total: 75 dias.	No auge do movimento, 60 instituições estiveram em greve.	I- Eixo Específico: Reajuste Salarial: Recurso para o piso - Piso de 3 Salário Mínimo (SM) e Step de 5%; - Racionalização dos	1- Reajuste linear de 5% em 2013, 2014 e 2015. 2- Reajustes de 0,1% no step em 2014 (3,7%) e em 2015 (3,8%). 3- Possibilidade de todos os níveis de

Resumo das principais informações da greve dos TAE de 2012

Período	Atores envolvidos	Pautas principais	Resultados
		Cargos; - Reposicionamento dos Aposentados; - Mudança do Anexo IV (Incentivo à Qualificação); - Devolução do Vencimento Básico Complementar Absorvido (Mudança na Lei da Carreira -11.091/05); - Isonomia Salarial e de Benefícios entre os Três Poderes.	classificação terem acesso a todas as faixas do IQ, o que proporcionou reajustes de 5% em todos os índices de IQ com relação direta com o cargo para o nível B. Os cargos de nível C tiveram reajustes de 3% a 10% nos índices. Para os cargos de nível D foram de 3% a 15%. Para os cargos de nível E, o reajuste foi de 3% na faixa do IQ de especialização. 4 - Possibilidade de acúmulo de cursos a partir de 20 horas para progressão por capacitação.

Fonte: Fasubra (2012b, d, p, q).

3.2.3 Greve da Fasubra de 2014

A greve dos TAE de 2014 iniciou em 17 de março, com adesão inicial de 25 sindicatos (Fasubra, 2014a). No dia 3 de abril, 36 entidades filiadas à Fasubra Sindical já haviam aderido ao movimento (Fasubra, 2014c).

A decisão da categoria pela greve foi tomada em Plenária da Fasubra Sindical realizada em 8 e 9 de fevereiro. Foi baseada numa análise de conjuntura que avaliava o aumento da inflação para 2014 e 2015 e que definia o esgotamento do modelo econômico voltado para realização de superávit primário para o pagamento da dívida pública e a debilidade do país diante da crise econômica mundial (Fasubra, 2014).

O aumento da inflação levaria ainda a maiores perdas salariais, haja visto que a greve de 2012 - com acordo para 2013, 2014 e 2015 - era definida pela categoria como uma imposição do governo Dilma Rousseff, e que não iria repor nem mesmo a inflação do período.

Além dessa questão econômica muito importante, acima citada, a análise que baseava a votação pela deflagração da greve apontava o avanço do processo de criminalização dos movimentos sociais e sindicais e uma crise nos serviços públicos com a saída de servidores

para outros órgãos ou para a iniciativa privada. “Isso reflete o arrocho salarial e a profunda reforma administrativa que vem sendo promovida nos últimos anos” (Fasubra, 2014, p. 6).

Estudo do Forgepe (2022) corrobora a denúncia feita em 2014 pela Fasubra Sindical sobre a dificuldade da retenção de quadros na categoria TAE, fato que gerava descontinuidade no serviço. O mesmo estudo alertava para a terceirização quase completa dos cargos dos níveis de classificação A, B e C centralmente. Este fato, aliado à implementação da EBSEH, que substituiu a força de trabalho estatutária dos HUs por uma celetista, gera o caldo da reforma administrativa que os TAE denunciavam em 2014.

O fato de o Brasil viver naquele ano a Copa do Mundo e as eleições também pesaram na decisão dos TAE, que viam no contexto político daquele momento um espaço para lutar por suas pautas. “A necessidade de estabelecermos um contraponto a esse projeto econômico, de interagirmos com outros movimentos sociais e nos inserirmos no calendário nacional, requer nossa mobilização para pressionar o Governo e obtermos conquistas para a categoria” (Fasubra, 2014, p. 6).

Sem prejuízo de uma aliança com o conjunto dos SPFs e amparada numa prévia decisão favorável de 24 sindicatos - e sete contrários - a deliberação pela greve específica da Fasubra Sindical teve como principais pautas salariais, que são o foco deste estudo, o “aprimoramento da carreira - piso e step”. Na pauta geral se reivindicava “política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base [...]; antecipação, para 2014, da parcela de reajuste de 2015 [...]”. Reivindicavam-se ainda outras pautas como ascensão funcional, turnos contínuos com jornada de trabalho de 30 horas nas IFE, cumprimento integral do acordo de greve de 2012, revogação da lei da EBSEH, reconhecimento de cursos de mestrado e doutorado feitos no exterior, liberação de sindicalistas para exercer mandatos classistas, revogação da reforma da previdência de 2003, entre outras pautas (Fasubra, 2014, p. 7-8).

O não cumprimento do acordo de greve de 2012, do mesmo modo, foi um ponto que causou profundo descontentamento nos TAE e que colaborou para a deflagração da greve. Os Grupos de Trabalho (GT) que tinham prazos de 120 dias para serem concluídos, em sua maioria, só foram finalizados em 18 meses. Mesmo assim, o governo federal não chamava a Fasubra Sindical para negociar a partir dos relatórios dos GTs. Somente após ser comunicado da decisão da deflagração da greve, em fevereiro de 2014, o governo chamou reunião de negociação através do MEC. No entanto, nessa mesa, o representante do MPOG afirmou que não possuía autorização para debater nada que incluísse repercussão financeira. Este fato só reforçou a greve (Fasubra, 2014g).

Além das ações próprias dos TAE, o CNG também buscava unificar com outras categorias do funcionalismo e usar a Copa do Mundo para potencializar suas reivindicações. Convocava-se a categoria para atos unificados com os SPFs em 8 de abril com o eixo político “Na Copa Vai Ter Luta, em defesa da qualidade dos serviços públicos”, afirmando a centralidade que a Copa do Mundo assumia naquela conjuntura. (Fasubra, 2014b).

Entre 7 e 11 de abril, o calendário de atividades do CNG indicava momentos de panfletagem em todos os turnos e em vários locais de intensa passagem da população em Brasília, como aeroporto e rodoviária, bem como manifestações no MEC, MPOG e em frente ao Congresso Nacional, com a pauta do PNE e 10% do PIB à educação. A sinalização de greve do congresso do SINASEFE, para 21 de abril, era vista como um fator que ajudaria a ampliar a mobilização nas IFES (Fasubra, 2014d).

Na manhã de 8 de abril, o CNG da Fasubra promoveu uma manifestação em frente ao MEC para protocolar um novo ofício, reiterando o pedido de abertura da mesa de negociação para discutir a pauta de reivindicações da categoria em greve. No entanto, o MEC se recusou a receber uma representação da federação, impedindo que o documento fosse protocolado. Na tarde daquele mesmo dia, o CNG se dividiu em duas frentes de ação. Uma parte se dirigiu à Câmara dos Deputados para monitorar a discussão sobre o PNE. A outra parte da delegação visitou os gabinetes dos Deputados Federais para entregar uma carta, buscando apoio parlamentar ao movimento e a intermediação para que as negociações fossem iniciadas (Fasubra, 2014e).

No dia seguinte, 9 de abril, as ações se concentraram no MPOG. Pela manhã, o CNG realizou um ato com o propósito de protocolar o mesmo ofício, solicitando a abertura da mesa de negociação. Diferentemente do dia anterior, ao final da manhã, representantes da Direção Nacional e do CNG foram recebidos pela assessoria de Sérgio Mendonça, secretário de Relações do Trabalho do Ministério, e o documento foi devidamente protocolado (Fasubra, 2014e).

Após 25 dias de paralisação, o CNG da Fasubra caracterizava o movimento paredista como consolidado e em crescimento, apesar das pressões institucionais vindas da AGU e MPF. A greve entrava numa “segunda fase”, cujo objetivo central era forçar a “negociação de verdade”. Criticava-se a postura intransigente do Governo Federal (MEC/MPOG) e da Andifes em não abrir diálogo, contrastando essa rigidez com a facilidade do governo em lidar com empreiteiras da Copa ou com o pagamento de juros da dívida pública. Para romper o bloqueio das negociações, a resolução do IG apontava para a necessidade de fortalecimento

da mobilização na base e a realização de ações contundentes e radicalizadas que aumentassem a visibilidade da greve (Fasubra, 2014f).

A falta de negociação, pressões institucionais pela volta ao trabalho, aplicação de multas a entidades sindicais, ameaça de corte de ponto, tudo isso era parte do *modus operandi* do tratamento do governo Dilma Rousseff com os sindicatos grevistas. Maciel (2013) caracterizava essas ações como criminalização da luta dos trabalhadores, antipopulares e parte de uma regressão política perpetrada pelo governo petista diante de uma orientação neoliberal extremada.

O calendário do CNG e a agenda nacional de mobilização concentraram-se em ações de articulação, visibilidade e pressão direta. Apesar da importância das manifestações de rua semanais e da Semana de Luta contra a EBSEH (priorizando Hospitais Universitários), as duas atividades centrais que visavam maximizar a pressão e a visibilidade foram a realização de uma Audiência Pública no Congresso Nacional sobre a campanha salarial dos Servidores Públicos Federais (SPFs), marcada para 15 de abril; e Caravana a Brasília com acampamento nos dias 6 e 7 de maio, culminando na participação na Caravana dos SPFs, que buscavam, de igual modo, pressionar o governo pela negociação (Fasubra, 2014f).

Os dias de mobilização nacional em Brasília foram importantes e considerados um sucesso, pois foi a partir dessa pressão que o movimento conseguiu ser recebido por representantes da Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) do MPOG no dia 7, momento que se firmou acordo da realização de uma reunião para abertura das negociações em 22 de maio, data esta que fora antecipada para 19 daquele mês. Mas as coisas não foram tão simples, visto que o dia 7 de maio iniciou com um bloqueio dos TAE em greve às 5 horas no prédio do ministério, que só teve o acesso liberado depois que representantes do governo aceitaram reunir com os representantes dos grevistas. O CNG atribuiu a “determinação e garra da categoria” como causas do “recuo” do governo (Fasubra, 2014h).

Após a caravana dos TAE da Fasubra Sindical, e a unificada de SPFs, em 6 e 7 de maio, o CNG orientou a aproveitar o clima pós-caravanas para que fossem intensificadas as ações de visibilidade da greve. Outro encaminhamento foi o de as entidades de base encaminharem aos seus respectivos reitores o documento elaborado pelo CNG, detalhando os pontos da pauta do movimento paredista que não foram devidamente apreciados pelo governo, conforme havia sido solicitado verbalmente pelo presidente da Andifes em reunião do Pleno desta entidade, em 13 de maio. Em 60 dias de greve, 38 IFES estavam em greve, e cinco não haviam aderido ao movimento (Fasubra, 2014g).

O encontro do CNG com representantes do MPOG enfim ocorreu em 19 de maio, com quase 70 dias do início da greve. O secretário SRT do MPOG, Sérgio Mendonça, iniciou a reunião esclarecendo que, conforme prometido em reunião anterior (de 7 de maio), havia consultado a equipe ministerial e a junta orçamentária para verificar a existência de recursos ou flexibilidade que permitissem apresentar alguma proposta à Fasubra Sindical. A resposta dada pelo secretário foi de que o governo mantinha a posição original, alegando que já existia um acordo em vigor e que a possibilidade de novas concessões financeiras era inexistente (Fasubra, 2014i).

Em seguida, o secretário da Secretaria de Educação Superior (Sesu) do MEC, Paulo Speller, interveio, afirmando que as negociações já haviam ocorrido e que, como a Fasubra não respondeu ao comunicado oficial do Ministério, o governo não tinha mais o que acrescentar. A representação sindical, então, leu dois documentos: um notificando o ministro da Educação sobre a rejeição da proposta por parte da categoria e outro detalhando os motivos dessa insatisfação, apontando a fragilidade e inconsistência dos termos. Speller minimizou a questão da formalidade, dizendo que o cerne do problema era o conteúdo da recusa. Pressionado pela representação sindical, ele garantiu que estava aberto ao diálogo, mas impôs uma condição inegociável: o ponto da pauta relativo à EBSERH não seria discutido por ser uma decisão do governo. Por fim, ele reiterou que o MEC havia se empenhado durante as negociações que ocorreram nos dias 6 e 7 de março, antes de a greve iniciar, e que o resultado desse esforço havia sido a rejeição integral da proposta feita pelo ministério (Fasubra, 2014i).

O secretário da SRT, Sérgio Mendonça, defendeu que o governo implementou uma "boa política" para os servidores, o que gerou um desacordo de conteúdo com o CNG, e classificou a postura da Fasubra como uma "incompreensão". Ele negou que a inflexibilidade governamental fosse motivada por questões eleitorais. Mendonça afirmou ainda que o atual modelo de mesa de negociação está "falido" e necessita de revisão, sugerindo que o debate sobre a regulamentação do direito de greve e das Convenções 151 e 154 da OIT poderia ser retomado no segundo semestre do ano (Fasubra, 2014g).

Fatalmente, o governo reafirmou a inexistência de margem orçamentária tanto para a pauta específica da Fasubra quanto para a pauta geral do funcionalismo público federal. Apesar da recusa em apresentar propostas financeiras, a representação da Fasubra Sindical insistiu na cobrança por uma agenda de negociação com o MEC (cobrando também a intervenção de Mendonça). A reunião terminou com Mendonça garantindo que não haveria

problema em dialogar com o MEC, mas reforçando que a proposta financeira do governo não estava mais em discussão (Fasubra, 2014i).

Após a recusa formal do governo em negociar com a categoria em greve desde 17 de março, o CNG da Fasubra se reuniu em 20 de maio e, por unanimidade, classificou a postura governamental como desrespeitosa e intransigente com os trabalhadores. A análise do CNG apontava que a alegação de "margem zero" para negociação era inconsistente, pois refletia uma inversão de prioridades. O CNG argumentava que o governo favorecia setores burgueses - automobilístico, agronegócio - e destinava recursos crescentes ao setor privado da educação - Fies e Prouni -, em detrimento das áreas sociais essenciais - saúde, educação, segurança e transporte público (Fasubra, 2014j).

A compreensão do CNG era a de que suas reivindicações, como a oposição à terceirização e à EBSEH, contrariavam o projeto político do governo, que promovia a privatização e a precarização do trabalho para beneficiar interesses empresariais, alimentando a corrupção e a ocupação do espaço público pelo privado (Fasubra, 2014j). Esta avaliação também era a de Druck (2016), que analisava a política da EBSEH e da terceirização como altamente nocivas para o povo e parte de uma política de desmonte das políticas sociais.

Diante desse cenário, o CNG concluiu que a única estratégia viável era a ampliação e o fortalecimento da greve, através de ações sincronizadas e de alta visibilidade (como a suspensão de pagamentos às empresas que prestam serviços às universidades, a exemplo da UFAL), buscando forçar o governo a atender a pauta da categoria (Fasubra, 2014j).

Em 29 de maio, foi protocolado, junto ao MEC, um novo pedido de reunião, para tratar da negativa recebida a partir da reunião com o MPOG e seu secretário, Sérgio Mendonça, e de esclarecimentos em relação à proposta do governo (Fasubra, 2014k).

Em 30 de maio, há 74 dias de greve, o panorama de 35 entidades de base da Fasubra em greve se mantinha. O CNG apontou que, após um extenso debate sobre a conjuntura e as últimas orientações da greve, avaliaram-se os desafios do movimento diante da persistente intransigência governamental em abrir negociações. Reconhecia-se, por parte das lideranças do movimento, a crescente inquietação na base devido à prolongada ausência de diálogo e à proximidade da Copa do Mundo, que ameaçava o esvaziamento das atividades de mobilização. Além disso, destacou-se a necessidade de obter o posicionamento formal dos reitores das universidades federais em relação à declaração do presidente da Andifes que, publicamente, manifestou haver posição contrária dos reitores à pauta e à greve da categoria (Fasubra, 2014l).

Há 82 dias de movimento paredista, o CNG concluiu que a paralisação se mantinha forte devido à intransigência do governo em negociar. Apesar da dificuldade imposta pela falta de unificação do movimento dos SPFs, a greve estava conseguindo furar o bloqueio da mídia com atividades de impacto político. Ademais, sindicatos de base estavam obtendo avanços em pautas internas, como a negociação de turnos contínuos e a redução da jornada, pressionando diretamente as administrações superiores. Avaliou-se, no CNG, que, apesar do cansaço, a greve estava constrangendo o governo e as reitorias. Ao passo que o movimento atravessasse o período da Copa do Mundo, haveria uma oportunidade para ações de grande visibilidade nacional e internacional. Como encaminhamento estratégico, o Comando deliberou pela intensificação da greve na base e pelo fortalecimento da articulação com outras categorias.

Na frente de luta pelas pautas locais, o CNG realizou um levantamento sobre o andamento das negociações pela redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais com turnos contínuos. Constatou-se o avanço da pauta nas conversas diretas entre os sindicatos de base e as reitorias das Universidades Federais. Contudo, em algumas instituições notáveis (como UnB, UFSC e UFRGS), as reitorias mantinham resistência ao diálogo. Diante disso, como principal tarefa, apostou-se em intensificar essas negociações locais para aumentar o número de IFES com a jornada reduzida (Fasubra, 2014m).

A redução da jornada de trabalho de 40 horas para 30 horas é pauta histórica dos TAE. A categoria sempre reivindicou que fosse um direito garantido para todos, pois traria mais qualidade de vida. No entanto, o modelo aplicado, segundo Tessarini Junior e Saltorato (2022), chamado de “jornada flexibilizada”⁴⁴, foi utilizado como arma política das gestões das IFE para controlar os trabalhadores. Barros (2021) considera que a redução da jornada conquistada no âmbito da legislação atual foi efêmera, pois sofreu vários questionamentos judiciais de diversos órgãos de controle, até que muitos servidores perderam o direito.

Apesar dos avanços de pautas locais em algumas universidades, a negociação não tinha progresso com o governo federal. Com essa realidade, o CNG aprovou um texto de conjuntura que, entre outras análises da situação nacional, preparava os TAE para uma saída unificada e coordenada da greve nacional. Essa votação não foi unânime. O CNG interpretou a duração da greve como fruto da intransigência do governo Dilma em não negociar, uma postura que visava impor uma derrota à categoria. O governo, engajado em alianças políticas mais à direita para as disputas eleitorais daquele ano, tentou minimizar e desvincular as

⁴⁴ A jornada flexibilizada está prevista nos decretos nºs 1.590/1995 e 4.836/2003.

mobilizações dos protestos contra os gastos da Copa do Mundo, apesar da evidente conexão das pautas (Fasubra, 2014m).

A estratégia governamental foi marcada pela repressão jurídica, intensificando a criminalização das lutas (incluindo pesadas multas e declarações de ilegalidade a lutas de categorias, como policiais em PE, rodoviários em SP e garis no RJ) e demonstrando a atuação do Poder Judiciário a serviço das elites, o que ameaçava o direito de greve, remetendo a períodos autoritários. Diante da recusa do governo em atender a qualquer demanda com “impacto financeiro”, o CNG reconheceu que a possibilidade de vitória se concentrava nos itens que permitiam negociação na esfera local, perante as reitorias das IFES. A luta pela redução da jornada com turnos contínuos avançou significativamente nesse período, com 32 instituições em diferentes estágios de implementação. A greve, portanto, encontrou um ambiente “mais favorável” nas reitorias do que no âmbito federal (Fasubra, 2014m).

Com o objetivo de assegurar a coesão nacional e evitar uma saída desarticulada, a maioria do CNG discutiu a necessidade de ajustar os tempos da greve e assumiu a preocupação com a definição de uma saída unificada. Essa discussão foi acelerada após o governo entrar com uma representação no STJ contra a greve, numa ação interpretada como tentativa de criminalização, que resultou na sugestão do relator para que o governo negociasse, mas impondo uma multa diária de R\$ 200 mil à Fasubra e aos sindicatos de sua base. Nessa altura, eram contabilizadas 35 entidades em greve e cinco que não haviam aderido ao movimento paredista (Fasubra, 2014m).

Em 24 de junho, o quadro do CNG, que indicava o retorno das bases ao trabalho, apresentava que 39 instituições já tinham definido pela suspensão da greve, e seis IFE haviam votado pelo prosseguimento do movimento (UFRA, UFTM, Unirio, UFF, UFRJ, UFSC). Protocolou-se, também, ofício perante o MEC, cobrando abertura das negociações e reiterando o teor do documento protocolado em 28 de maio, no qual o CNG obteve resposta.

Prevaleceu a política da maioria dos coletivos (Tribo-CUT, CTB-PCdoB, Frente Base-PSTU, Vamos à Luta-PSOL) que compunham a direção da Fasubra e a greve acabou com a maioria das instituições retornando ao trabalho em 25 de junho, sem que nenhuma pauta tivesse sido atendida. O governo Dilma Rousseff, que antes do início da greve havia sinalizado com a concessão de pautas sem impacto financeiro, depois do movimento iniciado retirou aquelas propostas. Junto com a justiça, que impôs pesadas multas à Fasubra Sindical e aos sindicatos de base caso a greve seguisse, conseguiu impor o fim da greve. No entanto, como vai ser possível verificar, na subseção seguinte, a intransigência do governo não tirou o fôlego dos TAE, que, em 2015, responderam novamente com uma forte greve nacional.

Em um curto balanço da greve nas teses do XXII Confasubra, o coletivo Vamos à Luta afirmava que desde o início a greve foi dividida e teve dificuldades porque os coletivos ligados à CUT e à CTB apoiavam as posturas do governo e “como já ocorreram em 2005 e 2011 [durante as greves] logrou por desrespeitar a vontade da maioria, mantendo durante toda a greve uma postura branda e de indiferença ou contrária ao movimento” (Confasubra, 2015, p. 97).

A direção do Sintuff, ligada à Unidos pra Lutar, como setor que votou contra o fim da greve, denunciava que os dirigentes ligados à CUT e à CTB tentavam proteger o governo durante toda a greve. No entanto, também tecia duras críticas aos coletivos Frente Base e Vamos à Luta, acusando-os de pactuar com os cutistas e ctbistas em uma comissão política da direção da Fasubra. “Esta posição não refletiu a firmeza e iniciativas que a base desempenhou em cada universidade. Foi um erro político por ignorar a correlação de forças favorável no país” (Sintuff, 2014, p. 3).

O coletivo Tribo-CUT afirmava que a Frente Base e o Vamos à Luta formavam um bloco majoritário na federação e eram os responsáveis por uma condução equivocada da greve (Confasubra, 2015). Em informe do CNG divulgado no jornal do Sintufjr, militantes cutistas avaliavam que a decisão judicial não foi decisiva para a proposta de fim da greve e sim o enfraquecimento dela. “Ficou claro que o bloco da direção liderada por Gibran [Frente Base], Luiz Antonio [Vamos à Luta] e Rolando [PS Livre] tratava a greve com um discurso fácil para sustentar que existia um movimento forte nas bases da Federação” (Sintufjr, 2014, p.3).

Novamente, é impossível analisar qual teria sido o melhor desfecho para o movimento ou se teria resultado diferente do que teve. No entanto, pode-se exaltar a determinação dos TAE em lutar, haja visto que o acordo de greve assinado em 2012 tinha trazido perdas salariais para a categoria. A falta de negociação por parte do governo e sua política de judicialização do movimento estava, mais uma vez, atrelada à política econômica de ajuste fiscal.

Quadro 7 - Resumo das principais informações da greve dos TAE de 2014.

Resumo das principais informações da greve dos TAE de 2014			
Período	Atores envolvidos	Pautas principais	Resultados
Início: 17/03 Término:	No auge do movimento, 39 sindicatos, dos	Aprimoramento da carreira - piso e step; política salarial permanente	Não houve nenhum acordo entre o governo federal e os TAE em

Resumo das principais informações da greve dos TAE de 2014

Período	Atores envolvidos	Pautas principais	Resultados
24/06. Total: 100 dias.	45 da base da Fasubra, entraram em greve.	com reposição inflacionária, valorização do salário base; antecipação, para 2014, da parcela de reajuste de 2015.	greve. O governo não abriu mesa de negociação, negando todas as pautas da categoria. Em cerca de 30 IFES se debateu sobre a implementação da jornada flexibilizada.

Fonte: Fasubra (2014, c, g, n).

3.2.4 Greve da Fasubra de 2015

Os TAE fizeram uma forte greve em 2014, mas não obtiveram negociação efetiva com o governo federal. O movimento paredista terminou sem nenhum avanço na pauta nacional. A categoria seguiu tentando negociar durante 2014 e nos primeiros meses de 2015, de acordo com o que determinou o STJ, mas não obteve respostas satisfatórias. Para o movimento sindical, era nítido que, para ter novos reajustes em 2016, e nos próximos anos, era necessário fazer uma nova greve, haja visto que o governo seguia não negociando as pautas que envolviam recursos financeiros. Foi assim que o XXII Congresso da Fasubra (Confasubra), com 1.300 delegados, votou por consenso de todos os coletivos uma resolução que indicava paralisação em 14 de maio com o conjunto dos SPFs, rodada de assembleia de 13 a 21 de maio - para que as bases se posicionassem sobre a greve -, Plenária Nacional da Fasubra em 23 e 24 de maio e deflagração da greve para 28 de maio (Fasubra, 2015).

Logo após o Confasubra, o governo chamou reunião via MPOG no dia 11 de maio e outra, via MEC, no dia 22 do mesmo mês, mas em ambas o movimento não se sentiu contemplado em suas pautas. Na reunião do MPOG, a avaliação da representação da Fasubra é de que “não se configurou em negociação, e sim em questionamento do secretário sobre itens que não seriam tão prioritários em nossa pauta” (Fasubra, 2015a, p.12). Nessa reunião com MEC, foi entregue documento à Fasubra com resposta a algumas pautas: aceite de extensão do artigo 30 da Lei 12.772/2012 aos TAE⁴⁵; aproveitamento de disciplinas de

⁴⁵ Entre outros itens, este artigo garante que o ocupante de cargos do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal possa participar de programa de pós-graduação stricto sensu ou de pós-doutorado, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na instituição. Para os TAE, afastar-se para mestrado só depois de concluído o estágio probatório. Para doutorado, são cinco anos. Esta proposta, apesar de o MEC ter declarado aceite, nunca foi de fato implementada.

pós-graduação para progressão por capacitação; reabertura de prazo de adesão ao PCCTAE; e reconhecimento de cursos de mestrado e doutorado feitos fora do país⁴⁶ (Fasubra, 2015a).

A Plenária Nacional da Fasubra, realizada em 23 e 24 de maio, considerou as respostas do governo como insuficientes, pois não “acatam a centralidade de nossas demandas, e ainda diante dos novos cortes que estão sendo anunciados, resolve pela deflagração de greve nacional a partir de 28 de maio” (Fasubra, 2015b).

A resolução política da Plenária cita a necessidade da construção de uma greve geral do funcionalismo para derrotar a política de ajuste fiscal do governo Dilma, as terceirizações e as medidas provisórias 664 e 665⁴⁷. No entanto, coloca como fundamental a construção da greve específica da categoria para se obter conquistas para a carreira TAE. A pauta específica, do ponto de vista salarial, apontava a luta por reajuste de

[...] 27,3% no piso da tabela considerando as perdas de janeiro de 2011 a julho de 2016; aprimoramento da Carreira com correção das distorções, levando em consideração a racionalização dos cargos, piso de três salários mínimos e step de 5%; reposicionamento dos aposentados e pensionistas [...]. (Fasubra, 2015b).

A pauta contava ainda com dezenas de reivindicações em eixos como aprimoramento da carreira, condições de trabalho, qualidade no serviço público, democratização das IFE, além da pauta geral dos SPFs (Fasubra, 2015b).

Em cinco dias de greve, o movimento atingia 56 universidades. As assembleias contavam com grande participação da categoria e muito entusiasmo. O CNG considerava a greve consolidada a nível nacional (Fasubra, 2015d). No dia 28 de maio, também havia iniciado a greve dos docentes das UFs, ligados ao Andes-SN.

Consciente da força do movimento, o ministro da Educação, à época, Renato Janine Ribeiro, usou a conta pessoal dele no Facebook e o portal do MEC para atacar a greve, acusando os trabalhadores de falta de diálogo. A resposta da Fasubra foi contundente ao afirmar que é necessário muito mais que diálogo, quer-se um “processo negocial, de fato e de efeito! A diferença entre diálogo e negociação se evidencia na ausência de contraproposta efetiva por parte do governo à pauta apresentada” (Fasubra, 2015c, p.1).

O ministro da Educação seguiu falando sobre a greve nos dias 8 e 9 de junho, quando participou do Programa Roda Viva da TV Cultura e de audiência pública no Senado, respectivamente. Janine afirmou novamente que as entidades sindicais não haviam dialogado

⁴⁶ Apesar de o MEC ter declarado aceite destas pautas, nenhuma foi de fato implementada.

⁴⁷ A MP 664/2015 alterava o cálculo do fator previdenciário e a MP 665/2015 restringia o acesso ao seguro-desemprego, ao abono-salarial e ao seguro-defeso. Foram iniciativas do governo Dilma Rousseff para o ajuste fiscal.

e que, em 2015, tanto docentes quanto os TAE teriam reajuste salarial. O CNG avaliou que era importante posicionar-se publicamente, respondendo que somente em 2015 foram protocolados 11 ofícios diante do governo pedindo audiência de negociação e que a luta salarial nessa greve era para se ter reajuste nos soldos a partir de 2016. Essa resposta foi feita em formato de nota pública à imprensa, ao parlamento e à sociedade (Fasubra, 2015e).

As manifestações do mandatário do MEC, aliadas à falta de negociação, podem ser avaliadas como uma tentativa de fragilizar a greve por causa do tamanho dela, que chegava a 65 IFE em apenas 15 dias do início do movimento. Os docentes, igualmente, viam a greve deles crescer, já atingindo 25 IFE (Fasubra, 2015f). Esse tipo de resposta hostil aos grevistas e de negociações “congeladas” foi típico do tratamento do governo Dilma Rousseff com o funcionalismo, algo perceptível nas greves anteriores analisadas neste capítulo (Gomes; Sória, 2014).

Para o dia 17 de junho, o CNG convocou um dia nacional de luta nos Hospitais Universitários contra a EBSEH e a terceirização. Estava marcada, da mesma forma, uma caravana a Brasília para os dias 7 e 8 de julho, que coincidiria com audiência pública entre os grevistas da educação e o governo, convocada pelo senador Paulo Paim (PT-RS) (Fasubra, 2015g).

Antes das atividades nacionais em Brasília, ocorreu reunião do Fonasefe com o MPOG em 25 de junho, na qual o secretário de Relações de Trabalho do ministério, Sérgio Mendonça, apresentou, pela primeira vez, uma proposta de reajuste salarial e os parâmetros políticos que a determinavam. Para o governo federal, o acordo deveria ser de quatro anos (5,5% em 2016, 5% em 2017, 4,75% em 2018 e 4,5% em 2019), totalizando 21,3% de reajuste salarial, contra uma inflação projetada de 20,7% para o mesmo período. Mendonça afirmou, ainda, que o governo não abria mão de relacionar o crescimento da folha de pagamento aos índices de crescimento do PIB. Claramente, foi uma definição imposta por mecanismos neoliberais de controle, segundo avaliação do CNG (Fasubra, 2015h).

A negociação difícil e a proposta de reajuste salarial em quatro anos, sem recuperação das perdas salariais advindas de 2010, podem ser entendidas a partir da realidade econômica do país e da opção política do governo Dilma Rousseff por um ajuste fiscal ainda mais duro do que no primeiro mandato, segundo Behring (2019), como parte do ajuste fiscal permanente que sofre o país desde FHC, mas também como estelionato eleitoral da presidenta que se elegeu em 2014 com discurso antiausteridade.

Ainda na reunião de negociação, o movimento questionou as perdas salariais desde 2011 e se haveria espaço no acordo para revisão dos índices de reajuste salarial caso houvesse

inflação maior do que o previsto; perguntou também se o governo teria proposta de reajuste nos benefícios, entre outros temas. Mendonça afirmou, sobre as perdas salariais, que havia divergências com relação à interpretação dos sindicatos, pois o governo avalia o processo de acordos desde 2003 - mas não apresentou índice que comprovasse que houve ganho em todo esse período. O secretário disse que propostas sobre revisão de índices não estavam sendo tratadas e que reajuste de benefícios poderia ser considerado, se os sindicatos aceitassem os parâmetros propostos pelo governo. Ficou, então, acertada uma nova reunião para 7 de julho (Fasubra, 2015h).

No Fonasefe, em reunião, ficou decidido, por consenso, rechaçar a proposta de acordo feita pelo governo relatada nos parágrafos acima (Fasubra, 2015i). Nas assembleias de base dos TAE, não houve aceitação da proposta. A reunião do dia 7 de julho foi realizada para que as entidades sindicais nacionais comunicassem a Sérgio Mendonça que não tinham acordo com os índices de reajuste salarial plurianual apresentados na reunião de 25 de junho (Fasubra, 2015k).

Na mesma reunião, foram feitas cobranças sobre os outros itens da pauta, sobre as mesas de negociação setorial, para as quais não foram obtidas respostas satisfatórias. Foi proposto que o governo apresentasse um índice de reajuste salarial para o ano de 2016 somente. Ao fim da reunião, ficou decidido que uma nova proposta do governo só seria apresentada após a volta da presidenta Dilma Rousseff ao país, em 21 de julho. O governo acenou também com a possibilidade de debater temas específicos das categorias nas reuniões setoriais (Fasubra, 2015k).

O CNG avaliou, em informe de 13 de julho, que as ações desenvolvidas até ali - em especial a realização da caravana a Brasília - estavam surtindo efeito e que a greve se fortalecia com 66 instituições paralisadas. Exemplo disso foram as reuniões de negociação com MPOG em 7 de julho - na qual o órgão falou em debater as pautas específicas - e com o MEC, no dia 9 do mesmo mês. Esse último concílio teve o compromisso do governo em destravar as negociações', convocando o MPOG para a mesa para tratar de itens que tinham impacto financeiro, como racionalização dos cargos e aprimoramento do PCCTAE. O secretário da Sesu do MEC, Jesualdo Farias, comprometeu-se a reunir com Sérgio Mendonça para tratar da pauta dos TAE e convocar uma nova mesa de negociação com a categoria (Fasubra, 2015l).

Enquanto esperava uma negociação setorial para tratar da pauta específica dos TAE, a representação da Fasubra esteve na mesa geral dos SPFs com o governo que ocorreu em 20 de julho, na qual Sérgio Mendonça manteve a proposta de reajuste salarial de 21,30%

dividido em quatro anos. A novidade dessa reunião foi que o MPOG fez proposta de incluir uma cláusula de revisão do reajuste salarial caso a inflação fosse muito discrepante dos índices acordados. Outra novidade foi o reajuste dos benefícios baseado na inflação acumulada desde o último reajuste. Sendo assim, o auxílio-alimentação passaria de R\$ 373 para R\$ 458 (22,8%), o auxílio-saúde passaria de uma média de R\$ 117 a R\$ 144 (22,8%) e a assistência pré-escolar, que teve último reajuste em 1995 e variava de R\$ 66 a R\$ 95, passaria para a faixa de R\$ 275 a R\$ 396 (317,3% de aumento) (Fasubra, 2015m).

O movimento afirmou que a proposta de reajuste dos benefícios era insuficiente porque a pauta era a equiparação com os outros poderes (Legislativo e Judiciário). Falou-se, ainda, que o reajuste salarial de quatro anos já havia sido rejeitado pelas bases porque o aceite significava concordar em perpetuar as perdas salariais. Além do mais, perguntou-se ao governo se era necessário aceitar as propostas de conjunto, ou se era possível aceitar um item e seguir a negociação. Primeiramente, o governo disse que era um pacote de propostas, mas depois disse que não havia condicionantes e que esperava uma resposta em até 10 dias (Fasubra, 2015m).

As atividades e debates eram intensos durante a greve. Além das questões salariais debatidas com o governo, das ações de rua e com os parlamentares, a CNSC seguia funcionando e também ocorriam reuniões com o MEC para tratar de pautas específicas, como o dimensionamento da força de trabalho. No IG de 22 de julho, o CNG informa as bases do debate sobre o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) ocorrido no âmbito da CNSC e apresenta questionamentos diante da proposta feita pelo Conif. O documento, da mesma forma, trazia análise da proposta de criação do TAE substituto. A pauta do RSC foi aprovada somente na greve de 2024. O TAE substituto segue tendo resistência e foi rechaçado numa Plenária Nacional da Fasubra realizada em 2024 (Fasubra, 2015n).

A greve nacional dos TAE atuava em duas frentes, nas pautas e ações específicas, mas, de igual modo, nas reivindicações e lutas gerais dos SPFs. Nesse sentido, no dia 22 de julho, os TAE participaram da marcha do conjunto do funcionalismo em Brasília. A manifestação buscava reunião com o ministro da Secretaria Geral da Presidência da República. Como o ministro da pasta, Miguel Rosseto, estava viajando, o movimento conseguiu uma reunião com o assessor dele, José Feijó. Na reunião, Feijó se comprometeu em articular com o MPOG as demandas dos SPFs (Fasubra, 2015o).

Voltando ao tema das pautas específicas, o governo (MEC e MPOG) recebeu a Fasubra para nova reunião setorial em 23 de julho. A negociação iniciou com Sérgio Mendonça apresentando a mesma pauta do reajuste dos salários e dos benefícios já

apresentada na mesa geral de negociação com os SPFs. O representante do MEC falou novamente a posição do ministério sobre as reivindicações somente dos TAE, repetindo as mesmas posições das reuniões anteriores, que agora seriam formalizadas em documento até 29 de julho. A representação da Fasubra cobrou reajuste no step, mais uma vez o reposicionamento dos aposentados, além de questionar a possibilidade de diminuição do prazo de quatro anos para o reajuste salarial. Mendonça respondeu que o aumento do step era muito difícil, que não via possibilidade de o acordo ser apenas de um ano e que a economia vivia uma recessão, por isso não havia margem para aumentar os gastos com os servidores. (Fasubra, 2015p).

Sampaio Jr. (2019, p. 130) aponta que as pressões das agências internacionais de risco levaram Dilma Rousseff a nomear Joaquim Levy para o cargo de ministro da Fazenda, o qual realizou um plano de austeridade que gerou “a maior depressão da história moderna do país”. Gentil (2017) define a política econômica daquele momento como “austericídio de Estado”, iniciativas que reforçaram a crise econômica internacional e tiveram potencial de fazer Dilma Rousseff perder apoio político de sua base eleitoral, entre elas os servidores públicos.

Diante do impasse com o governo na pauta do reajuste salarial, setores do Fonasefe apresentaram um estudo para que as bases pudessem avaliar, rebaixando o índice de reajuste salarial de 27,3% para 19,7%. A proposta considerava que, de 2010 a 2015, a inflação acumulada era de 38,6% e o reajuste concedido em 2013, 2014 e 2015 era de 15,8%. Portanto, o novo valor reporia as perdas salariais do período. O CNG orientou as bases da Fasubra a não aceitarem a contraproposta, pois a greve estava forte, existia uma caravana a Brasília marcada e várias ações de radicalização pensadas para o chamado “Agosto Vermelho” da greve dos TAE (Fasubra, 2015q).

O tema da contraproposta do Fonasefe acabou ficando de lado por falta de consenso entre as entidades nacionais. No entanto, sobre a pauta específica, a Fasubra recebeu ofício do MEC em 29 de julho, ao qual respondeu acusando o governo federal de recuar em diversos pontos acordados nas reuniões de 9 e 23 de julho, além de seguir não respondendo sobre as propostas de mudanças no piso e step da carreira, sobre a racionalização dos cargos e outras de impacto financeiro (Fasubra, 2015r).

Para intensificar a greve, foram realizados dias de protestos em Brasília com caravanas de todo o país. Os atos ocorreram em 5 e 6 de agosto, com ato específico dos TAE e outro unificado com os SPFs em greve. No dia 6, o CNG e os caravaneiros bloquearam o acesso ao MPOG, conquistando uma reunião com Sérgio Mendonça. O secretário se comprometeu a participar da reunião de negociação entre Fasubra e MEC, e a debater pautas

com repercussão financeira. Disse ainda que estava aberto a negociar uma redução dos anos do acordo do reajuste salarial (Fasubra, 2015s).

A reunião do dia 7 de agosto acabou não tratando das pautas de impacto financeiro, que ficaram pendentes e para serem apreciadas em uma nova reunião entre 17 e 19 de agosto. As demandas que não necessitavam de verbas a mais foram alvo de debate na reunião e encaminhadas por ofício do MEC à categoria. Entre os itens que tiveram encaminhamento foram o PL para revisão do PCCTAE (afastamento para pós-graduação no estágio probatório, aproveitamento de disciplinas para progressão por capacitação etc.), lançamento de edital do Programa Nacional de Desenvolvimento dos TAE (2 mil vagas em graduação e 2 mil vagas em especialização), regulamentação dos turnos contínuos (jornada de 30 horas), GT para proceder o aprimoramento do PCCTAE, contra o corte de ponto e a perseguição aos TAE em greve, alteração da orientação normativa para a concessão de insalubridade e outras (Fasubra, 2015t).

O CNG avaliou que esses avanços nas pautas específicas e sem impacto financeiro, como também as reuniões com MPOG, foram fruto das ações de luta da categoria em alianças com as outras greves do serviço público federal. Segundo as lideranças, a greve teve a “determinação para se enfrentar com o ajuste fiscal, o arrocho salarial e os cortes orçamentários das instituições”, trazendo uma grande adesão à greve nas bases. Os TAE em greve fizeram ações radicalizadas de “bloqueio de matrículas, fechamento de reitorias e hospitais universitários, atos de rua, duas caravanas a Brasília, e nos levou ao Agosto Vermelho”, um mês intenso de mobilizações (Fasubra, 2015t, p. 2).

Em nova reunião para tratar da jornada de 30 horas entre Fasubra, MEC e MPOG no dia 21 de agosto, a representação dos TAE aproveitou para perguntar a Vladimir Nepomuceno, assessor da SRT do MPOG, sobre as negociações do reajuste salarial dos SPFs e sobre a pauta financeira da categoria. O assessor informou que o ministro Nelson Barbosa reuniria com a presidente Dilma Rousseff no dia 23 de agosto e que nesse encontro seria definida a proposta final de reajuste salarial ao Fonasefe e também sobre o reajuste do step proposto pela Fasubra. No item salarial, Nepomuceno afirmou que o acordo poderia baixar de quatro para dois anos, haja vista que todas as entidades rejeitaram a primeira proposta do governo. No entanto, os índices seriam de 5,5%, em 2016, e 5% em 2017. A decisão final sobre isso tudo seria da presidenta e os sindicatos todos seriam comunicados por e-mail no dia 24 de agosto (Fasubra, 2015u).

A pauta da redução da jornada de trabalho que seria tratada nessa reunião, na qual a Fasubra apresentou uma minuta de portaria para regulamentar o tema, terminou com as

lideranças dos TAE acatando as sugestões do governo e solicitando que o MEC apresentasse uma contraproposta por escrito com todas as questões apresentadas. Essa reunião ficou marcada para ocorrer em 24 de agosto (Fasubra, 2015u).

Os prazos apresentados pelo governo federal nos dois parágrafos anteriores não se cumpriram. O fato acirrou o movimento na base dos TAE, mas também nas outras categorias em greve (docentes das UFs e IFs, servidores do INSS, Fiocruz, Judiciário Federal e outras) que tinham uma marcha em Brasília no dia 27 de agosto e atos nos Estados. Nessa data, pela tarde, os TAE fariam ato no MEC para acompanhar a reunião sobre a regulamentação da jornada de 30 horas. Naquele momento, a greve da Fasubra chegava ao 91º dia, com 68 instituições paralisadas (Fasubra, 2015v).

A marcha a Brasília no dia 27 de agosto teve como uma de suas ações a ocupação do MPOG para garantir reunião entre os SPFs e o governo federal. Depois de muita pressão, a SRT/MPOG recebeu os sindicalistas, momento em que reafirmou a proposta do governo de reajuste salarial parcelado em quatro anos, com o mesmo índice de 21,3%, e com os mesmos valores já apresentados para correção dos benefícios. A novidade é que o governo trabalhava agora com a data de 11 de setembro como limite para fechar as negociações (Fasubra, 2015w).

Os representantes sindicais criticaram o governo por, depois de dois meses, seguir apresentando as mesmas propostas. Ficava nítido o papel protetador dos negociadores do governo com a clara intenção de desgastar o movimento. Ao mesmo tempo, havia medidas de corte de ponto dos grevistas do INSS e descredenciamento - com corte do repasse de consignação - de 198 entidades sindicais, inclusive 13 da base da Fasubra Sindical. As ações visavam enfraquecer os movimentos grevistas. O Fonasefe declarava, em nota pública, que a medida era uma intervenção direta nos sindicatos e que a “decisão do governo busca[va] sufocar a capacidade operacional das entidades sindicais que constroem as lutas e as greves do funcionalismo contra a austeridade do governo federal” (Fasubra, 2015w, p. 3).

Sem força política para criminalizar a greve com corte de ponto ou com multas pela via judicial, seu *modus operandi* no tratamento das greves dos SPFs nos últimos anos, o governo petista apelou para o desfinanciamento de sindicatos. Pode-se caracterizar essa ação como parte da regressão política perpetrada por Dilma para conseguir aplicar uma agenda neoliberal extremada (Maciel, 2013).

O Fonasefe se reuniu, no dia 30 de agosto, para preparar para o encontro negocial com o governo no dia seguinte. As resoluções, por consenso, previam a rejeição da proposta de reajuste em quatro anos, que esse item não fosse impedimento para a negociação de outros

pontos da pauta e das mesas setoriais; reafirmavam a luta pela reposição das perdas salariais, pela reversão do corte de ponto dos grevistas e do descredenciamento das entidades sindicais (Fasubra, 2015x).

Na reunião do dia 31 de agosto entre o MPOG e o Fonasefe, o secretário Sérgio Mendonça declarou que as pautas específicas das categorias só seriam debatidas com aqueles que aceitassem o acordo de quatro anos para o reajuste salarial. A representação do movimento sindical afirmou que aqueles valores não iriam nem mesmo repor a inflação, haja vista que o IPCA de 2015 seria de mais de 9%, portanto, que não poderia ser aceito (Fasubra, 2015y).

Nepomuceno, assessor da SRT/MPOG, em reunião específica com a Fasubra em 4 de setembro, com a presença do MEC, afirmou novamente que o acordo de reajuste salarial poderia ser diminuído para dois anos. Apresentou, igualmente, a proposta de reajuste em 0,1% no step para janeiro de 2017. Segundo Nepomuceno, a pauta específica sem impacto financeiro não estaria atrelada ao aceite do reajuste no salário e no step, mas as pautas com impacto financeiro sim. Por fim, o governo recuou da política de emitir uma portaria para garantir os turnos contínuos e a jornada de 30 horas para todos os TAE. O CNG orientava a continuidade da greve, rodada de assembleias em 8 e 9 de setembro para que a categoria avaliasse as negociações e seguisse construindo ações de luta (Fasubra, 2015z).

Para ser apreciada nas assembleias citadas no parágrafo anterior, o CNG preparou uma contraproposta. Se aprovada pela maioria das bases, as novas pautas prioritárias seriam entregues ao governo federal para negociação. No tema econômico, o CNG avaliava a necessidade de diminuir o acordo salarial para dois anos, sendo 9,5% em 2016 e 5,5% em 2017, com cláusula de revisão em 2016, caso a inflação de 2017 fosse maior do que o previsto. Além disso, o aumento do step seria de 0,1% em 2016 e de 0,1% em 2017. Todos esses ganhos não deveriam ser incorporados pelo VBC (Fasubra, 2015z1).

A contraproposta nas pautas sem impacto financeiro incluía garantia de lei para instituir negociação coletiva e data-base em 180 dias; prazo para solução de todos os itens da pauta que o MEC manifestou acordo; que a CNCS pudesse ser responsável pela racionalização dos cargos; retomar o debate sobre a portaria dos turnos contínuos (30 horas); lançamento do edital do Programa Nacional de Capacitação em 60 dias; debater a democratização das universidades; reversão nos cortes orçamentários da saúde e educação; discutir sobre o reposicionamento dos aposentados; e nenhuma perseguição aos grevistas (Fasubra, 2015z1).

A contraproposta do CNG foi aprovada na maioria das assembleias e apresentada ao governo federal em reunião realizada no dia 10 de setembro. Sérgio Mendonça sinalizou, novamente, a possibilidade de recuar para que o acordo fosse de dois anos. As outras pautas ficaram de ser analisadas e de serem respondidas em nova negociação que ocorreria em 16 de setembro. Mendonça também sinalizou que a data limite para fechar as negociações seria dia 18 daquele mês (Fasubra, 2015z2).

Quando parecia que a greve estava se encaminhando para um acordo, o governo Dilma Rousseff apresentou novas medidas de ajuste fiscal. Entre as ações previstas da mandatária máxima do país estavam a mudança da data para entrar em vigor o reajuste salarial dos SPFs em 2016, de janeiro para agosto, o fim do abono permanência, congelamento de concursos públicos e uma reforma da previdência que iria aumentar a idade para aposentadoria. O anúncio das intenções do governo, feito pela imprensa, pegou o movimento sindical de surpresa e causou grande indignação (Fasubra, 2015z3). Gentil (2017) avalia que ações do governo visavam dialogar com o mercado financeiro em meio à forte crise política que se instalava no país.

Em reunião com o MEC para tratar da pauta específica, no dia 15 de setembro, representantes do CNG da Fasubra resolveram ocupar o prédio protestando contra o pacote do governo e propondo que fosse cumprido o reajuste salarial para janeiro de 2016, como estava sendo proposto anteriormente. A ocupação durou o turno da tarde inteiro e conquistou uma negociação com o MPOG e MEC para o mesmo dia, às 18h30. Só assim o prédio foi desocupado pelo movimento. A reunião de negociação não trouxe avanços concretos (Fasubra, 2015z3).

Após os debates entre a Fasubra e o governo seguirem a partir da troca de ofícios, ao 116º dia de greve, com 69 instituições paralisadas, o CNG enviou às bases análise de conjuntura na qual defendia a assinatura do Termo de Acordo de Greve (TAG). O TAG trazia na pauta salarial reajuste de 10,8%, dividido em 2 anos (5,5% em agosto/2016 e 5% em janeiro/2017), mais 0,1% no step em janeiro de 2017, além da não absorção do VBC. A posição da maioria das lideranças nacionais foi alicerçada numa caracterização de que o país estava vivendo uma forte crise econômica, que gerava crise social e política. Apesar disso, tinha-se um grande consenso entre presidência e governadores em aplicar um forte ajuste fiscal que atingia em cheio os servidores públicos (Fasubra, 2015z4).

O documento do CNG dizia, ainda, que as greves e lutas daquele período eram para contenção de danos. Avaliava, do mesmo modo, que o movimento da Fasubra e das outras entidades em greve perdia força e que não havia mais espaço para melhorar a proposta do

governo, que estava intransigente. Diante da situação, apresentava três possibilidades: 1- seguir em greve isolada para lutar pela melhoria no acordo; 2- não assinar o acordo e fazer uma nova greve em 2016; 3- assinar o acordo e se preparar para as lutas futuras. A maioria do CNG indicou às bases o terceiro cenário, avaliando que seria melhor se preparar para uma greve em 2017 com menos perdas salariais (Fasubra, 2015z4).

As orientações do CNG traziam, também, a necessidade de se construir e participar dos atos unificados dos SPFs que ocorreriam no dia 23 de setembro e de enviar às centrais sindicais a proposta de realização de greve geral contra o ajuste fiscal do governo Dilma Rousseff (Fasubra, 2015z4).

Ao fim do prazo para a realização das assembleias de base, a proposta do CNG de assinar o Termo de Acordo de Greve (TAG) foi aprovada em reuniões de TAEs de 43 instituições. Em 24 instituições, a categoria rejeitou a proposta do CNG (Fasubra, 2015z6). No dia 24 de setembro, em reunião com o MPOG, a representação da Fasubra apresentou proposta de minuta para o acordo com o governo. Sérgio Mendonça afirmou na reunião que responderia em uma semana (Fasubra, 2015z5).

Após troca de documentos e ajustes no texto do TAG, no dia 2 de outubro, foi sanada a última divergência que era em relação à redação a se dar para o tema da reposição do trabalho represado durante a greve. O acordo foi finalmente assinado no dia 6 daquele mês e os TAE retornaram ao trabalho no dia 8 (Fasubra, 2015z8).

O TAG contava, além do reajuste nos salários e no step, com nove cláusulas que tratavam de pautas sem impacto financeiro. A maioria delas tratava de promessas de realização de debates sobre determinados temas. As únicas cláusulas que tinham compromisso explícito eram duas, a sexta, que determinava que em 180 dias se reabriria o prazo para adesão ao PCCTAE, que se regulamentaria o afastamento para pós-graduação dos TAE em estágio probatório, que se aproveitariam disciplinas de graduação e pós-graduação para fins de progressão por capacitação para todos os TAE, que se avançaria em afastamento para qualificação e capacitação e que se reveriam as ON para concessão de insalubridade e periculosidade. A outra cláusula era a décima, que definia a publicação de edital do Plano Nacional de Desenvolvimento Profissional dos Servidores Integrantes do PCCTAE, para oferta de 2.000 (duas mil) vagas nos cursos de graduação e 2.000 (duas mil) vagas nos cursos de especialização (Fasubra, 2015z7).

Nenhuma das pautas sem impacto financeiro direto foi efetivamente cumprida pelo governo de Dilma Rousseff que estava envolvido numa forte crise política, com baixa

popularidade - em torno de 8% de apoio no período da greve - e terminou por sofrer o impeachment em 31 de agosto de 2016. A pauta financeira do TAG foi cumprida.

Apesar da intensa crise pela qual passava, o governo Dilma Rousseff conseguiu impor aos TAE um reajuste salarial que não iria repor a inflação do ano de 2015 e perpetuariam perdas salariais. Entretanto, de fato, foi a greve que fez o MPOG acenar com alguma proposta de reajuste salarial, o que não havia sido feito durante todo o ano de 2015. Além disso, a enorme rejeição do acordo salarial de quatro anos, e a força da greve, fez com que o governo aceitasse reduzi-lo para dois anos. O reajuste no step pode ser interpretado como uma vitória extra da categoria, mas também como uma forma de seduzir os TAE a finalizarem a greve.

Na Fasubra, os coletivos ligados ao PSTU (Frente Base), ao PSOL (Vamos à Luta), ao PT (Tribo, Ressignificar e outros) e ao PCdoB (CTB) foram os que defenderam a assinatura do TAG e construíram a saída da greve - são os signatários da análise de conjuntura descrita nos parágrafos anteriores. Para esses coletivos, o acordo foi o possível de ser conquistado e se tratava, na pauta econômica, de uma imposição do governo.

Com expressão na direção da Fasubra, os coletivos PS Livre e Combate Sindical se posicionaram pela continuidade da greve, alegando que o movimento ainda tinha fôlego para continuar e que a crise política fragilizava o governo Dilma e poderia ajudar na pressão da categoria. Esses coletivos opositores apontavam, ainda, que o acordo proposto pelo governo não iria repor as perdas salariais do período e impediriam novas greves da categoria até 2018. No jornal do Sintuff, a crítica atingia também a direção da Condsef (CUT), da CTB, da CSP-Conlutas e da Intersindical que eram acusadas de não unificar os movimentos grevistas, desgastando a greve (Sintuff, 2015).

Quadro 8 - Resumo das principais informações da greve dos TAE de 2015

Resumo das principais informações da greve dos TAE de 2015			
Período	Atores envolvidos	Pautas principais	Resultados
Início: 28/05 Término : 07/10. Total: 133 dias.	No auge do movimento, 69 IFES estiveram em greve.	1- 27,3% de reajuste no piso da tabela considerando as perdas de janeiro de 2011 a julho de 2016; 2- Aprimoramento da Carreira com correção das distorções, levando em consideração a racionalização dos cargos, piso de três salários mínimos e step de 5%; 3- reposicionamento dos aposentados e pensionistas.	1- Reajuste salarial de 10,8%, dividido em 2 anos (5,5% em agosto/2016 e 5% em Janeiro/2017); 2- Reajuste de 0,1% no step em janeiro de 2017; 3- Não absorção do VBC.

Fonte: Fasubra (2015b, f, z4, z8).

3.3 O SALÁRIO DOS TAE DE 2018 A 2024

O TAG assinado pela Fasubra e o governo de Dilma Rousseff, em 2015, teve vigência nos anos de 2016 e 2017. Em 2018, ainda durante o governo de Michel Temer, e nos quatro anos (2019 a 2022) do governo de Jair Bolsonaro, não houve nenhum reajuste no salário, no IQ, no step, nos benefícios ou em qualquer item que significasse algum ganho financeiro para a categoria.

O congelamento salarial do período foi uma orientação do BM, na intenção de rebaixar os salários dos SPFs (Banco Mundial, 2019), mas também o aprofundamento da política de ajuste fiscal do governo Dilma Rousseff, consolidando uma política ultraliberal com os governos de Michel Temer e Bolsonaro. Teve também resistência por parte da categoria. Ainda que o reajuste salarial não tivesse sido o eixo, houve greve dos TAE em 2016, a partir de 24 de outubro, centralmente contra a PEC do Teto de Gastos, pelo cumprimento do TAG assinado em 2015 e contra os ataques promovidos pelo governo Michel Temer (Fasubra, 2017).

Em 2017, houve nova greve da categoria, que iniciou em 10 de novembro e foi impulsionada pela luta contra a Reforma da Previdência. Ainda que a pauta protocolada perante o governo de Michel Temer falasse em defesa do PCCTAE (o governo ameaçava mudar as carreiras unilateralmente) e por negociação salarial - a pauta não tinha índice de reajuste no salário. Apesar de não ser determinante, a greve dos TAE colaborou com outros movimentos da classe trabalhadora para impedir a votação da Reforma da Previdência naquele momento (Fasubra, 2017a).

Sob o governo de Jair Bolsonaro, em 2019, os TAE participaram do Tsunami da Educação contra os cortes de verbas para a área educacional. Esse movimento foi chamado pela UNE, UBES e entidades do movimento estudantil. Em Plenária Nacional da Fasubra realizada em março de 2020, discutia-se a construção de uma greve da Fasubra ou da educação federal para lutar por reajuste salarial e outras pautas. A pandemia de Covid-19 interrompeu esse processo de luta que poderia ter ocorrido, com o confinamento e o trabalho remoto predominando na base das UFs (Fasubra, 2020).

Em 2022, novamente se debateu a necessidade de uma greve para lutar contra o congelamento salarial imposto pelo governo de Jair Bolsonaro. Chegaram a ocorrer greves localizadas na UFPA, UFSC, UFAL e outras, mas a maioria das bases, orientadas pela direção

majoritária da Fasubra Sindical (coletivos Unir⁴⁸, Travessia⁴⁹ e CTB), optou por não deflagrar uma greve às vésperas das eleições presidenciais. Ao contrário, a maioria dos coletivos, impulsionados pelo bloco da maioria da direção, aprovou, na Plenária Nacional da Fasubra, o apoio à candidatura de Lula da Silva para a Presidência da República no primeiro turno, sem condicionar essa política ao aceite, pelo então candidato, de qualquer pauta da categoria (Fasubra, 2022).

Após a vitória de Lula da Silva para um terceiro mandato como presidente do Brasil, os movimentos sindicais se apressaram para reivindicar o atendimento das pautas deles, que incluíam reajuste salarial de 27%, em 2023, revogação de todas as medidas dos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro que retiravam direitos dos SPFs (Teto de Gastos, Reforma da Previdência etc.) e outras. O índice salarial pedido representava as perdas salariais obtidas nos quatro anos do governo anterior. Essas reivindicações foram entregues ainda ao governo de transição (Anajus, 2022).

Sem dias de luta, paralisações, greves ou pressão efetiva, o governo de Lula da Silva III apresentou para as categorias um reajuste salarial linear de 9% para todos os SPFs ligados ao Executivo federal e uma majoração de R\$200,00 no auxílio alimentação. Os valores foram aceitos com poucos votos questionadores nas assembleias de base. A Fasubra Sindical e as demais entidades do Fonasefe acataram a proposta do governo aceitando uma trégua no mesmo momento que o ministro Fernando Haddad encaminhava a preparação do Novo Arcabouço Fiscal (Fonasefe, 2023).

Fruto desta política econômica que impunha um novo Teto de Gastos, o PLOA de 2024, produzido pelo Executivo federal do governo de Lula da Silva III, foi enviado ao Congresso Nacional em 31 de agosto de 2023 sem previsão de reajuste salarial para os TAE e para o conjunto dos SPFs do Executivo. As direções sindicais da Fasubra e do Fonasefe não mobilizaram as bases para disputar valores na LOA de 2024. Na Plenária da Fasubra, realizada em 30 de setembro e 1º de outubro daquele ano, foi apresentada pela minoria da direção⁵⁰ uma proposta de ir à greve para tentar garantir reajuste salarial. Os setores majoritários ligados à CUT, CTB e aos coletivos Travessia-PSOL e TAEs na Luta rejeitaram

⁴⁸ O coletivo Unidade, Resistência e Luta (UNIR) é ligado à CUT, composto por militantes do PT e independentes. Nesse grupo, estão os ex-militantes do coletivo Tribo e outros grupos.

⁴⁹ O coletivo Travessia é formado por militantes da corrente política Resistência, que compõe o PSOL. Esse grupo é formado por dirigentes e militantes que romperam com o PSTU em 2016. A maioria dos antigos militantes do PSTU na categoria saiu do partido e compõe hoje a Resistência.

⁵⁰ Defenderam essa proposta os coletivos da Frente Unidade pra Lutar (Vamos à Luta, PSLivre, Trabalhadores na Luta Socialista, Combate Sindical, Frente Base e Fortalecer o PSOL).

a proposta afirmando que as negociações com o governo sobre uma reestruturação da carreira estavam apenas iniciando.

O resultado da decisão política relatada acima foi um congelamento salarial em 2024 para os TAE. Juntando a isso, a falta de negociação efetiva para a reestruturação do PCCTAE motivou os TAE a irem a uma nova greve que iniciou em março de 2024 e durou 113 dias. A luta não conseguiu reverter o congelamento salarial de 2024, mas conquistou reajuste salarial de 9% a partir de janeiro de 2025 e de 5% a partir de abril de 2026, além de mudanças no step e nos vencimentos básicos dos níveis de classificação. Esta greve não será estudada neste trabalho por dois motivos, primeiramente, porque a delimitação metodológico-temporal da dissertação é o estudo das greves que impactaram o salário dos TAE até 2024. A greve aqui comentada trouxe impactos salariais em 2025 e 2026. O segundo motivo é justamente o fato de os impactos do TAG assinado nesta última greve ainda não estarem totalmente consolidados. Essa consolidação deveria ocorrer somente em abril de 2026 (Fasubra, 2024). No entanto, em fevereiro de 2026, os TAE iniciaram uma nova greve reivindicando o cumprimento integral do acordo de greve firmado em 2024. Este movimento paredista ainda não havia finalizado no momento da entrega da versão final deste trabalho.

3.4 ANÁLISE DA TRANSFORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO SALARIAL DOS TAE DE 2011 A 2024

Durante o governo Dilma Rousseff, os TAE realizaram greves nacionais unificadas em 2011, 2012, 2014 e 2015. Em duas delas - 2011 e 2014 -, a ação governamental foi a criminalização para poder manter seu plano econômico de ajuste fiscal (Maciel, 2013). Nas outras duas - 2012 e 2015 -, conseguiram-se transformações no salário que alteraram a composição dele, apesar de os índices de reajuste salarial não serem os reivindicados pela categoria.

Em 2012, o acordado entre os grevistas e o governo proporcionou reajustes salariais diferenciados entre os 49 padrões de vencimento da carreira, devido, centralmente, às mudanças nos índices dos steps, que passaram de 3,6% para 3,7% em janeiro de 2014 e para 3,8% em janeiro de 2015. A diferenciação se deu porque qualquer alteração no step tem impacto diferenciado na tabela, privilegiando quem estiver no topo. O reajuste salarial para todos foi um acumulado de 15,76% em três anos, com parcelas a serem reajustadas em março de 2013, março de 2014 e março de 2015.

No piso do nível de classificação A, P01, o reajuste salarial total foi de 15,76%. No teto, P19, ganhou-se 19,85%. O piso do nível de classificação B, P06, teve incremento salarial de 16,88% e o teto, P24, de 21,01%. Na classe C, o reajuste no piso, P11, foi de 18,01%; no teto, P29, de 22,18%. Para o nível de classificação D, o ganho no piso, P17, foi de 19,39% e para o teto, P35, foi de 23,60%. Por fim, na classe E, o incremento no piso, P31, foi de 22,65% e no teto, P49, foi de 26,99% (Brasil, 2012a).

Além desses reajustes que impactaram o VB, outro ganho da greve de 2012 foi sobre o IQ. A primeira mudança foi de que os membros de todos os níveis de classificação passaram a poder acessar até o IQ de doutorado, de 75%. Os valores também se unificaram e alguns tiveram reajuste. O IQ de ensino fundamental completo para os níveis de classificação B e C passou de 5% para 10%. O IQ de ensino médio completo passou de 10% para 15% no nível de classificação B e de 8% para 15% nos níveis de classificação B e C. A gratificação de ensino médio profissionalizante ou técnico passou de 15% para 20% no nível de classificação B e de 10% para 20% na classe C. O IQ de graduação passou de 20% para 25% para o nível de classificação B, de 15% para 25% no nível C e de 10% para 25% na classe D. Por último, o IQ de especialização passou de 27% para 30% nas classes C, D e E (Brasil, 2012a).

A greve de 2015 fechou acordo de reajuste salarial para dois anos, sendo 5,5% a partir de agosto de 2016 e mais 5% em janeiro de 2017 -, além de alteração no step para 3,9% a partir de janeiro de 2017. Novamente, a alteração no step fez com que o reajuste salarial tivesse impacto diferente entre os cinco níveis de classificação.

Na classe A, o piso, P01, foi alterado em 10,77%, enquanto no teto, P19, a mudança foi de 12,71%. No nível de classificação B, o reajuste no piso, P06, foi de 11,30%. O incremento do teto, P24, foi de 13,25%. Nos cargos de nível C, o ganho no piso, P11, foi de 11,84%, ao passo que no teto, P29, foi de 13,80%. Os reajustes salariais no nível D foram de 12,49% no piso, P17, e de 14,46% no teto, P35. O nível de classificação E teve ganhos no piso, P31, de 11,84%, e no teto, P49, de 16% (Brasil, 2016a).

O acordo de greve de 2015 também incluiu reajustes nos benefícios, mas que não serão analisados aqui por não serem parte do escopo deste trabalho. Tanto o documento final da greve de 2012 quanto o de 2015 continham outras cláusulas que incluíam grupos de trabalho entre o governo e os sindicatos sobre variados temas e outras mudanças na carreira, mas que também fogem da finalidade da dissertação e por isso não serão analisadas.

Em 2023, os SPFs, de conjunto, fecharam um acordo com o governo Lula da Silva III de reajuste linear de 9% para todos. Como não houve reajuste no step, o valor impactou

igualmente os 49 padrões de vencimento do PCCTAE (Brasil, 2023). Em 2024, os salários dos SPFs, aí incluídos os TAE, não tiveram nenhum reajuste.

Quadro 8 - Resumo das principais mudanças salariais no PCCTAE (2011-2024)

Principais mudanças salariais no PCCTAE (2011-2024)			
	VB	IQ	STEP
2011 e 2012	Congelamento salarial	Manutenção da estrutura de 2008.	3,6%
2013, 2014 e 2015	Reajuste no VB de 5% anual (03/2013; 03/2014 e 03/2015), linear, garantindo reajuste acumulado 15,76% nos três anos. Reajuste de 0,1% no step em 2014 e 0,1% em 2015, passando para 3,8%. Essas mudanças no step trouxeram, a cada ano, reajuste de 0,1% no P02 até 4,73% no padrão P49, o último da carreira.	A partir de janeiro de 2013, os níveis de classificação A, B, C e D passaram a ter acesso a todas as modalidades do IQ. Os percentuais das modalidades do IQ ficaram iguais para todos os níveis de classificação.	3,7% em janeiro de 2014; 3,8% em janeiro de 2015.
-----	-----	-----	-----
2016 e 2017	-Reajuste no VB de 5,5% em agosto de 2016 e de 5% em janeiro de 2017, linear, garantindo reajuste acumulado 10,77% nos dois anos; -Reajuste de 0,1% no step em janeiro de 2017, passando para 3,9%. Essa mudança no step trouxe reajuste de 0,1% no P02 até 4,73% no padrão P49, o último da carreira.	Manutenção da mesma estrutura de 2013.	3,9%
2018, 2019, 2020, 2021, 2022	Congelamento salarial no VB	Manutenção da estrutura de 2013	3,9%
2023	- Reajuste de 9% no VB, linear.	Manutenção da estrutura de 2012.	3,9%
2024	Congelamento salarial no VB	Manutenção da	3,9%

Principais mudanças salariais no PCCTAE (2011-2024)

	VB	IQ	STEP
		estrutura de 2012.	

Fonte: (Brasil, 2005).

Os reajustes salariais conquistados na greve de 2012 e de 2015 foram de caráter linear, impactando a categoria de forma igualitária. No entanto, os reajustes de 0,1% no step, em 2014, 0,1%, em 2015, e 0,1%, em 2017, tiveram repercussão diferente, dando reajuste maior para os últimos padrões, fazendo aumentar a diferença na relação percentual entre os pisos dos níveis de classificação A, B, C e D, com o piso do nível de classificação E. Em 2023, último ano com reajuste salarial analisado nesta pesquisa, a relação percentual entre os demais níveis de classificação com o nível E (100%) foi de: piso do A - P01: 31,73%, piso do B - P06: 38,42%, piso do C - P11: 46,52% e piso do D - P17: 58,53%.

Analisando as quatro greves nacionais unificadas que envolveram o salário no governo Dilma Rousseff, foi possível constatar que a crise econômica internacional e as fortes políticas de ajuste fiscal aplicadas pelo governo petista tiveram papel decisivo para que as greves ocorressem e, de igual maneira, no resultado delas.

Foi a falta de negociação salarial em 2010 que precipitou a greve de 2011. O congelamento salarial de 2011 e a falta de perspectivas de reajuste para 2012 acabaram levando à greve deste ano. O acordo salarial de 2012, que consolidou perdas salariais no VB, teve efeito decisivo para que ocorresse a greve de 2014 e o movimento paredista em 2015.

A influência das políticas de austeridade econômica foi determinante para que o governo concedesse reajustes abaixo da inflação do período nas greves de 2012 e 2015 e privilegiasse mudanças no IQ ou no step. A criminalização das greves de 2011 e 2014 também teve causa na política econômica governamental. Durante os governos de Michel Temer e Bolsonaro, o tema econômico e a orientação política radical contra os servidores e os serviços públicos foram fundamentais para que se impusesse um congelamento salarial de cinco anos. No governo Lula da Silva III, o Arcabouço Fiscal foi o elemento que consolidou a não garantia de ganho salarial em 2024. Em 2023, a majoração salarial de 9% para todos os servidores foi garantida com recurso deixado na PLOA de 2023, produzido ainda no governo Bolsonaro. Era possível garantir um reajuste salarial maior, mas as escolhas políticas e econômicas do governo, também pautadas pela austeridade fiscal, impediram que o governo

atendesse à pauta dos SPFs, que era de reposição de todas as perdas salariais do governo Bolsonaro - aproximadamente 27%.

Nas greves de 2011, 2012, 2014 e 2015, houve diferenças internas na categoria sobre qual rumo seguir. Nelas, sempre havia setores que acreditavam ser possível ir mais além, pressionar mais e arrancar maiores conquistas, enquanto um setor majoritário apresentava limites e buscava terminar o movimento alegando desgaste e falta de espaço de negociação. Não é possível prever o que ocorreria se as posições minoritárias tivessem sido vitoriosas, mas é nítido que a política do governo nessas greves sempre esteve a serviço de derrotá-las, de prolongar as negociações para desgastá-las e terminar por conceder o mínimo possível de reajuste ou até mesmo encerrá-las sem nenhum ganho, como ocorreu em 2011 e 2014. As diferenças políticas em relação ao nível de cobrança e enfrentamento com o governo federal foram determinantes para que, em 2023, se aceitasse a proposta de reajuste salarial de 9% sem nenhum questionamento e para que a proposta de greve para disputar a LOA 2024 fosse derrotada. Os coletivos Unir, Travessia e TAEs na Luta e CTB, que votaram contra a greve citada, têm uma relação de forte proximidade com o governo federal e tiveram grande influência nas decisões da categoria.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação, envolvendo os trabalhadores TAE, iniciou-se ainda na formulação do pré-projeto de pesquisa no final de 2022 e início de 2023. Naquele momento, a categoria voltava a se animar e debater como mudar a situação em que se encontrava, depois de cinco anos sem reajuste nenhum no salário durante o último ano do governo Temer e os quatro de Bolsonaro (2018-2022); e de perdas salariais que chegavam a 53% e iniciaram no governo Dilma Rousseff I (a partir de 2010). Aliados a esta questão econômica, os serviços públicos (e o PCCTAE em especial) passavam por uma série de ataques, como a proibição de concursos públicos para diversos cargos, aumento da terceirização e um forte corte orçamentário que pioraram as condições de trabalho nas IFE. O contexto era de derrota eleitoral de Jair Bolsonaro, que intensificou os ataques listados anteriormente, e de vitória de Lula da Silva para um terceiro mandato, prometendo as condições econômicas e sociais dos seus dois primeiros governos.

Diante de toda essa realidade, a ideia era estudar a intensificação e a precarização do trabalho de conjunto da categoria, a partir da realidade da UFPA, local de trabalho do autor desta dissertação. No entanto, durante o ano de 2023, o salário e a reestruturação do PCCTAE viraram a pauta central da categoria, o que culminou na greve nacional realizada em 2024. Sendo assim, definiu-se como objeto estudar a transformação e a composição do salário da categoria entre 2005 e 2024. No curso desta investigação, percebeu-se que as greves dos TAE foram centrais para mudanças no salário e na carreira. Por isso, terminou-se por adequar o objeto à análise das greves da categoria que levaram à repercussão no salário entre 2005 e 2024.

Portanto, pode-se afirmar que a trajetória do pesquisador, inserido diretamente nas lutas político-sindicais dos TAE, e da pesquisa, foram se redesenhando e se adequando durante o processo investigativo. Isso se deu porque, para o investigador, a relevância social deste trabalho, com o intuito de ajudar a categoria a refletir sobre sua história, tem um peso determinante para a sua realização.

Sendo assim, a realidade concreta dos TAE e os estudos teóricos nas disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da UFPA levaram à formulação da questão-problema desta dissertação: **“quais as repercussões das greves da Fasubra na transformação do salário dos trabalhadores técnico-administrativos em educação (TAE) desde a implementação do PCCTAE em 2005 até 2024, diante da política econômica do Estado brasileiro implementada no contexto de crise estrutural do capital?”** Com essa

pergunta, buscou-se entender as mudanças no salário, a partir de modificações no PCCTAE ou não, como parte da luta entre as classes sociais antagônicas no sistema capitalista (trabalhadores versus burguesia) - analisando as greves como espaços privilegiados desses embates interclassistas. Procurou-se, de igual maneira, compreender como a crise do modo de produção do capital, e a resposta da burguesia a essa crise, influenciou as decisões político-econômicas dos governantes que estiveram à frente do Estado brasileiro no período estudado. Além disso, a intenção era entender como essas decisões impactaram as políticas salariais que os governos tiveram para os TAE.

Esta questão-problema está intimamente relacionada com os objetivos geral e específicos da pesquisa que são, respectivamente, **“desvelar como a política econômica adotada pelos governantes a frente do Estado brasileiro e as disputas políticas internas na categoria influenciaram no resultado das greves e repercutiram no salário dos TAE entre 2005 e 2024”**; e 1) desvelar a essência das relações de trabalho dos TAE com o Estado brasileiro no contexto da crise estrutural do capital, avaliando ao papel das greves e sindicatos neste processo; 2) analisar as greves dos TAE que envolveram a luta por salário, para entender como se deu a disputa entre esta categoria de trabalhadores e o Estado brasileiro numa perspectiva de luta de classes; 3) analisar a composição e a transformação do salário dos TAE de 2005 a 2024.

O primeiro capítulo desta pesquisa teve como objetivo central caracterizar, teoricamente, vários aspectos relacionados às relações de trabalho dos TAE, como o Estado (patrão/empregador), a crise estrutural do sistema capitalista e sua fase neoliberal, o Fundo Público, o salário e o papel dos sindicatos e das greves para a classe trabalhadora. A intenção era que se pudesse atingir bases sólidas para interpretar os movimentos paredistas dos TAE e a repercussão desses nos salários da categoria, a partir da implementação do PCCTAE, em 2005, até 2024.

Nesse sentido, definiu-se o Estado brasileiro como um ente a serviço da reprodução do capital, portanto, capitalista (Engels, 2019; Lenin, 2021; Marx, 2008). Combateu-se a teoria que defende a neutralidade do Estado, como se este fosse um árbitro que busca dirimir os conflitos entre as classes sociais. Constatou-se que as lutas entre essas classes sociais e as frações de classe influenciam as políticas adotadas pelos governos que estão à frente do Estado em maior ou menor grau, ainda que nos marcos de seu eixo central que é a manutenção da ordem burguesa. Dessa forma, é possível afirmar que o Estado, nas relações de trabalho com os TAE, defende interesses burgueses. Nesse caso, não para extrair mais-valia, mas para extrair mais trabalho a um custo menor possível. E qual a intenção desta

política? Garantir que cada vez mais partes do Fundo Público, de onde se financia o salário dos TAE e as políticas sociais, sejam utilizadas para garantir os lucros e interesses diversos das classes proprietárias - seja remunerando o sistema da dívida pública, seja garantindo programas os mais diversos com créditos ou isenções fiscais para os grandes capitalistas.

Caracterizou-se também que predomina no mundo, pelo menos desde 1970, uma crise estrutural do sistema capitalista (Mészáros, 2008) e que a burguesia lançou mão do neoliberalismo como resposta a esta crise, para tentar recuperar suas taxas de lucratividade (Anderson, 1995). Essas políticas neoliberais apontam o Estado como o garantidor da reprodução do capital, cortando das políticas sociais, visando diminuir ao máximo o chamado Estado de bem-estar social - fato que ataca diretamente os serviços e os servidores públicos.

Outra definição importante, avançada no primeiro capítulo deste trabalho, foi a de salário. Concluiu-se, a partir da análise marxista, que o salário não é o valor justo recebido pelo trabalhador pelo trabalho realizado, mas sim uma forma aparente - histórica e social - de encobrir a exploração capitalista. O salário, na verdade, é determinado a partir das necessidades físicas para a reprodução do trabalhador e de sua família, mas também por questões culturais, históricas e sociais de determinados países, categorias de trabalhadores, e pela luta de classes - tendo este último fator um peso determinante. É por essas questões que o salário de um TAE assistente em administração, de nível médio, ou também de outro cargo de nível superior, não é necessariamente igual ao de outros servidores federais ou de trabalhadores da iniciativa privada na mesma função.

Esta decisiva relação do salário com a capacidade dos trabalhadores de medir força com os patrões tem profunda relação com o tema do Fundo Público, de onde sai o dinheiro para garantir o salário dos TAE e a manutenção dos serviços públicos. Apesar de ser formado essencialmente pelo produto do trabalho da classe operária, o Fundo Público, nesse momento de crise estrutural do capital, é utilizado centralmente para garantir a reprodução do capital e cada vez menos para proporcionar políticas sociais aos setores explorados.

Nessa perspectiva, constatou-se o papel fundamental dos sindicatos como organizadores coletivos dos trabalhadores na luta contra a exploração capitalista; e das greves como momentos de enfrentamento entre as duas principais classes antagônicas na sociedade. No caso dos TAE, verificou-se que as entidades sindicais e as greves cumprem papel importante nas relações de trabalho com o Estado brasileiro capitalista. É através dessas ferramentas que os TAE lutam por maiores parcelas do Fundo Público a fim de garantir melhores salários e condições de trabalho dignas. Avalia-se que o primeiro objetivo

específico foi atingido no primeiro capítulo, bem como parte da questão-problema, pois se contextualizou a crise estrutural do capital.

O segundo capítulo deste trabalho analisou as greves dos TAE de 2005 e 2007 e a repercussão destas lutas da categoria por valorização salarial durante os governos de Lula da Silva I e II. O terceiro capítulo estudou as greves de 2011, 2012, 2014 e 2015 e como esses movimentos impactaram o salário durante os governos Dilma Rousseff I e II e nos governos restantes até 2024.

As greves que impactaram o salário de 2005 a 2010 ocorreram em 2005 e 2007. Constatou-se que essas greves foram determinantes para que se abrissem as negociações entre os TAE e o governo brasileiro e para que se tivessem resultados econômicos. Além disso, verificou-se que o contexto econômico nacional e internacional teve forte influência no desfecho dos movimentos paredistas. Quando predominou uma política de ajuste fiscal mais dura, como em 2005, além dos ganhos econômicos serem menores, houve maior intransigência por parte dos negociadores do governo - que frequentemente solicitavam o encerramento da greve para poder negociar. Quando havia maior perspectiva de crescimento econômico, como em 2007, houve maiores ganhos salariais. No entanto, esse fato não fez o governo deixar de disputar uma concepção neoliberal de carreira, que privilegiava os cargos de nível superior em detrimento dos cargos de menor qualificação que deveriam ser terceirizados ou mesmo menos valorizados no salário. Essa política foi em parte implementada com a quebra da linearidade da tabela somente para os cargos de nível de classificação E. No entanto, o governo não conseguiu impor o conjunto de suas propostas por causa da força da greve.

No âmbito interno da categoria, pode-se concluir que as disputas por concepções políticas e de movimento sindical distintas levaram à interferência nos resultados das greves. Isso ocorreu principalmente em 2005, quando setores ligados ao PT e ao PCdoB, aliados do governo Lula da Silva, mesmo perdendo a proposta de terminar com a greve a nível nacional por três vezes, decidiram encerrar o movimento nas IFE onde dirigiam os sindicatos, enfraquecendo a greve nacional.

O desenvolvimento salarial dos TAE, portanto, de 2005 a 2010, registrou ganhos para o piso e para o teto de todos os níveis de classificação (A, B, C, D e E) da categoria, principalmente a partir do acordo de greve feito em 2007, que teve repercussão de reajuste salarial para os anos 2008, 2009 e 2010. Os cargos de nível de classificação A tiveram os menores ganhos, enquanto os cargos de nível de classificação E, de nível superior, foram os que mais ganharam reajustes. Os padrões de vencimento localizados no teto dos níveis de

classificação, devido ao step, também obtiveram reajustes maiores do que os padrões de vencimento localizados no piso. A quebra da linearidade, em 2007, mas também o aumento de 0,6% no step, em 2006, consolidaram uma política de afastamento salarial dos cargos de menor qualificação (A, B, C e D) em relação aos cargos de nível de classificação E. A greve de 2007 também registrou, para 2008, mudanças nos valores do IQ para especialização, mestrado e doutorado. Esses três níveis do IQ eram acessados pelos cargos de nível E. Os cargos de nível D acessavam, naquela época, os IQs de especialização e de mestrado. Os cargos de nível C percebiam até o IQ de especialização. Ao fim e ao cabo, os reajustes no IQ também foram proporcionalmente maiores para os cargos de nível E.

As greves que impactaram o salário de 2011 a 2024 ocorreram em 2011, 2012, 2014 e 2015. As duas primeiras aconteceram durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff e as duas últimas no segundo mandato da petista. Nessas greves, também a situação econômica nacional e internacional tiveram forte impacto e influenciaram os ganhos econômicos e o tratamento dispensado pelo governo ao movimento. Naquele período, o país sofria os impactos da crise econômica internacional de 2008/2009 muito fortemente e o governo do PT optou por fazer um duro ajuste fiscal que congelou o salário dos TAE em 2011 e 2012. Os reajustes salariais conquistados para 2013, 2014 e 2015 foram abaixo da inflação e consolidaram perdas salariais. As majorações no salário de 2016 e 2017 também não cobriam as perdas dos anos anteriores.

Nas greves de 2011 e 2014, o governo não concedeu nenhum ganho ao movimento e ainda entrou na justiça para impor a volta ao trabalho. Nessas duas greves, praticamente não houve negociação. Em 2012 e 2015, foi necessário iniciar as greves para que se forçassem as negociações, ganharam-se reajustes salariais, mas também predominou a política do governo de imposição de acordos plurianuais abaixo da inflação do período ou que não repunham as perdas salariais dos anos anteriores, além de alterações no step.

O desenvolvimento salarial dos TAE, portanto, de 2010 a 2017, registrou reajustes no VB em 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, de forma linear, ainda que abaixo da inflação do período. O step foi majorado em 0,1% em 2014, 0,1% em 2015 e 0,1% em 2017, passando de 3,6% em 2006, para 3,9% em 2017. Os reajustes nos steps, ainda que pequenos, também fizeram concentrar os maiores reajustes no topo da tabela, privilegiando os cargos do nível de classificação E. A partir de janeiro de 2013, fruto da greve de 2012, o IQ passou a ter valores unitários para todos os cargos, e todos os níveis de classificação tiveram acesso a todas as faixas do IQ. Mesmo sabendo da dificuldade da realização de mestrado e doutorado, muitas

das vezes com impedimento de afastamento, a abertura da possibilidade de todos chegarem ao IQ de doutorado pode ser considerado um avanço.

Entre 2018 e 2024, os salários dos TAE tiveram um reajuste linear de 9% em 2023, no primeiro ano do governo de Lula da Silva III, que teve repercussão igual para todos os padrões de vencimento da carreira. Nesse período, no entanto, foram seis anos de congelamento salarial, sendo um ano no governo Temer, quatro no governo Bolsonaro e um no governo Lula da Silva III, em 2024. As disputas políticas no seio do movimento sindical dos TAE também existiram nesse período. Houve reivindicação por greves em 2022, para lutar por reajuste salarial para aquele ano e para 2023, e também em 2023, para buscar acordo para reajuste salarial em 2024. Em ambos os casos, os coletivos Unir, Travessia e CTB tiveram maioria nas bases para não deixar que as greves ocorressem.

Considera-se que foi possível, nesta dissertação, responder à questão problema central: nas linhas acima foram expostas as repercussões das greves da Fasubra na transformação do salário dos TAE desde a implementação do PCCTAE, em 2005, até 2024, relacionando essas repercussões à política econômica aplicada pelos governantes à frente do Estado brasileiro, no contexto da crise estrutural do capital. A análise realizada ainda permite constatar o alcance dos objetivos desta pesquisa. As relações de trabalho dos TAE com o Estado brasileiro foram desveladas nesta dissertação, como também foram feitas as análises da composição e da transformação do salário da categoria no período determinado.

A política econômica neoliberal teve grande influência no resultado das greves, como apresentado acima. Sobre as diferenças políticas da categoria, em 2005, ela foi determinante para o fim da greve. Entretanto, nas outras greves, sempre houve diferenças políticas sobre o momento de fazer contrapropostas e de terminar o movimento. Não é possível aferir cientificamente como seriam os resultados das greves caso as posições minoritárias tivessem sido vitoriosas. No entanto, é possível definir que, na maioria dos movimentos paredistas, os governos petistas atuaram de forma muito dura e intransigente, com a intenção de derrotar os grevistas seja pela via judicial, seja desgastando as greves, prolongando as discussões por muito tempo. Em todas as greves, o tema do desgaste por causa da duração prolongada dos movimentos foi central para a finalização do processo, mesmo sem ter todas as pautas atendidas. Sendo assim, pode-se definir que atrasar as negociações sempre foi uma tática dos governos na disputa com os TAE para aplicar a política deles, de caráter neoliberal.

Como perspectiva para o avanço da produção científica sobre as greves dos TAE, o PCCTAE e as lutas e pautas da categoria de conjunto, indica-se como fundamental o estudo minucioso da greve de 2024. É necessário avançar nas pesquisas sobre os debates políticos

prévios à aprovação da proposta de carreira apresentada ao governo, sobre as disputas internas na categoria e também sobre o acordo firmado e sua aplicação ou não - com o desdobramento na greve TAE de 2026. É importante, da mesma forma, estudar as relações deste acordo de greve com as propostas de reforma administrativa em debate no país.

Além do mais, é muito importante que se avancem em estudos sobre a situação econômica e as condições de trabalho e de vida dos TAE. Os últimos anos de cortes de verbas nas IFE, de terceirização, de perdas salariais, de aumento da jornada, levaram a um processo de precarização do trabalho e da vida, a endividamentos e adoecimentos? Esses são pontos importantes que precisam ser estudados. Qual a relação dessas condições atuais com a política econômica e educacional aplicada no país? São respostas necessárias para que se possa aprofundar o entendimento sobre a maior categoria de trabalhadores do serviço público federal.

Por fim, cabe destacar a contribuição da pesquisa realizada e exposta nesta dissertação para o campo de estudo da política educacional. Como constatado, na revisão da literatura, as pesquisas sobre os TAE ainda são escassas em comparação com a análise da carreira e das lutas dos docentes. De igual maneira, um estudo sobre as greves dos TAE e as repercussões nos salários vão ser valiosas para a categoria conhecer a história das suas lutas por direitos, para que possa refletir sobre sua condição atual e melhor se preparar para as lutas futuras. Ademais, especificamente para o pesquisador, autor da investigação, todo o processo de estudo foi muito importante para avançar em sua formação política e para adquirir maior conhecimento sobre a categoria na qual trabalha e milita.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carlos Augusto Gomes de. **A carreira dos Técnico-Administrativos em Educação**: movimento de resistência à política do MEC e um constante recomeço. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Brasil e o FMI desde Bretton Woods: 70 anos de história. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 469-496, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-2432201420>
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós Neoliberalismo**: As Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARANTES, Flávio; LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro. O novo consenso em macroeconomia no Brasil: a política fiscal do plano real ao segundo governo Lula. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 21, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/198055272131>
- ARAUJO, Victor Leonardo de. B17, ano 1: mais estagnação e desemprego. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, n. 353, p. 4-5, jan. 2019. Disponível em: <https://www.corecon-rj.org.br/anexos/B7FC9B726906D7941CBFAE8CE1F55AD7.pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.
- ARAUJO, Victor Leonardo de. Neoliberalismo no Brasil: uma proposta de periodização. **Geosul**, Florianópolis, v. 39, n. 89, p. 95-121, 2024. DOI:10.5007/2177-5230.2024.e96842
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ANALISTAS DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (ANAJUS). Fonasefe reivindica ao Gabinete de Transição reajuste salarial de 27% e revogação da Reforma da Previdência. **ANAJUS Notícias**, 29 nov. 2022. Disponível em: <https://anajus.org.br/fonasefe-reivindica-ao-gabinete-de-transicao-reajuste-salarial-de-27-e-revogacao-da-reforma-da-previdencia/>. Acesso em: 15 dez. 2025.
- AZAMBUJA, Antônio Augusto da Silva. **A Carreira dos Servidores Técnicos Administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior**: do PUCRCE ao PCCTAE (1985 a 2007). 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2018.
- BANCO MUNDIAL. **Gestão de pessoas e folha de pagamentos no setor público brasileiro**: o que os dados dizem? Brasília, DF: Banco Mundial, 2019. Disponível em: <https://www.gcpp.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Gesta%CC%83o-de-Pessoas-e-Folha-de-Pagamentos-no-Setor-Pu%CC%81blico-Brasileiro-o-Que-Os-Dados-Dizem.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2025.

BARONE, Isabelle. “Reforma silenciosa” do governo derrubou gastos com pessoal. O que muda com reajuste de 5%. **Gazeta do Povo**, 14 abr. 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/reforma-silenciosa-do-governo-derrubou-gastos-com-pessoal-o-que-muda-com-reajuste-de-5/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

BARROS, Sandra Oliveira Mayer. **Os caminhos da flexibilização da jornada prevista no Decreto nº 1.590/95 como instrumento de redução da jornada de trabalho: conquista ou efemeridade?** 2021. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; DECCACHE, David; ALVES JR, Antonio José. **O novo regime fiscal restringirá a retomada do desenvolvimento em 2024?** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2023. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/nota-cecon/bastos-p-deccache-d-alves-jr-a-2023-o-novo-regime-fiscal-restringira-a-retomada-do-desenvolvimento-em-2024-cecon-ie-unicamp-nota-23-outubro-2023.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundo Público, exploração e expropriações no capitalismo em crise. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 187-209.

BEHRING, Elaine Rossetti. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória, ES. **Anais [...]**. Vitória, ES: UFES, 2018a. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22081>. Acesso em: 15 out. 2024.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA. ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 32., 2019. Lima, Peru, 2019. **Anais [...]**. Lima, Peru: Acta Académica, 2019. Disponível em: <https://cdsa.aacademica.org/000-030/333.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez Editora, 2022. (Livro eletrônico).

BEHRING, Elaine Rossetti *et al.* Um balanço preliminar do orçamento público no governo Bolsonaro (2019 – 2021). In: GAMA, Andréa de Sousa; BEHRING, Elaine Rossetti; SIERRA, Vânia Morales (orgs.). **Políticas sociais, trabalho e conjuntura: crise e resistências**. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2021. p. 127-150. Disponível em: [35e7c6_016dad6600d64119ba2c6bcf594977fd.pdf](https://www.navegando-publicacoes.com.br/wp-content/uploads/2021/09/35e7c6_016dad6600d64119ba2c6bcf594977fd.pdf). Acesso em: 15 out. 2024.

BONANI, Célia Aparecida. **Relação entre o movimento sindical e conquista de direitos: o caso dos técnico-administrativos da UFPE**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Medida provisória nº 1716, de 8 de setembro de 1998. Altera e acresce dispositivos à Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 set. 1998. Seção 1, p.3. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1998/medidaprovisoria-1716-8-setembro-1998-376187-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 set. 2024.

BRASIL. **Política econômica e reformas estruturais**. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2003. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_015_Politica_Economica_e_Reformas_Estruturais.pdf. Acesso em: 17 set. 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Recursos Humanos. **Tabela de remuneração dos servidores públicos federais**. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2004. v. 15, 138 p. Disponível em: https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/arquivos/tab_15_dez2004.pdf. Acesso em: 19 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jan. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício nº 392/2005/MEC/Mesa Setorial de Negociação**. Brasília, DF: MEC, 7 jul. 2005a.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Recursos Humanos. **Tabela de remuneração dos servidores públicos federais**. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2005b. v. 17, 138 p. Disponível em: https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/arquivos/tab_17_mar.2005.pdf. Acesso em: 19 jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006. Estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, 30 jun. 2006.

BRASIL. Decreto nº 7.777, de 24 de julho de 2012. Dispõe sobre as medidas para a continuidade de atividades e serviços públicos dos órgãos e entidades da administração pública federal durante greves, paralisações ou operações de retardamento de procedimentos administrativos promovidas pelos servidores públicos federais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 jul. 2012.

BRASIL. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 2012a.

BRASIL. Lei nº 13.325, de 29 de julho de 2016. Altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, 29 jul. 2016a.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 16 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2016b.

BRASIL. Decreto nº 9.262, de 9 de janeiro de 2018. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2018.

BRASIL. Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2019.

BRASIL. Gov.Br já oferece 4 mil serviços públicos digitais para o cidadão: Economia anual estimada é de R\$ 4,6 bilhões aos cofres públicos com digitalização nos últimos três anos e meio, além de redução de gastos com pessoal. **Ministério da Economia**, notícias, Brasília, DF, 18 ago. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2022/agosto/gov-br-ja-oferece-quatro-mil-servicos-publicos-digitais-para-o-cidadao>. Acesso em: 28 set. 2023.

BRASIL. Lei Complementar nº 200. Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 ago. 2023a.

BRASIL. Lei nº 14.673, de 14 de setembro de 2023. Altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, 15 set. 2023b.

BRETTAS, Tatiana. Dívida pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público. In: SALVADOR, Evilásio *et al.* (orgs.). **Financeirização, Fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.p. 93-122.

BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CALAZANS, Di Paula Prado. **A valorização profissional dos técnicos administrativos em educação no contexto do IFBaiano: dilemas e concepções em disputa**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA, 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Congresso recebe orçamento de 2011 sem previsão de aumento para servidores. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 31 ago. 2010. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/142959-congresso-recebe-orcamento-de-2011-sem-previsao-de-aumento-para-servidores/>. Acesso em: 24 set. 2026.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Por que Dilma não faz um governo de esquerda? A economia política dos governos do PT. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, n. 310, p. 11-12, maio 2015. Disponível em: <https://www.corecon-rj.org.br/anexos/12E4531A3E830BBE72264391B242A491.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. É a economia, estúpido! **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, n. 396, p. 13-14, ago. 2022. Disponível em: <https://www.corecon-rj.org.br/anexos/E7D3D080E62ECF0CE66B98AE94381927.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

CASTRO, Ana Caruline de Souza. **Os trabalhadores técnico-administrativos em educação da Universidade Federal de Goiás: trabalho, profissionalização e gestão da educação superior**. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; ARAUJO, Rhoberta Santana de. A ofensiva neoconservadora contra as universidades federais no Brasil. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 8, n. 00, p. e022045, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8669158>. Acesso em: 8 out. 2023.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; REIS, Luiz Fernando; GUIMARÃES, André Rodrigues. Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil. **Acta Scientiarum. Education**, v. 40, n. 1, p. e37668, 2 fev. 2018. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v40i1.37668>.

CHESNAIS, François. (org.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. Tradução: Carmem Cristina Cacciacarro. São Paulo: Xamã, 1998.

CITTADINO, Monique. O avanço do neoliberalismo no Brasil: Governo Temer, Uma Ponte para o Futuro e os reflexos econômicos e no mundo do trabalho (2016-2018). **Am. Lat. Hist. Econ**, México, v. 30, n. 2, e1299, ago. 2023. DOI: <https://doi.org/10.18232/20073496.1299>.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). Os confiscos e as supressões de direitos na reforma de Bolsonaro e Guedes. **CNTE**, 1 set. 2023. Disponível em: <https://cnte.org.br/noticias/os-confiscos-e-as-supressoes-de-direitos-na-reforma-de-bolsonaro-e-guedes-a31b>. Acesso em: 15 set. 2025.

CONGRESSO DA FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL. **Cadernos de teses do XIX CONFASUBRA**. Brasília, DF: Fasubra Sindical, 2006.

CONGRESSO DA FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL. **Cadernos de teses do XX CONFASUBRA**. Brasília, DF: Fasubra Sindical, 2009.

CONGRESSO DA FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL. **Cadernos de teses do XXI CONFASUBRA**. Brasília, DF: Fasubra Sindical, 2012.

CONGRESSO DA FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL. **Cadernos de teses do XXII CONFASUBRA**. Brasília, DF: Fasubra Sindical, 2015.

CONGRESSO NACIONAL. **Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2007**. Acresce dispositivo à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Brasília, DF, 2007.

COUTINHO, C. N. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. *In*: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. p. 173-200. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/j5cv4/epub/lima-9788575416129.epub>. Acesso em: 18 set. 2024.

DATAFOLHA. Avaliação da presidente Dilma Rousseff. **Datafolha - Instituto de Pesquisa**. 2016. Disponível em: <https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/04/11/avaliacao-presidente-dilma.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

DIEESE-DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Cálculo do reajuste necessário dos Servidores Públicos Federais**. Brasília, DF, jan. 2005.

DIEESE-DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Levantamento dos percentuais de incrementos salariais de algumas carreiras da Administração Pública Federal**. Brasília, DF, mar. 2005a.

DIEESE-DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Balanço das greves em 2010-2011. **Estudos e Pesquisas**, v. 63, nov. 2012. Disponível em: https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2011/estPesq63balGreves2010_2011.html. Acesso em: 19 set. 2024.

DIEESE-DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Balanço das greves em 2012. **Estudos e Pesquisas**, v. 66, maio 2013. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.html>. Acesso em: 19 set. 2024.

DIEESE-DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Balanço das greves em 2013. **Estudos e Pesquisas**, v. 79, dez. 2015. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.html>. Acesso em: 19 set. 2024.

DRUCK, Graça. A terceirização na saúde pública: formas diversas de precarização do trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 15–43, nov. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00023>

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, p. 24-34, jan./jun. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000100004>

DRUCK DE FARIA, Maria da Graça. Reforma Administrativa: A “Reforma Trabalhista” dos Servidores Públicos. **RBAP-Revista Brasileira de Administração Política**, Salvador, v. 13, n. 2, p. 69–84, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rebap/article/view/51726>. Acesso em: 12 ago. 2023.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. Une théorie marxiste du néolibéralisme. **Acutel Marx: Fin du néolibéralisme?** Paris, n. 40, p. 24-38, 2006. Disponível em: https://shs.cairn.info/article/AMX_040_0024/pdf?lang=fr. Acesso em: 13 set. 2024.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo na história do capitalismo**: 2008-2011, os dois primeiros atos. 2011. Disponível em: <https://www.cepremap.fr/membres/dlevy/dle2011n.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

DWECK, Esther. Esther Dweck: "A reforma administrativa que está no Congresso é punitiva". Entrevista concedida a Ana Dubeux, Denise Rothenburg e Rosana Hessel. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 21 jan. 2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/01/6790273-esther-dweck-a-reforma-administrativa-que-esta-no-congresso-e-punitiva.html>. Acesso em: 25 set. 2024.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2019.

ENGELS, Friedrich. Sindicatos, parte II. In: COMBATE SOCIALISTA. Os revolucionários e os sindicatos. **Caderno de Formação**, n. 4 [S.l.], 2023. p. 12–15.

ERICKSON, Plínio. Céu de brigadeiro para as privatizações. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, n.271, p. 8-9, fev. 2012. Disponível em: <https://www.corecon-rj.org.br/anexos/FBB82DF65DBACEA55AE5F129D9499B0F.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-18**. Brasília, DF, 26 ago. 2004.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-21**. Brasília, DF, 31 ago. 2004a.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve SET-01**. Brasília, DF, 1 set. 2004b.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve SET-12**. Brasília, DF, 17 set. 2005.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve SET-14**. Brasília, DF, 19 set. 2005a.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve SET-16**. Brasília, DF, 21 set. 2005b.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve OUT-02**. Brasília, DF, 3 out. 2005c.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve OUT-05**. Brasília, DF, 5 out. 2005d.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve OUT-19**. Brasília, DF, 25 out. 2005e.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve OUT-20**. Brasília, DF, 26 out. 2005f.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve NOV-01**. Brasília, DF, 2 nov. 2005g.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve NOV-02**. Brasília, DF, 2 nov. 2005h.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve NOV-03**. Brasília, DF, 3 nov. 2005i.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve NOV-11**. Brasília, DF, 14 nov. 2005j.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve NOV-12**. Brasília, DF, 16 nov. 2005l.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve NOV-13**. Brasília, DF, 17 nov. 2005m.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve NOV-17**. Brasília, DF, 24 nov. 2005n.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve NOV-18**. Brasília, DF, 26 nov. 2005o.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve NOV-21**. Brasília, DF, 30 nov. 2005p.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Direção ABR-01**. Brasília, DF, 2 abr. 2007.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Direção ABR-18**. Brasília, DF, 27 abr. 2007a.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Direção MAIO-11**. Brasília, DF, 23 maio 2007b.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Direção MAIO-12**. Brasília, DF, 27 maio 2007c.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve MAIO-01**. Brasília, DF, 29 mai. 2007d.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUN-04**. Brasília, DF, 7 jun. 2007e

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUN-12**. Brasília, DF, 17 jun. 2007f.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUN-13**. Brasília, DF, 17 jun. 2007g.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUN-24**. Brasília, DF, 29 jun. 2007h.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUL-01**. Brasília, DF, 3 jul. 2007i

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUL-09**. Brasília, DF, 15 jul. 2007j.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUL-12**. Brasília, DF, 21 jul. 2007k.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUL-16**. Brasília, DF, 28 jul. 2007l.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUL-17**. Brasília, DF, 30 jul. 2007m.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-05**. Brasília, DF, 8 ago. 2007n.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-06**. Brasília, DF, 9 ago. 2007o.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-07**. Brasília, DF, 10 ago. 2007p.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-12**. Brasília, DF, 16 ago. 2007q.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-13**. Brasília, DF, 18 ago. 2007r.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-16**. Brasília, DF, 22 ago. 2007s.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-18**. Brasília, DF, 23 ago. 2007t.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-19**. Brasília, DF, 25 ago. 2007u.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-21**. Brasília, DF, 28 ago. 2007v.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-22**. Brasília, DF, 29 ago. 2007w.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-24**. Brasília, DF, 29 ago. 2007x.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve SET-01**. Brasília, DF, 1 set. 2007y.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve SET-02**. Brasília, DF, 4 set. 2007z.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve SET-04**. Brasília, DF, 4 set. 2007z1.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Relatório da reunião com o Ministério do Planejamento**.
Brasília, DF, 8 abr. 2008.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Memorial 30 anos: Linha do Tempo - Fasubra Sindical**. Brasília,
DF, 2010.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUN-01**. Brasília, DF, 8 jun. 2011.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUN-02**. Brasília, DF, 9 jun. 2011a.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUN-03**. Brasília, DF, 10 jun. 2011b.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUN-07**. Brasília, DF, 21 jun. 2011c.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUL-02**. Brasília, DF, 5 jul. 2011d.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUL-03**. Brasília, DF, 6 jul. 2011e.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUL-08**. Brasília, DF, 13 jul. 2011f.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUL-12**. Brasília, DF, 22 jul. 2011g.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-06**. Brasília, DF, 10 ago. 2011h.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-07**. Brasília, DF, 17 ago. 2011i.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-09**. Brasília, DF, 18 ago. 2011j.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-11**. Brasília, DF, 25 ago. 2011k.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-14**. Brasília, DF, 30 ago. 2011l.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve SET-01**. Brasília, DF, 3 set. 2011m.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve SET-03**. Brasília, DF, 6 set. 2011n.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve SET-04**. Brasília, DF, 8 set. 2011o.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve SET-06**. Brasília, DF, 16 set. 2011p.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve SET-09**. Brasília, DF, 23 set. 2011q.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUN-01**. Brasília, DF, 15 jun. 2012.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUN-02**. Brasília, DF, 18 jun. 2012a.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Direção JUN-02**. Brasília, DF, 5 jun. 2012b.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUN-06**. Brasília, DF, 21 jun. 2012c.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUN-10**. Brasília, DF, 29 jun. 2012d.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUL-01**. Brasília, DF, 3 jul. 2012e.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUL-04**. Brasília, DF, 9 jul. 2012f.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUL-05**. Brasília, DF, 9 jul. 2012g.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUL-07**. Brasília, DF, 11 jul. 2012h.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUL-11**. Brasília, DF, 16 jul. 2012i.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUL-14**. Brasília, DF, 24 jul. 2012j.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUL-15**. Brasília, DF, 26 jul. 2012k.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUL-17**. Brasília, DF, 30 jul. 2012l.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-03**. Brasília, DF, 6 ago. 2012m.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-07**. Brasília, DF, 8 ago. 2012n.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-09**. Brasília, DF, 13 ago. 2012o.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-10**. Brasília, DF, 15 ago. 2012p.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-11**. Brasília, DF, 17 ago. 2012q.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-13**. Brasília, DF, 23 ago. 2012r.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Direção FEV-03**. Brasília, DF, 14 ago. 2014.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve MAR-02.** Brasília, DF, 2 mar. 2014a.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve MAR-05.** Brasília, DF, 27 mar. 2014b.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve ABR-02.** Brasília, DF, 3 abr. 2014c.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve ABR-03.** Brasília, DF, 4 abr. 2014d.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve ABR-04.** Brasília, DF, 10 abr. 2014e.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve ABR-05.** Brasília, DF, 11 abr. 2014f..

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve MAIO-02** Brasília, DF, 15 maio 2014g.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve MAIO-03.** Brasília, DF, 17 maio 2014h.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve MAIO-05.** Brasília, DF, 20 maio 2014i.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve MAIO-06.** Brasília, DF, 21 maio 2014j.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve MAIO-08.** Brasília, DF, 28 maio 2014k.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve MAIO-09.** Brasília, DF, 30 maio 2014l.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUN-04**. Brasília, DF, 14 maio 2014m.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUN-06**. Brasília, DF, 24 jun. 2014n.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Direção MAIO-02**. Brasília, DF, 12 maio 2015.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Direção MAIO-05**. Brasília, DF, 25 maio 2015a.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Direção MAIO-06**. Brasília, DF, 26 maio 2015b.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUN-01**. Brasília, DF, 1 jun. 2015c.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUN-02**. Brasília, DF, 3 jun. 2015d.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUN-04**. Brasília, DF, 10 jun. 2015e.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUN-07**. Brasília, DF, 14 jun. 2015f.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUN-11**. Brasília, DF, 20 jun. 2015g.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUN-15**. Brasília, DF, 26 jun. 2015h.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUL-01**. Brasília, DF, 1 jul. 2015i.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUL-05**. Brasília, DF, 10 jul. 2015k.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUL-06**. Brasília, DF, 13 jul. 2015l.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUL-10**. Brasília, DF, 21 jul. 2015m.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUL-11**. Brasília, DF, 22 jul. 2015n.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUL-12**. Brasília, DF, 23 jul. 2015o.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUL-13**. Brasília, DF, 24 jul. 2015p.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve JUL-15**. Brasília, DF, 28 jul. 2015q.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-02**. Brasília, DF, 4 ago. 2015r.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-04**. Brasília, DF, 8 ago. 2015s.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-09**. Brasília, DF, 17 ago. 2015t.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-12**. Brasília, DF, 24 ago. 2015u.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-13**. Brasília, DF, 26 ago. 2015v.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-16.** Brasília, DF, 28 ago. 2015w.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve AGO-17.** Brasília, DF, 31 ago. 2015x.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve SET-01.** Brasília, DF, 1 set. 2015y.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve SET-04.** Brasília, DF, 8 set. 2015z.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve SET-05.** Brasília, DF, 8 set. 2015z1.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve SET-08.** Brasília, DF, 11 set. 2015z2.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve SET-09.** Brasília, DF, 16 set. 2015z3.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve SET-13.** Brasília, DF, 22 set. 2015z4.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve SET-15.** Brasília, DF, 28 set. 2015z5.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve SET-17.** Brasília, DF, 29 set. 2015z6.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve OUT-01.** Brasília, DF, 1 out. 2015z7.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve OUT-02.** Brasília, DF, 2 out. 2015z8.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Direção JAN-01**. Brasília, DF, 17 jan. 2017.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Greve NOV-03**. Brasília, DF, 17 nov. 2017a.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Direção MAR-02**. Brasília, DF, 17 mar. 2020.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Informe de Direção JUN-01**. Brasília, DF, 7 jun. 2022.

FASUBRA-FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PÚBLICAS DO BRASIL. **Conheça a proposta da Fasubra**. Brasília, DF, 24 out. 2023.

Disponível em:

<https://fasubra.org.br/geral/conheca-a-proposta-da-fasubra/#:~:text=A%20FASUBRA%20deliberou%20na%20Plen%C3%A1ria%20dos%20dias%2030,regimes%20previdenci%C3%A1rios%20as%20quais%20a%20categoria%20est%C3%A1%20submetida..> Acesso em: 16 set. 2024.

FATTORELLI, Maria Lucia. Brasil: Novo Arcabouço Fiscal mantém Teto de Gastos Sociais para privilegiar Gastos com o Sistema da Dívida. **CADTM**, 11 abr. 2023. Disponível em: <https://www.cadtm.org/Brasil-Novo-Arcabouco-Fiscal-mantem-Teto-de-Gastos-Sociais-para-privilegiar>. Acesso em: 24 set. 2024.

FILGUEIRAS, Luiz. **Neoliberalismo e crise na América Latina**: o caso do Brasil. Buenos Aires: Clacso, 2003. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/35171093.pdf>. Acesso em: 17 set. 2024.

FILGUEIRAS, Luiz. Padrão de desenvolvimento, Desenvolvimentismo e Dependência no Brasil. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, n.290, p. 10-12, set. 2013. Disponível em: <https://www.corecon-rj.org.br/anexos/FC19670664BE0C3FB6AFF852FFA304DC.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FONASEFE. Campanha Salarial 2024 do Fonasefe – Proposta de Reajuste Salarial. **Sinasefe**, 2023. Últimas notícias. Disponível em: <https://sinasefe.org.br/site/download/campanha-salarial-2024-do-fonasefe-proposta-de-reajuste-salarial/>. Acesso em: 14 ago. 2023.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE GESTÃO DE PESSOAS DAS IFES. **GT-FORGEPE-PCCTAE**, 2022. Disponível em: https://institucional.ufrj.br/cis/1o-seminario-sobre-o-plano-de-carreira-dos-cargos-tae-pcctae/gt-forgepe_carreira_pcctae_20-12-2022/. Acesso em: 5 fev. 2024.

FREITAS, Samuel Rocha. **A rotatividade na carreira dos servidores técnico administrativos em educação da Unifesp**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas e Administração Pública) - Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Universidade Federal de São Paulo, Osasco, SP, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991. p. 69-90.

GENTIL, Denise Lobato. Ajuste fiscal, privatização e desmantelamento da proteção social no Brasil: a opção conservadora do governo Dilma Rousseff (2011-2015). **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, n. 46, 2017. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/277>. Acesso em: 28 out. 2025.

GLOBO. Após 5 meses, universidades federais encerram greve a partir desta terça. **G1**, São Paulo, 13 out. 2015. Educação. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/10/apos-5-meses-universidades-federais-encerra-m-greve-partir-desta-terca.html>. Acesso em: 20 set. 2024.

GLOBO. Protestos e paralisações contra cortes na educação ocorrem em todos os estados e no DF. **G1**, 15 maio 2019. Educação. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/cidades-brasileiras-tem-atos-contra-bloqueios-na-educacao.gh.html>. Acesso em: 23 set. 2024.

GOMES, Darcilene Cláudio; SILVA, Leonardo Barbosa e; SÓRIA, Sidartha. Condições e relações de trabalho no serviço público: o caso do governo Lula. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 20, n. 42, p. 167–181, jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782012000200012>

GOMES, Darcilene Cláudio; SÓRIA, Sidartha. Política de recursos humanos do governo federal: a experiência dos governos Lula e Dilma Rousseff. **Revista da ABET**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 218-234, 2014.

GOMES, José Menezes. 21 anos de Plano Real, sistema da dívida e ajuste fiscal. **Universidade e Sociedade**, v. 26, n. 57, 2015. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/10/Jos%C3%A9-Menezes-Gomes.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.

GONÇALVES, Reinaldo. Renda no governo Lula: cinco conclusões definitivas. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, n. 261, p. 3-4, abr. 2011. Disponível em: <https://www.corecon-rj.org.br/anexos/26814B7A99F8ADE17F1194B033EC530A.pdf>. Acesso em: 17 set. 2024.

GONÇALVES, Reinaldo. Nos Estados Unidos a crise econômica começou como ressaca em 2008 e, atualmente, é marola. No Brasil, a crise começa como marola, vira ressaca e, atualmente, é tsunami”. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, n. 314, p. 3-5, set. 2015. Disponível em: <https://www.corecon-rj.org.br/anexos/9E63CF95DC17625B78EA431A5F6C61B2.pdf>. Acesso em: 21 set. 2024.

GRESPLAN, Jorge. Uma teoria para as crises. *In*: SAMPAIO JR., Plínio de Arruda (org.). **Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009. p. 29-44.

HADDAD, Sérgio (org.). **Banco Mundial, OMC e FMI: os impactos nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008.

HARVEY, David. **Breve história do Neoliberalismo**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

IANNI, Octavio. Globalização e neoliberalismo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 27-32, 1998. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n02/v12n02_03.pdf. Acesso em: 18 set. 2024.

JESUS, Henrique de Oliveira Santos Vieira de. **O Sintufrj e a formação humana de servidores técnico-administrativos em educação da UFRJ (1993-2020)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Tecnologia para o Desenvolvimento Social) - Núcleo Interdisciplinar Desenvolvimento Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

JUNQUEIRA, Gabriel; ORAIR, Rodrigo. Despesas com pessoal ativo na federação brasileira entre 2002 e 2020. *In*: LOPEZ, Felix Garcia; CARDOSO JUNIOR, José Celso (orgs.). **Trajétórias da burocracia na Nova República: heterogeneidades, desigualdades e perspectivas (1985-2020)**. Brasília, DF: Ipea, 2023. p. 241-262. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-047-9/capitulo7>

JUSTEN, Agatha; GURGEL, Claudio. Neoliberalismo, queda da taxa de lucro e política pública do trabalho no Brasil. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 26, n. 85, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/83222>. Acesso em: 22 set. 2024.

KATZ, Claudio Isaac. Peculiaridades del neoliberalismo en América Latina. **Pacarina del Sur**, ano 7, n. 25, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.pacarinadelsur.com/home/abordajes-y-contiendas/1211-peculiaridades-del-neoliberalismo-en-america-latina>. Acesso em: 14 set. 2024.

LEHER, Roberto. Universidade pública federal brasileira: Future-se e “guerra cultural” como expressões da autocracia burguesa. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e241425, 2021.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução: a doutrina do Marxismo sobre o Estado e as Tarefas do Proletariado na Revolução**. Portugal: Editora Avante, 1977. Disponível em: <estado-e-a-revolucao.pdf> (marxists.org). Acesso em: 15 set. 2024.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio de divulgação ao público**. Tradução: Edições Avante e Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2021.

LENIN, Vladimir Ilitch. Sobre as greves. *In*: COMBATE SOCIALISTA. **Os revolucionários e os sindicatos**. Caderno de Formação, n. 4. [S.l.]: Combate Socialista, 2023. p. 23–30.

LOURENÇO, Luana. Dilma diz que não reduz direitos trabalhistas “nem que a vaca tussa”. **Agência Brasil**, Brasília, 17 set. 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-09/dilma-diz-que-nao-reduz-direitos-trabalhistas-nem-que-vaca-tussa>. Acesso em: 20 set. 2024.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Carta ao povo brasileiro. [2002]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores/Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf>. Acesso em: 17 set. 2024.

MACIEL, David. De Lula à Dilma Rousseff: crise econômica, hegemonia neoliberal e regressão política. **Marxismo 21**, 2013. Disponível em: <http://www.marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/D-Maciel-2.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

MANDEL, Ernesto. **Introdução à teoria econômica, por Ernesto Mandel, Pierre Salamas e Jacques Valier**. São Paulo: ILAESE/Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

MARQUES, Gilberto de Sousa. **Estado e desenvolvimento na Amazônia**: inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MARQUETTI, Adalmir Antonio; HOFF, Cecília Rutkoski; MIEBACH, Alessandro. Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise política no Brasil. In: ENCONTRO DE ECONOMIA POLÍTICA, 22., 2017, Campinas, SP, 2017. **Anais [...]**. Campinas, SP: Unicamp, 2017. Disponível em: https://repositorio.pucrio.br/dspace/bitstream/10923/20835/2/Lucratividade_e_distribuicao_a_origem_economica_da_crise_politica_no_Brasil.pdf. Acesso em 22 set. 2024.

MARTELLO, Alexandro. Secretário do Tesouro diz que país precisa controlar gastos para atingir grau de investimento. **G1**, Brasília, DF, 3 out. 2024. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/10/03/secretario-do-tesouro-admite-que-e-preciso-controlar-gastos-para-atingir-grau-de-investimento-e-pede-pacto-com-a-sociedade.ghtml>. Acesso em: 25 set. 2024.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico - livro 4 de O Capital. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. v.2. São Paulo: Difusão Editorial, 1980.

MARX, Karl. 1. AD Feuerbach (1845). In: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. (Apêndice).

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução: Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. O Capital - Capítulo XV: Desenvolvimento das contradições internas da lei. In: ROMERO, Daniel (org.). **Marx sobre as crises econômicas do capitalismo**. Tradução: Diego Siqueira. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009. p. 99-131.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTOS, Marcelo Badaró. Uma greve, várias lições: a greve das universidades federais no Brasil em 2012. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, México, v. 4, n. 10, p. 135–142, jun./set. 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=299128588002>. Acesso em: 29 out. 2025.

MÁXIMO, Wellton. Barbosa: proposta de reforma da Previdência será enviada no primeiro semestre. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 21 dez. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-12/proposta-de-reforma-da-previdencia-sera-enviada-no-primeiro-semester-diz>. Acesso em: 22 set. 2024.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução: Francisco Raul Cornejo *et al.* 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 507–527, out. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572011000400001>

MORENO, Nahuel. **Os governos de frente popular na história**. 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2024.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOZAKI, William. A privatização em “marcha forçada” nos governos Temer e Bolsonaro. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 14 maio 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-privatizacao-em-marcha-forcada-nos-governos-temer-e-bolsonaro/>. Acesso em: 22 set. 2024.

PALOTTI, P.; FREIRE, A. Perfil, composição e remuneração dos servidores públicos federais: trajetória recente e tendências observadas. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 8., 2015. Anais [...]. Brasília, DF: Enap, 2015. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2237/1/009.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2025.

PAULANI, Leda M. A experiência brasileira entre 2003 e 2014: Neodesenvolvimentismo? **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 20, p. 135-155, 2017. Disponível

em:<https://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/cdes/article/view/32>. Acesso em: 19 set. 2024.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Seguindo o dinheiro: uma análise da atuação do Banco Mundial no Brasil (1990-2020). **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 119, p. 204-249, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-204249/119>. Acesso em: 16 set. 2024.

PEREIRA, Larissa Espíndola Machado. **Fatores determinantes da rotatividade de servidores técnico-administrativos em educação na Universidade Federal de Santa Catarina**. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) - Centro Sócioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

PMDB. **Uma ponte para o futuro**. Brasília, DF: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: https://www.mdb-rs.org.br/fl_adm/uploads/documentos/Uma_ponte_para_o_futuro.pdf. Acesso em: 22 set. 2024.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Tradução: Rita Lima. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

RIBEIRO, Janaína. Set/2018: "Vamos fuzilar a petralhada", diz Bolsonaro em campanha no Acre. **Exame**, 10 jul. 2022. Disponível em: <https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>. Acesso em: 23 set. 2024.

RIBEIRO, Rejane Arruda; PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto. Outubro, 2016, Brasil-as ocupações de escolas brasileiras da rede pública pelos secundaristas: contextualização e caracterização. **Revista Psicologia Política**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 45, p. 286-300, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7422836>. Acesso em: 22 set. 2024.

RIBEIRO, Rodrigo de Oliveira. **Luta de classes na educação superior: a Fasuba e a concepção de organização sindical dos técnico-administrativos em educação**. 2023. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

ROBERTS, Michael. "La larga depresión": entrevista a Michael Roberts. Entrevista concedida a Mark Kilian. **Sin Permiso**, Argentina, ago. 2016. Disponível em: <https://www.sinpermiso.info/textos/la-larga-depresion-entrevista>. Acesso em: 9 out. 2024.

ROBERTS, Michael. O capitalismo, de novo, em crise existencial. **Instituto Humanas Unisinos**, São Leopoldo, RS, 10 nov. 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/633645-o-capitalismo-de-novo-em-crise-existencial-artigo-de-michael-roberts>. Acesso em: 9 out. 2024.

ROBERTS, Michael. Davos and the melting world economy. **Michael Roberts Blog**, Inglaterra, 16 jan. 2024. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2024/01/16/davos-and-the-melting-world-economy/>. Acesso em: 9 out. 2024.

ROMERO, Daniel (org.). **Marx sobre as crises econômicas do capitalismo**. Tradução: Diego Siqueira. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

SAAD-FILHO, Alfredo. Neoliberalismo: Uma análise marxista. **Revista Marx e o Marxismo–Revista do NIEP-Marx**, Niterói, v. 3, n. 4, p. 58-72, 2015. Disponível em: <https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/96>. Acesso em: 15 set. 2024.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Uma introdução à Economia Política**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1975.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, n. 112, p. 672-688, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/XSSKWS3N6nGBxSfFwy7cvTF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2025.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial. **Revista Crítica e Sociedade**, Uberlândia, v. 1, n. 3, p. 85-95, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/download/14552/8280/0>. Acesso em: 18 set. 2024.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Um desfecho melancólico: notas sobre o momento histórico e os desafios da esquerda. In: LIMA FILHO, Paulo Alves de; NOVAES, Henrique Tahan; MACEDO, Rogério Fernandes (orgs.). **Movimentos sociais e crises contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico**. 1. ed. eletrônica. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 293-306. Disponível em: <https://marxists.architexturez.net/portugues/seve/2016/11/15.pdf#page=294>. Acesso em: 22 set. 2024.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Acima de tudo e todos, a tirania do mercado. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, n. 353, p. 3, jan. 2019. Disponível em: <https://www.corecon-rj.org.br/anexos/B7FC9B726906D7941CBFAE8CE1F55AD7.pdf>. Acesso em: 23 set. 2024.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Plínio Sampaio Jr.: "Os efeitos do Arcabouço Fiscal sobre as políticas. **Esquerda Diário**, mar. 2024. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Plinio-Sampaio-Jr-Os-efeitos-do-Arcabouco-Fiscal-sobre-as-politicas-publicas-serao-catastroficos>. Acesso em: 17 out. 2024.

SANTOS, Adriana Kátia. **Qualidade de vida no trabalho dos servidores técnico-administrativos em educação de uma universidade federal**. 2019. Dissertação (Mestrado em Saúde, Sociedade e Ambiente) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, MG, 2019.

SANTOS, Aline Veiga dos; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Influência de atores privados no fortalecimento da privatização da educação superior brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, p. e241276, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FmDGCdsfhcTSTcj7KdTSRgh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 set. 2022.

SANTOS, Daniela. Privatizações de Bolsonaro: veja quais vingaram e o que virou promessa. **Metrópoles**, 16 jun. 2022. Brasil. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/privatizacoes-de-bolsonaro-veja-quais-vingaram-e-o-que-virou-promessa>. Acesso em: 23 set. 2024.

SENADO FEDERAL. SENADO confirma mudanças da Câmara e aprova PEC da Transição. **Agência Senado**, Brasília, DF, 22 dez. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/21/senado-confirma-mudancas-da-camara-e-aprova-pec-da-Transicao> . Acesso em: 24 set. 2024.

SHAIKH, Anwar. Uma introdução à história das teorias de crise. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 5-46, 1983. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/issue/view/24>. Acesso em: 18 set. 2024.

SILVA, Amanda Pinto da. **Contrarreforma do Estado nos governos Lula e Dilma**: reconfiguração do trabalho dos servidores técnico-administrativos em educação das instituições federais de ensino superior. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

SILVA, Marcelo Figueiredo. **Sociedade limitada**: a política de terceirização no setor público brasileiro. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2021.

SILVA, Ricardo Margonari da. **Terceirização e precarização**: o caso da Universidade Federal de Uberlândia no período 2000-2014. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (SINTUFF). **Jornal SINTUFF**, Niterói, n. 334, 10 mar. 2008. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1Kpatc6bjwzdTpG9pzPrMhep1VrBJcsjn>. Acesso em 29 mar. 2025.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (SINTUFF). **Jornal SINTUFF**, Niterói, n. 424, 1 ago. 2011. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1HdR4L5Xg3kMZjUwqZVwY2SmCClhaGCns>. Acesso em: 13 ago. 2025.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (SINTUFF). **Jornal SINTUFF**, Niterói, n. 439, Niterói, 3 set. 2012. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1Vg7prn1fcVgWiSaR6o5xFO0RheH4yChy>. Acesso em: 20 out. 2025.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (SINTUFF). **Jornal SINTUFF**, Niterói, n. 464, Niterói, 2 jul.

2014. Disponível em:

https://drive.google.com/drive/folders/1RWePzG8MaUIEM_U_0fljGRMVWO02WE93

Acesso em: 30 out. 2025.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (SINTUFF). **Jornal SINTUFF**, Niterói, n. 478, Niterói, 13 out.

2015. Disponível em:

https://drive.google.com/drive/folders/1r0VAbJ6IH_nEcZwmW6lWxs3ooBeHP2vU. Acesso

em: 05 nov. 2025.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (SINTUFRJ). **Jornal do SINTUFRJ**, Rio de Janeiro, n. 970, Rio de Janeiro, 19 set. 2011. Disponível em:

<https://sintufrj.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Jornal970.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2025.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (SINTUFRJ). **Jornal do SINTUFRJ**, Rio de Janeiro, n. 1081, Rio de Janeiro, 30 jun. 2014. Disponível em:

<https://sintufrj.org.br/wp-content/uploads/2019/01/Jornal1081.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

SINGER, André *et al.* **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

SOUSA, Gabriel. Quaest: Aprovação do governo Lula cai, e cresce total dos que acham sua gestão igual à de Bolsonaro. **Terra**, Brasília, DF, 2 out. 2024. Política. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/quaest-aprovacao-do-governo-lula-cai-e-cresce-total-dos-que-acham-sua-gestao-igual-a-de-bolsonaro,ba91b46b74dd12029f9c7526cc316587bfrhsr5b.html#google_vignette. Acesso em: 24 set. 2024.

TONI, Deborah de Andrade Cunha e. **A constitucionalidade do Decreto nº 7.777/2012 e o direito de greve no serviço público**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/5337/1/RA209806069.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

TRISTÃO, Ellen. A opção neoliberal do primeiro mandato do governo Lula. **SER Social**, Brasília, DF, v. 13, n. 28, p. 104-128, 2011.

DOI: https://doi.org/10.26512/ser_social.v13i28.12684

TORRES, Carlos Alberto. Estado, privatização e política educacional: elementos para uma crítica do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão: uma crítica ao neoliberalismo em educação**. 6. ed. Tradução: Vânia Paganini Thurler, Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2000. p. ??-??.

TOUSSAINT, Eric. **História Crítica do Neoliberalismo**. Tradução: Alain Geffrouais *et al.* Porto Alegre: Movimento, 2020.

TROTSKY, Leon. **Sobre os sindicatos**. Tradução: Vera Corrêa de Sampaio e Maria Emília Sedeh Boito (1978). São Paulo: Sundermann, 2019.

VITELLO, Diego; MESSIAS, Rosi. Balanço do projeto lulista do ponto de vista classista. *In*: SANTOS, Fábio Luis Barbosa dos; PERRUSO, Marco Antônio; OLIVEIRA, Marinalva Silva (orgs.). **O pânico como política**: o Brasil no imaginário do lulismo em crise. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2020. p. 131-139.